

# DA ANO INTERNACIONAL AGRICULTURA FAMILIAR

Este número da revista *Vez e Voz* é dedicado à agricultura familiar cuja relevância para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no mundo levou a Assembleia Geral da ONU a declarar 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF2014). Declaração que teve o propósito de recolocar a Agricultura Familiar no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais e dar visibilidade ao seu seu papel social relevante na promoção do desenvolvimento rural sustentável (Correia, emRede, 2014), promover medidas e políticas para desenvolver sistemas de produção agrícola baseadas em unidades familiares e despertar a consciência da sociedade civil para a importância da agricultura familiar (*Wikipédia*, acessido em 12/6/2016). De facto, para além do contributo significativo que dá ao volume da produção agrícola (cerca de 90% em 93 países, FAO) e ao emprego nas zonas rurais, a Agricultura Familiar desempenha papel relevante na promoção da agro-biodiversidade, na valorização da paisagem rural e na promoção do bem-estar das comunidades locais. Por outro lado, está intimamente relacionada com a segurança alimentar através da preservação dos alimentos tradicionais e do contributo que dá para uma alimentação equilibrada ([fao.org/family-farming-2014/pt](http://fao.org/family-farming-2014/pt), acessido em 12/6/2016).

Também em Portugal a Agricultura Familiar desempenha papel relevante no desenvolvimento nacional e das comunidades locais de natureza rural. “Representa mais de 90% das explorações agrícolas e de 80% da mão-de-obra agrícola total” (Correia, emRede, 2014). Por outro lado, a Agricultura Familiar, adicionando o contributo significativo que dá às economias locais, ao papel que desempenha na estruturação social e na preservação da identidade cultural das comunidades, constitui-se como um factor de extraordinária relevância para promoção de Desenvolvimento Local nos territórios rurais. Assim, e face ao papel económico e social que esta desempenha na Sociedade Portuguesa, Portugal associou-se às comemorações do AIAF.

Os Estados membros da CPLP, face à importância que a Agricultura Familiar também desempenha no desenvolvimento dos seus países, decidiram analisar e discutir os desafios e constrangimentos que afectam os pequenos produtores agrícolas lusófonos. De acordo com a Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP (REDSAN-CPLP), no conjunto dos seus Estados-membros, mais de 75% das explorações agrícolas (mais de 80% nos casos de Angola e São Tomé e Príncipe; e mais de 90% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique) são produtores familiares. Assim, em março de 2015 decorreu em São Tomé e Príncipe o I Fórum de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP, onde representantes de 500 organizações da Sociedade Civil e de 17 milhões de agricultores (reunidos na Plataforma de Camponeses da CPLP) concluíram ser necessário alertar “os Governos dos Estados-membros da CPLP para a urgente necessidade de reconhecer a importância dos agricultores familiares e camponeses em todos os países da CPLP, a necessidade de fortalecer a capacitação específica para estes atores e o acesso a informação adequada para a promoção de políticas ativas de apoio à Agricultura Familiar, acesso e controlo dos recursos naturais e protecção da biodiversidade” (redsan-cplp.org, acedido em 12/6/2016).

Pela generalidade das razões acima apontadas, e em particular pelo contributo significativo que a Agricultura Familiar oferece ao processo de Desenvolvimento dos territórios locais rurais, a Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local associou-se às comemorações do AIAF2014, promovendo e participando em diversas iniciativas, sendo de destacar, em 2014, o debate sobre as “Opções nacionais da PAC e a Agricultura Familiar”, organizado em Junho pela CNA, na Feira Nacional da Agricultura, Santarém; o seminário regional organizado em Julho pela Associação Portuguesa de Economia Agrária (APDEA) na Universidade de Évora, e o lançamento do selo comemorativo da AIAF, patrocinado pelo Ministério da Agricultura e do Mar, também em Julho, em Lisboa. Com o propósito de contribuir para divulgação da relevância do papel da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Local e das problemáticas e experiências que a envolvem, em Portugal e em alguns dos países da CPLP, a Animar dedica esta edição da *Veze e Voz* à Agricultura Familiar, que número inclui artigos que analisam a dimensão social e política da agricultura familiar, as suas tipologias e características nos países lusófonos, e ainda rupturas e continuidades e ideologias e políticas que lhes estão associadas, para além do seu papel na segurança e dieta alimentar.

**EDUARDO FIGUEIRA**  
Presidente da Animar

# VEZE VOZ

Revista da Animar  
Associação Portuguesa para  
o Desenvolvimento Local  
Nº 4A (3ª série) | 2014

**Director**  
Eduardo Figueira

**Coordenador Editorial**  
Mário Alves

**Paginação, Grafismo  
e Imagem**  
António Barata

**Redacção e Administração**  
Centro Comunitário  
Rua Antero de Quental  
Bairro Olival de Fora  
2625-640 VIALONGA

Telef.: 21 952 74 50  
Fax: 21 952 60 12  
vezevoz@animar-dl.pt  
www.animar-dl.pt  
www.facebook.com/  
associacao.animar

**Impressão**  
Rainho&Neves  
Rua do Souto, 8  
4520-612 SÃO JOÃO DE VER

Tiragem: 600 exemplares

Distribuição gratuita

**As opiniões expressas nos  
artigos são da exclusiva  
responsabilidade dos  
autores**

A revista *Veze e Voz* respeita as opções dos autores dos textos relativamente a acordo ortográfico da língua portuguesa

## COLABORARAM NESTE NÚMERO

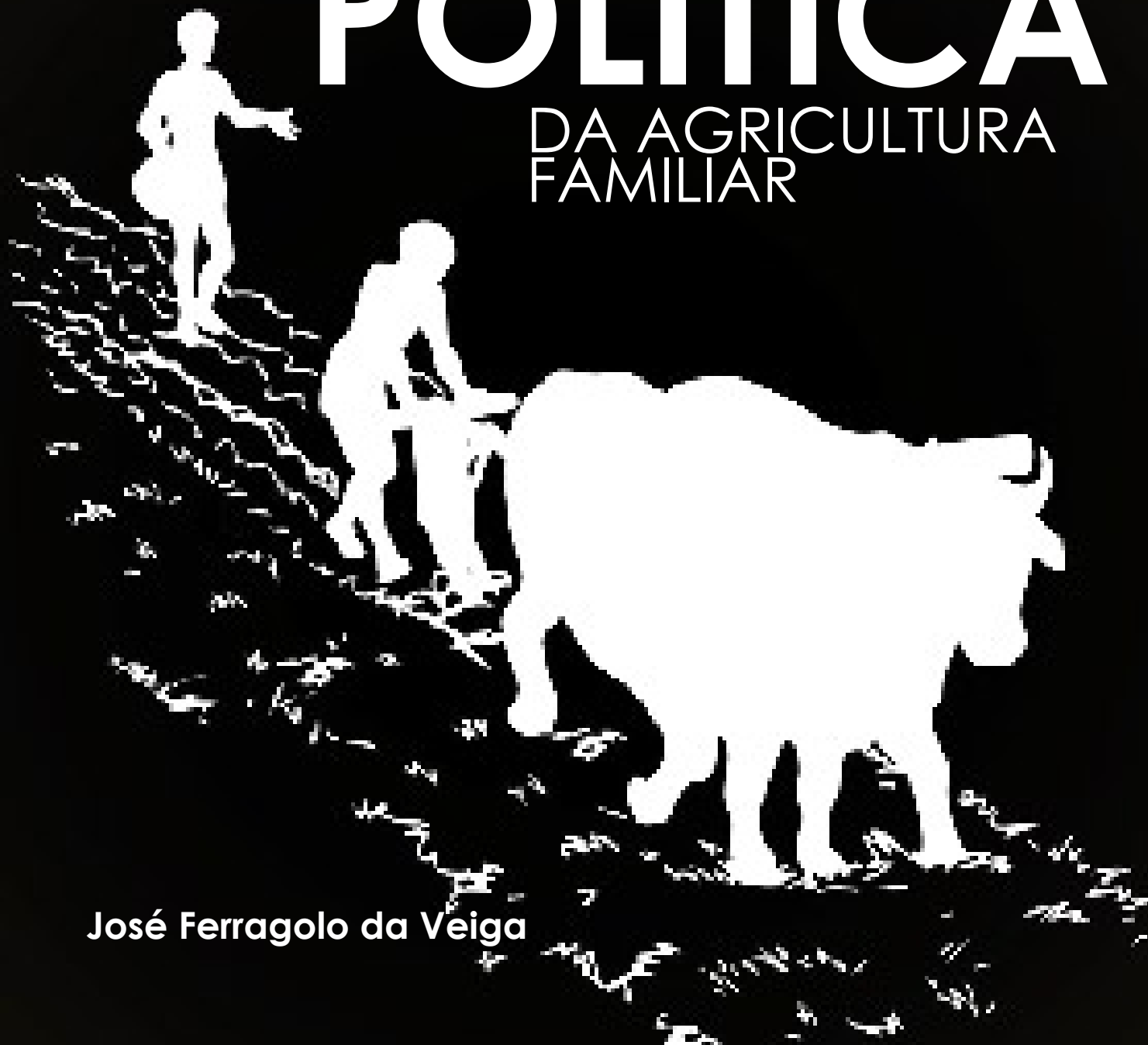
ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN  
CARLOS R. AZZONI  
CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DA AGRICULTURA  
EDUARDO FIGUEIRA  
FÓRUM GLOBAL SOBRE  
SEGURANÇA ALIMENTAR  
E NUTRICIONAL  
GLÁUCIO JOSÉ MARAFON  
ISABEL GOMES COELHO  
JOSÉ FRANCISCO FERRAGOLO  
DA VEIGA  
JOAQUIM J. M. GUILHOTO  
JOÃO MOSCA  
MARIA DA GRAÇA F. B.  
MADUREIRA  
RENATO MIGUEL DO CARMO  
ROSÁRIA CASINHA  
SILVIO M. ICHIHARA  
SÉRGIO SCHNEIDER  
VITOR BARROS

## EDITORIAL

- 1 Ano Internacional da Agricultura Familiar  
*Eduardo Figueira*
- 4 A Dimensão Social e Política da Agricultura Familiar  
*José Francisco Ferragolo da Veiga*
- 14 Agriculturas Familiares: Tipologias das Famílias/Explorações  
*Maria da Graça Madureira*
- 24 Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa  
*Confederação Nacional da Agricultura*
- 28 A Agricultura Familiar em Portugal: Rupturas e Continuidades  
*Renato Miguel do Carmo*
- 41 Famílias Agrícolas e Desenvolvimento. O Caso do Alentejo  
*Rosária Casinha*
- 49 Alqueva e a Agricultura Familiar  
*Eduardo Figueira e Isabel Gomes Coelho*
- 59 Debatendo a Agricultura Familiar  
*Antônio Buainain*
- 66 Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade  
*Sérgio Schneider*
- 95 Agricultura Familiar no Brasil  
*Sérgio Schneider*
- 121 Agricultura Familiar, Pluriactividade e Turismo Rural  
*Gláucio José Marafon*
- 138 Contribuição da Agricultura e do Agronegócio Familiar para o PIB do Brasil e dos seus Estados  
*J. Guilhoto, S. Ichihara, C. Azzoni*
- 251 Reflexões sobre Agricultura Familiar: restrições, inovação e agroecologia  
*Antônio Márcio Buainain*
- 162 Agricultura Familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas  
*João Mosca*
- 172 Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP  
*Forum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional*
- 184 Agricultura Familiar e Dieta Mediterrânica  
*Vitor Barros*

A DIMENSÃO  
**SOCIALE  
POLITICA**

DA AGRICULTURA  
FAMILIAR



José Ferragolo da Veiga

A declaração das Nações Unidas que instituiu o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar e as iniciativas daí decorrentes vieram reanimar o debate sobre esta forma de organização da produção agrícola face aos desafios que se colocam atualmente à agricultura, à economia e à sociedade em geral.

A data não podia ter sido melhor escolhida já que coincidiu com o agravar da contradição entre o crescente reconhecimento da importância social, económica e ambiental da agricultura familiar pela sociedade e a marginalização a que é votada por certos atores do mercado e pelas políticas públicas, na maior parte dos países.

A dimensão social da agricultura familiar parece claramente desfasada da dimensão política que lhe é concedida, mais do que por si afirmada. A representação política da agricultura familiar tem dificuldade em separar-se e afirmar-se em relação às outras formas de organização da produção agrícola, patronal e societária, o que facilita a ambiguidade na definição dos beneficiários das políticas públicas.

A própria definição de agricultura familiar, embora aparentemente acessível, tem sido alvo de debate, ao qual têm sido associados conceitos concorrentes, pequena agricultura, agricultura de subsistência, agricultura camponesa, de tal forma que se poderá afirmar que a análise da sua importância social, económica, ambiental e política depende dos critérios e opções tomadas para a sua definição e medição empírica.

Em Portugal, para além do debate teórico<sup>1</sup>, são os conceitos e critérios utilizados pelo INE nos censos agrícolas que permitem definir, medir e caracterizar a agricultura familiar a nível nacional. O INE procura seguir, de certa forma, a definição da FAO de explo-

ração agrícola familiar (family farm), associando-lhe os conceitos de produtor singular (agrícola) autónomo e de agregado doméstico do produtor agrícola.

Produtor (agrícola) singular autónomo que reúne as componentes de produtor singular (que exclui as pessoas coletivas), responsável jurídico e económico da exploração (produtor agrícola) e a utilização permanente e predominantemente, da atividade própria ou de pessoas do seu agregado doméstico na sua exploração, com ou sem recurso excecional ao trabalho assalariado. Agregado doméstico do produtor agrícola como o conjunto de pessoas que vivem habitualmente em comunhão de mesa e de habitação ou em economia comum, ligados por relação familiar jurídica ou de facto<sup>2</sup>.

Os critérios de diferenciação para o INE parecem reduzir-se apenas à natureza do trabalho (volume de mão-de-obra familiar exclusivo ou predominante), mas toma também uma opção pela natureza jurídica (pessoa singular) e tem subjacente uma relação económica e jurídica mais profunda com o agregado familiar, que a simples gestão do trabalho familiar.

Pondo de parte a natureza jurídica uma vez que existem pessoas coletivas que mantêm a natureza familiar da exploração agrícola, com se irá referir mais à frente, retêm-se os dois critérios que historicamente melhor têm permitido distinguir a agricultura familiar, numa reflexão mais teórica<sup>3</sup>. Um mais fácil de apreender, o recurso ao trabalho familiar, e outro mais complexo, a relação entre a família e a exploração agrícola.

1) Baptista (1993); (1995).

2) Ver definições completas em INE, Documento Metodológico do Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas de 2013.

3) Não são considerados como caracterizadores da agricultura familiar a dimensão das explorações (pequeno agricultor/pequena agricultura), a finalidade prosseguida (agricultor/agricultura de subsistência), a autonomia e integração na comunidade (camponês/agricultura camponesa). Ver Bélières et al. (2014, p.iii).

***A dimensão social da agricultura familiar parece claramente desfasada da dimensão política que lhe é concedida, mais do que por si afirmada. A representação política da agricultura familiar tem dificuldade em separar-se e afirmar-se em relação às outras formas de organização da produção agrícola, patronal e societária.***

O recurso ao trabalho familiar pode ser, eventualmente, complementado com o recurso excecional ao trabalho assalariado, segundo o conceito do INE. Neste recurso excecional ao trabalho assalariado não se faz distinção entre o trabalho assalariado eventual e o permanente, contando ambos para o cálculo da proporção entre trabalho familiar e o assalariado. As unidades de trabalho ano familiares apenas têm que ser superiores às unidades de trabalho assalariadas. O conceito do INE, a sua medição e o momento da inquirição podem conduzir a classificações incorretas de explorações agrícolas familiares na fronteira com as explorações agrícolas patronais (produtor singular autónomo versus produtor singular empresário). O recurso ao trabalho assalariado deve ter um carácter excecional pelo que ao introduzir-lhe um carácter permanente coloca outro tipo de questões. Bélières et al. (2014, p.10) e Bosc et al. (2014, p.51) propõem uma definição mais restrita que exclui o trabalho assalariado permanente, considerando que este introduz uma relação salarial que altera significativamente a lógica produtiva da exploração familiar, que passa a ter que assegurar um produto monetário fixo e prioritário para remunerar esse trabalho não familiar<sup>4</sup>.

A nível da relação entre a família e a exploração agrícola são importantes os laços orgânicos entre a família e a unidade de produção que se materializam, segundo Bélières et al. (2014, p.10) e Bosc et al. (2014, p.51), pela inclusão do capital produ-

tivo no património familiar e pela combinação de lógicas domésticas e de produção, mercantis e não mercantis, na afetação do trabalho familiar e sua remuneração e na afetação dos produtos entre consumo final, consumo intermédio, investimento e poupança. Estes laços orgânicos entre a família e a unidade de produção têm vindo a assumir novas formas no processo de mudança, resistência e adaptação que a agricultura familiar tem vindo a atravessar<sup>5</sup>.

Neste artigo analisam-se de forma muito sintética três pontos que permitem focar as mudanças em curso, em particular nas situações de fronteira que constroem ou potenciam a importância social, económica, ambiental e política da agricultura familiar. As dificuldades de renovação e reestruturação da agricultura familiar, a agricultura familiar no limiar da agricultura empresarial e as novas formas de agricultura familiar.

4) Segundo os mesmos autores a lógica desta remuneração salarial fixa distingue-se claramente da lógica da remuneração dos ativos familiares que pode ser ajustada, para baixo ou para cima, em função do nível de produto obtido. Bosc et al. (2014, p.52).

5 Ver Baptista (2001).

## AS DIFICULDADES DE RENOVAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar em Portugal representava em 2009 mais de 90% das explorações agrícolas, mais de 80% das unidades de trabalho anuais e cerca de 50% da área agrícola e florestal e do valor da produção padrão<sup>6</sup>.

A grande maioria das explorações agrícolas familiares situava-se na classe de menor dimensão económica (DE), ou situação de fronteira do próprio conceito de exploração agrícola do INE. As muito pequenas explorações (valor da produção padrão inferior a 8.000 euros) representavam 83% do número total de explorações agrícolas familiares, 76% das unidades de trabalho anuais, 44% da área agrícola e florestal e 27% do valor da produção padrão. Se juntarmos as pequenas explorações (valor da produção padrão de 8.000 a menos de 25.000 euros) estas percentagens sobem para 94%, 91%, 65%, e 47%, respetivamente<sup>7</sup>.

Este tipo de agricultura familiar que Baptista (2001, p.91) designa como tradicional, por remunerar o trabalho familiar, a terra e os capitais próprios abaixo dos preços médios de mercado, debate-se hoje com

um conjunto de debilidades internas e ameaças externas que parecem comprometer a grande maioria das suas unidades produtivas. De 2009 a 2013 o número das muito pequenas explorações agrícolas reduziu-se em 16% e o das pequenas explorações em 10%<sup>8</sup>.

Com a erosão dos rendimentos agrícolas estas explorações agrícolas familiares entraram num ciclo que pode não ter retorno: saída dos “outros membros” do agregado familiar para ocupações no exterior ou mesmo para fora do agregado doméstico; passagem de familiar a individual; envelhecimento do titular sem conseguir assegurar a sucessão; perda de dimensão económica por redução da atividade produtiva e redução progressiva do espaço físico que detêm em propriedade e/ou posse.

Também o acesso e as relações com o mercado, às quais parecia adaptar-se e resistir alteraram-se radicalmente: depressão continuada dos preços dos produtos agrícolas (e/ou a volatilidade atual de outros);

---

6 Cordovil e Rolo (2014).

7 Cordovil e Rolo (2014).

8 INE, RGA 2009 e IEEA 2013. Estes números correspondem ao número total de explorações e não apenas às explorações agrícolas familiares.



declínio dos mercados locais; o desaparecimento dos circuitos tradicionais de comercialização, por desvalorização (substituição) na cadeia agroalimentar. O acesso ao mercado tornou-se cada vez mais difícil, complexo e menos remunerador.

As explorações agrícolas familiares, ao reduzirem a atividade produtiva, caminham no sentido da especialização e já não da policultura que as caracterizava tradicionalmente. As primeiras atividades a ser abandonadas foram as atividades pecuárias tradicionais (vacas leiteiras; engorda de suínos; ovinos e caprinos e mesmo aves e coelhos) e as culturas arvenses, restando as hortofrutícolas e em muitos casos já só as culturas permanentes. Em 2013, 41% das explorações especializadas em culturas permanentes em Portugal estavam classificadas na classe de dimensão económica (DE) das muito pequenas<sup>9</sup>.

A agravar a situação, surgiram novas procuras (mercados) para os seus próprios recursos básicos: terra, habitação, instalações agrícolas. A crescente procura urbana por esses recursos, para os mais diversificados fins, tem contribuído para elevar os seus preços a níveis incompatíveis com os rendimentos agrícolas esperados, impedindo a agricultura familiar de aceder à terra para eventuais ajustamentos estruturais e comprometendo a sucessão para um dos filhos.

A sucessão está comprometida, por um lado porque o herdeiro, possível sucessor, dificilmente dispõe de dinheiro suficiente e o rendimento agrícola não viabiliza o investimento inicial, e por outro lado porque os herdeiros, a maioria já afastados da agricultura, sobrepoem uma visão de gestão patrimonial à visão da gestão produtiva<sup>10</sup>.

As opções dos herdeiros recaem em geral sobre a divisão igualitária, o que torna as futuras unidades produtivas ainda mais pequenas e inviáveis, ou têm como destino a venda, muitas vezes demorada, por desentendimento e/ou especulação, que cria situações de abandono.

As políticas agrícolas facilitaram no passado este percurso acreditando que o funcionamento do mercado conduziria a um ajustamento estrutural equi-

librado. Ao constatarem que isso não se verifica, têm vindo a tomar medidas compensatórias, para fazer face aos efeitos perversos e falhas de mercado, mas que se vêm revelando claramente insuficientes.

Mas, tanto ou mais grave que as insuficiências da política agrícola está a falta de articulação entre as políticas públicas, em particular entre as políticas agrícola, orçamental, segurança e controlo alimentar, segurança social e fiscalidade que têm produzido efeitos contraditórios que por vezes se anulam ou, nos casos mais graves dificultam a sobrevivência da agricultura familiar. A segurança social é no entanto o suporte de rendimento (pensões e reformas) de quase metade das 86,6% explorações agrícolas familiares muito pequenas e pequenas, cujos rendimentos provêm em mais de 50% do exterior<sup>11</sup>.

Não será fácil às políticas públicas inverter a evolução descrita mas o reconhecimento da importância económica, social e ambiental da agricultura familiar aos vários níveis e escalas, com destaque para a escala local/territorial, é certamente um passo importante para se iniciar o debate e a formulação de novas políticas públicas mais favoráveis à agricultura familiar.

#### A AGRICULTURA FAMILIAR NO LIMIAR DA AGRICULTURA EMPRESARIAL<sup>12</sup>

No outro extremo ou situação de fronteira com as outras formas de organização da produção, patronal e societária, estão uma minoria das explorações agrícolas familiares, 1%, mas com um peso económico quase idêntico ao das muito pequenas explorações agrícolas familiares. As grandes explorações (valor da produção padrão superior a 100.000 euros) representam 1% do número total de explorações agrícolas familiares, 2% das unidades de trabalho anuais,

9) INE, IEEA 2013.

10) Baptista (2001, p.97).

11) Cordovil e Rolo (2014).

12) 'entreprise' ou em inglês por "corporate or entrepreneurial agriculture).

10% da área agrícola e florestal e 25% do valor da produção padrão. Se juntarmos as médias explorações (valor da produção padrão de 25.000 a menos de 100.000 euros) estas percentagens sobem para 6%, 9%, 35%, e 53%, respetivamente<sup>13</sup>.

Este outro tipo de agricultura familiar tem vindo a conseguir adaptar-se melhor à evolução do mercado e das políticas públicas obtendo remunerações similares aos das explorações não familiares, patronais e/ou societárias.

As questões que se colocam neste caso são questões mais conceptuais e de fronteira com a forma de organização da produção patronal que o INE integra no conceito de produtor singular empresário, “pessoa singular que, permanente e predominantemente, utiliza a atividade de pessoal assalariado na sua exploração.

Apesar do seu número ser reduzido, há de facto explorações agrícolas familiares que conseguem encontrar caminhos para o crescimento da sua dimensão física (superfície agrícola) e económica, ainda que muito condicionados pelo funcionamento do mercado fundiário, pela gestão da mão-de-obra e outros recursos familiares, pelas tecnologias disponíveis e alternativas culturais.

Alguns desses caminhos passam por novas estratégias familiares, internas, de gestão do trabalho e do património, e externas de integração territorial, estratégias de desenvolvimento territorial, e/ou de integração vertical, através da criação ou reforço de associações, cooperativas ou sociedades civis que

---

13) Cordovil e Rolo (2014).



## **As explorações agrícolas familiares, ao reduzirem a atividade produtiva, caminham no sentido da especialização e já não da policultura que as caracterizava tradicionalmente.**

prestam serviços que se tornam demasiado dispendiosos e incomportáveis para serem internalizados nas explorações agrícolas.

O que se revela importante considerar é que estas explorações, que conseguem obter êxito no seu crescimento, não se transformam, nem têm necessariamente que se transformar em agricultura patronal, ainda que a fronteira possa vir a ser muito ténue.

A nível interno, familiar, um dos caminhos que tem sido seguido, mas que poderia ter outra dimensão se fosse melhor acompanhado e apoiado pelas políticas públicas, diz respeito à (re)integração do trabalho familiar, em bases diferentes da relação familiar tradicional, associando o cônjuge e/ou um ou mais filhos, ou irmãos, eventualmente com agregados domésticos diferentes, na titularidade e gestão das explorações agrícolas.

Existem modalidades informais mas há também formas jurídicas que têm sido adotadas para ultrapassar estas limitações da agricultura familiar tradicional. Destacam-se em particular as formas societárias reconhecidas pelo MAM, sociedades civis sob a forma de sociedades por quotas, denominadas por sociedades de agricultura de grupo (SAG), agrupamentos de produção agrícola (APA), empresas familiares agrícolas reconhecidas (EFAR), que têm como objetivo facilitar a integração e sucessão dos “outros membros” do agregado doméstico, mesmo os que, entretanto, já tenham constituído os seus próprios agregados domésticos.

Outros tipos de sociedades agrícolas, sociedades unipessoais por quotas, sociedade por quotas têm-se constituído também como formas de adaptação da agricultura familiar a novas lógicas patrimoniais e

de sucessão e às mudanças nas políticas públicas, em particular nos domínios da fiscalidade e segurança social<sup>14</sup>.

Apesar de estas formas societárias não implicarem a perda do carácter familiar<sup>15</sup> elas estão classificadas pelo INE, pela sua natureza jurídica, no grupo das sociedades e não no dos produtores singulares autónomos, que se identificou com a agricultura familiar. Algumas destas sociedades poderão até não ter conseguido resolver as dificuldades das explorações agrícolas familiares, já que 20% do total de sociedades agrícolas existentes em 2013 estavam classificadas segundo a sua dimensão económica (DE) como muito pequenas e 16% como pequenas. No entanto o seu crescimento de 2009 para 2013 foi notável, 167% nas muito pequenas e 60% nas pequenas explorações agrícolas<sup>16</sup>.

Os caminhos seguidos não se afiguram fáceis e as políticas públicas parecem ter-se demitido de apoiar a agricultura familiar a encontrar esses caminhos, em particular no incentivo e suporte às formas associativas, antigas e novas. O reconhecimento de “organizações de produtores” no âmbito da OCM Única, só por si, não está a dar uma resposta adequada às necessidades da agricultura familiar.

Existem também neste tipo de agricultura familiar, no limiar da agricultura empresarial, explorações

14) Estas formas societárias permitem separar juridicamente o capital da exploração do património da família.

15) Bosc et al. (2014, p.47). A regulamentação das sociedades de agricultura de grupo (SAG) em Portugal inspirou-se na legislação francesa dos groupements d'exploitations agricoles en comum (GAEC).

16) INE, IEEA 2013.



anteriormente classificadas na forma de organização da produção como patronais, produtor singular empresário, que por dificuldades de adaptação à evolução do mercado ou por interesse e necessidade de uma nova geração, deixou de utilizar, permanente e predominantemente a atividade de pessoal assalariado e passou a utilizar permanente e predominantemente trabalho familiar.

A forma de organização da produção patronal situa-se na interface entre a forma familiar e a societária, o capital da exploração é familiar mas recorre, permanente e predominantemente, ao trabalho assalariado, em complemento, maior ou menor, do trabalho familiar.

O número de produtores singulares empresários reduziu-se para menos de um terço entre 1999 e 2009 e continuou a diminuir de 2009 a 2013 em 30%<sup>17</sup>. Parte desta redução terá sido recenseada pelo INE nos produtores singulares autónomos e outra parte ter-se-á transformado em formas societárias. Isto significa que se assiste à transformação de parte da agricultura patronal em agricultura familiar? É possível, mas pode existir aqui algum erro estatístico resultante dos conceitos e critérios usados pelo INE, como atrás se referiu.

#### AS NOVAS FORMAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Finalmente o terceiro ponto destaca em particular, de entre as novas formas de agricultura que estão a surgir, a situação de famílias cujos membros têm em geral habilitações académicas elevadas, tinham ocupação qualificada em atividades não agrícolas e que, por opção de modo de vida ou situações de desemprego, se instalam na agricultura. Não se considera importante para esta análise referir todas as situações de agricultura a tempo parcial de origem urbana e suburbana que estão a surgir e que,

---

17) INE, RGA 1999 e 2009 e IEEA 2013.



enquadrando-se nos critérios dos censos agrícolas, podem cair no conceito de produtor singular autónomo, engrossando as estatísticas.

Paradoxalmente o que para as famílias da agricultura familiar tradicional parece quase impossível, para famílias urbanas e outras entidades com capitais disponíveis a entrada na atividade agrícola parece mais fácil. Nos casos referidos, as famílias adquirem a terra e/ou habitação e instalações e iniciam a atividade agrícola a tempo inteiro numa gestão familiar que se assemelha à da agricultura familiar.

Contudo, a opção tomada em termos de culturas agrícolas, a grande abertura a novas tecnologias e a capacidade revelada na sua adoção tem-lhe permitido criar explorações agrícolas diferentes das explorações agrícolas familiares tradicionais.

Em termos da sua classificação como agricultura familiar, que para efeitos do recenseamento agrícola com os conceitos utilizados não levanta problemas, pode em termos de definição mais restrita, proposta por Bélières et al. (2014, p.10) e Bosc et al. (2014, p.51) exigir a aplicação de novos critérios de diferen-

ciação, em particular no que diz respeito às tecnologias mobilizadas e à aquisição de serviços (trabalho) no exterior.

#### NOTA FINAL

Os três pontos anteriores ilustram de forma muito sintética mudanças em curso na agricultura familiar, nas situações de fronteira em geral menos analisadas, que constroem ou potenciam a dimensão social e política da agricultura familiar, ao mesmo tempo que ajudam a levantar algumas questões quanto aos conceitos e critérios necessários para a sua diferenciação e questionar as políticas públicas de enquadramento e apoio.

A agricultura familiar apresenta em Portugal uma distribuição bimodal, com um extremo muito numeroso de explorações agrícolas familiares tradicionais, muito débeis e dependentes de receitas do exterior, mas com um peso social e ambiental (peso na área agrícola e florestal) e económico muito importantes. No outro extremo, um número muito

reduzido de explorações agrícolas familiares no limiar da agricultura empresarial, com um peso social também reduzido mas com um peso ambiental e económico também importantes. No conjunto a agricultura familiar tem não só uma dimensão social muito importante, como também ambiental/territorial e económica<sup>18</sup>.

Mas, como a análise da importância social, ambiental e económica depende dos critérios e opções tomadas para a sua definição e medição empírica, parece claro que os conceitos e formas de medição do INE podem não identificar corretamente todo o universo da agricultura familiar, sobrepondo por vezes as três formas de organização da produção, familiar, patronal e societária. Será importante ir seguindo os esforços e orientações da FAO no aperfeiçoamento do conceito de agricultura familiar para a sua correta medição nos censos agrícolas.

As políticas públicas e em particular as políticas agrícolas têm tido como referencial as formas de organização da produção empresariais remetendo a agricultura familiar para o mercado cada vez mais hostil, ainda que amortecido por algumas medidas de política compensatórias claramente insuficientes, de que são exemplos o regime da pequena agricultura criado no 1º pilar da PAC e as ajudas à manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas do Programa de Desenvolvimento Rural (2014-2020). Também os circuitos curtos de comercialização e os mercados locais de produtores, cujo declínio ou desaparecimento muito contribuíram para as dificuldades atuais da agricultura familiar, não serão fáceis de reconstruir e renovar sem um forte empenhamento e concertação das políticas públicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), *Agricultura, Espaço e Sociedade Rural*, Coimbra, Fora do Texto.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1995), *Famílias e explorações agrícolas. Notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul, em Ensaio de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG/UTL, pp.839-853.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e Territórios*, Oeiras, Celta Editora.
- Bélières et al. (2014), *Les agricultures familiales du monde*, <http://www.cirad.fr/publications-ressources/editio/etudes-et-documents/les-agricultures>.
- Bosc, Pierre-Marie et al. (2014), *Définir, caractériser et mesurer les agricultures familiales*, em Sourisseaux, Jean-Michel (éditeur scientifique) (2014), *Agricultures familiales et mondes à venir*, Versailles, Éditions Quae.
- Cordovil, Francisco e Joaquim Cabral Rolo, (2014), *Agricultura Familiar em Portugal, Esboço de sua importância e diversidade no limiar da década de 2010*, *Revista da Rede Rural Nacional em Rede*, nº 5, Lisboa, DGADR/Rede Rural Nacional.
- Figueira, Eduardo e Isabel Gomes Coelho (2005), *Alqueva e a Agricultura Familiar, O caso da Freguesia da Amieira*, Évora, Eco-Humanos.
- Rodrigo, Isabel (2014), *Agricultura Familiar no Rural de Baixa Densidade Sul: uma síntese, comunicação apresentada ao Seminário Agricultura Familiar e Sustentabilidade dos Territórios Rurais*, realizado em Évora no dia 9 de julho de 2014.
- Sourisseaux, Jean-Michel (éditeur scientifique) (2014), *Agricultures familiales et mondes à venir*, Versailles, Éditions Quae.

18) Para uma comparação com as outras formas de organização da produção, patronal e societária, ver Rodrigo (2014).



# AGRICULTURAS FAMILIARES

TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS/  
EXPLORAÇÕES\*

**Maria da Graça Ferreira Bento Madureira**  
*Instituto Politécnico de Bragança*

---

\* Comunicação apresentada no 1º Congresso de Estudos Rurais - Território, Agricultura e Desenvolvimento

A COMUNICAÇÃO QUE NOS PROPOMOS APRESENTAR, BASEIA-SE NUM ESTUDO LOCALIZADO NUMA FREGUESIA DO CONCELHO DE VILA POUCA DE AGUIAR, INTEGRADA NA ZONA DE TRATAMENTO HOMOGÉNEO DOS VALES SUB-MONTANOS, NA REGIÃO DE TRÁS-OS-MONTES.

TEM POR OBJECTIVO IDENTIFICAR AS DINÂMICAS QUE VÃO OCORRENDO NAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS E SUA (DES)ARTICULAÇÃO E (DES)COORDENAÇÃO FACE À EVOLUÇÃO DA UNIDADE FAMILIAR, OU SEJA, NO DECURSO DO CICLO DE VIDA FAMILIAR.

A RECOLHA DA INFORMAÇÃO ASSENTOU NO LEVANTAMENTO DE SITUAÇÃO DA TOTALIDADE DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DA FREGUESIA (220), ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE UM INQUÉRITO SIMPLIFICADO.

A ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS PERMITIU AGRUPAR AS UNIDADES FAMÍLIAS/EXPLORAÇÕES TENDO EM ATENÇÃO AS FASES DO SEU CICLO DE VIDA E A ORIGEM DOS RENDIMENTOS DESTES AGREGADOS.

O INQUÉRITO ESTRUTURADO, POR ENTREVISTA, APLICADO A 90 DAQUELAS UNIDADES, ESCOLHIDAS ENTRE OS GRUPOS DEFINIDOS PELO INQUÉRITO SIMPLIFICADO, TEVE POR OBJECTIVO ELABORAR UMA TIPOLOGIA DESTAS UNIDADES, BASEADA NOS SEGUINTE CRITÉRIOS: FASES DO CICLO DE VIDA FAMILIAR, ORIGEM DOS RENDIMENTOS DAS UNIDADES DOMÉSTICAS E EXISTÊNCIA, OU NÃO, DE UM SUCESSOR.

## INTRODUÇÃO

Trás-os-Montes, uma região muito diversificada sob diversas perspectivas, não permite abordagens globalizantes no estudo de qualquer questão sócio-económica.

Para o nosso projecto<sup>1</sup>, foi escolhido o concelho de Vila Pouca de Aguiar, pertencente à designada zona

homogénea dos vales submontanos, que se desenvolve em altitudes entre os 400 e 700 metros.

Efectuámos o trabalho de campo na freguesia de Telões, constituída por treze aldeias, nomeadamente: Telões, Soutelinho, Tourencinho, Zimão, Covêlo, Gralheira, Vila Chã, Outeiro, Souto, Pontido, Castelo, Ferreirinho e Carrica.

Neste concelho predominam as explorações do tipo familiar (95%) em que a actividade agrícola é feita na sua maioria pelo agregado familiar; podendo em casos pontuais recorrer-se a um trabalhador assalariado, sendo porém o trabalho familiar sempre superior ao do assalariado.

Serão estas explorações do tipo familiar que serão consideradas no estudo.

Segundo O. Baptista, as mudanças que se têm verificado nas últimas décadas nas sociedades rurais, também têm alterado o conceito de agricultura familiar.

*“De facto, embora com toda a gama de situações intermédias as famílias agrícolas tendem para uma especialização das suas fontes de rendimento que não coincide forçosamente com os escalões da área e que delimita fronteiras relevantes nas relações das famílias com as explorações” (Baptista, 1995: 8).*

Assim, consideraram-se os seguintes grupos de agricultores:

- Agricultores cujos principais rendimentos provêm da actividade agrícola;
- Agricultores cujos rendimentos vêm sobretudo de vencimentos auferidos em actividades exteriores à exploração agrícola, mas cujas receitas das explorações são importantes para a economia da família;
- Agricultores cujos rendimentos provêm essencialmente do sistema de segurança social ou de outras remessas de dinheiro exterior à actividade agrícola, normalmente famílias envelhecidas e de reduzidas dimensões;
- Agricultores que devido à reforma da PAC (1992) começam a manter-se dos apoios comunitários

1) Esta comunicação insere-se num projecto de investigação para doutoramento, cujo tema consiste no estudo das Agriculturas Familiares: Ciclos de Vida e Estratégias Produtivas.

que visam a ajuda ao rendimento, abandonando a actividade produtiva e passando a guardiões da paisagem e do ambiente, isto é, os que começam a ser denominados “jardineiros da natureza” (Baptista, 1995: 8 a 10).

Para além da esfera dos rendimentos, tivemos em consideração as diferentes fases do ciclo de vida da família em que as unidades familiares, por razões de natureza biológica e demográfica, constituem entidades em permanente variação. Ao longo do tempo cada uma percorre um ciclo de desenvolvimento que não é mais do que uma sucessão de momentos-fase que marcam a vida de uma unidade familiar, desde a sua formação à sua dissolução, experimentando, assim, mudanças consideráveis no seu tamanho, na sua composição etária e sexual, nas capacidades e exigências dos seus membros, nas relações que estes entre si mantêm, nos papéis desempenhados dentro do grupo (Ribeiro, 1997).

Assim, tivemos em conta as diferentes fases do ciclo de vida familiar, cujos critérios utilizados se basearam essencialmente na composição da família em termos de idade dos filhos, na natureza das actividades e grau de ocupação de toda a família. As fases consideradas foram as seguintes:

- 1.<sup>a</sup> Fase/Pré escolar: Do casamento até o filho mais novo atingir os seis anos (ou o primeiro filho atingir os 15 anos);
- 2.<sup>a</sup> Fase/escolar: Do fim da 1.<sup>a</sup> fase até o filho mais velho atingir os 15 anos (e o filho mais novo ter seis ou mais anos);
- 3.<sup>a</sup> Fase/Filhos adolescentes: Do fim da 2.<sup>a</sup> fase até o filho mais novo atingir os 15 anos;
- 4.<sup>a</sup> Fase/Núbil: Do fim da 3.<sup>a</sup> fase até o filho mais novo se casar, atingir os 25 anos ou sair de casa;
- 5.<sup>a</sup> Fase/Transferência: Do fim da 4.<sup>a</sup> fase até um dos filhos que ficou em casa substituir o pai na direcção da exploração (Kada, 1980).

## OBJECTIVOS

Estudar como variam os processos de adaptação das explorações agrícolas face à variação da mão-de-obra e à necessidade de rendimento do agregado familiar, constitui o objectivo imediato deste trabalho.

Trata-se de conhecer, identificar e procurar entender as mudanças que vão ocorrendo nas explorações agrícolas e sua (des)articulação e (des)coordenação face à evolução da unidade familiar, ou seja, no decurso do ciclo de vida familiar.

A nossa investigação centrou-se na análise destas mudanças, com focagem prioritária nas mudanças estruturais das explorações, relacionadas essencialmente com o fenómeno da Pluriactividade e medidas de Política Agrária.

## UNIDADE DE ANÁLISE

Assumimos como unidade básica o grupo doméstico – família/exploração –, o que em comunidades rurais nos parece mais apropriado, englobando não só a esfera da produção como também da reprodução social. Esta expressão inclui o conjunto de pessoas que habitam a mesma casa e contempla em simultâneo a economia doméstica, que corresponde aos interesses e actividades do próprio grupo e à sua multiplicação, ao longo de gerações.

Para o seu estudo teve-se em linha de conta a origem dos rendimentos destes agregados familiares e a forma como os seus membros repartem, eventualmente, o seu tempo de trabalho entre a exploração e o exterior.

O grupo doméstico a que aqui nos reportamos, integra a unidade de coresidência e a partilha de funções dos seus elementos. Quanto à existência de laços parentais não é imprescindível que eles estejam sempre presentes, dado ser possível encontrar-se grupos domésticos sem laços familiares – apesar de, normalmente, em número muito restrito – como é o caso de indivíduos solteiros ou viúvos, vivendo com pessoal doméstico.

## PESQUISA DE CAMPO

No nosso primeiro inquérito – inquérito simplificado –, utilizámos indicadores de informações tanto das famílias como das explorações agrícolas no que diz respeito à caracterização do agregado doméstico, suas interacções com o mercado de trabalho, principal origem das fontes de rendimento, mão-de-obra empregue na exploração agrícola, dimensão física desta, actividades a que se dedica e sua caracterização, prémios, subsídios e/ou indemnizações auferidos, principais elementos técnicos caracterizadores do grau de desenvolvimento e circuitos comerciais. Este inquérito foi aplicado às 220 famílias agrícolas da freguesia de Têlões.

Numa primeira fase, procedeu-se a uma análise diagnóstica da freguesia com o objectivo de identificar e classificar as famílias agrícolas residentes do ponto de vista dos seus membros, das suas interli-

gações com a actividade agrícola e mercados de trabalho não-agrícola. Para isso, tivemos em conta três critérios utilizados frequentemente em estudos similares, como básicos na concepção das dinâmicas das explorações e nas atitudes e comportamentos das famílias agrícolas. Como:

- i)- o tipo de rendimento das unidades familiares;
- ii)- as interacções sociais de índole produtiva nas explorações agrícolas;
- iii)- as teias estabelecidas entre a família, a exploração e o mercado laboral.

No inquérito estruturado, por entrevista, em profundidade, utilizámos indicadores relativos à unidade familiar, como idade e estado civil dos seus elementos, estrutura e dimensão dos grupos domésticos, nível de escolaridade, tipos de (e)migração e respectivas experiências, percursos profissionais e ocupação dos tempos livres. Teve-se ainda em conta



os seus planos e projectos na educação dos filhos, cuidados na alimentação, tipo de habitação e bens de consumo doméstico.

Os indicadores que dizem respeito à exploração agrícola referem-se à sua dimensão, forma de exploração, tipos de cultivo e efectivos pecuários, máquinas e equipamentos usados, mão-de-obra utilizada e eventual presença de assalariados, como a (in)existência de potencial sucessor da exploração.

Este inquérito incidiu em 90 famílias agrícolas, escolhidas entre os grupos definidos pelo inquérito simplificado.

O cruzamento desta informação<sup>2</sup> permitiu obter uma visão, descritiva do modo como se articulam a unidade familiar e a exploração agrícola e, assim, elaborar uma tipologia de famílias/explorações para esta comunidade rural.

## TIPOLOGIA DAS FAMÍLIAS/EXPLORAÇÕES

A definição da tipologia baseou-se nos três critérios seguintes:

- i) Fases do ciclo de vida da família;
- ii) Origem dos rendimentos das unidades domésticas;
- iii) Existência ou não de um sucessor.

Foram identificados os oito grupos a seguir mencionados.

### ***1.ª - Famílias agrícolas jovens, com rendimentos originários, maioritariamente, da exploração agrícola.***

Incluem as unidades família/exploração que se inserem na 1.ª e 2.ª fase do ciclo de vida (famílias recém formadas, sem filhos ou com filhos, em que o mais velho tenha no máximo 15 anos), e em que os seus



principais rendimentos provêm da exploração agrícola, podendo em casos particulares, também ser maioritariamente da segurança social.

São unidades familiares em que o seu projecto de reprodução passa pela exploração agrícola, participando para o seu crescimento e consolidação. Englobam explorações bem dimensionadas, em que a subsistência da família depende das receitas agrárias, orientando-se para o aumento da produção e sua intensificação.

As estratégias seguidas por estas explorações baseiam-se num modelo de modernização, aproveitando os subsídios disponibilizados pela Política Agrícola, que visa:

- Aumento da produção (no sector leite, na carne, pequenos ruminantes);
- Aumento de área (através de herança, compra, arrendamento e cedência);
- Melhoria do equipamento (aquisição de tractor e respectivas alfaias e outro equipamento: atomizador, semeador, moto-serra, etc.);

2) Os resultados dos inquéritos podem ser disponibilizados pela autora.



***2.<sup>a</sup> - Famílias agrícolas jovens, em que a origem dos rendimentos é sobretudo de actividades exteriores à exploração agrícola.***

Englobam as unidades família/exploração que se incluem na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> fase do ciclo de vida e em que os seus principais rendimentos são originários sobretudo de vencimentos auferidos em actividades exteriores à exploração agrícola e ainda, podendo eventualmente, serem provenientes, essencialmente, do sistema de segurança social, como no tipo anterior. Estas famílias cujo projecto reprodutivo se realiza fora da exploração agrícola – embora não a dispensando – tendo em vista a sua função de residência, de autoconsumo e até mesmo de produção de mercadorias. O valor sentimental e cultural que liga estas famílias à exploração, justifica também a sua permanência na actividade agrícola.

As suas explorações são caracterizadas por terem áreas mais reduzidas do que as do tipo anterior, uma orientação produtiva mais diversificada e extensiva e serem um complemento às receitas provenientes da actividade não agrícola.

As estratégias seguidas passam pela manutenção da exploração e não pela modernização como no tipo anterior, caracterizando-se por:

- Serem de pequena dimensão (e na maioria com parcelas cedidas por familiares e ou por arrendamento);
- Terem predominantemente uma produção extensiva e diversificada (na sua maioria produção de carne com diminuição da área de batata a favor das pastagens);
- Constituírem um complemento a rendimentos do exterior ou mesmo de reformas ou pensões (no caso de terem a cohabitar ascendentes ou familiares deficientes).

Muitas das explorações têm por titular a mulher, para poderem auferir de maiores subsídios, dado aquela se dedicar exclusivamente à exploração e na maioria dos casos o elemento masculino ter um salário proveniente do exterior.

- Melhoria das construções (construção de novas vacarias, ovis ou melhoria das existentes);
- Diminuição do esforço físico (com utilização de maquinaria, trabalho da família, de pessoal assalariado, entre-ajuda).

Estas estratégias postas em prática, implicam um aumento significativo do trabalho dos membros do agregado doméstico. Apesar da dureza do trabalho físico poder ser mais atenuada, devido à melhoria do equipamento da exploração, no entanto o crescimento e a intensificação da produção, não permite reduzir a quantidade de trabalho dos elementos da família.

Se estas famílias escolheram continuar na exploração, isto pode dever-se a mais de um motivo. Nalguns casos à falta de alternativa, ou seja, à dificuldade de encontrar um emprego fora da actividade agrícola, noutros casos à tradição das gerações anteriores, que lhes transmitiram o gosto pelo trabalho agrícola manifestando-se, assim, uma vocação para esta actividade.

Grande parte das explorações são mecanizadas, tendo em atenção a área da exploração, dado carecerem de mão-de-obra, que é potenciada com a contratação de assalariados temporários e a entreatuda e maior esforço do casal. Os filhos são frequentemente dispensados dos trabalhos agrícolas, para que se possam dedicar inteiramente aos estudos e para poderem, mais tarde, aceder a um mercado laboral qualificado.

### ***3.<sup>a</sup> - Famílias agrícolas adultas, com rendimentos originários, maioritariamente, da exploração agrícola, com sucessor.***

As famílias deste tipo contemplam as unidades domésticas que se encontram nas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fases do ciclo de vida: fase de filhos adolescentes ou faz núbil (famílias em que no máximo o filho mais novo se casou, atingiu os 25 anos ou saiu de casa). Os seus principais rendimentos são provenientes das actividades que desenvolvem na exploração agrícola e contam com um filho – o sucessor da exploração – que trabalha a tempo inteiro na actividade agrícola.

Trata-se de famílias com uma grande disponibilidade de trabalho, pois os seus membros não são pessoas envelhecidas e não praticam a actividade a tempo parcial, dependendo essencialmente das receitas da exploração.

As estratégias de reprodução sócio-económicas destas famílias passam pela modernização da exploração agrícola, criando condições à continuidade de um sucessor, e visando:

- Aumento da produção (na maioria com alteração da produção de carne para a produção de leite);
- Aumento da área de exploração (por herança ou compra com dinheiro da emigração ou de salários provenientes de actividades não agrárias);
- Aumento da força de trabalho dos elementos da família (as explorações que não possuem tractor, alugam-no. Menor penosidade do trabalho, mas maior quantidade deste);
- Melhoria do equipamento (na maioria dos casos

apoiada em subsídios concedidos pelas políticas agrárias).

As estratégias destas famílias passam ainda por um “projecto de vida” que engloba todos os elementos e onde se destaca:

- esforço físico dos pais, para o sucesso da exploração e a favor do sucessor;
- A autonomia do sucessor como futuro gestor da exploração, concedida pelo chefe de exploração;
- As iniciativas do sucessor na actividade agrária.

### ***4.<sup>a</sup> Famílias agrícolas adultas, com rendimentos originários, maioritariamente, da exploração agrícola, sem sucessor.***

São famílias que, tal como as anteriores, se inserem nas 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> fases do ciclo de vida, em que também os seus rendimentos são provenientes, maioritariamente, da exploração agrícola, mas que não podem contar com um continuador. Existem também famílias com rendimentos significativos de origem social.

Estas famílias não dispõem de sucessor por a maioria dos seus filhos estarem a estudar (e pretenderem continuar) ou já se encontrarem a trabalhar fora da exploração.

O projecto reprodutivo destas unidades domésticas não passa pela exploração agrícola.

A estratégia da maioria das famílias passou pelo abandono da agricultura, para emigrar e mais tarde poder regressar a ela, com a criação de melhores condições baseadas num modelo de instalação/modernização para a exploração agrícola. Para isso investiram essencialmente na casa, na compra de terras, de animais, de tractor e respectivas alfaias e outro equipamento mais sofisticado e ainda na construção ou recuperação de instalações para o gado. Os sistemas culturais destas famílias são essencialmente a produção de leite, tendo alguns já regressado à produção de carne (por falta de mão-de-obra) e à manutenção da exploração pela via da extensificação.

Tal como as anteriores, dependem essencialmente das receitas da exploração. Trata-se de explorações

já consolidadas, que não crescem mais por falta de sucessor, mas que não podem diminuir a sua capacidade produtiva porque dependem destas. Em relação ao dimensionamento da exploração, não existem diferenças significativas em relação ao tipo anterior.

A falta de sucessor neste tipo de famílias vai-as desmotivando para a inovação e para se manterem actualizadas, o que vai impossibilitando o aumento de produção. Apesar da estrutura produtiva destas explorações ser boa, não se vai renovando, o que participa para a criação de explorações agrícolas estagnadas. Estas famílias vão perdendo o seu poder de compra, vendo-se obrigadas a diminuir os seus consumos, ou, em grande parte dos casos, a apoiarem-se em

pensões de familiares e eventualmente em salários dos seus filhos que já se encontram no mercado de trabalho.

O projecto de vida destas famílias passa pela orientação dos filhos para uma formação escolar que lhes possibilite o acesso ao mercado de trabalho não agrícola.

***5.ª Famílias agrícolas adultas, em que a origem dos rendimentos é sobretudo de actividades exteriores à exploração agrícola, com sucessor.***

Incluem as unidades família/exploração que se encontram nas 3.ª e 4.ª fases do ciclo de vida familiar e cujos rendimentos, na sua maioria, provêm sobretudo de actividades no exterior da exploração, e menos frequentemente, rendimentos provenientes essen-



cialmente do sistema de segurança social. Contam com um filho como sucessor da exploração.

As estratégias de reprodução destas famílias passam pela exploração agrícola, dado que existem filhos que devido a problemas de saúde ou de baixa escolaridade, não encontram alternativas de emprego no exterior. Assim, em termos de estratégias para a exploração, baseiam-se num modelo de modernização ou instalação/modernização de apoios aos jovens agricultores, visando:

- Aumento de área, através do arrendamento ou cedência gratuita;
- Alteração do sistema cultural, para a produção de pequenos ruminantes (elaboração de projecto), aumento do efectivo no sistema de produção de carne e alteração deste sistema para o sistema de produção de leite;
- Mecanização da exploração através de tractor, e outro equipamento, adquiridos com os apoios do projecto de jovens agricultores;
- Melhoria das instalações pecuárias também através dos apoios anteriormente referidos;
- Menor esforço físico por utilização do tractor, participação da família, entreadjada e, por vezes até, de assalariados temporários.

As estratégias da família em manter este tipo de explorações, e visando a sua modernização, passa pela necessidade de arranjar uma ocupação, garantindo consequentemente a subsistência, para os seus herdeiros, dado que são pessoas debilitadas, e com poucas alternativas no mercado de trabalho não agrícola.

### ***6.ª Famílias agrícolas adultas, em que a origem dos rendimentos é sobretudo de actividades exteriores à exploração agrícola, sem sucessor.***

Tal como a anterior, englobam unidades que se inserem nas 3.ª e 4.ª fases do ciclo de vida, cujas receitas provêm essencialmente do exterior, ou ainda de pensões e reformas, carecendo de um sucessor.

Tal como nas famílias jovens de dedicação parcial, o projecto reprodutivo destas famílias realiza-se no exterior da exploração mas não prescindem dela,

pelas seguintes razões:

- São um complemento às receitas do exterior ou mesmo às reformas;
- Estas famílias dão muito valor sentimental às terras dos seus ascendentes;
- Sujeitam-se a um esforço complementar “dupla jornada” para aumentar as receitas da família e frequentemente para permitirem que os seus filhos possam continuar a estudar;
- Permanecem na agricultura a tempo parcial, porque quem trabalha está na actividade agrícola e o gosto já lhe foi inculcado por tradição.

As estratégias destas famílias passam pela manutenção da exploração agrícola, como complemento aos rendimentos da actividade não agrícola. Pretendem um bom futuro para os seus filhos, fora do Mundo Agrário, através de formação escolar média ou superior, de modo que possam aceder a um mercado laboral qualificado. Dado que o seu projecto de vida se relaciona com o exterior, os filhos foram educados com outros valores e estilos de vida e, assim, estes só em condições particulares se sujeitariam a ficar na exploração como sucessores.

### ***7.ª Famílias agrícolas idosas, com rendimentos originários, principalmente, do sistema de segurança social.***

Englobam as unidades de análise que formam a 5.ª fase do ciclo de vida (fase de transferência – que se forma a partir da 4.ª fase até um dos filhos que ficou em casa substituir o pai na direcção da exploração) e em que a principal proveniência das receitas são do sistema de segurança social.

O seu projecto de reprodução familiar passa essencialmente pela exploração agrícola baseando-se, em estratégias de retracção, caracterizando-se nomeadamente pela diminuição da área cultivada, pela diminuição do efectivo pecuário, pela diminuição da mão-de-obra efectiva e no recurso à extensificação ou mesmo ao abandono.

As estratégias que estas famílias idosas – que tendem para o abandono da exploração – adoptam no seu

“projecto de vida”, passam por aproveitar ao máximo os benefícios, reduzindo ao mínimo os encargos, e assim:

- Baixar os custos de produção, implicando uma diminuição da produção agrícola;
- Reduzir os gastos de consumo, implicando uma diversificação dos produtos autoconsumidos e produzidos na exploração;
- Irem sobrevivendo, dado que as pensões de reforma não lhes permitem viver sem o complemento proporcionado pela actividade agrícola.

### **8.<sup>a</sup> Famílias agrícolas idosas, com rendimentos originários, principalmente, da exploração agrícola ou de actividades no exterior daquela.**

Como no caso dos agregados domésticos anteriores, incluem as unidades de análise que formam a 5.<sup>a</sup> fase do ciclo de vida e em que a principal proveniência das receitas são da exploração ou de actividades no exterior daquela.

Nestas famílias agrícolas destacam-se dois grupos distintos: o das famílias cujas receitas provêm essencialmente da exploração agrícola e o daquelas em que as receitas provêm de salários ou rendimentos por conta própria.

O seu projecto de reprodução familiar passa ainda pela exploração agrícola baseando-se, em estratégias de manutenção ou mesmo modernização dessas explorações.

As estratégias de manutenção, em muitos casos com aplicação de capital proveniente da emigração (instalação/modernização), e mesmo de modernização, são notórias nestes tipos de famílias dado os seus elementos continuarem a trabalhar na exploração (e mesmo fora dela), visto se sentirem ainda pessoas válidas e com forças para isso, mas devido também às baixas pensões de reforma que auferem.

Estes dois tipos de estratégias devem-se, sobretudo, à presença de filhos no agregado doméstico, ou mesmo, nalguns casos, a um filho que já tenha assumido a gestão da exploração devido à impossibilidade de o anterior titular da exploração o poder fazer.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAPTISTA, Fernando Oliveira (1995). *Famílias e explorações agrícolas – notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul*. Instituto Superior de Agronomia: Lisboa.
- KADA, Ryohei, (1980). *Part-time family farming*, Center For Academic Publications: Tokyo, Japan.
- RIBEIRO, Manuela (1997). *Estratégias de reprodução socioeconómica das unidades familiares camponesas, em regiões de montanha (Barroso, 1940 – 1990). Um estudo de Sociologia em que as mulheres também contam*. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica: Lisboa

# ESTATUTO

## DA AGRICULTURA FAMILIAR PORTUGUESA



**7º Congresso da Confederação Nacional da  
Agricultura e da Agricultura Familiar Portuguesa**

*QUANDO A ONU CONSAGRA 2014 COMO O ANO INTERNACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR, A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – CNA, QUE A REPRESENTA, RECONHECENDO A NECESSIDADE E A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR PORTUGUESA, FAZ DELE UMA BANDEIRA DE LUTA E APRESENTA ESTE CONTRIBUTO PARA LANÇAR O DEBATE INSTITUCIONAL E NA SOCIEDADE, COM O OBJECTIVO DA SUA CONSAGRAÇÃO JURÍDICA PELOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA DO ESTADO DE PORTUGAL.*

## PREÂMBULO

É cada vez mais forte a percepção das populações, de governos e de instituições internacionais de que a humanidade não pode continuar a ser empurrada para o precipício, com as políticas das últimas décadas, de intensificação da produção agro-pecuária e florestal e o aumento do poder hegemónico de grandes companhias multinacionais da indústria e a distribuição, que controlam a produção e detêm cada vez mais terra, provocando o esgotamento de recursos naturais, acidentes climáticos, pragas e doenças, desertificação de muitas regiões, fome e subnutrição, esvaziamento e asfixia de economias locais e regionais, crescente dependência alimentar externa.

Ao longo das últimas décadas, muita da terra agrícola deixou de cumprir a sua função social de alimentar as populações e foi apropriada por grandes interesses económicos e financeiros.

As inovações científicas e tecnológicas, anunciadas como remédio para todos os males, não resolveram os problemas alimentares das populações, antes têm contribuído para a eliminação de milhões de explorações agrícolas em todo o mundo.

É este quadro de devastação caracterizado pela ONU, pelo qual responsabilizamos o grande agro-negócio, reconhecendo, em oposição, a importância da Agricultura Familiar, como imprescindível para a sustentabilidade da vida, a melhoria da alimentação das populações, no combate à desertificação, na

protecção da natureza, da biodiversidade e das culturas tradicionais, na coesão territorial, na economia e na soberania alimentar dos países e, sob o lema “Alimentar o Mundo, cuidar do Planeta”, declara 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar, propondo aos governos que assumam políticas de valorização e apoio à Agricultura Familiar.

Seguindo a posição da ONU, ministros da agricultura de todo o mundo, assinam em 25 de Fevereiro de 2014, em Paris, o compromisso de desenvolverem políticas de reconhecimento e valorização da Agricultura Familiar.

Urge então passar das palavras aos actos.

Tendo em conta por uma lado, a desvirtuação do conceito de agricultura familiar feita por Governos e os interesses do grande agro-negócio e, por outro lado, o reconhecimento generalizado da extrema importância da agricultura familiar do ponto de vista económico, social, ambiental e cultural para o país e a necessidade e premência de adequação das políticas públicas às especificidades da Agricultura Familiar por forma a travar a sua destruição, o 7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa reclama a existência de um Estatuto para a Agricultura Familiar Portuguesa, que defina juridicamente os conceitos e os princípios pelos quais se deve reger a formulação das políticas públicas com impacto na mesma.

Por outro lado, entende-se que, para se poder considerar Agricultura Familiar, o rendimento resultante da actividade agrícola e actividades relacionadas

(transformação e comercialização, artesanato, agroturismo, prestação de serviços, etc.) devem ter um peso significativo no rendimento global do Agricultor ou da Agricultora.

Em Portugal, a Confederação Nacional da Agricultura - CNA, que representa a Agricultura Familiar Portuguesa, considera que para a adopção de políticas específicas, que reconheçam e valorizem a importância da Agricultura Familiar na alimentação das populações e seja compensada pela diversidade de serviços públicos que presta à economia regional e nacional, à coesão territorial, à protecção do meio ambiente e à biodiversidade, devem partir da definição do perfil a que deve obedecer a Agricultura Familiar, quanto à organização do trabalho, ao âmbito do agregado familiar abrangido, às actividades envolvidas.

Assim, propõe o seguinte enquadramento que, pelo reconhecimento público da sua importância lhe permita a criação e o acesso a medidas de política pública específicas e adequadas à realidade da Agricultura Familiar e lhe permita aceder, nomeadamente a regras normativas próprias, a medidas de escoamento da produção, acesso a linhas de financiamento e de investimento específicas, assim como um regime fiscal e de segurança social próprios.

A Agricultura Familiar é aquela que trabalha directa e maioritariamente a terra e enquadra os titulares da exploração e respectivos agregados familiares maiores de 18 anos, que preencham os seguintes requisitos:

- 1) Trabalhar a terra e produzir com base na gestão e na mão-de-obra do agregado familiar, por vezes complementada com o rendimento de outras actividades, podendo recorrer, de forma permanente ou sazonal, a mão-de-obra assalariada, em volume global de trabalho não superior ao da família.
  - a. Compõem o agregado da Família Agrícola, além do titular da exploração, o/a cônjuge e parentes por consanguinidade ou afinidade até ao terceiro grau inclusive, que não sejam considerados trabalhadores por conta de outrem, sempre que sejam maiores de 18 anos e realizem

a actividade agrícola de forma pessoal e directa na correspondente exploração familiar.

- 2) Integram igualmente o conceito de Agricultura Familiar, os agregados familiares que, podendo ter outras profissões e delas obterem a parte maioritária do seu rendimento, desenvolvendo actividade agrícola, mesmo que dedicando-lhe menor tempo de trabalho e predominantemente para autoconsumo, contribuem para a concretização dos objectivos mais amplos da multifuncionalidade da Agricultura Familiar.
- 3) Entende-se por exploração agrária o conjunto de bens e direitos organizados pelo seu titular no exercício da actividade agrícola e que constitui em si mesma a unidade técnicoeconómica, podendo a pessoa titular ou os titulares da exploração, sê-lo na condição de proprietário, arrendatário, cessionário ou outro conceito análogo, das terras e elementos materiais da respectiva exploração agrícola.
- 4) Entende-se por actividade agrícola o conjunto de trabalhos necessários à obtenção de produtos agrícolas, pecuários e florestais, mesmo que para auto-abastecimento e comercialização dos excedentes.
- 5) Considera-se igualmente actividade agrícola a venda directa por parte da Agricultura Familiar da produção própria sem transformação ou a primeira transformação dos mesmos, cujo produto final está incluído no anexo I do artº 38º do Tratado da União Europeia, por qualquer membro do agregado familiar que integre a exploração, em mercados municipais ou em lugares que não sejam estabelecimentos de comércio permanentes.
- 6) Considera-se também actividade agrícola toda a que implique a formação, a gestão, a direcção e gerência da exploração.
- 7) Consideram-se actividades complementares, a participação e presença de qualquer membro do agregado familiar, em consequência de eleição pública, em instituições de carácter representativo, assim como em órgãos de representação de carác-

ter sindical, cooperativo ou profissional, sempre que estes estejam ligados ao sector agrário.

- 8) Consideram-se igualmente actividades complementares, as actividades de transformação dos produtos da sua exploração a venda directa dos produtos transformados, assim como as relacionadas com a conservação do espaço rural e protecção do meio ambiente, o turismo rural ou o agro-turismo e igualmente e a participação em as actividades culturais e artesanais realizadas na sua exploração, ou de iniciativa local.
- 9) O Estatuto de Agricultor Familiar confere o direito ao reconhecimento pelo Estado, de uma consideração específica, nomeadamente:
  - a. O direito a um regime de segurança social e a um regime fiscal próprios, que tenham em conta o rendimento efectivo da actividade agrícola e em que sejam valorizados os serviços públicos prestados, entre outros, na conservação da natu-

reza, na luta contra a desertificação, na coesão territorial, na protecção do meio ambiente e na biodiversidade;

- b. O direito a aceder a linhas de crédito e a seguros especificamente destinadas à Agricultura Familiar, assim como programas de apoio ao investimento na actividade agrícola e nas actividades complementares;
- c. O direito de aceder, prioritariamente, a terras para redimensionamento e melhoria de viabilidade económica da exploração agrícola;
- d. O direito prioritário ao acesso a mercados de proximidade;
- e. O direito ao abastecimento prioritário de todas as instituições públicas e da economia social da região onde se insere a exploração agrícola.

*Penafiel,*

*23 de Novembro de 2014*



A AGRICULTURA FAMILIAR  
EM PORTUGAL:

# RUPTURAS E CONTINUID



**Renato Miguel do Carmo** *Sociólogo, investigador auxiliar do Centro de  
Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto  
Universitário de Lisboa  
renato.carmo@iscte.pt*

## INTRODUÇÃO

ADES<sup>1</sup>

*EM PORTUGAL, AS CIÊNCIAS SOCIAIS TÊM ESTUDADO A AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DE UM MODELO DE INTERPRETAÇÃO DUALISTA QUE ACENTUA AS DIFERENÇAS INTER-REGIONAIS, MARGINALIZANDO, ATÉ CERTO PONTO, O SIGNIFICADO SOCIOLÓGICO DE ALGUMAS CONTINUIDADES QUE SE ESTABELECIAM (E SE ESTABELECEM) ENTRE AS ZONAS DO NORTE E DO SUL OU ENTRE O LITORAL E O INTERIOR.*

*O PRESENTE ESTUDO PRETENDE, ASSIM, CONSTRUIR UMA PERSPECTIVA DIFERENTE SOBRE AS MODALIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR EM PORTUGAL, PROCURANDO IDENTIFICAR, NUM PRIMEIRO MOMENTO, UMA SÉRIE DE PROXIMIDADES SOCIOLÓGICAS ENTRE OS DIFERENTES MODOS DE ORGANIZAÇÃO (TRADICIONAIS E MODERNOS) DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E, CONSEQUENTEMENTE, TRAÇAR OS EIXOS PARA UM MODELO MAIS COMPLEXO NA ANÁLISE DESSAS MESMAS MODALIDADES.*

A sociedade portuguesa tem sido estudada a partir de um modelo dualista composto por um conjunto de oposições territoriais (Norte - Sul; Litoral - Interior) que identificam diferentes realidades sociológicas do país. Este modelo é responsável pela tipificação de diversas áreas rurais e urbanas, com base em análises que evidenciam certas formas de organização social específicas de determinadas zonas que, supostamente, se diferenciam e se opõem a outras estruturas e a outros modos de vida dominantes noutras regiões e localidades.

A oposição entre Norte e Sul caracteriza a sociedade tradicional e estabelece uma diferenciação entre as regiões camponesas e as zonas mediterrânicas de cariz latifundista, respectivamente. A segunda dualidade emerge na análise sociológica a partir da década de 60 e pretende caracterizar a modernização da sociedade que se centraliza principalmente em certas zonas litorais.

A consonância entre a organização social e espacial, identificada por este modelo, contribuiu para que se enfatizasse fundamentalmente as rupturas existentes entre o Norte e o Sul ou entre o Litoral e o Interior, ofuscando, de certo modo, as continuidades sociais e culturais que se estabelecem entre estas áreas territoriais.

Um dos elementos fulcrais a partir do qual se compôs essa diferenciação relaciona-se com a análise das diferentes modalidades de agricultura familiar. Assim, no país tradicional as regiões rurais do Norte sempre se caracterizaram como sociedades fortemente estruturadas pelo modo de organização das famílias agrícolas; enquanto que, em relação ao Sul, sobretudo no Alentejo, se descuroou, até certo ponto, a importância das modalidades de agricultura familiar.

Por outro lado, os intensos processos de industrialização e de urbanização que emergiram a partir dos finais dos anos 50, principalmente nas zonas do Norte e do Centro litoral, afectaram as tradicionais formas de agricultura familiar e provocaram uma

1) Originalmente publicado em *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol.48, no.1, Brasília <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032010000100001>

## **Os intensos processos de industrialização e de urbanização que emergiram a partir dos finais dos anos 50, principalmente nas zonas do Norte e do Centro litoral, afectaram as tradicionais formas de agricultura familiar**

série de recomposições sociais na população camponesa.

Ao longo do presente texto, serão questionados os fundamentos destas visões paradigmáticas do mundo rural e da agricultura familiar em Portugal. De modo a aprofundar e a contextualizar a análise, serão recorridos aos estudos que estão sendo desenvolvidos sobre a evolução da composição social no Alentejo. Habitualmente esta região é considerada das mais homogéneas do país (em termos socioeconómicos e culturais) o que, em parte, se deve aos esquemas de tipificação dualistas que tendem a simplificar o significado da realidade social alentejana por oposição a outras áreas regionais.

### A AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: O CASO DA REGIÃO ALENTEJANA

Até aos anos 50 do século anterior, tende-se a definir a situação socioeconómica do país agrícola a partir da diferenciação entre *agricultura familiar* predominante a Norte, por oposição à agricultura de tipo *patronal ou latifundiária* reinante a Sul. A primeira é representativa da sociedade camponesa, onde a actividade agrícola era fundamentalmente de subsistência e determinada a partir do espaço doméstico e familiar. Este tipo de sociedade compreendia uma estrutura social relativamente homogénea, na qual a desigualdade social se estabelecia entre a classe dos pequenos agricultores e a dos lavradores mais abastados, que possuíam maior porção de terra e utilizavam na produção agrícola mais meios de trabalho. Por seu turno, a percentagem de jornaleiros era claramente menor relativamente às zonas do Sul.

Em contrapartida, na sociedade agrária do Sul a estrutura social era bem mais polarizada entre duas classes principais: os grandes proprietários e os trabalhadores assalariados que representavam parte substancial da população agrícola. Na análise da sociedade agrária alentejana, o critério utilizado para diferenciar as várias camadas sociais define-se através da distinção entre os grupos que possuem propriedade (jurídica e/ou económica) e aqueles que não são proprietários, detendo como único recurso a força de trabalho.

A dualização da realidade rural e agrícola da sociedade portuguesa, a partir dos critérios mencionados, contribuiu para uma simplificação analítica que acabou por encobrir uma série de situações impuras nas quais se pode identificar a coexistência, em algumas famílias e grupos sociais, de situações bem diferentes e até contraditórias.

A realidade social alentejana é habitualmente analisada e apresentada como sendo bastante hegemónica. Os diversos estudos sobre a composição social desta região salientam fundamentalmente o significado da polarização social, identificando o doloroso modo de vida das famílias de trabalhadores, face à riqueza e ostentação das famílias latifundiárias.

No entanto, por intermédio do estudo apurado de dados estatísticos da época, assim como da análise de algumas monografias realizadas nos anos 30 e 40, pode-se considerar que, até aos meados dos anos 60, a vida social de parte das famílias agrícolas desta região era constituída por um conjunto diversificado de actividades de exploração e de organização do trabalho. Esta diversidade derivava da natureza do estatuto da propriedade e das formas de produção e de trabalho agrícola.



Normalmente refere-se a ausência de mecanização e o carácter absentista do latifundiário alentejano para justificar o recurso a grandes contingentes de mão-de-obra assalariada, até praticamente a meados dos anos 60 do séc. XX. Todavia, é importante referir que existia um outro recurso importante, por parte dos grandes proprietários, que passava pela celebração de diferentes contratos de arrendamento e de modalidades de parceria.

Parte das terras eram arrendadas a grandes e médios lavradores rendeiros, que em muitos casos exploravam a totalidade da propriedade, mas também podiam ser cedidas, em parcelas mais pequenas, aos *seareiros*. Este grupo social teve uma importância decisiva no processo de arroteamento e de desflorestação da charneca alentejana e na generalização da plantação da cultura do trigo (desde a segunda metade do séc. XIX).

Como referem alguns autores, geralmente os proprietários, e também os grandes lavradores rendei-

ros, cediam as terras menos produtivas das suas explorações aos seareiros fazendo com que, proporcionalmente, estes acabassem por obter lucros mais baixos com o cultivo de cereais. Para minimizar os custos, o seareiro normalmente possuía alguns meios de produção (animais de trabalho, parelha de muares), e recorria principalmente ao trabalho familiar, o que lhe permitia assegurar por conta própria a exploração da terra arrendada. De facto, poucos eram aqueles que empregavam regularmente mão-de-obra assalariada.

Normalmente o seareiro e a sua família encontravam-se numa situação social impura em que confluíam diferentes tipos de actividade agrícola, em muitos casos o agricultor conjugava a actividade de seareiro com a de pequeno proprietário agrícola e/ou com a de assalariado agrícola.

A situação de pluriactividade agrícola obrigava a uma estratégia familiar de divisão do trabalho, na qual os vários elementos do agregado se repartiam perante

um conjunto diversificado de funções, podendo mudar várias vezes ao longo do ano a tarefa exercida por cada um.

Neste sentido, pode-se dizer que a categoria de seareiro não representava uma situação social homogénea, pelo contrário, estes indivíduos ocupavam na maior parte dos casos aquilo que Wright (1994) define como “*um lugar contraditório de classe*”, na medida em que podiam alternar entre a situação de trabalhador por conta própria (e por vezes de empregador) e a situação de trabalhador por conta de outrem.

A pluriactividade agrícola era um factor importante para a manutenção e resistência da agricultura familiar no Alentejo. Esta estruturava-se em torno de três eixos: o arrendamento agrícola, o trabalho assalariado e a pequena exploração agrícola. De facto, a pequena propriedade (que era e é maior em número face à grande propriedade que ocupa maior área) teve e ainda tem uma certa importância na região. Contudo, a maior parte destas explorações eram claramente insuficientes para sustentar a família do agricultor.

O trabalho por conta própria nestas pequenas propriedades não representava a actividade principal do agricultor que se via na contingência de recorrer ao trabalho assalariado e/ou ao arrendamento de outras explorações agrícolas. Deste modo, pode-se concluir que a pequena exploração era um factor que contribuía para o desenvolvimento de estratégias familiares de pluriactividade e de plurirendimento de carácter agrícola (CARMO, 2007).

Neste sentido, embora a natureza da agricultura familiar no Alentejo fosse bastante diferente da que predominava nas regiões de minifúndio, ela continha um conjunto de características que a aproximavam do modo de vida camponês das sociedades rurais do Norte. Características essas que, independentemente das causas, tinham a ver fundamentalmente com o carácter tradicional e pouco propenso para o desenvolvimento da actividade agrícola, tanto a Norte como a Sul do país.

Por este motivo, apesar de fazer sentido demarcar o Norte e o Sul, em função do tipo de agricultura e das classes sociais dominantes em cada zona, entende-se que essa divisão analítica não deve ter um carácter absoluto que provoque uma simplificação na leitura da realidade social e económica vivida nos campos até meados dos anos 60.

#### AS FORMAS MODERNAS DE PLURIACTIVIDADE

Numa outra linha de análise surgiram um conjunto de estudos monográficos que tentaram identificar o modo como algumas regiões rurais, localizadas próximo do litoral, foram passando por um processo de urbanização e de alteração das estruturas sociais. Começando pelo Norte do país, salientam-se o estudo de Karin Wall (1998), que analisa a vida



das famílias de duas aldeias localizadas no Baixo Minho; os trabalhos de Ferreira de Almeida (1999 [1986]) e de Madureira Pinto (1985) sobre uma aldeia situada nos limítrofes da área metropolitana do Porto; no Centro, destaca-se a análise de Pedro Hespanha (1994) sobre as localidades rurais da zona de Coimbra; os estudos de Nelson Lourenço (1991), Moisés Espírito Santo (1999) e António Gama (1987), que se debruçaram em localidades da região de Leiria; e, finalmente, a Sul, a monografia de Robin Jekins (1979), que estudou os processo de mudança de uma aldeia algarvia.

Todos estes trabalhos caracterizam as mudanças que se desenrolam em zonas rurais localizadas não muito longe de determinadas zonas urbanas e/ou industriais de média ou de grande dimensão que, por seu lado, estão a sofrer um intenso processo de modernização socioeconómica. As mudanças vividas nestas

freguesias rurais dizem respeito não só à alteração dos modos de produção agrícola, que se mecanizam e tendem a integrar uma lógica de produção capitalista, mas também às modalidades de industrialização e de terciarização que se generalizam e tendem a afectar as economias locais.

Estas áreas (nomeadamente das zonas do Porto, Coimbra e Leiria) podem ser designadas como zonas *peri-urbanas*, na medida em que são alvo de uma série de mecanismos de modernização relacionados com o desenvolvimento tecnológico e com a difusão de novas possibilidades de comunicação e de transporte, contribuindo, assim, para a utilização de novas formas de energia empregues nas diferentes modalidades de produção (GAMA, 1987).

Recorrendo à formulação de A. Sedas Nunes (1964), pode-se dizer que a noção de zona peri-urbana designa todo um conjunto de processos que se generalizam na sociedade moderna e tenderam a expandir-se e a condicionar a realidade socioeconómica das regiões mais tradicionais (localizadas no interior do país). A proximidade espacial, que se intensifica devido às novas formas de mobilidade e de transporte, torna-se assim o factor responsável pela difusão da modernidade nestas zonas periféricas. A nível sociológico, estas mudanças foram identificadas sobretudo na alteração do sistema de estratificação social das sociedades rurais e dos modos e estilos de vida tradicionais.

O fenómeno de mudança mais estudado nestas zonas relaciona-se com a pluriactividade familiar (ALMEIDA, 1999; BARROS, 1986; BARROS & MENDES, 1983; CAVACO, 1981; GAMA, 1987; HESPANHA, 1994; LIMA, 1990; LOURENÇO, 1991; SOBRAL 1999), que leva ao surgimento de uma nova classe social denominada de *campesinato parcial*. Esta posição de classe tornou-se maioritária em muitas das localidades estudadas. Assim, parte das famílias camponesas tendem a manter a sua exploração agrícola, ao mesmo tempo que alguns elementos do agregado (sobretudo homens) trabalham em sectores e empresas não agrícolas, situadas em



muitos casos fora da povoação (nos centros urbanos mais próximos ou em outras zonas rurais que sofrem processos de industrialização difusa). Esta situação é responsável pela intensificação das deslocações pendulares entre as aldeias e os espaços urbanos e/ou industrializados.

Por outro lado, para além da reestruturação do camponato local, aumenta o peso das classes ligadas quer ao sector terciário, como é o caso da nova pequena burguesia, quer ao sector secundário (patronato e operariado industrial). O reforço destas classes é representativo de uma efectiva modernização socioeconómica que contribui para a difusão dos modos e estilos de vida urbanizados. De facto, os residentes das freguesias rurais que trabalham nos centros urbanos acabam por importar estilos de vida e valores característicos das cidades.

Todos estes processos concretizam, por um lado, o modo como a modernização alastra e se difunde pelas zonas periféricas e rurais, alterando as estruturas sociais e os estilos de vida das populações locais; mas, por outro lado, reflectem uma série de factores de resistência às formas de produção agrícola capitalistas e empresariais, que resultam na manutenção da agricultura familiar como um elemento crucial na sustentabilidade das populações rurais.

### UM CONCEITO BIVALENTE

A maior parte dos estudos, referidos no ponto anterior, debruçou-se fundamentalmente no conceito de pluriactividade familiar, com o intuito de caracterizar um conjunto de mudanças socioeconómicas e culturais que se desenvolvem em determinadas zonas rurais. Estes contributos monográficos comprovam assim a tese dualista, evidenciada por A. Sedas Nunes (1964), a partir da qual se perspectiva uma contínua penetração de factores de modernização na sociedade tradicional (que representava a maior parte das zonas do interior do país).

Esses processos alteram o modo de organização da família, que tem de conciliar a manutenção da acti-

vidade agrícola e a divisão do trabalho, cada vez mais complexa, entre os vários elementos do agregado. Por outro lado, os movimentos pendulares (diários ou sazonais) para fora da localidade obrigam aos que ficam (as mulheres na maior parte dos casos) a um esforço redobrado na gestão das actividades agrícolas, domésticas e educacionais.

Desta feita, é atribuído à pluriactividade familiar um sentido de ruptura face ao modo de vida camponês e às formas tradicionais de organização no seio da família. Contudo, o significado sociológico dessa ruptura deverá ser relativizado, na medida em que ela representa uma alteração principalmente ao nível do conteúdo das modalidades de pluriactividade, e não tanto ao da sua organização formal.

Como referido anteriormente, na sociedade tradicional, a prática da pluriactividade familiar e o recurso ao plurirrendimento eram bastante intensos em faixas importantes da população rural residente não só no Alentejo, como também nas regiões do Norte. Na verdade, como descreve Brian O'Neill (1984), até ao advento da emigração (que se generaliza a partir dos anos 50 do século XX) a proporção de jornaleiros nas aldeias transmontanas era bastante considerável, tal como ilustram os dados dos recenseamentos relativamente às regiões localizadas a Norte. Segundo O. Baptista esses dados indicam que "em largas manchas da zona de agricultura familiar [a Norte] a maior parte dos assalariados agrícolas eram elementos (filhos) de famílias agricultoras cujas explorações não permitiam o sustento de todo o agregado familiar" (BAPTISTA, 1993, p. 334).

A pluriactividade era, assim, um factor essencial na vida dos campos e que, muitas vezes, se encontrava associada a fenómenos de migração sazonal de camponeses que se dirigiam em massa para as regiões latifundiárias do Sul, como era o caso dos "(...) movimentos para as regiões de grande cultura de trigo e de arroz, geralmente com carência de braços nos momentos culminantes das fainas agrícolas" (RIBEIRO, 1999, p. 754).

Deste modo, pode estabelecer-se uma certa continuidade entre a forma de organização da família camponesa tradicional, que à medida das possibilidades conseguia diversificar as actividades agrícolas entre os elementos do seu agregado, e as famílias de campesinato parcial que, devido à modernização, podem auferir de diferentes fontes de rendimento resultantes da actividade em diversos sectores não agrícolas. De facto, as mudanças verificam-se sobretudo na natureza e no conteúdo das actividades exercidas, que passam a compreender componentes

de modernidade, o que provoca fortes alterações socioeconómicas e culturais nos modos e estilos de vida (ALMEIDA, 1999; CARMO, 2009).

Neste sentido, o conceito de pluriactividade incorpora uma dimensão bivalente: por um lado, identifica um conjunto de rupturas entre a sociedade tradicional e os processos de modernização, mas por outro lado, desvela uma série de continuidades entre o modo de vida dos camponeses do Norte (e os seareiros do Alentejo) ou entre as famílias agrícolas tradicionais e as modernas.



***Se em 1979 somente 41% da população agrícola em situação de pluriactividade exercia uma actividade exterior na área do comércio e dos serviços, já em 1989 e em 1999 esta porcentagem passa para 50 e 57, respectivamente.***

O significado bivalente do conceito de pluriactividade permite, assim, construir uma visão diferente da agricultura familiar e do meio rural português (tradicional e contemporâneo).

Noutro lugar teve-se a oportunidade de demonstrar que a forma socioespacial do processo de modernização e de urbanização da sociedade portuguesa tende assemelhar-se a uma configuração em arquipélago, na qual emergem localidades detentoras de um relevante dinamismo socioeconómico e cultural, como é o caso de algumas cidades do interior ou das zonas de industrialização difusa (Carmo, 2006).

Esta alteração gradual, que começa a esboçar-se a partir da década de 80 (do século XX), não só condiciona a organização espacial e os modos de vida urbanos nas cidades médias, como vai provocar complexas mutações nos espaços rurais e na relação que estes estabelecem com as zonas mais urbanizadas.

As mudanças ocorridas na sociedade exigem uma análise pluridimensional que não exclua os elementos dualistas, mas tenha a preocupação de integrar uma perspectiva mais complexa dos fenómenos em causa.

Em relação à temática que está sendo tratada, pode-se dizer se tem assistido a uma pulverização das modalidades de pluriactividade moderna pelas mais variadas localidades do país. De facto, se levado em conta os dados do Recenseamento Agrícola de 1999, verifica-se que não existe grande disparidade inter-regional entre as percentagens de elementos familiares que exercem uma actividade exterior à exploração agrícola. Estes dados comprovam, de certo modo, a

generalização da pluriactividade familiar que deixou de ser específica das zonas rurais localizadas próximo da faixa litoral.

Assim, apesar das diferenças ainda salientes ao nível da estrutura fundiária, entre as zonas de minifúndio (predominantes a Norte) e as zonas de latifúndio situadas a Sul, identificam-se um conjunto de aproximações sociológicas entre estas áreas. A progressiva mecanização e modernização da agricultura e o decréscimo constante de população agrícola fizeram com que o número de trabalhadores agrícolas tivesse descido substancialmente, influenciando para o reforço do peso de agricultores isolados e autónomos que não empregam mão de obra exterior e recorrem fundamentalmente ao trabalho familiar. Esta tendência afectou principalmente o Alentejo que, embora mantenha o maior peso (a nível nacional) na proporção de empresários agrícolas, vê aumentar substancialmente a percentagem de agricultores autónomos e diminuir claramente a proporção de assalariados agrícolas. Neste sentido, a representação da agricultura familiar aumenta consideravelmente nesta região, comparativamente ao que acontecia há três décadas, quando o número de trabalhadores agrícolas era largamente maioritário.

#### PLURIACTIVIDADE NO ALENTEJO: ENTRE AS DÉCADAS DE 70 E DE 90

Ao analisar, mais uma vez, a região alentejana, detecta-se que a natureza das formas de pluriactividade se tem tornado mais diversificadas e complexas. O Alentejo sofreu nestas últimas três décadas uma série

de mudanças profundas nas estruturas sociais. A mais marcante diz respeito à estrondosa redução de activos ocorrida no sector agrícola, que passou a ser claramente minoritário. De facto, desde os finais dos anos 50, a população agrícola familiar alentejana tem vindo a decrescer de forma muito acentuada. No entanto, nas décadas de 80 e 90 que foram verificadas as perdas mais substanciais. Segundo os dados dos recenseamentos da agricultura, entre 1979 e 1999, a população agrícola familiar do Alentejo diminuiu 31% (decreceu 6% nos anos 80 e 27% na década seguinte).

Se levado em conta somente o número de produtores agrícolas, observa-se uma diminuição similar que, no entanto, afecta diferentemente as mulheres e os homens. Durante este período, identifica-se um crescimento generalizado do número de produtoras agrícolas, que crescem 36% nos anos 80 e 13%, na década seguinte. Apesar desta evolução, o volume de produtoras ainda é relativamente residual, crescendo de 3.703 (em 1979) para 5.691 (em 1999), isto é, se naquele ano estas representavam cerca de 8% do total de produtores agrícolas, neste último correspondem a 12%.

Contudo, apesar do decréscimo generalizado de população, verifica-se que proporcionalmente, se denota uma menor redução em relação ao conjunto de efectivos que constituem as famílias agrícolas relativamente à diminuição ocorrida no número de activos empregados neste sector (nomeadamente, trabalhadores assalariados). Isto é, as famílias demonstram alguma capacidade de “resistência” que se espelha na manutenção percentual de elementos que trabalham com alguma regularidade na exploração agrícola.

Assim, se em 1979 cerca de somente 26% da população agrícola familiar não exercia qualquer actividade na exploração, observa-se que em 1999 essa proporção sobe ligeiramente para 29%. Tendo em conta que neste sector a população activa diminuiu fortemente, é possível dizer que o trabalho familiar ganha uma importância relevante que não pode ser

descurada. De qualquer modo, a qualidade desse trabalho é menos permanente face à realidade de 1979, em que cerca de 16% da população familiar agrícola desenvolvia uma actividade na exploração a tempo completo (em 1999 apenas 9% se dedicam a tempo inteiro). Este dado relaciona-se, em parte, com a mecanização do sector, que se intensifica a partir da década de 60 do século XX, e afecta também os produtores individuais.

Para além da evolução negativa que marca profundamente a população agrícola assiste-se, nestas duas décadas, a uma alteração clara na estrutura e no modo de organização social da vida agrária. Um dos aspectos mais determinantes diz respeito às modalidades de pluriactividade, que se modificaram radicalmente.

Na verdade, como foi referido, o sistema agrário de cariz latifundiário organizava-se e reproduzia-se em torno de dois pilares fundamentais: o recurso relativamente generalizado, por parte dos grandes agricultores, aos contratos de arrendamento e de parceria de terra, e ao emprego maciço de trabalhadores assalariados. Era um sistema de natureza pré-capitalista que aliava os modos de exploração tradicionais (investindo muito pouco em factores de produção modernizantes) a uma lógica de mercantilização a grande escala (regional e nacional).

Este sistema, apesar de se autoreproduzir tendo por base práticas sociais fortemente coercivas e autoritárias, que não possibilitavam o desenvolvimento de sectores alternativos à agricultura, permitia a proliferação de modalidades diversificadas de pluriactividade agrícola.

Nestas últimas duas décadas, no entanto, assiste-se a uma quebra na proporção de população familiar que conjuga o trabalho na exploração agrícola com o exercício de uma actividade exterior. Em 1979, cerca de 35% dos elementos encontravam-se em situação de pluriactividade. Esta percentagem decresce em 1981 para 29%, mantendo-se a este patamar em 1999. A variação negativa que se verifica na população em situação de pluriactividade, ocorrida durante

a década de 80, é muito superior à que se observa na população agrícola total.

Este dado tem a ver principalmente com a redução da pluriactividade de cariz agrícola. De facto, em 1979, cerca de 41% da população em situação de pluriactividade exercia outra actividade no sector agrícola (na maior parte dos casos exploravam propriedades em forma de arrendamento e/ou de parceria). Esta proporção diminui para 32% em 1981 e 21% em 1999. Em termos numéricos, a taxa de variação é muito negativa: decresce 37% (entre 1979 e 1989) e 51% (entre 1989 e 1999).

Por outro lado, assiste-se a uma efectiva terciarização nas modalidades de pluriactividade. Embora neste caso também se identifique uma diminuição da população que conjuga a exploração agrícola com uma actividade no sector terciário, observa-se, contudo, uma taxa de variação muito menos negativa: de -2% e de -16%, nas respectivas décadas. Deste modo, se em 1979 somente 41% da população agrícola em situação de pluriactividade exercia uma actividade exterior na área do comércio e dos serviços, já em 1989 e em 1999 esta percentagem passa para 50 e 57, respectivamente.

A situação que conjuga a agricultura com o sector secundário mantém o seu nível proporcional, apesar de ter conhecido uma variação negativa superior à ocorrida na modalidade descrita acima: de -22% e de -11% em cada uma das décadas.

As tendências que foram brevemente descritas neste ponto reflectem a modificação gradual que vem substituindo as formas tradicionais de pluriactividade agrícola por modalidades mais diversificadas, que conjugam o trabalho exercido na exploração agrícola com a generalização de acti-

vidades exteriores ao sector. Neste sentido, a agricultura de tipo parcial assente no recurso ao trabalho familiar é numa das características mais salientes do



sistema agrário alentejano, à sementeira do que sucede com outras zonas do país, nomeadamente as de minifúndio.

## CONCLUSÃO

A definição de oposições bem determinadas entre diferentes áreas territoriais da sociedade portuguesa, resultantes da estruturação de um modelo de interpretação dualista que encontrou correspondência com uma série de estudos monográficos, contribuiu para que a leitura do mundo rural português evidenciasse principalmente as rupturas e descontinuidades inter-regionais. Esta visão enfatizou de tal modo a orgânica interna de certas regiões e comunidades que, por vezes, se fica com a ideia que o país se desmembra em diferentes sociedades quase autónomas entre si.

Assim, no que diz respeito à sociedade tradicional, os estudos construíram um significado restrito da agricultura familiar, enquadrando-a fundamentalmente nas comunidades camponesas das regiões de minifúndio, ao mesmo tempo que se reduziu a sua importância na estruturação das relações sociais e de produção nas zonas de latifúndio localizadas a Sul.

Por seu turno, os trabalhos que se debruçaram sobre as modalidades de modernização do meio rural contribuíram para limitar a amplitude espacial e temporal do conceito de pluriactividade, descurando o seu valor na organização da vida nos campos em zonas do interior do país (tanto a Norte como a Sul).

Neste sentido, torna-se fundamental reequacionar o significado sociológico dos conceitos de agricultura familiar e de pluriactividade, com o intuito de desenvolver uma visão pluridimensional da vida rural e agrícola capaz de estabelecer diversas “pontes” analíticas entre os diferentes contextos e territórios estudados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Ferreira de. *Classes sociais nos campos*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- BAPTISTA, Oliveira Fernando. Economia do latifúndio - o caso português. In: BARROS, Afonso de (Coord.). *A Agricultura Latifundiária na Península*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980.p. 341-372.
- BARROS, Afonso de. *Do latifundismo à reforma agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1986.
- BARROS, Afonso de, e MENDES, Fernando Ribeiro. Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa. *Análise Social*, v. XIX, nº75, p. 57-78. 1983.
- BARROS, Henrique de. *A população e o trabalho agrícolas na freguesia de Cuba*. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura, 1934.
- CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição à apropriação. *Sociologias*. nº 21, p. 252-280. 2009.
- CARMO, Renato Miguel do. *De aldeia a subúrbio: trinta anos de uma comunidade alentejana*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.
- CARMO, Renato Miguel do. Cidades Médias: do crescimento demográfico à consolidação territorial. *Cidades, Comunidades e Territórios*. nº 12/13. p. 69 - 82. 2006.
- CAVACO, Carminda. A pluriactividade na pequena agricultura portuguesa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº7/8, p. 171-193. 1981.
- CUTILEIRO, José. *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa, 1977.
- GALVÃO, J. Mira. *O seareiro*. Beja: Minerva Comercial, 1949.
- GAMA, António. Indústria e peri-urbanização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, p. 33-54. 1987.

- HESPANHA, Pedro. *Com os pés na terra*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- JENKINS, Robin. *Morte de uma aldeia portuguesa*. Lisboa: Querco, 1979.
- LIMA, Aida Valadas. Pluriactividade e integração espacial. *Sociologia Problemas e Práticas*, nº 8, p. 55-62. 1990.
- LOURENÇO, Nelson. *Família rural e indústria*. Lisboa: Fragmentos, 1991.
- NUNES, Sedas. Portugal, sociedade dualista em evolução. *Análise Social*, nº7-8, p. 407-462. 1964.
- O'NEILL, Brian Juan. *Proprietários, lavradores e jornaleiros: desigualdade social numa aldeia transmontana (1870 - 1976)*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.
- PAIS, Machado, *et al.* Elementos para a história do fascismo nos campos: a campanha do trigo: 1928-38 (I). *Análise Social*, v. XII, nº46, p. 401-473. 1976.
- PINTO, Joaquim Bugalho, *O seareiro na Freguesia de Cabeça Gorda - concelho de Beja*. Dissertação. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. 1941.
- PINTO, José Madureira. *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos: elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento, 1985.
- ROSAS, Fernando *et al.*. Estado Novo. In: Mattoso, José (Dir.). *História de Portugal vol. VII*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne, *Geografia de Portugal vol. III*. 3ª ed.. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.
- SANTO, Moisés Espírito. *Comunidade ao Norte do Tejo: seguido de vinte anos depois*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1999.
- SILVA, Manuel Carlos. *Resistir e adaptar-se: constrangimento e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
- SOBRAL, José Manuel. *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- WALL, Karin. *Famílias no campo: passado e presente em duas Famílias do Baixo-Minho*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- WRIGHT, Erik Olin. Análise de classes, história e emancipação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº40, p. 3-36. 1994.

### Fontes

- Inquérito às Explorações Agrícolas de 1952-4, Instituto Nacional de Estatística.
- Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968, Instituto Nacional de Estatística.
- Recenseamento Geral da Agricultura de 1979, Instituto Nacional de Estatística.
- Recenseamento Geral da Agricultura de 1989, Instituto Nacional de Estatística.
- Recenseamento Geral da Agricultura de 1999, Instituto Nacional de Estatística.

# FAMÍLIAS AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO



# DO O CASO ALENTEJO

Rosária Casinha

O CONTEÚDO DO PRESENTE ARTIGO CORRESPONDE, COM PEQUENOS AJUSTAMENTOS EFECTUADOS POR EDUARDO FIGUEIRA, ORIENTADOR DO TRABALHO DE DOUTORAMENTO, À COMUNICAÇÃO QUE FOI APRESENTADA PELA AUTORA NO IV CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. A AUTORA ESTAVA NESSE ANO A DESENVOLVER A SUA TESE DE DOUTORAMENTO DEDICADA À AGRICULTURA FAMILIAR. COM A SUA INCLUSÃO NESTE NÚMERO DA REVISTA "VEZ E VOZ", A ANIMAR QUER PRESTAR HOMENAGEM A ROSÁRIA CASINHA, ENTRETANTO FALECIDA, PELO CONTRIBUTO QUE DEU AO DESENVOLVIMENTO LOCAL ATRAVÉS DOS SEUS ESTUDOS E PRÁTICAS.

## INTRODUÇÃO

A população, em geral, e a população agrícola, em particular, assim como o número de empresas agrícolas têm vindo a diminuir drasticamente nos últimos anos na Região Alentejo. Tal situação, apesar dos vários programas de incentivo à promoção de empresas em geral, deve-se, essencialmente, à falta de incentivos e emprego na Região nos últimos anos. Assim, face à necessidade imperiosa de parar o processo de desertificação humana a que se assiste nas regiões alentejanas, é fundamental e urgente formular e implementar políticas e estratégias de fixação populacional que visem manter a população no meio rural mesmo sabendo que parte da força de trabalho possa vir a ser aplicada fora das explorações agrícolas em outros sectores de actividade. Nesta perspectiva é pois essencial que no espaço rural existam as condições que permitam às famílias desenvolver-se, ter acesso a actividades educativas e usufruir de actividades culturais e recreativas. Ou seja, é fundamental assegurar condições de vida para que as famílias e os seus elementos possam, por sua vez, contribuir para o processo de Desenvolvimento Local, que se pretende sustentável e integrado. Falar de desenvolvimento integrado numa região em que o sector agrícola tem um papel importante e em que existe uma tradição rural/agrícola é falar também de uma das suas principais componentes: o desenvolvimento agrícola. É preciso, no entanto, referir-se que "desenvolvimento agrícola não é só desenvolvimento da produção, mas também, e em particular, desenvolvimento da população agrícola. O desenvolvimento agrícola não pode ser equacionado à margem da população agrícola, pois é ela quem mais directamente o poderá concretizar" (Portela, 1981:313). Não é assim possível falar de desenvolvimento em meio rural esquecendo o papel dos agricultores e das suas famílias. É pois importante analisar o papel e o contributo das famílias agrícolas para o Desenvolvimento Local integrado e sustentável da Região Alentejo, a qual, embora em pro-

cesso avançado de desertificação humana e física, representa cerca de 30% do território continental, e possui uma forte e singular identidade cultural. Por outro lado, constata-se que do total das empresas agrícolas Alentejanas, cerca de 97% são geridas pela família, a terra e outros capitais são no todo, ou maioritariamente, propriedade da família e empregam, sobretudo, trabalho exclusiva ou maioritariamente familiar<sup>1</sup>. Decorre daqui que a presença das famílias agrícolas e consequentemente dos aglomerados populacionais agrícolas, numa Região eminentemente rural, é fundamental na preservação do ambiente e no combate à desertificação física e humana desta parte do território Português. A família e a combinação das diversas actividades económicas no interior da própria família são condicionantes do processo de desenvolvimento integrado, o qual “repousa fundamentalmente na ideia de estimular e desenvolver novas formas de gerar rendimentos para a vida familiar, através da combinação de diversas actividades produtivas realizadas pela própria família. No meio rural uma dessas actividades é, quase sempre, a agricultura, que constitui a base material mais importante do Desenvolvimento rural integrado” (Etxezarreta, 1988: 105). A agricultura continua, assim, a ser importante em muitas áreas rurais (talvez em todas), não apenas por razões de ordem económica, mas também por razões que se prendem com a contribuição para a preservação da paisagem e do ambiente.

De entre as empresas agrícolas, deparam-se as situações mais variadas, não só ao nível da própria gestão, como a outros níveis ligados à estrutura da própria

exploração, do seu agregado familiar e das relações que se estabelecem entre ambos (família e exploração). Assim sendo, considera-se necessário identificar e caracterizar essas diferentes situações tendo em vista a definição de uma tipologia de empresas agrícolas familiares na Região Alentejo. De referir que, neste âmbito, a empresa agrícola compreende não só o sentido físico e económico do termo empresa, mas também o agregado familiar que a constitui. Com base na tipologia definida mais fácil e adequadamente se poderá estimar e analisar o contributo que cada um dos grupos definidos fornece, ou pode fornecer, para o processo de Desenvolvimento integrado e sustentável que é urgente implementar na Região. Este conhecimento constituirá pois importante contributo para a definição de políticas e estratégias conducentes ao processo de Desenvolvimento da Região Alentejo. Assim, o estudo a partir do qual se extraiu o presente artigo tinha em vista incidir sobre toda a Região Alentejo, mais directamente sobre as famílias agrícolas alentejanas, por se entender que numa região em que, tradicionalmente, o sector agrícola tem um papel preponderante não é possível conceber Desenvolvimento Local sem Desenvolvimento agrícola, ou seja, não é possível pensar em Desenvolvimento com uma agricultura em decadência e estagnada e famílias agrícolas desmotivadas e com poucos (ou nenhuns) incentivos e/ou objectivos de vida e de trabalho. Nesse sentido, considera-se fundamental identificar e promover estratégias para as famílias/explorações agrícolas alentejanas de forma a que essas famílias possam não só viver com qualidade, mas também contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável da Região. Para o efeito é necessário:

1. Caracterizar as famílias/explorações agrícolas do Alentejo, cuja gestão é função da família, em geral, e particularmente das empresas familiares;
2. Construir uma tipologia das empresas agrícolas familiares Alentejanas;
3. Estudar e analisar o contributo que cada um dos tipos definidos fornece para o processo de

---

1) Dados retirados da RGA, mais concretamente do ficheiro EUROFARM. Os dados mais recentes (Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas/97) não permitem concretizar o objectivo do estudo. Apenas dão a certeza da diminuição do número de explorações, em cerca de 26%, um pouco inferior à média nacional, diminuição essa conseguida em parte à custa das explorações de tipo familiar, exactamente as que nos interessam neste estudo.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável para a Região.

4. Identificar as estratégias para os diferentes tipos de famílias/explorações definidos, com vista a contribuir para o Desenvolvimento Integrado e Sustentável para a Região.

## FAMÍLIA E EMPRESA AGRÍCOLA

O sector agrícola é, de entre os sectores da economia, aquele que mais associa família e produção. No que se refere, nomeadamente, à exploração agrícola familiar, a capacidade de reprodução económica e social do sector só é entendível se em associação com a caracterização social dos agregados que correspondem a cada uma das explorações agrícolas. Ou seja, na economia familiar, a interacção entre a unidade de produção (empresa agrícola) e a unidade de consumo (família agrícola) é ainda maior, na medida em que as decisões de produção se encontram inter-relacionadas.

A exploração agrícola deve, assim, ser analisada como um sistema, ou seja, um conjunto de elementos em interacção, constituído pela exploração, propriamente dita, pelo agricultor e pela família, ou seja, um sistema constituído pela exploração e pelo agregado familiar que a suporta. A identidade entre a unidade de consumo e a unidade de produção é mais notória nas empresas agrícolas de tipo familiar, nas quais se constitui uma linha única de produção, de consumo e de investimento. Verifica-se, assim, uma correspondência entre a exploração, a família, a produção agrícola e o rendimento, retirando-se da exploração o produto necessário, não só ao consumo da família, mas também ao investimento. No entanto, refira-se, é no factor trabalho que reside a diferença essencial entre as consideradas explorações familiar e patronal. Assim, enquanto agricultura familiar se define como a “modalidade de agricultura em que cabem as explorações agrícolas que funcionam com recurso exclusivo, ou principal, ao trabalho da família”, a agricultura patronal “integra as





explorações agrícolas que recorrem a trabalho exclusiva, ou principalmente, assalariado” (Barros, 1983: 60).

O termo exploração familiar recobre variadas situações, quer quanto à sua origem, quer quanto às suas modalidades de funcionamento. Nesse sentido, deparam-se, por um lado, modalidades cujo objectivo não é o da reprodução da exploração, enquanto unidade de produção, mas a reprodução familiar e, por outro lado, modalidades em que o objectivo é a realização de uma produção para o mercado, mas o trabalho permanece, essencialmente, familiar. A coexistência, na exploração familiar, de diversos modelos de funcionamento deve-se, sobretudo, à sua grande capacidade de adaptação. Não pode, assim, a exploração familiar, ser definida num modo de produção específico, transformando-se, evoluindo e adaptando-se em função da sua história e do contexto económico-social, político e cultural em que se insere. A exploração agrícola familiar, corresponde a “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligadas à família” (Lamarche, 1991: 10). Pode também ser definida “através dos seguintes atributos: simbiose da exploração e da família; trabalho de natureza familiar; produção parcialmente mercantil” (Carvalho, 1984, citado por Cordovil, 1993: 217). Verifica-se, assim, que independentemente de outros atributos, o factor mão de obra familiar está associado à definição de empresa agrícola familiar. Mão de obra familiar referida não só ao nível da execução do trabalho, propriamente dito, mas também ao nível da gestão da própria exploração, a qual nas explorações consideradas de tipo familiar é sempre (a gestão) assegurada pela família e maioritariamente pelo produtor, ou seja, “a pessoa legalmente responsável por todo o aspecto financeiro e riscos económicos da sua exploração” (Gasson, 1988: 23).

Por tudo o que se enumerou, é fácil concluir que não há uma definição unânime do conceito de empresa familiar, embora todas as definições apresentem alguns pontos comuns, baseados, fundamen-

**“Uma empresa é empresa familiar quando existe um importante elo de ligação entre uma empresa e uma família, o elo pelo qual parte da cultura de ambas, formada pelos pressupostos básicos de actuação e pelos valores, é permanente e voluntariamente partilhada”**

talmente, na coincidência de valores importantes de uma empresa e de uma família. Nesse sentido, considera-se que “uma empresa é empresa familiar quando existe um importante elo de ligação entre uma empresa e uma família, o elo pelo qual parte da cultura de ambas, formada pelos pressupostos básicos de actuação e pelos valores, é permanente e voluntariamente partilhada” (Gallo et al, 1996: 11). Mais concretamente e segundo os autores atrás citados, considera-se que uma empresa é de tipo familiar se nela ocorrerem, simultaneamente, as seguintes dimensões, a saber:

1. **Dimensão da propriedade**, no sentido de que uma parte desta, frequentemente a maior, ser possuída pela família;
2. **Dimensão do poder**, no sentido de um ou vários proprietários dedicarem a totalidade, ou parte importante do seu tempo, a trabalhar na empresa, habitualmente como gestores;
3. **Dimensão da família**, ou seja, o facto de pelo menos a segunda geração estar incorporada, como manifestação prática de uma evidente intencionalidade, por parte da família proprietária, de transmissão da empresa para as gerações futuras.

Tendo em consideração as características da agricultura desta Região e porque a dimensão da mão-de-obra da família é um importante factor de caracterização da empresa familiar, considerou-se oportuno acrescentar à definição inicial uma quarta dimensão: **Dimensão da mão de obra familiar**, ou seja, o facto de a mão de obra da família representar me-

tade ou mais da mão de obra total ao serviço da empresa.

Para que a agricultura familiar possa continuar a existir e a desempenhar um papel importante na economia do mundo rural considera-se imprescindível que seja assegurado às populações agrícolas não só o rendimento necessário para poder viver no seu meio, mas também condições dignas que lhes permitam satisfazer as suas necessidades em matéria, nomeadamente, de educação e de recreio. Se estas condições não forem garantidas ter-se-á o abandono das explorações, a desertificação dos campos, o fracasso da economia e todos os problemas inerentes a estas situações.

## A IDENTIFICAÇÃO DAS EMPRESAS

Tendo em vista delinear e promover estratégias adequadas às famílias/explorações agrícolas alentejanas de forma a que possam dar contributo significativo para o processo de Desenvolvimento da Região Alentejo considerou-se necessário caracterizar essas mesmas famílias/explorações, processo que foi realizado por etapas, com base em quatro dimensões do conceito de empresa familiar: 1) *Dimensão da propriedade*; 2) *Dimensão do poder*; 3) *Dimensão da família*; 4) *Dimensão da mão de obra familiar*.

Para o efeito, com base nos dados do RGA/89 (os mais recentes à data), mais concretamente do ficheiro EUROFARM que contém os dados individualizados de cada exploração, foi possível identificar as 45 464 empresas agrícolas alentejanas que

são, simultaneamente, geridas por um membro da família, quase sempre o produtor (DIMENSÃO DO PODER) e em que a terra e outros bens são, no todo ou na maior parte, propriedade da família (DIMENSÃO DA PROPRIEDADE). Estas empresas estavam repartidas pelas quatro NUT's III, como se pode observar no quadro seguinte:

**Quadro 1**  
**Número de empresas por Unidade Territorial**

Unidade Territorial	Nº Empresas
Alentejo Litoral	8 577
Alto Alentejo	12 394
Alentejo Central	11 588
Baixo Alentejo	12 905
<b>Região Alentejo</b>	<b>45 464</b>

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

A recolha de informação foi efectuada através de um questionário especificamente desenvolvido para o efeito e administrado directamente a uma amostra aleatória estratificada por NUT's III que através de fórmula estatisticamente adequada conduziu ao cálculo de uma amostra de 300 casos, distribuídos da seguinte forma:

**Quadro 2**  
**População e dimensão da amostra**

Unidade Territorial	População	Amostra
Alentejo Litoral	8 577	62
Alto Alentejo	12 394	77
Alentejo Central	11 588	76
Baixo Alentejo	12 905	85
<b>Região Alentejo</b>	<b>45 464</b>	<b>300</b>

Fonte: Ficheiro EUROFARM/89

O tratamento da informação permitiu determinar o número de empresas em que a mão de obra familiar ao serviço das mesmas representa metade ou mais da mão de obra total (DIMENSÃO DA MÃO DE OBRA FAMILIAR). De acordo com os resultados, as empresas seleccionadas para a análise obedecem cumulativamente, a três condições:

1. *A gestão é função da família*
2. *A propriedade da terra é da família*
3. *A mão-de-obra ao serviço da empresa é maioritariamente familiar*

O tratamento desta informação permitiu, por um lado, identificar as empresas agrícolas familiares alentejanas que afirmaram ter assegurada a sucessão na empresa, através de um membro da família (DIMENSÃO DA FAMÍLIA) e, por outro, caracterizar empresas e a definição de uma tipologia das mesmas. No entanto, tendo em vista uma melhor análise do contributo das famílias/explorações agrícolas para o desenvolvimento da Região considerou-se necessário seleccionar analisar um subconjunto de estudos de caso cuja selecção foi efectuada de forma dirigida com base nas famílias que no decurso do inquérito por questionário se mostraram disponíveis para um estudo mais profundo através de entrevistas semi-rígidas. Desta forma será possível fazer uma análise detalhada do sistema família/exploração e analisar as percepções do agricultor e sua família relativamente ao futuro da exploração, alternativas de desenvolvimento da empresa e da Região e formulação de soluções e alternativas capazes de contribuir para o Desenvolvimento integrado e sustentável para a Região Alentejo.

## NOTAS FINAIS

Não sendo possível apresentar as conclusões finais face à fase que se encontra o estudo, apresenta-se as questões que nos parecem relevantes ser objecto de reflexão:

1. Estando o Alentejo sujeito a processo preocupante de *desertificação humana*, é fundamental delinear e promover estratégias de fixação das populações. Para o efeito, é necessário não só desenvolver a agricultura, como também, criar condições de vida para as populações agrícolas, para que uma parte significativa do

seu rendimento possa ter origem em outras actividades ligadas, directa ou indirectamente, à agricultura e/ou em actividades fora do sector. Mais concretamente, é essencial promover a pluriactividade no meio rural.

2. No âmbito desta análise considera-se que uma empresa é de tipo familiar, independentemente da sua dimensão (não confundir *empresa familiar* com *pequena empresa*, embora muitas vezes sejam coincidentes), se nela ocorrerem simultaneamente as seguintes dimensões:

- a) Dimensão da propriedade;
- b) Dimensão do poder;
- c) Dimensão da família;
- d) Dimensão da mão de obra familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Afonso de e MENDES, F. Ribeiro (1983). “Formas de Produção e Estatutos de Trabalho na Agricultura Portuguesa”, *Análise Social*, vol. XX (75), pp. 57-78.
- CORDOVIL, F. Cabral (1993). “A (sócio) economia da Agricultura Portuguesa nos anos 80: factos e ideias”, *Análise Social*, vol. XXVIII (121), pp. 187-233.
- ETXEZARRETA, Miren (1988). El desarrollo Rural Integrado. Madrid, *Série Estudios*, Ministério da Agricultura, Pesca y Alimentacion.
- GALLO, M. Angel et al (1995). A Gestão das Empresas Familiares. Lisboa, *Cadernos Iberconsult*.
- GASSON, Ruth (1988). “The Farm as a Family Business: a review”, *Journal of Agricultural Economics*, vol.39, nº1, pp. 1-41.
- LAMARCHE, Hugues (1991). *L'Agriculture Familiale. Une Réalité Polymorphe*. Paris, Editions L'Harmattan.
- PORTELA, José (1981). “Notas sobre a Transformação da Pequena Agricultura: uma perspectiva local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 7/8, pp. 309-326.

# O ALQUEVA

E A AGRICULTURA  
FAMILIAR



**Eduardo Figueira**  
**Isabel Gomes Coelho**

## INTRODUÇÃO

Em quase toda a Europa do Sul e, em particular, em Portugal, a maioria da agricultura praticada é de natureza essencialmente familiar. Esta agricultura encontra-se já com características bastante diferenciadas da designada agricultura camponesa. A primeira dessas características consiste no facto de a agricultura familiar se inserir num quadro social muito mais mercantilizado do que o quadro social em que se insere a agricultura camponesa. Isto é, a reprodução das explorações familiares processa-se sob maior influência do mercado do que as explorações camponesas. Por outro lado, a agricultura familiar caracteriza-se por ter maior autonomia nas relações que estabelece com a natureza, com o meio social e político exterior e ainda com a comunidade local em que se insere, do que a agricultura camponesa (Baptista, 1994). Persistem, no entanto, algumas características que são comuns aos dois tipos de agricultura, como sejam o facto da maioria do trabalho despendido na exploração ser executado por membros do agregado familiar e o facto de estes perseguirem objectivos comuns em relação à exploração. Quer isto dizer que se verifica uma evidente simbiose entre a unidade produtiva e a unidade de consumo, característica dos dois tipos de agricultura referidos (Baptista, 1994).

Nesta perspectiva, pode dizer-se que o universo das unidades agrícolas familiares é extremamente vasto e variado. De facto, os aspectos relacionados com a estrutura do agregado familiar e tipo de relações que se estabelecem entre a família e a empresa,

bem como questões relacionadas com a estrutura da exploração e a sua gestão, são bastante variados e heterogéneos entre as diferentes explorações, não sendo por isso possível apresentar um modelo único de exploração agrícola familiar e/ou de família que represente este tipo de unidades.

No presente artigo, considera-se como agricultura familiar toda a actividade agrícola realizada por explorações agrícolas que essencialmente e cumulativamente cumpram os seguintes critérios:

- 1) A gestão da exploração é função da família, isto é, todas as decisões relacionadas com a exploração, quer estas sejam de compra e venda de capital, obtenção de empréstimos ou extinção da exploração, são exclusivamente tomadas pela família, para além obviamente de aspectos relacionados com a gestão do trabalho e da produção;
- 2) A propriedade e posse da terra são da família;
- 3) a mão-de-obra ao serviço da exploração é maioritariamente familiar, significando que mais de 50% do trabalho utilizado na exploração é realizado por membros da família e não por mão-de-obra assalariada.

A grande maioria dos agricultores familiares não se enquadra na categoria de empresários cujo objectivo principal é a maximização do lucro, visto que, em todo o processo de tomada de decisões, os objectivos gerais e as estratégias adoptadas se alargam ao projecto da família e às funções desempenhadas por cada membro (Barros e Fragata, 1992). Isto é bem evidente neste tipo de explorações não só pelo facto de a família agrícola não limitar a sua actividade produtiva na exploração com base na remuneração média dos capitais envolvidos no processo de produção e ainda, como tantas vezes acontece, pelo motivo de não contabilizar como custos os juros dos capitais próprios e a renda da terra que cultiva

por conta própria (Baptista, 1995). Para além disso, neste tipo de explorações o trabalho familiar não é, usualmente, remunerado ou valorizado aos preços de mercado, mantendo-se estas explorações em funcionamento sem a contabilização do tempo despendido pelo agregado familiar na exploração agrícola ou com a valorização da mão-de-obra familiar a preços inferiores aos do mercado (Baptista, 1995).

A ligação da família à exploração mantém-se muitas vezes devido ao facto de esta desempenhar a função de residência e ter papel relevante no autoconsumo da família ou ainda, em muitos outros casos, por questões relacionadas com a pertença de um património, de que se destaca a propriedade da terra (Baptista, 1995 e 2001). Não tendo a maximização do lucro como objectivo principal, o agricultor familiar tem, na maioria dos casos, em vista a manutenção e continuação da exploração. Contudo, dependendo largamente do tipo de unidades familiares, o agricultor familiar procura, essencialmente: “a obtenção de receitas monetárias na exploração, mais ou menos elevadas; segurança no aprovisionamento de estratégias de sobrevivência e abrigo; diversificação e associação de estratégias de subsistência e de abertura ao mercado; prevenção face às vicissitudes do mercado; emprego exterior do marido ou dos filhos; ocupação da mulher na actividade agrícola” (Barros e Fragata, 1992:5).

## TIPOS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Tradicionalmente, a pequena exploração agrícola e, especialmente, as explorações agrícolas familiares têm-se articulado com o sistema económico através da produção de bens (essencialmente alimentares) e pelo fornecimento de mão-de-obra para outros sectores. No entanto, actualmente, decorrente em parte da Política Agrícola Comum (PAC) como dos acordos de comércio internacional livre, a sobrevivência de grande parte das pequenas agriculturas familiares portuguesas (e mesmo as localizadas em toda a região Sul da Europa) depende fundamental-

mente de rendimentos exteriores, designadamente subsídios atribuídos no quadro das políticas agrícolas ou sociais dos Estados ou da União Europeia. Tomando em consideração o contexto de política agrícola considerou-se relevante analisar e discutir algumas tipologias de agricultura familiar para melhor compreender o alcance do impacto do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva neste grupo de agricultores. Embora existam diversas tipologias de agricultura familiar, no presente estudo considerou-se adequado discutir e analisar três tipologias de agricultura familiar construídas com base em diferentes critérios.

Uma primeira tipologia apresentada por Oliveira Baptista (1993) considera como critério discriminante a origem do rendimento da família. Com base naquele critério, as diferentes explorações agrícolas portuguesas de natureza familiar são agrupadas em uma das três seguintes categorias: 1) unidades agrícolas familiares em que o rendimento da família assenta principalmente na produção agrícola realizada na própria exploração, designada por agricultura familiar de produção, 2) unidades agrícolas em que o rendimento da família tem essencialmente origem exterior à exploração, designadamente do rendimento trazido por membros do agregado familiar que trabalham fora da exploração, designada por agricultura familiar de trabalho, e 3) unidades em que o rendimento familiar é fundamentalmente proveniente de apoios sociais, nomeadamente pensões e reforma, designada por agricultura com apoio social (Baptista, 1993).

De acordo com esta tipologia a agricultura familiar que se identifica com a função de produção enquadra todas as explorações agrícolas em que o rendimento da família tem por base, exclusiva ou principalmente, a produção realizada na exploração, quer seja destinada ao mercado quer ao autoconsumo da família (Baptista, 1993). Este tipo de unidades de agricultura familiar são as que mantêm maior relação com o mercado de produtos agrícolas e são, naturalmente, as que se encontram geralmente me-

***Tradicionalmente, a pequena exploração agrícola e, especialmente, as explorações agrícolas familiares têm-se articulado com o sistema económico através da produção de bens (essencialmente alimentares) e pelo fornecimento de mão-de-obra para outros sectores.***

lhor equipadas e praticam uma agricultura mais intensiva. Para além disso e como seria de esperar, estas explorações agrícolas apresentam uma dimensão económica superior à média do universo da agricultura familiar portuguesa (Baptista, 1993).

Nas unidades agrícolas em que o rendimento da família provém essencialmente do exterior à exploração (2ª categoria da tipologia), isto é, aquelas em que parte dos elementos do agregado familiar desenvolve actividades lucrativas fora da exploração, designada por agricultura familiar de trabalho, a dimensão do agregado familiar é menor que o das explorações agrícolas identificadas pela função produção e têm, em geral, uma dimensão física muito inferior, não tendo por isso capacidade para absorver mais mão-de-obra e para intensificar a produção. Por outro lado, e embora estas unidades familiares levem ao mercado alguma da sua produção, centrada geralmente em um ou dois produtos agrícolas, a relação com o sistema económico é feita essencialmente através do relacionamento dos membros do agregado familiar com o mercado de trabalho. De qualquer forma, o rendimento obtido com a venda da produção no mercado, bem como os produtos usados para autoconsumo, assumem, nestas unidades agrícolas familiares, uma importância relevante na economia da família (Baptista, 1993). Por último, as explorações agrícolas que se inserem na agricultura familiar cujo rendimento familiar é proveniente de apoios sociais são explorações cuja sobrevivência depende unicamente de fluxos monetários originários do Estado como é o caso das pensões de reforma e subsídios de natureza social (Baptista, 1993). Estas unida-

des agrícolas caracterizam-se por terem agregados familiares de pequena dimensão, bem como pelo facto de os responsáveis pela exploração possuírem uma idade avançada. Caracterizam-se ainda por terem uma dimensão física bastante pequena (Baptista, 1993).

Esta interessante tipologia, que ainda hoje pode ser utilizada, apresenta no entanto o inconveniente de estar de certa forma desactualizada devido ao facto de não considerar os apoios e incentivos decorrentes da PAC da União Europeia. O motivo pelo qual aqueles apoios não foram considerados na elaboração da tipologia deve-se ao facto de ter sido elaborada com base nos Recenseamentos Agrícolas do Continente de 1979 (RAC/79), anteriores à entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia (CEE), bem como à entrada em vigor da Política Agrícola Comum (PAC). Uma vez que a concessão de subsídios e apoios aos agricultores no quadro da PAC veio alterar de uma forma muito evidente o panorama agrícola português, nomeadamente no que se refere à origem do rendimento do produtor e das famílias agrícolas, considerou-se pertinente analisar outras tipologias de agricultura familiar como são o caso das apresentadas por João Paulo Marques (2004) e por Rosária Casinha (s/d). Embora a tipologia definida por João Paulo Marques não esteja especificamente construída para o universo da agricultura familiar, enquadra diferentes tipos de explorações agrícolas familiares. Na construção desta tipologia, Marques (2004) tomou em consideração os seguintes critérios: 1) a região agrária ou autónoma (RA); 2) a dimensão económica



das explorações (DE) que classifica o universo das explorações agrícolas portuguesas em sete classes de dimensão económica de acordo com a Margem Bruta Total da exploração; 3) a orientação técnico-económica (OTE) das explorações, que identifica as explorações de acordo com a proporção da margem bruta gerada por cada actividade agro-pecuária da exploração na margem bruta total da exploração; 4) as modalidades de articulação com o sistema sócio-económico e de racionalidade económica (MOD), que relaciona a natureza jurídica do produtor com a proveniência do rendimento de que dispõe o seu agregado doméstico e por último, 5) o grau de dependência para com os apoios da União Europeia, classificando as explorações de acordo com a relação do rendimento líquido total da actividade agrícola com os níveis de apoio total e de ajuda directa (relação com o mercado e os apoios) (Marques, 2004).

Com base nos critérios acima referidos e no Recenseamento Geral Agrícola de 1999, Marques identificou e caracterizou, nove tipos de Agricultura em Portugal, dos quais 6 foram identificados como agricultura familiar:

- 1) agricultura familiar-empresarial dependente de ajudas directas;
- 2) agricultura familiar-empresarial dependente do mercado mas com suporte de preço;
- 3) agricultura familiar-empresarial dependente do mercado, sem suporte de preço;
- 4) agricultura familiar-empresarial com articulação com o exterior;
- 5) explorações tradicionais dependentes da actividade agrícola;
- 6) explorações familiares tradicionais dependentes de articulações com a envolvente sócio-económica (Marques, 2004).

Na agricultura familiar-empresarial dependente de ajudas directas, incluem-se as explorações em que a mão-de-obra é predominantemente familiar e cujos rendimentos são na maioria provenientes da exploração. São explorações com dimensão económica superior a 8 ude (unidade de dimensão europeia)<sup>1</sup>, que beneficiam de apoios totais superiores a 50% do rendimento líquido total, maioritariamente sob a forma de ajudas directas ou com um peso significativo destas. São explorações com especialização na produção de culturas arvenses e produção de herbívoros em policultura, situando-se a maioria delas no Alentejo (Marques, 2004).

As explorações identificadas com o tipo 2, agricultura familiar-empresarial dependente do mercado mas com suporte de preço, são também explorações predominantemente familiares, com dimensão económica superior a 8 ude, que obtêm o seu rendimento maioritariamente da exploração e através do mercado, mas predominantemente através de produtos que beneficiam de suporte de preços. A sua especialização técnico-económica é a produção de bovinos de leite e encontram-se na sua maioria situadas na região de Entre Douro e Minho, Beira Litoral e na região autónoma dos Açores (Marques, 2004).

A agricultura familiar-empresarial dependente do mercado, sem suporte de preço, identificada com o número 3, inclui explorações com mão-de-obra predominantemente familiar, com rendimentos na sua maioria provenientes da exploração, de dimensão económica superior a 8 ude e com apoios totais inferiores a 50% do rendimento líquido total. São na sua maioria especializadas na produção de frutos frescos, onde se incluem os citrinos, bem como na produção de culturas permanentes combinadas ou dominantes e na produção de ovinos e caprinos.

Localizam-se na sua maioria na região do Ribatejo e Oeste e na região de Trás-os-montes. O tipo 4, a agricultura familiar-empresarial com articulação com o exterior, caracteriza-se por se encontrarem inseridas neste tipo, explorações com mão-de-obra maioritariamente familiar, possuindo uma dimensão económica superior a 8 ude, mas com rendimentos maioritariamente provenientes do exterior da exploração. A sua orientação técnico-económica encontra-se direccionada maioritariamente para o cultivo de frutos frescos e culturas permanentes combinadas ou dominantes. Localizam-se maioritariamente na região do Ribatejo e Oeste, seguindo-se a região de Entre Douro e Minho e Trás-os-montes (Marques, 2004).

As explorações tradicionais dependentes da actividade agrícola (tipo 5) são explorações de dimensão económica inferior a 8 ude e de rendimentos predominantemente provenientes da exploração. Incluem-se neste tipo tanto explorações familiares como explorações classificadas como empresariais mas que pelas suas características se aproximam das explorações familiares. Possuem uma orientação técnico-económica maioritariamente vegetal nomeadamente para a produção de culturas permanentes combinadas ou dominantes, a produção de frutos frescos, a produção de vinhos de qualidade e a produção de hortícolas e flores intensivas ao ar livre, sendo também importante a produção de suínos. Este tipo de explorações encontra-se na sua maioria situadas em Trás-os-montes, na região de Entre Douro e Minho e Beira Litoral (Marques, 2004). Por último, as explorações do tipo 6, explorações familiares tradicionais dependentes de articulações com a envolvente sócio-económica, que se subdividem em três subtipos: a) explorações familiares tradicionais com articulações com os sectores secundário e terciário; b) explorações familiares dependentes de articulações com o meio social e c) agricultura familiar dependente de outras articulações. No geral estas explorações são explorações familiares tradicionais de pequena dimensão económica (<8 ude)

1) Unidade que expressa a dimensão económica da exploração, isto é, a soma da Margem Bruta Potencial das actividades agro-pecuárias da exploração e que corresponde a 1191.312.

com rendimentos provenientes na maioria de fontes exteriores à exploração, diferenciando-se os subtipos de acordo com a proveniência destes rendimentos. Assim, para as explorações enquadradas no subtipo a) aqueles rendimentos têm origem em salários do sector secundário ou terciário, encontrando-se vocacionadas para a produção de culturas permanentes combinadas ou dominantes e para a produção de olival. Situam-se na sua maioria nas regiões da Beira Litoral, Entre Douro e Minho e Ribatejo. As explorações enquadradas no subtipo b), em que os rendimentos da exploração têm origem em pensões e reformas, encontram-se vocacionadas para a produção de culturas permanentes dominantes ou combinadas e olival e situam-se a maioria na Beira Interior

e no Algarve. Por último, as explorações inseridas no subtipo c) cujos rendimentos provêm maioritariamente de juros, remessas de emigrantes, salários do sector primário, actividade empresarial noutros sectores, entre outros, encontram-se vocacionadas na maioria para a produção vinícola, encontrando-se situadas no Alentejo e Algarve (Marques, 2004). Esta tipologia sem dúvida bastante completa, afigura-se, no entanto, de aplicação algo complexa. Acresce que a sua construção teve por base critérios que não se adequam apenas ao universo da agricultura familiar. Por esta razão considerou-se pertinente analisar ainda a tipologia definida por Rosária Casinha (s/d), uma vez ter sido esta construída exclusivamente para o universo da agricultura familiar e



ter por base a realidade agrícola familiar da região Alentejo. Assim, a tipologia definida por Rosária Casinha, tem em consideração o universo de explorações agrícolas alentejanas para as quais se verificam as seguintes dimensões: (1) dimensão do *poder*, ou seja, a dimensão segundo a qual um ou mais proprietários da empresa despende grande parte ou a totalidade do seu tempo a trabalhar na mesma, nomeadamente nas actividades de gestão da empresa; (2) dimensão de *propriedade*, ou seja aquela que assegura que parte da empresa (normalmente a maior) pertence à família; (3) dimensão da *família*, em que se verifica o facto de a continuidade da gestão da empresa agrícola estar assegurada pela presença de uma segunda geração actual na empresa; e ainda a (4) dimensão da *mão-de-obra familiar*, que assegura o facto da mão-de-obra familiar despendida na exploração representar pelo menos metade da totalidade da mão-de-obra total despendida na empresa (Casinha, s/d). Assim, Casinha identificou 3 tipos de empresa agrícola familiar de acordo com as seguintes variáveis:

- 1) idade do produtor;
- 2) anos do produtor como chefe de exploração;
- 3) sexo do produtor;
- 4) anos de escolaridade do produtor;
- 5) número de assalariados permanentes;
- 6) número de assalariados temporários (dias / ano);
- 7) superfície total da exploração;
- 8) número de parcelas que constituem a exploração;
- 9) rendimento da exploração;
- 10) encargos da exploração (Casinha, s/d).

O primeiro tipo definido, apresenta como característica fundamental o facto de os membros da família, incluindo o próprio produtor/gestor, possuírem outra actividade exterior, tanto no sector agrícola como noutros sectores, que complementam a actividade exercida na exploração. Os produtores inseridos neste tipo desempenham o papel de gestor da

exploração são na sua maioria do sexo masculino e bastante envelhecidos. As explorações inseridas neste tipo são de pequena dimensão (< 4 Ha), em que o trabalho desempenhado na exploração é quase exclusivamente familiar. As explorações inseridas neste tipo localizam-se maioritariamente no Baixo Alentejo, seguido pelo Alto Alentejo (Casinha, s/d).

As explorações agrícolas inseridas no tipo 2 caracterizam-se principalmente pelo facto de o rendimento obtido no exterior da exploração constituir a percentagem mais significativa do rendimento do agregado, representando para a maioria dos casos, mais de metade do rendimento total do agregado. Os produtores são na sua maioria do sexo feminino, sendo relativamente mais jovens que os produtores inseridos no tipo 1. As explorações inseridas neste tipo são de maior dimensão que as do tipo anterior, sendo, no entanto, ainda consideradas como pequenas explorações e situam-se na sua maioria no Alentejo Central e no Baixo Alentejo (Casinha, s/d).

Por último, o tipo 3 caracteriza-se principalmente por as famílias nele inserido retirarem da actividade exercida na exploração o rendimento suficiente para a sua vivência. Os produtores inseridos neste tipo são na sua maioria do sexo masculino e são os menos envelhecidos dos três tipos anteriormente apresentados. As explorações possuem uma dimensão média e recorrem ao uso de trabalho assalariado, temporário e permanente, para além da mão-de-obra familiar (Casinha, s/d). Esta tipologia, embora construída para o universo de agricultura familiar no Alentejo, foi efectuada com o intuito de identificar estratégias para as famílias/explorações agrícolas alentejanas, com vista a delinear o seu contributo para o desenvolvimento integrado e sustentável da região Alentejo. Neste sentido, Casinha atribuiu um peso maior às variáveis que caracterizam sociológica e demograficamente o produtor/gestor, em detrimento das variáveis que caracterizam a exploração e as decisões de gestão do produtor em relação à exploração.

## NOTAS FINAIS

O universo de agricultores familiares analisados no contexto da freguesia da Amieira foi definido com base na satisfação das três condições: 1) A gestão da exploração é função da família; 2) a propriedade da terra é da família; e 3) a mão-de-obra ao serviço da empresa é maioritariamente familiar (Casinha e Figueira, 1995). De notar, contudo, que os agricultores analisados da Freguesia da Amieira demonstraram possuir características muito diferentes entre eles, nomeadamente no que diz respeito à dimensão das explorações, ao tempo dedicado à exploração pelo produtor e pela sua família, bem como ao destino dado à produção agrícola da exploração, entre outras. Assim, uma vez que o impacto do empreendimento teria repercussões diferentes de acordo com certas características da família e da exploração em análise, construiu-se uma tipologia de agricultura

familiar para o universo de agricultores familiares da freguesia de amieira tendo em vista simplificar a leitura da realidade local e dos impactos que o EFMA teve sobre a agricultura familiar. Esta tipologia, sem deixar de tomar em consideração a definida por Casinha (s/d), foi construída tendo por base o destino dado à produção pelos produtores. Considerou-se que o destino da produção constituía um factor da maior relevância para estimar o impacto do EFMA na agricultura familiar da Freguesia da Amieira. Nesta perspectiva, delimitaram-se três tipos de unidades familiares: 1) As explorações Tipo I, onde se inserem as unidades cuja produção obtida na exploração é exclusivamente para autoconsumo das famílias, 2) as explorações Tipo II onde se englobam as unidades cujo destino dado à produção é, para além do autoconsumo, a venda para o mercado e, por último, 3) as explorações Tipo III que incluem as unidades com produção exclusiva para o mercado.



# DEBATENDO

## A AGRICULTURA FAMILIAR

**Antônio Márcio Buainain** *Professor Livre Docente do Instituto de Economia (IE) da Unicamp, pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente (NEA) e do Instituto Nacional de Ciência em Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento (INCT/PPED).*



A AGRICULTURA FAMILIAR TEM SIDO TEMA DE MUITAS POLÊMICAS E DEBATES ACADÊMICOS.

O 49º CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), REALIZADO EM BELO HORIZONTE, EM 24 A 27 DE JULHO DE 2011, REUNIU QUASE 800 PESSOAS, ENTRE PROFESSORES, PESQUISADORES, ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS E DE DESENVOLVIMENTO RURAL, EMPRESÁRIOS, FUNCIONÁRIOS E REPRESENTANTES DO SETOR PRIVADO E DO TERCEIRO SETOR PARA DISCUTIR O TEMA “DEMOGRAFIA E MEIO RURAL: POPULAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO”, E PROMOVEU UM PAINEL ESPECIAL INTITULADO CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NO EXTERIOR. O PAINEL REUNIU O ECONOMISTA FLAVIO BOLLIGER, COORDENADOR DE INFORMAÇÕES AGROPECUÁRIAS DO IBGE, A PESQUISADORA MARIA THEREZA MACEDO PEDROSO, DA EMBRAPA, OS PROFESSORES SERGIO SCHNEIDER (FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL) E MAURO DEL GROSSI (UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA E ASSESSOR DO MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO), UM TIME COM RECONHECIDA COMPETÊNCIA NO ASSUNTO.

As apresentações foram extremamente ricas, e o debate aberto, objetivo, respeitoso e transparente sobre a agricultura familiar contribuiu para aclarar muitas das confusões conceituais que vêm sendo poluídas pelas polêmicas político ideológicas que cercam e minam o assunto.

Todos estão de acordo que o termo concentra enorme confusão e que pelo menos em parte a origem do problema das definições é o uso do termo ‘agricultura familiar’ em contextos muito distintos.

Maria Thereza chamou atenção para o “uso pasteurizado” da expressão agricultura familiar, que desconsidera “a diversidade interna dos estabelecimentos rurais sob gestão familiar.” Além disso, existe muita “confusão entre a ação governamental destinada ao grupo denominado como agricultura familiar e as explicações de cunho teórico.” O foco de sua pesquisa é a análise comparativa entre a agricultura familiar nos Estados Unidos e Brasil, ela revela que nos EUA os estabelecimentos são classificados unicamente pelo critério da gestão, entre familiares (que representam 98%) e não familiares (2%). Para fins de benefícios diferenciados da política agrícola e tributária, os familiares são segmentados pelo critério de volume bruto de vendas entre ‘pequenas propriedade familiares’ (vendas até US\$ 250 mil) e ‘propriedades familiares de larga escala’, com vendas acima deste limite. “É interessante notar que “estabelecimentos que produzem menos de mil dólares em vendas anuais simplesmente não entram nos levantamentos como ‘parte da economia rural’ nos EUA, e que os familiares pequenos são subdivididos entre (a) aposentados; (b) apenas residentes, sem atividades produtivas; (c) vendas médias (entre 100 mil a 249 mil dólares); (d) vendas muito baixas (até 99 mil dólares anuais de vendas brutas de produtos agropecuários.”

Naturalmente que a aplicação de critério semelhante, ainda que ajustado à realidade brasileira, deixaria de fora da nossa economia rural alguns milhões de estabelecimentos que geram baixa ou nenhuma renda com venda de produtos agropecuários, mas que concentram um número significativo de famílias,

que ali vivem na pobreza e produzem, em condições difícilíssimas, alimentos para consumo próprio cujo papel na segurança alimentar não pode ser menos-prezado.<sup>1</sup> A maioria destas famílias tira, literalmente, leite das pedras. Independente do nome que se dê a este grupo, todos concordam que não é possível desconsiderá-los e as divergências estão mais em como apoiá-los.

A este respeito tenho externado opinião pessoal de que, independente das diferenças entre visões do futuro, é impossível, por limitações operacionais, financeiras e de recursos humanos, atender a todos os mais de 4 milhões de estabelecimentos classificados oficialmente como familiares. Por isto tenho insistido que é necessário colocar em prática o discurso de políticas diferenciadas, focalizar os instrumentos de política agrícola em alguns segmentos que tenham condições de responder aos estímulos de crédito, assistência técnica e de mercado, e beneficiar os demais com os mecanismos de proteção e de promoção do desenvolvimento social e humano. Ao contrário do que alguns argumentam, isto não significaria abandonar aqueles que não têm viabilidade aparente e nem condená-los ao Bolsa Família. Primeiro porque o Bolsa Família não é uma condenação e segundo porque a experiência brasileira e internacional confirma que o caminho da agricultura não é a única porta de saída da pobreza rural, e que principalmente os jovens rurais podem encontrar alternativas no contexto de uma sociedade dinâmica e que retomou o desenvolvimento.

Del Gossi busca a raízes mais históricas e mostra que “no Brasil o termo foi fortemente marcado pelo Estatuto da Terra,” que em seu artigo 4 define “propriedade familiar” como “imóvel rural que, direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho (...) com área máxima ficada para cada região e tipo de exploração, e (conte) com ajuda (eventual) do trabalho de

terceiros.” Em 1993 o Estatuto foi complementado pela Lei 8.629, que define a “pequena propriedade” com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais. Ainda que seja impossível separar o Professor Mauro, autor de inúmeros trabalhos acadêmicos e reconhecido pela comunidade pela seriedade profissional, do igualmente eficiente assessor do MDS, ele se coloca no papel neste último papel para enfrentar a polêmica provocada pelos questionamentos feitos pela CNA e as divergências quantitativas entre os números do Censo e de estudo da Fundação Getúlio Vargas.

Após anos de debates, questionamentos e audiências públicas o Congresso Nacional aprovou, em 2006, a Lei 11.326, a qual define com clareza a agricultura familiar para fins da política pública. De fato, o artigo 3º. afirma que “para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II. Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III. Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e IV. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” O Censo Agropecuário apenas aplicou os critérios legais, com base nos quais contabilizou pouco mais de 4.3 milhões de estabelecimentos, ocupando uma área de 80 milhões de hectares (correspondendo a 24% da área total), abrigando 12,3 milhões de pessoas ocupadas (74% da ocupação na agricultura) e gerando um Valor Bruto de Produção de R\$55,5 bilhões, o que equivale a 33% do total. Trata-se, sem dúvida, de contribuição expressiva, e Del Grossi não utiliza os números para antagonizar os produtores que a Lei 11.326 não enquadra como familiares, mas para chamar atenção para a importância social e econômica deste conjunto de produtores que tem identidade legal, independente de outras conceituações e das polêmicas.

---

1) A importância do autoconsumo foi tema de debates interessantes no Congresso.

A política pública utiliza uma subclassificação deste universo legal para fins de acesso e enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), voltado para o financiamento dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Del Grossi argumenta e mostra que os critérios de classificação do Pronaf não esgotam o universo da agricultura familiar, e que aí reside uma das fontes das significativas diferenças entre os números do IBGE-MDA e da Fundação Getúlio Vargas. Além disso, Del Grossi chama atenção que as regras do Pronaf (Resoluções 3206 e 3375) preveem que para efeito de enquadramento a renda bruta gerada sobre rebatimento variável segundo a intensidade de capital e a própria natureza da atividade. Assim, no caso da avicultura e suinocultura integradas, o rebatimento é de 90% da renda bruta, pois estas atividades são intensivas em insumos e deixam margem relativamente pequena para os produtores.

O Pronaf, e não a Lei, classifica os agricultores familiares em 5 grupos (Grupo A ao Grupo E), em função da situação (o Grupo A refere-se aos assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e beneficiários do Programa de Crédito Rural) e do nível e composição da renda bruta (B aqueles que atendem ao critério da Lei e obtenham renda bruta anual familiar de até R\$3 mil e E) aqueles com renda bruta acima de R\$45 mil e até R\$ 80 mil). Ainda que esta classificação não expresse categorias analíticas e nem tenham a pretensão de representar grupos sociais com dinâmicas particulares, é evidente que se trata de uma boa aproximação da profunda diferenciação do universo legal, à qual se referiu com ênfase Maria Thereza em sua apresentação. A julgar pelos próprios dados divulgados recentemente pelo MDA sobre a situação dos assentamentos, a maioria dos produtores do tipo A ainda está longe de gerenciar estabelecimentos consolidados, e enfrentam muitas dificuldades para se afirmar como agricultores sustentáveis.



**É interessante notar que “estabelecimentos que produzem menos de mil dólares em vendas anuais simplesmente não entram nos levantamentos como ‘parte da economia rural’ nos EUA, e que os familiares pequenos são subdivididos entre (a) aposentados; (b) apenas residentes, sem atividades produtivas; (c) vendas médias (entre 100 mil a 249 mil dólares); (d) vendas muito baixas (até 99 mil dólares anuais de vendas brutas de produtos agropecuários.”**

A este respeito também tenho manifestado opinião pessoal, na qual procuro indicar que muitas das críticas são improcedentes porque “cobram” resultados imediatos para projetos de longo prazo. Além disso, a maioria dos beneficiários da reforma agrária faz parte de grupos marginalizados que assumem, em condições precárias, os lotes de terra distribuídos pelo Governo Federal. Os que conhecem a agricultura sabem que montar uma fazenda, sítio ou chácara é em geral projeto de vida, de forma que não dá para esperar resultados tão positivos poucos anos após o assentamento. Mas esta constatação não esconde a outra parte da minha opinião, que identifica no modelo de reforma agrária e na gestão da política fundiária grande parte da responsabilidade pela situação tão precária na qual vivem parte dos assentados, e pela baixa eficácia no uso dos recursos públicos.

Del Grossi aplica a Classificação do Pronaf aos dados do Censo Agropecuário, o que revela um quadro mais rico da situação dos produtores classificados legalmente como familiares. 5% dos estabelecimentos familiares não se enquadram nos critérios do Pronaf, ocupam 2% da área total e responderam por 14% do VBP. O grupo do Pronaf A representa 8% dos estabelecimentos, detém apenas 3% da área e produz 3% do VBP. Minha avaliação é de que a discrepância entre estabelecimentos e área parece confirmar uma das características mais nocivas do atual modelo de distribuição da terra: a criação de minifúndios pela própria política que deveria combatê-los, resultado

da pressão por assentar a qualquer custo para atender os reclames políticos dos movimentos que ainda hoje apontam a reforma agrária como a principal saída para a pobreza rural.

O grupo B representa 48% dos estabelecimentos, detém 9% da área e produzem apenas 2% do VBP. Este grupo, tão numeroso e pobre, representa sem dúvida o outro lado da concentração fundiária que sempre caracterizou a estrutura agrária brasileira, agravada nos últimos 40 anos pela política de modernização conservadora da agricultura, e que continua – em minha opinião – sendo vítima de erros da política pública. É certo que o Pronaf vem canalizando recursos para estes produtores, mas sem foco e em modalidades que não logram modificar os déficits estruturais que explicam a continuidade da fragmentação e a pequena importância produtiva, que beira à irrelevância no que se refere à produção de mercadorias e geração de renda monetária. Este argumento é consubstanciado em trabalho de Guanzirolli, Buainain e Sabatto (2011), também apresentado no Congresso da Sober, no qual apresentam a evolução da agricultura familiar entre os dois censos tomando como base a classificação original que durante quase uma década serviu de referência para a quantificação e análise da agricultura familiar (ver FAO/Inra).

O grupo C do Pronaf representa 16% dos estabelecimentos, detém apenas 6% da área e respondem por 5% do VBP. Os dois últimos grupos, D e E, produzem 11% do VBP em apenas 4% da área total,



revelando um nível elevado de eficiência no uso do recurso terra. Infelizmente representam apenas 8% dos estabelecimentos e um dos principais objetivos da política é justamente elevar pelo menos parte do grupo C a este mesmo patamar.

Outra informação importante para a definição das políticas públicas apresentada por Del Grossi é a distribuição dos estabelecimentos segundo os critérios do Pronaf em grupos de VBP. Aproximadamente 3.150 milhões de estabelecimentos têm VBP na faixa de 0 e R\$7.200,00, e apenas 500 mil encontram-se na faixa superior a R\$36.000,00. Assumindo para o primeiro grupo um VBP médio de R\$3.600,00, teríamos um VBP mensal de R\$300,00, pouco mais da metade do salário mínimo vigente à época. Note-se que o VBP não é a renda, e mesmo assumindo que estes produtores utilizam poucos insumos a renda líquida resultante é bem menor, o que

explica a elevada concentração da pobreza rural nestes segmentos, tal como reconhecido pelo Governo Federal ao lançar o Brasil sem Miséria. Um ponto importante para o qual Del Grossi chama atenção é que estes produtores utilizam intensamente os poucos recursos disponíveis, com produtividade medida em VBPR\$/ha elevada, o que revela que a restrição é de natureza estrutural e que, concludo eu, dificilmente será contornada por políticas de crédito de custeio, que não modificam os fatores que restringem a capacidade de produção.

Schneider, o último palestrante, conseguiu sintetizar várias das questões levantadas pelos demais. Em relação ao problema das definições, indica, com propriedade, pelo menos 4 contextos que na prática são apresentados de forma indistinta. Em primeiro lugar estão as definições empíricas, que variam de

lugar para lugar, grupo para grupo. São os colonos, os sitiantes, ribeirinhos, moradores, agricultores, enfim, nomes que identificam e designam grupos de forma imediata, independente de polêmicas conceituais, acadêmicas e ou políticas. Um colono no sul do país não se confunde com um fazendeiro, da mesma maneira que um morador no nordeste não se confundia com um usineiro. Em segundo lugar estão as definições normativas, para fins legais e de políticas públicas, que foram exploradas por Del Grossi: “a definição da Agricultura Familiar no Pronaf é uma norma, uma lei”, que podem ser questionadas desde o ponto de vista da validade para a política pública e não como conceito.

Como escrevo de memória não posso afirmar que Schneider tenha apresentado a conclusão desta maneira, mas minha interpretação é que a operacionalização das políticas exigem categorias e delimitações simplificadas, e o critério de avaliação destas categorias deveria ser se atendem ou não aos objetivos da política. Neste sentido, a definição legal da agricultura familiar atendeu objetivos de assegurar proteção e promoção a um grupo importante de produtores que se enquadram em diferentes definições empíricas – colonos, sitiantes, moradores etc. – e que vinham sendo excluídos da política pública. Do ponto de vista normativo, a questão relevante seria avaliar em que medida a introdução legal da agricultura familiar contribuiu para estes objetivos. Um exemplo claro do uso normativo de categorias para fins de política é a linha de pobreza adotada pelo Bolsa Família, e que vem sendo amplamente utilizada para contabilizar os pobres no Brasil. Tal linha foi adotada em função dos objetivos próprios do programa e provavelmente levou em conta a restrição de recursos financeiros e a própria capacidade de execução do governo federal, estados e municípios que são parceiros da iniciativa. É evidente que os pobres não se resumem aos que se enquadram nos critérios do Bolsa, ainda que o próprio governo utilize este critério quando apresenta o inegável êxito na redução da pobreza.

Além das definições empíricas e normativas, Schneider aponta as definições políticas, utilizadas pelos

atores políticos, como agronegócio (CNA), camponato (MST e Via Campesina), agricultor familiar (Contag e Fetraf), entre outros. Algumas estão enraizadas em tradições locais e outras podem ser o resultado de legítimas construções políticas, como parece ser o caso de ‘agricultor familiar’. Finalmente estão “as definições conceituais, que requerem um referencial teórico (pois) não há definições sem teoria.”

Schneider recorre à contribuição de todas as teorias, da microeconomia que sustenta a visão do clássico Chayanov e as análises de Schultz sobre a inovação tecnológica dos pequenos produtores até a perspectiva marxista, neo-marxistas, passando pelas teorias das sociedades camponesas e dos sistemas de produção associadas à escola francesa de Mazoyer e Dufinier, autores bem conhecidos no Brasil e que influenciaram a formação de muitos dos nossos colegas que estudam os sistemas agrários do país. Em nenhuma das visões teóricas Schneider encontra a categoria da agricultura familiar, confirmando a afirmação de Zander Navarro, outro estudioso do tema. Ao final Schneider se pergunta: qual é a melhor teoria?“ e conclui que “não existe a melhor, são opções epistemológicas” distintas e válidas. Neste ponto me permito discordar, pois as opções epistemológicas diferentes precisam ser validadas e umas são de fato melhores que outras, seja por que têm maior poder explicativo ou por serem mais consistentes internamente, ou ainda de maior aplicabilidade. Não tenho conhecimento para avaliar qual das perspectivas é melhor, mas posso imaginar que algumas sejam de fato superiores a outras no sentido de fornecer elementos para compreender a realidade agrária brasileira.

A apresentação de Schneider cobre muitos pontos interessantes, os quais considero impossíveis de resumir nos limites deste artigo-reflexão. Por exemplo, discute os problemas e limites da agricultura familiar. Segundo ele, os “críticos” indicam que “o problema da agricultura familiar é ser pequena”, ou seja, não ter escala. Pessoalmente não me considero “um crítico”, mas indico em mais de um trabalho que a escala produtiva e o tamanho é sim um problema da agricultura familiar brasileira. Deixo claro

que não se trata de uma característica intrínseca da agricultura familiar, mas da definição legal adotada no Brasil e do enquadramento empírico dos vários grupos que hoje abandonam as definições empíricas tradicionais e passam a se autodenominar agricultores familiares. Nos EUA, como bem indicou Maria Thereza, a classificação de agricultor familiar tem como base exclusiva a forma de gestão e o tamanho o valor das vendas: a utilização de trabalho familiar fora da gestão e o tamanho da propriedade não são sequer mencionados pelas normas da política agrícola americana.

Outro ponto discutido por Schneider refere-se aos “problemas de ordem cultural e políticas”, mencionando alguns que consideram que a agricultura familiar ainda existe devido à “resistência e teimosia” dos produtores. A teoria convencional os considera como “culturalmente tradicionais, avessos ao risco e pouco empreendedores”. Para a teoria crítica-marxista esses agricultores “possuem comportamento político conservador, têm visão política pequeno burguesa – são proprietários de um pequeno naco de terra, mas que sonham em ser ‘fazendeiros’, (e têm) espírito comunitarista, são avessos a mudanças.” Do meu ponto de vista muitos destes argumentos refletem a realidade, e por isto não considero que constará-los seja visão dos “críticos”. Nenhum tem valor e aplicabilidade geral, e os considero profundamente marcados e determinados pelo contexto, história, cultura e não pela forma de organização da produção, tamanho do produtor e ou quaisquer outros elementos utilizados para conceituar a agricultura familiar. Por exemplo, em pesquisas junto a pequenos agricultores encontrei famílias que eram sim avessos ao risco, o que se justificava plenamente porque viviam no fio da navalha e tinham plena consciência que um escorregão os jogaria em uma miséria ainda maior do que aquela na qual viviam; também encontrei “aversões ao risco” determinadas pela exata noção de que as soluções tecnológicas apresentadas pelas políticas públicas eram totalmente inviáveis no contexto real. Tampouco vejo problema em ser pequeno burguês e sonhar em ser fazendeiro. O sonho de melhorar, ganhar mais e enriquecer é

perfeitamente legítimo entre nós, moradores urbanos, e porque não seria entre os pequenos produtores familiares? Aliás, este sonho, aliado a falta de perspectiva local, explica parte do dinamismo da agricultura no Centro-Oeste e novas fronteiras, que encontrou nos colonos que deixaram o Sul do país o impulso para crescer. Schneider não endossou nenhuma das visões, limitando-se a apresentá-las. Não cabe aqui avaliar as teses e ideias apresentadas, mas arrisco dizer que todos os palestrantes seguem o ponto de vista de Schneider e recusam, de forma categórica, o “maniqueísmo e essencialismo: “produção para o mercado x produção para autoconsumo; agricultura comercial x produção para abastecimento local; modelo devastador/poluidor x preservacionismo.” Nenhuma destas polarizações representa a realidade agrária e produtiva da agricultura brasileira; tampouco é apropriada “a homogeneização do agronegócio como categoria”, seja na versão idealizada por uns para representar o moderno e eficiente e simbolizar o sucesso da agricultura, seja na versão demonizada por outros, como devastadora do meio ambiente, concentradora de riqueza e empobrecedora de regiões, causa de todos os males do meio rural.

Schneider fecha sua apresentação com uma conclusão absolutamente relevante: “os cientistas sociais brasileiros que estudam a agricultura familiar não devem assumir a agenda política e normativa da agricultura familiar.” Tomara que seja ouvido, pois isto nos levaria de volta a uma agenda de pesquisa sobre o meio rural brasileiro que foque na compreensão da diversidade social, das transformações em curso e as distintas dinâmicas e não nos debates estéreis que antagonizam agricultura familiar e agronegócio como se cada categoria reunisse dois grupos distintos de agricultores em processo de luta de classes.

Parabéns à Sober, ao organizador do painel, Flávio Bolliger, e aos três palestrantes, com quem aprendemos muito naquela sessão e constatamos que é possível divergir e debater sem rótulos e proibições.



# TEORIA SOCIAL, AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

**Sergio Schneider** *Sergio Schneider, Sociólogo, Professor Associado do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.*

*ESTE ARTIGO PROCURA APRESENTAR UM REFERENCIAL DE ANÁLISE QUE PERMITA ENTENDER A PLURIATIVIDADE COMO UM ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS RURAIS. O TEMA CENTRAL TRATA A AGRICULTURA FAMILIAR E A PLURIATIVIDADE DO PONTO DE VISTA TEÓRICO E CONCEITUAL. SITUAM-SE O CONTEXTO EM QUE APARECE O ESTUDO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA PLURIATIVIDADE NO BRASIL E DISCUTE-SE A ORIGEM E A EVOLUÇÃO DO DEBATE SOBRE A PLURIATIVIDADE, UMA SITUAÇÃO EMINENTEMENTE RELACIONADA À REALIDADE DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS. SITUAM-SE, AINDA, AS ANÁLISES SOBRE A PLURIATIVIDADE NO CONTEXTO DAS TRADIÇÕES TEÓRICAS CLÁSSICAS DOS ESTUDOS AGRÁRIOS, MOSTRANDO COMO ESSE FENÔMENO JÁ FORA OBJETO DE PREOCUPAÇÃO DE OUTROS AUTORES. ANALISA-SE, EM SEGUIDA, A PLURIATIVIDADE NO ÂMBITO DAS PRINCIPAIS ABORDAGENS ANALÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DA TEORIA SOCIAL E INDICA-SE QUAL O REFERENCIAL TEÓRICO QUE PARECE ADEQUADO AO SEU ESTUDO. POR FIM, É INDICADA UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA PLURIATIVIDADE EM UNIDADES FAMILIARES.*

Atualmente, a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural.

Embora tardiamente, se comparada à tradição dos estudos sobre esse tema nos países desenvolvidos, a emergência da expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990. Neste período ocorreram a dois eventos que tiveram um impacto social e político muito significativo no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo,

assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais.

De outro lado, a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa, formulado como resposta às pressões do movimento

sindical rural desde o início dos anos de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada *específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas* (juros menores, apoio institucional etc).

Além desses dois elementos, pode-se destacar um terceiro, que diz respeito à reorientação dos debates acadêmicos sobre a ruralidade. Surpreendentemente, a partir da segunda metade da década de 1990 assistiu-se a uma relativa retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil que até então suscitara pouco interesse dos pesquisadores. Voltou-se a falar não apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*. Esse novo cenário permitiu que os estudiosos ampliassem seu escopo temático para além das discussões acerca dos impasses e das possibilidades da reforma agrária e dos assentamentos, das questões relacionadas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações. Verifica-se, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e assiste-se ao crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar, a conformação dos mercados de trabalho e a dinâmica ocupacional da população rural.

Esse conjunto de novas temáticas, que passaram a ser objeto de pesquisas, ensejaram várias mudanças, que vão desde o estímulo ao interesse individual até reorientações de cunho teórico e epistemológico por parte de alguns investigadores. Contudo, a alteração de mais longo alcance, ainda não totalmente sedimentada nos meios sociopolíticos e no âmbito intelectual como um todo, talvez esteja relacionada à insistente afirmação de que não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço

rural e as atividades produtivas ali desempenhadas. Embora isso não seja inteiramente novo, recentemente passou a ganhar projeção e reconhecimento no Brasil o argumento de que a agricultura como atividade produtiva não deixou de integrar o mundo rural, mas, em algumas regiões, observa-se a diminuição de sua importância no que concerne à geração de emprego e à ocupação.

Sem desconhecer que a agricultura ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente. Em contextos internacionais, a dinâmica da própria agricultura no espaço rural vem sendo condicionada e determinada por outras atividades, passando a ser cada vez mais percebida como *uma* das dimensões estabelecidas entre a sociedade e o espaço ou entre o homem e a natureza. Talvez o exemplo emblemático dessa mudança estrutural seja a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois não raramente uma parte dos membros das famílias residentes no meio rural passa a se dedicar a atividades não-agrícolas, praticadas dentro ou fora das propriedades. Essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade e refere-se a situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção. Ao contrário do que se poderia supor, esta não é uma realidade confinada ao espaço rural de países ricos e desenvolvidos.

Este artigo insere-se no contexto da renovação temática e teórica assim delineado. Seu objetivo é o de contribuir no debate sobre a agricultura familiar no Brasil em situações de pluriatividade, o que implica apresentar um referencial de análise que permita entendê-la como uma estratégia de reprodução social e econômica das famílias rurais. Na primeira seção,

discute-se a origem e a evolução do debate sobre a pluriatividade, em um contexto eminentemente relacionado à realidade dos países desenvolvidos. Na segunda, procura-se situar as análises sobre a pluriatividade no âmbito das tradições teóricas clássicas dos estudos agrários, mostrando como esse fenômeno já fora objeto de preocupação de autores como Chayanov e Kautsky. Na terceira, analisa-se a pluriatividade no âmbito das principais abordagens analíticas contemporâneas e indica-se o referencial teórico julgado adequado ao seu estudo. Apontam-se o conceito de mercantilização de Marsden e a idéia de *estratégias familiares* de Fuller como conceitos úteis ao estudo da pluriatividade em situações de agricultura familiar. Na quarta seção, discute-se o problema central deste artigo a relação entre agricultura familiar e pluriatividade. Nesse sentido, é necessário definir o que se entende por agricultura familiar para, somente então, indicar as mudanças que ocorrem quando os membros da família optam por combinar a atividade agrícola com outras atividades. Na quinta seção, é indicada a forma de operacionalização ou a metodologia para o estudo do fenômeno da pluriatividade quando se está na presença de unidades familiares. Aqui a proposta é separar, heurísticamente, a família rural em unidade doméstica e unidade de produção, o que permite estudar a pluriatividade não apenas em relação à alocação da força de trabalho, mas também aos aspectos de gênero e hierarquia familiar, assim como as variáveis demográficas e simbólicas.

#### PLURIATIVIDADE: A UBIQUIDADE DE UMA NOÇÃO ANALÍTICA

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* (agricultura em tempo-parcial) e *pluriactivité* (pluriatividade) eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o

segundo, mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que em certa medida expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições), uma leitura atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que começou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Nos anos mais recentes, as diferenças semânticas e até mesmo as concepções teóricas acerca das noções mencionadas se alteraram significativamente na literatura internacional, podendo-se, inclusive, perceber a necessidade de consenso em torno da noção de pluriatividade. No Brasil, malgrado alguns esforços, o debate sobre a pluriatividade ainda é embrionário. Embora alguns cientistas sociais tenham despertado para a relevância do tema e orientado sua pesquisa nessa direção, o que inclusive já se reflete no espaço que a temática vem ganhando em reuniões científicas, de maneira geral a pluriatividade ainda continua a ser tratada como uma curiosidade ou um fenômeno social inteiramente específico. Embora escassos, entre os resultados de pesquisas e publicações pioneiras no Brasil pode-se citar os trabalhos de Anjos (1995), Carneiro (1996a), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994, 1999a). Mais recentemente, contudo, especialmente a partir de meados da década de 1990, José Graziano da Silva, alertado inicialmente pelo surpreendente desempenho do emprego não-agrícola na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1992, vem coordenando um projeto cujo objetivo consiste em analisar o que denominou de “novo rural brasileiro”, em alusão à emergência expressiva das atividades rurais não-agrícolas e da pluriatividade no meio rural brasileiro (Graziano, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 2000). Primeiramente restrito ao Estado de São Paulo, o projeto (chamado sugestivamente de “Projeto Rurbano”) assumiu proporções nacionais,

englobando análises em diversos Estados. Pode-se afirmar que o mérito da inclusão desse tema na agenda de pesquisas dos cientistas sociais brasileiros se deve ao esforço de Graziano e de sua equipe.

Em razão de esse campo de análise ser ainda recente nos estudos brasileiros, considera-se oportuno e necessário a recuperação da trajetória do debate sobre a origem e o desenvolvimento desses termos na literatura internacional. Essa revisão, já iniciada em outras oportunidades (Schneider, 1994), orienta-se pela retomada do itinerário histórico de termos, noções e conceitos para, depois, fixar-se no debate teórico e analítico, baseando-se nas pistas apontadas por outros especialistas como Fuller (1984, 1990), Marsden (1990) e Arkleton (1992) e, no Brasil, por Carneiro (1996a, 1998), Kageyama (1998) e Anjos (2001).

A principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming* (agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de *monoactivité* (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a idéia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura “monoativa” ou em “tempo integral” são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente.

Segundo a revisão empreendida por Fuller (1984), o termo *part-time farming* foi criado por Rozman (*apud* Fuller, 1984, p. 190) para diferenciar os agri-

cultores que produziam apenas para subsistência daqueles que se ocupavam plenamente com a produção para a venda. De acordo com sua periodização, pode-se traçar uma linha divisória entre os trabalhos anteriores e posteriores ao ano de 1975 (p. 206). Antes, os estudos enfatizavam a viabilidade econômica e o caráter transitório e instável da produção em tempo-parcial. Depois, os trabalhos adquiriram estatuto sociológico, iniciando uma fase de pesquisas marcadas pelo “enigma” em torno de conceitos e unidades de análise pertinentes ao estudo da agricultura de tempo-parcial.

Esse critério é reconhecido em outros trabalhos de revisão, como o artigo de Buttel e Larson (1982), onde consideram que até a década de 1970 o debate sobre a agricultura em tempo-parcial foi intermitente e fragmentado. Fuller sugeriu que o termo agricultura em tempo-parcial fosse substituído por *multiple job holding farm household* (unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo, representado pela sigla MJHFH), o que permitiria reorientar a unidade de análise baseada exclusivamente no tempo de trabalho da unidade familiar. Assim, os estudos sobre as unidades agrícolas familiares de trabalhos múltiplos incorporariam três características fundamentais das famílias: composição demográfica, processo de tomada de decisão e vontades e interesses dos indivíduos, considerando-se suas situações locais e históricas (Fuller, 1984, p. 210).

Em trabalho mais recente, Fuller (1990) indica que o deslocamento de uma noção para outra não deve ser entendido apenas em face dos limites analíticos que a noção agricultura em tempo-parcial impõe aos estudos empíricos (sobretudo em razão da confusão criada entre os conceitos de ocupação do produtor e da “função produtiva” da propriedade), mas também como uma decorrência dos novos desafios impostos nos anos mais recentes às próprias Ciências Sociais, particularmente a Sociologia. Esses desafios indicam, inclusive, a emergência de novos aportes teóricos para o estudo do meio rural e das transformações agrárias na década de 1980, como foi o caso



da afirmação da Sociologia da Agricultura nos Estados Unidos (Buttel e Newby, 1980; Buttel, Larson e Gillespe, 1990) e da Economia Política na Europa (Marsden, 1992; Marsden, Munton e Ward, 1992 e Van der Ploeg, 1993).

Em outro trabalho, posterior, refletindo sobre o debate da década de 1980, a diferença entre agricultura em tempo-parcial e pluriatividade é apresentada de forma clara e objetiva por Fuller e Brun (1988), conforme as seguintes definições:

Nesse contexto, o termo agricultura em tempo-parcial foi substituído por unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo que, por sua vez, foi substituído pela noção de pluriatividade, numa referência analítica à diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas. Para Fuller, essa mudança implicou a ampliação dos objetos de pesquisa das Ciências Sociais para temas como a ligação da agricultura com o sistema agroalimentar, as relações dos agricultores com o mercado de tra-

**Part-time farming  
(agricultura em tempo-parcial)**

“(...) o tempo *part-time farming*, no senso comum, até muito recentemente, tinha mais confundido de que clarificado a questão. O termo dificulta a distinção entre a unidade produtiva como uma entidade física (um espaço) e os ocupantes dessa unidade (a família ou a unidade doméstica). Estes podem fazer a gestão dessa unidade de diferentes maneiras, inclusive combinando as tarefas agrícolas com outras atividades (...). Os termos *part-time farm*, *part-time farmer* e *part-time farming* têm sido utilizados de forma intercambiável, o que contribui para o surgimento de noções errôneas ou pressupostos equivocados associados a esse fenômeno. É possível dizer que uma *part farm* é uma unidade produtiva que oferece, ou onde é alocado, menos do que um ano completo de trabalho. O conceito de *part-time farming* pode ser utilizado, de forma mais precisa, para definir situações onde, devido ao tamanho físico ou a uma opção de gestão, a unidade produtiva é cultivada pelo investimento de menos que um ano completo de trabalho” (Fuller e Brun, 1988, p. 150, grifos no original).

**Pluriactivité ou pluriactivity  
(pluriatividade)**

“(...) o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na mesma unidade produtiva. Preocupa-se tanto com a produção social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que *full-time farming* seja tanto a norma, e, portanto algo positivo, quanto um estado temporário, ou mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis” (*idem ibidem*).

balho e os aspectos intrafamiliares decorrentes do novo padrão de relações sociais e econômicas entre homens e mulheres (1990, p. 362).

Ainda segundo Fuller, há três os fatores que contribuíram para o reconhecimento acadêmico e social do conceito de pluriatividade na década de 1980. O primeiro, de ordem conceitual, refere-se ao uso impreciso da noção de agricultura em tempo-parcial, que dificultava analiticamente a separação entre o trabalho do operador principal (chefe da propriedade) e a função produtiva da propriedade. Em muitas

propriedades, o trabalho externo não tinha, de fato, uma relação com a redução das atividades produtivas agrícolas<sup>1</sup>. O segundo, diz respeito ao “deslocamento etimológico” decisivo para a afirmação desse fenômeno social como objeto de investigação acadêmica, o que ocorreu no âmbito do *Arkleton Trust Project* iniciativa de pesquisadores de países ligados à então Comunidade Econômica Européia (CEE, atualmente União Européia) para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinavam a agricultura com outras atividades. Essa pes-

1 O trabalho de Cavazzani e Fuller (1982) é pioneiro na tentativa de procurar uma alternativa ao conceito de agricultura em tempo-parcial.

quiza representou, inegavelmente, um marco no estudo da pluriatividade, pois a partir dela passou-se a utilizar a unidade doméstica (*farm household*) como unidade de análise, e não mais o chefe da propriedade ou o tempo de trabalho gasto em atividades não-agrícolas<sup>2</sup>. Finalmente, o terceiro fator foram os debates em torno da reforma da PAC (Política Agrícola Comum), iniciados no final da década de 1980 e concluídos em 1992, pois a crescente diversidade das ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada.

Esse processo de afirmação culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas. De acordo com Fuller (1990, p. 367) e Newby (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). A expressão tem sido “[...] bastante utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas em dinheiro (*cash*), mas com pagamentos em espécie, por meio da permuta de trabalho e outros arranjos informais”

2 Mais adiante será retomada a definição de pluriatividade tal como é concebida nas pesquisas realizadas no escopo do Arkleton Trust, com o qual o embasamento teórico e metodológico deste artigo encontra grande afinidade.

3 Para os historiadores franceses, “amplamente inserida no espaço rural, a pluriatividade é uma característica permanente e estrutural dos campos franceses. Trabalho a domicílio, em atelier ou em fábricas, os chefes de família praticam a alternância entre o setor agrícola e os setores secundário ou terciário, os membros auxiliares da família exercem uma preciosa atividade de apoio onde todos os tipos de situações existem e coexistem. Portanto, a pluriatividade não se constituiu em um campo de estudos específicos para os historiadores” (Garrier e Hubscher, 1988). Para mais informações, consultar também Hubscher, Farcy e Mesliand, todos publicados no livro ARF (1984).

(Fuller, *idem*). Com essa definição, os estudiosos não apenas têm conseguido abarcar os diferentes contextos onde o fenômeno se manifesta, inclusive os pequenos produtores não integrados aos diversos mercados, os grupos identificados com o campesinato, como também examinar as relações entre o trabalho formal e informal.

Quanto ao estatuto teórico e analítico, as críticas são variadas e dirigem-se principalmente ao fato de que a noção de pluriatividade se refere sobretudo a um conjunto heterogêneo e diversificado de situações, que varia de acordo com o espaço e o contexto histórico, em que os membros de famílias de agricultores buscam atividades não-agrícolas como ocupação (independentemente de ser uma renda principal ou complementar) e acesso a um maior nível de renda. Nesse sentido, segundo Carneiro (1996a, p. 96), corre-se o risco de atribuir “[...] a qualidade de sujeito a um conjunto de práticas cuja heterogeneidade impede que se possa delimitar criteriosamente o verdadeiro campo de estudo”.

Na França, o livro organizado pela *Association des Ruralistes Françaises* (ARF, 1984) expressa essa disputa teórica em relação ao conteúdo analítico do termo pluriatividade. Segundo os historiadores, especialmente aqueles que estudam a chamada “proto-industrialização” (Garrier e Hubscher, 1988), as atividades não-agrícolas sempre foram praticadas por camponeses, pois integram o próprio modo de vida das sociedades rurais que não conhecem a rígida divisão social do trabalho e do espaço que caracteriza as sociedades capitalistas contemporâneas<sup>3</sup>. Carneiro (1996b, pp. 7-12), ao revisar esse debate, destacou que, para os historiadores, a pluriatividade possui um caráter estrutural que perpassa diferentes períodos históricos e situações socioeconômicas. Por meio de um olhar disciplinar, eles percebem a pluriatividade pelos “rendimentos exteriores à unidade de produção familiar”, e o termo é identificado como um fenômeno pré-moderno, pois o campesinato sempre recorreu à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho. Mas, se a pluriatividade

for compreendida como um fenômeno contrário às situações em que as pessoas se ocupam exclusivamente com uma única atividade (“monoatividade”), o caso dos “agricultores profissionais e modernos a duas unidade de trabalho homem” (UTH unidade de medida do trabalho de um homem ao ano, considerando 300 dias de atividade), ela representa uma situação recente, típica do período pós-productivista da década de 1970.

Essas divergências tornam o assunto polêmico, mas não impede que a expressão seja utilizada para descrever o processo de diversificação do uso da força de trabalho que ocorre dentro e fora da propriedade, nem que aponte o surgimento de um conjunto de novas atividades no meio rural. Nesses termos, há consenso em torno de uma das mais rigorosas definições de Fuller:

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (*home-based farming*). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências) (Fuller, 1990, p. 367).

É justamente por causa dessa aparente ubiquidade que a noção de pluriatividade vem sendo questionada por vários autores, que reivindicam “uma delimitação mais rigorosa de um campo de observação tão difuso” (Carneiro, 1996b, p. 95). Embora essas críticas sejam pertinentes, parece ser logicamente impossível a associação direta do termo com a noção

de “camponês” ou “pequeno produtor” como pretendem os historiadores franceses, que consideram os termos quase sinônimos, tendo em vista as características históricas de cada um. Para encerrar a controvérsia, parece válida uma sugestiva recomendação de Carneiro, para quem a pluriatividade “[...] é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo acadêmico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho” (1996b, p. 10). Nessa perspectiva, a pluriatividade é, de fato, uma noção ou, no máximo, uma categoria social que se refere ao fenômeno da combinação de múltiplas inserções produtivas por um indivíduo ou uma família.



AS FORMAS PIONEIRAS  
DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA:  
O “TRABALHO RURAL ACESSÓRIO”  
E AS “ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS  
COMPLEMENTARES”

Uma vez que se concorda que o fenômeno atualmente denominado pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias e que lhe falta conteúdo teórico e conceitual, vale pena examinar como os autores de alguns estudos clássicos interpretaram essa realidade. É nos trabalhos de Kautsky e Chayanov que se encontram algumas das primeiras referências ao “trabalho rural acessório” e a “outras atividades não-agrícolas”, entendidos



como formas complementares de obtenção de renda e de inserção econômica de pequenos proprietários ou camponeses.

Segundo Kautsky (1980), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma “lenta e gradual” subordinação à indústria<sup>4</sup>. Para ele, o processo é comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura (especialmente devido aos efeitos da agroquímica), que acaba por transformá-la em um ramo da indústria, completando-se, assim, uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas (ou unidades camponesas, como também são chamadas). No entanto, Kautsky afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam “formas de trabalho acessório” (que podem ou não estar ligadas à agricultura) que lhes permitam manter sua reprodução social.

A permanência de pequenos proprietários estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos capitalistas, os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores. Segundo Kautsky: [...] não devemos pensar que a pequena propriedade territorial esteja em vias de desaparecer na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade. A grande propriedade, por mais que rechace os camponeses livres, sempre manterá uma parte deles à sua ilharga, uma parte que ressuscita como pequenos arrendatários (1980, p. 178).

4 Conforme enfatizou Kautsky “[...] a indústria constitui a mola não apenas de sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola [...]. A grande indústria passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências” (1980, pp. 317 e 319).

No entanto, o autor ressalta, a possibilidade de persistência das pequenas propriedades camponesas somente é admitida sob a condição de que elas venham a assumir uma função acessória e complementar à grande empresa que, por sua vez, exercerá seu pleno domínio no terreno da produção agrícola. Tal função estaria relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe sua capacidade de concorrência e reduz sua renda a níveis que obrigam essas pequenas unidades a buscar uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo. De acordo com Kautsky (1980, pp. 194-206), existem três tipos de ocupação acessória que podem exercer esse papel:

- a) Trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas.
- b) Ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa por ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a grande indústria urbana, para Kautsky a indústria a domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho.
- c) Fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (canais, estradas de ferro, telégrafos), o que também ocasiona a necessidade de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários (*idem*, p. 205).

Assim, afirma Kautsky, “[...] estas três espécies de trabalho acessório ao alcance dos pequenos camponeses não se excluem de modo algum. Podem existir simultaneamente, e, freqüentemente, coexistem” (*idem*, p. 206). Portanto, pode-se dizer que a ques-

tão das atividades rurais não-agrícolas (ainda que não explicitamente nesses mesmos termos) aparece na obra de Kautsky não apenas como uma forma de reafirmação de seu argumento central, em favor da superioridade técnica da grande propriedade e do inequívoco processo de industrialização da agricultura (tornando-a um apêndice da indústria), mas também como uma divergência a Lênin, Engels e ao próprio Marx, já que o autor tem uma visão radicalmente distinta a respeito dos desígnios da estratificação social e econômica decorrente do processo de penetração do capitalismo no campo.

Fora do escopo do marxismo, outro autor pioneiro a destacar a importância das “atividades rurais não-agrícolas” foi Alexander V. Chayanov (1974). Para se compreender a explicação desse autor sobre as razões que levaram os camponeses russos a buscar atividades complementares no meio rural é necessário situar sua tese em um quadro analítico mais amplo, qual seja, a “teoria da unidade econômica camponesa (UEC)”, cujo objetivo é analisar os aspectos organizacionais da unidade econômica camponesa a partir de seus “elementos morfológicos estáticos”<sup>5</sup>. No centro dessa formulação está “[...] a hipótese de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os processos de continuidade da unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família” (Chayanov, 1974, p. 38). Essa hipótese sustenta-se na idéia de que, na agricultura camponesa, a família é o elemento-chave para explicar o processo de tomada de decisão por parte dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, a compreensão do fun-

---

5 Portanto, trata-se de uma perspectiva analítica informada por um referencial que hoje se denominaria de microsociológico, o qual requer mediações teórico-conceituais para poder ser aplicado à análise de fenômenos desconhecido pelos camponeses russos.

cionamento das unidades econômicas camponesas pressupõe a análise do modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção de uma situação de equilíbrio, vital para garantir sua reprodução social. A avaliação subjetiva da família, portanto, é decisiva para definir o “grau de auto-exploração” das unidades econômicas camponesas no que se refere ao volume da atividade agrícola, à intensidade do trabalho e ao destino da produção. Tal avaliação tem como referência a manutenção do balanço entre trabalho e consumo.

Embora a idéia de equilíbrio entre trabalho e consumo seja visivelmente fundadora do esquema analítico de Chayanov, sua principal contribuição reside na identificação de elementos próprios ao comportamento da família, que é quem regula e operacionaliza a unidade de produção agrícola. Segundo Chayanov,

deve-se considerar a família sob três aspectos centrais. Primeiro, em seu ciclo demográfico completo, o que implica relacionar a variação da utilização dos fatores produtivos (terra, trabalho e meios de produção) ao seu processo de diferenciação interna. Segundo, deve-se buscar entender o “caráter teleológico” do comportamento das ações familiares, que organiza o funcionamento dos “mecanismos internos de equilíbrio” (Chayanov, 1974, p. 287). Essa racionalidade orienta-se na direção da “utilização ótima de fatores” (terra, capital e força de trabalho), estabelecida a partir do tamanho da família e seu grau de auto-exploração em relação às condições objetivas dos meios de produção (idem, p. 99). Terceiro, a composição e a união entre a unidade doméstica (ou de consumo) e a unidade de produção, o que faz com que a família funcione como um



todo, especialmente no que se refere à gestão de sua rendas (*idem*, pp. 110-112).

O modelo analítico de Chayanov é crucial para se compreender o significado das atividades rurais não-agrícolas, às quais o autor se refere de modo recorrente. Nesse sentido, assume também relevância o conceito de estratégia que, para o autor, funciona como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família se utiliza para alcançar seus objetivos. Esse conceito, na verdade, baseia-se na “relação ótima de fatores de produção”, que consiste na adequação das necessidades familiares à conveniência técnica em um determinado sistema de produção (*idem*, p. 98).

Desse modo, em situações em que a família não dispõe de uma quantidade suficiente de terra para suas necessidades, ou quando “sobram braços” para trabalhar, ela tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não-agrícolas” uma forma de ocupar a força de trabalho para garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo (*idem*, p. 101). Essas estratégias não são derivadas de um cálculo aritmético ou de uma racionalidade guiada pelo lucro ou pela acumulação, mas tão-somente orientadas pelas necessidades, que variam ao longo do ciclo demográfico familiar. Assim, Chayanov demonstra que o recurso a atividades não-agrícolas é determinado, primeiramente, pela variação neste ciclo. Nas fases em que a família possui filhos pequenos ou quando resta apenas o casal de velhos (e, às vezes, um filho que se ocupa deles), a demanda por trabalhos não-agrícolas é menor *vis-à-vis* as situações em que a família amplia sua capacidade de trabalho ante a maior aptidão dos filhos. Nesse caso, quando há subocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não-agrícolas torna-se uma alternativa.

No entanto, apesar de a busca por atividades não-agrícolas variar segundo o ciclo demográfico, isso não quer dizer, segundo Chayanov, que o tamanho da família seja o único critério que orienta a divisão familiar do trabalho entre atividades agrícolas e não-

agrícolas. É preciso também levar em conta os elementos técnicos que influenciam a produção, porque a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de mão-de-obra. A divisão do trabalho familiar também se orienta “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente” (*idem*, p. 116). Assim,

[...] a suposição de que a procura de capital e, sobretudo, de terra induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para atividades não-agrícolas está perfeitamente correta na maioria dos casos. O êxodo para os ofícios não-agrícolas acontece, com efeito, de modo particular nas zonas de grande densidade demográfica (*idem*, p. 118).

Essa afirmação, contudo, segundo o próprio Chayanov, exige o estabelecimento de dois condicionantes:

- a) O fato de que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas está relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois em determinadas estações, como no inverno (no caso russo), a inatividade pode ser quase total.
- b) Em muitas situações não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades não-agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, em termos de remuneração, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas (*idem*, p. 118).

Para Chayanov, o recurso às atividades não-agrícolas é uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar ante os condicionantes da unidade produtiva agrícola e expressa, acima de tudo, a racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o equilíbrio entre trabalho e consumo e garantir, assim, sua reprodução.

Trata-se de atividades artesanais e comerciais que fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho. Com sua ajuda pode-se obter ganhos maiores com menos esforço, e a família pre-



fere ajustar o equilíbrio básico entre consumo e desgaste da força de trabalho principalmente por meio da ocupação em artesanato e comércio [...]. Em outras palavras, podemos assegurar teoricamente que a divisão do trabalho na família camponesa entre atividades agrícolas e não-agrícolas (artesanato e comércio) é levada a cabo pela comparação da situação de mercado desses ramos da economia nacional” (*idem*, p. 120).

Embora muitas vezes as atividades não-agrícolas sejam exercidas fora da propriedade, ainda segundo as formulações de Chayanov, isso não comprometeria o caráter indivisível dos rendimentos familiares. Trata-se de um “sistema único de equilíbrio básico” que faz com que haja uma interdependência entre os ganhos totais da família (*idem*, p. 112).

#### A TEORIA SOCIAL CONTEMPORÂNEA E O LUGAR DA PLURIATIVIDADE: A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA DA AGRICULTURA

Uma revisão cuidadosa da literatura internacional que procura situar o debate sobre a pluriatividade no contexto das reflexões sobre a agricultura familiar mostra que os avanços teóricos e metodológicos mais significativos sobre esses temas se encontram na corrente do pensamento social contemporânea denominada “Sociologia da Agricultura” (Buttel, Larson e Gillespie Jr., 1990<sup>6</sup>). Trata-se de uma abor-

<sup>6</sup> A utilização dessa expressão parece ser uma clara tentativa de demarcar um campo de oposição à tradição da Rural Sociology (sociologia rural) norte-americana, de inspiração estrutural-funcionalista.

dagem relativamente recente na área dos estudos rurais e agrários, cuja definição teórico-metodológica é eclética e pluralista, variando de enfoques neomarxistas a neoweberianos, e alicerçada por uma orientação genérica que os autores denominam “perspectiva crítica” (Schneider, 1997). Apesar da multiplicidade de enfoques, há consenso entre os autores ligados a essa área da sociologia de que a agricultura familiar encerra uma diversidade de situações e possui múltiplas estratégias de reprodução social.

A principal divergência entre os expoentes dessa vertente teórica evidencia-se nas suas interpretações acerca do papel e da posição dos agricultores diante das transformações estruturais da agricultura sob o regime capitalista. De um lado, há os que abordam as mudanças sociais, econômicas e espaciais da agricultura e do mundo rural a partir da internacionalização do sistema agroalimentar (*agri-food-system*), apontando a homogeneização dos mercados de trabalho rural e urbano e o aumento da hegemonia do capital financeiro em escala global como suas características principais. Em contrapartida, uma segunda vertente focaliza o processo de reestruturação da agricultura a partir do estudo da agricultura familiar e das estratégias que as famílias rurais adotam, entre as quais a pluriatividade<sup>7</sup>.

Como no espaço deste artigo não será possível apreciar todas as perspectivas analíticas que integram a Sociologia da Agricultura, optou-se por apresentar a contribuição teórica mais adequada e que melhor se ajusta à reflexão sobre a agricultura familiar em situações de pluriatividade. Terry Marsden e Anthony Fuller estão entre os autores do pensamento social contemporâneo que mais têm contribuído para constituição de um arcabouço analítico para discussão da pluriatividade e temas correlacionados.

Segundo Marsden, é necessário compatibilizar as análises gerais sobre as transformações estruturais



(encapsulada na utilização recorrente da idéia de “reestruturação capitalista”) com as transformações particulares que afetam a agricultura familiar. Ou seja, trata-se de fazer uma analogia entre o processo de reestruturação da agricultura e o papel desempenhado pela pluriatividade. Nesse sentido, o autor insiste na retomada de análises sobre o funcionamento dos processos produtivos no espaço rural, que seriam o *locus* privilegiado para a observação das transformações das unidades familiares (Marsden, Whatmore, Munton e Little, 1986). Para isso, Marsden propõe a utilização de conceitos fundamentais do debate sobre a mercantilização social e econômica (*commoditization debate*), discussão lançada na segunda metade dos anos de 1980 pelos estudiosos da escola holandesa de Wageningen (em particular Norman Long e Jan Douwe Van der Ploeg), cujo objetivo era propor uma alternativa analítica à utilização da noção de *produção simples de mercadorias* para explicar a persistência da agricultura familiar. Marsden resgata o conceito de “mercantilização do espaço agrário” acrescentando-lhe a idéia de que se

7 Para uma análise mais detalhada dessas vertentes teóricas, consultar Schneider (1999b, capítulo 2).



trata de um processo de desenvolvimento desigual, que aos poucos integra certos tipos de agricultores e regiões produtivas enquanto outros vão sendo excluídos e marginalizados (Marsden, 1991).

A partir desse marco teórico geral, Marsden passa a analisar o processo de reestruturação capitalista da agricultura que eclodiu com as mudanças radicais decorrentes da crise do modelo fordista de produção e consumo de massa vigente nos países desenvolvidos entre o pós-Guerra e meados da década de 1970 (Marsden et al., 1986). De acordo com o autor, ao contrário do que sugere parte da literatura internacional, os processos de flexibilização e de descentralização industrial e, sobretudo, de informalização das relações de trabalho não necessitam de um “*novo modelo*” societário, mas, um recuo do próprio fordismo (1992, p. 210). As características mais salientes desse recuo poderiam ser percebidas por meio das mudanças no mercado de trabalho, da emergência de novas formas de regulação das relações de trabalho e das novas tecnologias e formas de gestão dos processos produtivos.

Em vez de construir novos modelos analíticos em substituição ao fordismo, Marsden afirma que os cientistas sociais deveriam se preocupar em desenvolver análises capazes de incorporar a dimensão local, nacional e internacional dos espaços, dando ênfase à articulação social e política dessas esferas. Essa perspectiva de análise desdobra-se em dois vetores. Primeiro, segundo o autor, as novas formas de organização econômica devem ser entendidas a partir de suas especificidades e das configurações particulares que assumem as novas formas de regulação da ação social. Segundo, deve-se analisar as diferentes trajetórias do capitalismo recombina-as com base nas diferenças socioespaciais (Marsden, 1989, Marsden *et al.*, 1987).

Desde o início da década de 1990, de acordo com Marsden, estão em curso mudanças na política agrícola dos países desenvolvidos que estimulam a diversificação e o aumento da produção, o que pode ser entendido como um indício de que o próprio Estado cria mecanismos novos de regulação social e econômica dos espaços rurais. Essas iniciativas vêm de encontro ao recuo do padrão fordista de produção em massa na agricultura (“pós-productivismo”) e contribuem para a disseminação de novas formas de reprodução da força de trabalho no meio rural, sendo a pluriatividade a expressão mais eloquente desse redirecionamento (1995, p. 291)<sup>8</sup>. Assim, o espaço rural, que durante o fordismo se limitara a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares, ganha novas atribuições, tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais.

Entre suas novas funções, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos (por exemplo, propriedades, festas, folclore e gastronomia) e serviços (ecoturismo, atividades ligadas à preservação

---

8 O pós-productivismo é definido por Marsden como “uma fase que é parcialmente apoiada pela habilidade inerente dos agricultores de se integrar a agentes e setores de atividades não-agrícolas” (1995, p. 294).

ambiental etc.), indicando que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais permanecer circunscrito à sua função na produção agrícola ou ao uso da terra para o cultivo de produtos alimentares e de matérias-primas. Portanto, para se compreender o meio rural é preciso ir além da perspectiva agro-alimentar, ou seja, deve-se analisar as relações de produção e consumo em uma dimensão local e global. Marsden propõe que o conceito-chave para explicar a nova configuração socioeconômica e espacial do meio rural seja a noção de *commoditization* (mercantilização) que, na sua opinião, [...] representa um amplo processo social e político pelo qual os valores mercantis são construídos e atribuídos a objetos rurais e agrícolas, mas também ao artesanato e às pessoas. Ela não representa um processo único e universal que transforma apenas o trabalho na agricultura (tal como sugerido na literatura marxista sobre o desenvolvimento agrário). Trata-se, ao contrário, de um fenômeno diversamente construído, em torno do qual os processos de desenvolvimento coalescem e se generalizam (Marsden, 1995, p. 293)<sup>9</sup>.

Com base nessas formulações, Marsden considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato (Marsden e Flynn, 1993). O autor acredita que esse pro-

cesso conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado local de trabalho e, conseqüentemente, a adoção da pluriatividade nas famílias rurais.

Ao afirmar que a pluriatividade decorre, em larga medida, das transformações engendradas pelo próprio processo de reestruturação capitalista, Marsden fornece ainda pistas importantes para a análise das transformações do mercado de trabalho. Nesse sentido, recupera a tese de Bradley (1984), segundo a qual uma das características centrais do capitalismo no período pós-fordista é o processo de segmentação do mercado de trabalho, decorrente das novas formas de organização dos processos produtivos que tem como característica principal a descentralização horizontal e a flexibilização das relações de trabalho<sup>10</sup>. Esse processo reflete os impactos desiguais sobre o espaço rural, que passa, por meio do mercado de trabalho, a ser também integrado à dinâmica capitalista.

Desse modo, Marsden vê a pluriatividade como uma configuração, por excelência, das relações de trabalho contemporâneas, decorrente dos processos recentes de relocalização econômica. Embora o autor insista no fato de que a pluriatividade seja uma decorrência dos novos contornos sociais, econômicos e espaciais da reestruturação capitalista, também reconhece que os elementos “exógenos” (sobretudo o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas) não são suficientes para explicar inteiramente esse fenômeno. Para se compreender os tipos de impacto que essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden sugere a análise das relações sociais internas às propriedades e ao processo produtivo (1990, p. 378):

Precisamos enfatizar a contínua transformação da agricultura familiar, e não sua estagnação como uma forma de produção. O esforço de investigação pre-

9 Em outro trabalho, Marsden define a mercantilização em termos muito semelhantes a Long, Van der Ploeg, Curtin e Box (1986), ao afirmar que “[...] o processo de mercantilização, em linhas gerais, envolve a extensão da forma mercadoria a novas esferas de atividade ou, o que é mais usual nas economias avançadas, a superposição de novos tipos de relações mercantis” (Marsden, 1989, p. 314).

10 Na verdade, há uma literatura expressiva que trata desse processo, especialmente no âmbito da chamada “geografia econômica”. Para não citar vários autores estrangeiros, indica-se as revisões de Schneider (1999a) e Raud (1999).

cisa se deter sobre as oportunidades e as limitações com as quais a unidade familiar se vê confrontada e sobre as concessões que as famílias de agricultores constantemente se vêem forçadas a fazer em resposta às pressões internas e externas de mudança. As análises podem, então, incorporar as relações internas à unidade produtiva, principalmente no que se refere às questões geracionais e de gênero, bem como as relações estabelecidas entre a unidade produtiva e o capital externo. É este conjunto complexo de interações, desenvolvido em condições locais e históricas específicas, que deve servir de base para o estudo da natureza e da dinâmica da agricultura familiar (Munton e Marsden, 1991, p. 109).

Ou seja, Marsden propõe uma via para definir conceitualmente o que chama de unidade familiar rural, qual seja, o estudo das relações sociais engendradas pela dinâmica do processo de trabalho. Seu ponto de partida é o pressuposto de que as unidades familiares são compelidas a buscar novas fontes de renda fora da propriedade devido ao ingresso em um ambiente competitivo, o que impede que sobrevivam apenas e exclusivamente dos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Dada essa nova configuração do mercado de trabalho e da importância que assume o espaço rural como um espaço mercantilizado de bens e serviços, parte expressiva das unidades familiares agrícolas tornam-se pluriativas, garantindo, assim, condições razoáveis de sobrevivência<sup>11</sup>.

O trabalho de Fuller é também uma referência fundamental para o entendimento do conceito de pluriatividade e pode ser considerado um complemento aos estudos de Marsden, cuja perspectiva é inspirada nos fundamentos epistemológicos neomarxistas da Sociologia da Agricultura. Fuller interpreta a pluriatividade a partir dos mecanismos que as famílias estabelecem com o mercado e o ambiente externo, enfatizando que a natureza da divisão interna do trabalho exerce uma influência decisiva sobre as estratégias adotadas por elas.

Em seus primeiros trabalhos, Fuller propõe que o estudo da pluriatividade não deve ficar restrito à

mensuração do tempo que o chefe da propriedade dedica às atividades agrícolas e não-agrícolas. Sugere que se tome a família e o seu ciclo de reprodução como eixo principal de análise, já que a decisão pela diversificação das atividades familiares depende também dos recursos, dos costumes e das tradições da família. Para Fuller, “[...] deve-se entender a propriedade familiar como uma unidade econômica onde a família é o principal agente das decisões” (1983, p. 7). Essa definição contempla a família como um todo, fazendo com que a noção de propriedade familiar não se circunscreva apenas ao chefe da propriedade ou aos membros que trabalham fora.

Em trabalhos mais recentes, e como consultor principal do projeto “Estruturas Agrárias e Pluriatividade das Famílias Agrícolas (1987-1990)”, patrocinado pelo Arkleton Trust<sup>12</sup>, Fuller foi um dos precursores da idéia de que se deve estudar a pluriatividade a partir da dinâmica interna da família, e de como ela reage ao jogo das instituições e dos condicionantes do mercado no sistema local (Fuller, 1987, p. 11). Para ele, a pluriatividade é um elemento de diversificação que pode se produzir tanto no interior da família como a partir do exterior, pois funciona como uma estratégia que se modifica de acordo com a dinâmica das famílias e de sua relação com a

11 Essa abordagem também encontra seguidores no Brasil. Para mais detalhes, consultar Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi (1997).

12 Essa pesquisa pode ser considerada o estudo mais completo e aprofundado sobre a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas nos países europeus. Ela abrangeu 24 regiões de 12 países, sendo que nove são membros da Comunidade Européia e três não. O estudo foi realizado entre 1987 e 1991 e envolveu a aplicação de um questionário-base em 1987 e, outro, em 1992, com uma amostra estratificada de trezentos estabelecimentos em cada região (totalizando 6.600 propriedades em 22 áreas). Foram também realizados estudos de caso aprofundados (chamados de “estudo de contexto”), entre 1988 e 1989, com mais setenta estabelecimentos de cada região (Arkleton Trust Project, 1992).

estrutura agrária (Brun e Fuller, 1991, p. 25). Entre as principais conclusões do projeto mencionado, tem-se a idéia de que a pluriatividade [...] se reveste de diferentes formas em função das fontes de renda e da inserção da mão-de-obra e preenche diferentes funções. Todavia, a pluriatividade não pode mais ser considerada unicamente um fenômeno estrutural associado à transição e que constitui a saída para a agricultura, ou a necessidade de incrementar as rendas das pequenas propriedades, ainda que esses aspectos se mantenham importantes (Arkleton Trust, 1992, p. 19).

Assim, segundo os autores, a pluriatividade constitui-se em um traço importante da agricultura européia, e sua presença não está relacionada somente ao tamanho dos estabelecimentos ou à localização em determinadas áreas (consideradas marginalizadas). Ao contrário, constatou-se que ela não é um fenômeno efêmero, mas generalizado por toda a estrutura agrária da Europa, além de englobar uma diversidade de práticas e atividades agrícolas e não-agrícolas.

Nesse sentido, para Fuller, a pluriatividade apresenta variações muito expressivas de situações de espaço e de tempo, ainda que se possa afirmar que sua característica fundamental seja a interação entre agricultura, unidade familiar e mercado de trabalho (1990, p. 368). Do ponto de vista teórico e conceitual, isso implica a definição de três níveis de análise, que também foram utilizados no estudo de Arkleton Trust. O primeiro toma a pluriatividade como uma expressão de determinados tipos de economia regional ou local. Trata-se de sua projeção espacial, bem como de suas interações com a estrutura econômica e as condições socioculturais e políticas ali instauradas. Busca-se saber, por exemplo, quais são os fatores regionais ou locais que exercem atração e estímulo, e, em contrapartida, os restritivos ou limitadores ao desenvolvimento da pluriatividade. O segundo refere-se à abordagem da família como o núcleo das decisões para compreender as relações entre a agricultura e a pluriatividade. A decisão de alocação

dos recursos disponíveis (capital, trabalho etc.), bem como a opção por uma determinada estratégia de investimento em atividades agrícolas ou não-agrícolas são decisivas para a compreensão das diversas formas possíveis que assume a pluriatividade. O terceiro, por sua vez, refere-se à interpretação da pluriatividade como uma expressão da dinâmica das transformações socioeconômicas estruturais dos espaços rurais. Ou seja, trata-se do enfoque histórico e comparativo entre regiões, comunidades e até países, no sentido de se averiguar os fatores que podem contribuir para explicar as distintas funções da pluriatividade, como, por exemplo, o tamanho e a composição familiar e a disponibilidade de um mercado de trabalho de atividades não-agrícolas (Brun e Fuller, 1991, pp. 26-28).

#### A PLURIATIVIDADE COMO CARACTERÍSTICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Como fenômeno social e econômico presente na estrutura agrária de regiões e países, pode-se definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou, mais rigorosamente, pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade seja decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela pode ser definida como uma prática que depende de decisões individuais ou familiares. Interessa, pois, avaliar o significado econômico, o sentido sociocultural da consolidação da pluriatividade em famílias que residem no espaço rural e se integram em outras atividades ocupacionais, combinando-as com a atividade agrícola. Com efeito, ao delimitar as fronteiras conceituais entre a agricultura familiar e a pluriatividade, o passo seguinte consiste em evidenciar o referencial teórico



que alicerça essa definição. Cabe, portanto, explicitar como é entendida a agricultura familiar e por que a pluriatividade se tornou uma das estratégias de sobrevivência. Assim, a discussão teórica acerca da pluriatividade deve envolver o debate mais amplo sobre a persistência da forma familiar de trabalho e de produção no interior do capitalismo. Parte-se do pressuposto de que a dinâmica socioeconômica no meio rural faz parte da sociedade como um todo, e que, em determinadas situações históricas, ela certamente será estabelecida pelo regime capitalista. Mas essa não é uma “regra universal”, e o modo pelo qual a forma familiar interage com o capitalismo pode variar e assumir feições muito particulares. Em alguns casos históricos, as formas sociais identificadas com o trabalho familiar acabaram sucumbindo

e foram absorvidas pelo próprio capitalismo mas, em outros, como no caso de certas configurações da pluriatividade, a presença do trabalho familiar em unidades produtivas agrícolas pôde desenvolver relações até certo ponto estáveis e duradouras com as formas sociais e econômicas predominantes. Assim, as unidades familiares subsistem com uma relativa autonomia em relação ao capital e vão se reproduzindo nessas condições. A sua transformação vai depender de sua relação com as formas distintas e heterogêneas de estruturação social, cultural e econômica do capitalismo, em um certo espaço e contexto histórico.

Há controvérsia metodológica entre os estudiosos que, segundo Neves (1995), decorre em larga medida da capitulação dos pesquisadores ao raciocínio dualista, tipológico e ordenador dessa heterogeneidade, que vale à pena ser comentado. O que está em jogo é a definição das unidades familiares que utiliza como referencial o outro extremo de uma suposta polaridade, qual seja, a unidade ou a empresa capitalista. Às formas familiares corresponderiam características como trabalho familiar, resistência à apropriação do excedente via mercado, propriedade de meios de produção, busca de autonomia etc.; às formas capitalistas seriam definidas por assentarem-se em trabalho assalariado, apropriação de mais-valia, reprodução ampliada, racionalidade dirigida à obtenção de produtividade e rentabilidade, entre outros aspectos. Dessa classificação derivam qualificações empíricas, muitas vezes utilizadas para caracterizar os próprios produtores, como a polarização entre produtor técnico ou capitalizado *versus* os camponeses, pobres ou tradicionais. Esse tipo de raciocínio, que segundo Neves deriva de equívocos metodológicos, reduz a compreensão e a análise das formas sociais existentes no campo à mera contraposição de dois segmentos: um social, caracterizado pelas unidades familiares, e outro, econômico, consagrado à empresa capitalista.

Entretanto, acredita-se ser possível e adequado o delineamento de alguns elementos que auxiliem a

elaboração de uma definição mais abrangente acerca da agricultura familiar ou da forma familiar de organizar o trabalho e a produção na atividade agrícola, e isso, com certeza, será útil para a compreensão de suas características em sociedades capitalistas<sup>13</sup>. O primeiro elemento diz respeito à forma de uso do trabalho. As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores. No entanto, a utilização de critérios de quantificação para determinar o limite a partir do qual uma unidade familiar que usa trabalho contratado deixa de ser considerada como tal constitui-se em operação heurística que, isoladamente, não é suficiente para se entender e se caracterizar sociologicamente sua natureza, ou seja, como vivem seus integrantes e por que tomam determinadas decisões<sup>14</sup>.

O segundo elemento refere-se aos obstáculos oferecidos pela natureza, que impedem uma eventual correspondência, em essência, entre a atividade produtiva agrícola e industrial. Embora notórios, os avanços científicos e tecnológicos ainda não conseguiram eliminar a “base natural” sob a qual se assenta a produção de alimentos e fibras, e muito menos subverter os processos produtivos agrícolas a ponto de suprimir a distinção, em termos de funcionamento, entre agricultura e indústria<sup>15</sup>. De fato,



malgrado argumentos contrários, um olhar atento sobre a produção agrícola é suficiente para convencer o observador de que se trata de uma atividade ainda muito dependente de fatores naturais como clima, solo, ou equilíbrio dos ecossistemas. Na agricultura, o tempo de trabalho que se gasta para produzir uma mercadoria, sobretudo nas situações em que a produção é especializada, não corresponde ao tempo de produção necessário à sua elaboração. Além disso, é cada vez mais perceptível o apelo que a produção dita “natural” exerce sobre os consumidores, forjando, inclusive, situações específicas de mercado para essas mercadorias. Portanto, as barreiras naturais continuam limitando o desenvolvimento

13 Em Schneider (1999) pode-se encontrar argumentos mais detalhados acerca desses elementos conceituais.

14 Quando um pesquisador analisa uma situação concreta, tendo como variável a forma de uso da força de trabalho, e chega a conclusão de que a caracterização de determinadas unidades se dá pelo seu caráter familiar ou capitalista, ele está, no limite, reproduzindo uma fórmula dualista de pensamento que pouco auxilia a explicação sociológica. Para o aprofundamento dessa questão, consultar o excelente artigo de Neves (1995).

15 Há uma vasta bibliografia que discute as particularidades ou os obstáculos naturais para a realização da produção capitalista na agricultura. As posições mais interessantes sobre esse tema foram desenvolvidas por Mann (1990, cap. 1) e Abromovay (1992, p. 247).



de economias de escala na agricultura, impedindo, assim, uma total subordinação dos processos produtivos ao interesse do capital, e, por isso, operando com base em relações de trabalho não assalariadas. Não é por acaso que uma parcela majoritária da produção agroalimentar dos países capitalistas mais desenvolvidos continua nas mãos dos agricultores familiares.

O terceiro elemento pode ser extraído da teoria social. A tradição marxista sempre privilegiou o enfoque do desenvolvimento agrário como um processo macrosocial e econômico sem considerar a resistência das formas familiares e reconhecer a capacidade de adaptação e interação dessas categorias sociais no

sistema dominante. É necessário ajustar esse enfoque no sentido de deslocar seu referencial holístico e nomológico para a compreensão das formas de articulação da agricultura familiar com o ambiente social e econômico em que estiver inserida. Este ambiente é constituído por um conjunto de instituições que fornece estímulos e determina os limites e as possibilidades, exercendo, assim, uma influência decisiva sobre as decisões individuais e familiares. As relações dos agricultores com o ambiente social e econômico podem ocorrer por meio do crédito, do financiamento ou de outra forma de apoio institucional Estado ou ONGs, e também pelo acesso a mercados de produtos (compra de insumos e venda de mercadorias, relação com a agroindústria etc.), mercado de trabalho (como a possibilidade de obter rendas em atividades não-agrícolas), acesso e informações e inovações produzidas pelo progresso tecnológico. Além disso, o ambiente social e econômico também compreende as expectativas cambiantes e as percepções que as famílias nutrem em relação ao seu futuro e às possibilidades de desenvolvimento do local em que vivem.

Contudo, o elemento central que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes aspectos aqui apresentados é a própria natureza familiar das unidades agrícolas, que está assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre seus membros. É no interior da família e do grupo doméstico que se localizam as principais razões que explicam, ao mesmo tempo, a persistência e a sobrevivência de certas unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras<sup>16</sup>. As decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral.

16 Essa perspectiva de análise está de acordo com as idéias de Friedmann (1978a, 1978b) e Carneiro (1996b).

Mesmo que em certos casos as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos como, por exemplo, o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos, entre outros), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho de seus membros permite que determinadas decisões se tornem possíveis, o que muitas vezes um agricultor muito inserido na dinâmica capitalista, contando com a contratação de assalariados, não poderia concretizar ou sofreria fortes restrições. Isso não significa concordar com a idéia de que essa especificidade do caráter familiar seja suficiente para explicar por que algumas unidades conseguem reproduzir-se ou resistir, mesmo em condições adversas.

A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado e complexo jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas. Nele os indivíduos e a família devem levar em conta o bem-estar e o progresso de sua unidade de trabalho e moradia e as possibilidades materiais de alcançar determinados objetivos. Desse modo, a reprodução não é apenas o resultado de um ato da vontade individual ou do coletivo familiar, e tampouco uma decorrência das pressões econômicas externas do sistema social. A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo cabe à família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à sua continuidade e reprodução.

Essa perspectiva permite romper com o usual reducionismo classificatório dos estudos sobre a agricultura familiar, pois nem a categoria trabalho familiar estritamente, nem a contratação ou não de assalariados, nem tampouco as relações com o mercado servem, isoladamente, como critérios para definir a natureza de uma determinada forma social. Nesse

sentido, para se entender o significado da pluriatividade em situações onde predomina a agricultura familiar a partir das ferramentas conceituais disponibilizadas pela sociologia crítica, é preciso admitir que determinadas formas sociais se transformam (no sentido de que se superam), se metamorfoseiam e se reproduzem fora do escopo rígido das leis de valorização do capital. Trata-se de aceitar a hipótese de que determinadas formas sociais estabelecem relações com o modo de produção dominante sem que, *a priori*, elas assumam um caráter capitalista. A contratação eventual ou regular de assalariados pelas unidades familiares ou sua inserção em circuitos mercantis, seja pela venda da força de trabalho (via atividades não-agrícolas), seja pela venda de produtos agrícolas, não autoriza a categorização compulsória como capitalistas.

De certo modo, o amplo apoio obtido por essa perspectiva, a partir das indicações de autores ligados à Sociologia da Agricultura, permite dizer que há muitas concordâncias em torno desse aporte, sobretudo no que se refere à identificação do cenário social e econômico em que transcorrem as transformações do capitalismo contemporâneo. Há consenso, por exemplo, no diagnóstico geral acerca da crise do fordismo e da validade de suas explicações sobre as novas formas de regulação social e econômica da estrutura agrária, fortemente marcadas pela consolidação do sistema agroalimentar internacional e pela mercantilização crescente tanto das relações de produção, como das dimensões que Marsden enquadra na esfera do “consumo não-produtivo”, como a paisagem rural, o clima, o ambiente natural etc.

No entanto, em relação às avaliações sobre a pluriatividade e sobre a emergência de novas formas de regulação do trabalho no meio rural, a adesão da perspectiva analítica aqui proposta às idéias defendidas pelos autores da Sociologia da Agricultura é parcial. Embora se aceite que as transformações do mercado de trabalho sejam conseqüências de um padrão pós-fordista em gestação, não se considera que a pluriatividade seja um fenômeno decorrente



apenas de processos sociais e econômicos externos às unidades familiares, sem implicar qualquer tipo de (re)ação dos sujeitos afetados. Seria um equívoco afirmar que os agricultores familiares sejam meros coadjuvantes ou simples *bearers of structures* (suportes das estruturas), e que não contribuam, em alguma medida, para a afirmação da pluriatividade.

As avaliações da Sociologia da Agricultura parecem satisfatórias em relação aos aspectos macrosociológicos pelos quais se explica o recurso dos agricultores às atividades não-agrícolas. Contudo, elas têm pouco a dizer sobre as motivações dos indivíduos, sobre como tomam suas decisões de dispêndio ou investimento, ou mesmo sobre os projetos que orientam suas estratégias de busca de alternativas materiais à sua reprodução social. Ou seja, para entender a

complexidade das relações sociais engendradas nesse processo, é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores familiares. Dessa forma, é preciso adentrar no ambiente intrafamiliar para conhecer melhor os mecanismos pelos quais uma família se torna pluriativa e de que modo ela exerce essa pluriatividade.

#### A FAMÍLIA PLURIATIVA: EM BUSCA DE UMA UNIDADE DE ANÁLISE

A partir dos elementos teóricos até aqui apresentados torna-se necessário fixar uma unidade de observação pertinente ao estudo da pluriatividade e da agricultura familiar. A unidade de análise serve para se fixar o “campo de observação” dos fenômenos empíricos

e funciona como um recurso heurístico e metodológico que recorta o objeto da análise sociológica. Nesse sentido, adverte-se para o fato de que a abordagem empreendida aqui considera as famílias rurais unidades onde a presença da pluriatividade deve ser entendida como um ponto de partida para reflexão sobre o próprio funcionamento e as características da agricultura familiar. Portanto, a unidade que servirá de referência metodológica, e que deverá se constituir em *locus* privilegiado da observação sociológica, será a família rural e não as atividades não-agrícolas exercidas por alguns de seus membros. A família é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço (não necessariamente uma habitação comum) e possui em comum a propriedade de um pedaço de terra para cultivo agrícola. Está ligada por laços de parentesco e consangüinidade (filiação), podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consangüíneos (adoção). É no âmbito familiar que se discute e se organiza a inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes, e é em função desse referencial que se estabelecem as estratégias individuais e coletivas que visam a garantir a reprodução do grupo. Embora seu objetivo seja a reprodução material, cultural e moral do grupo, não há, para tanto, caminho predeterminado ou estratégias definidas *ex ante*.

Para operacionalizar a utilização da família como unidade analítica sugere-se sua separação, para fins heurísticos, em unidades familiares de produção e grupos domésticos (Neves, 1995, 1997; Carneiro, 1998). Esta separação consiste em um ato abstrato e tem por finalidade entender melhor as relações sociais que ocorrem nas duas dimensões fundamentais da vida o trabalho e a sociabilidade. Não se trata de uma cisão, mas de uma operação racional por meio da qual o pesquisador estuda as situações em que as famílias ou os indivíduos recorrem às atividades não-agrícolas e à pluriatividade como estratégias para viabilizar seus interesses pessoais ou coletivos geralmente, elevação da renda ou busca por trabalhos menos penosos (Schneider, 1999b, p. 125).

Conforme também haviam sugerido Fuller (1984) e Barthez (1982, 1987), a separação da unidade familiar em unidade de produção e grupo doméstico funciona como um recurso metodológico que permite ir além das necessárias, mas insuficientes, medidas da quantidade de tempo de trabalho e do valor das rendas obtidas fora da propriedade como critérios definidores de uma unidade familiar pluriativa. Definir a pluriatividade pela obtenção de rendas externas à unidade ou a utilização de tempo de trabalho em outras atividades que não a agricultura implica em um reducionismo conceitual que desconsidera as outras causas que podem estar na origem da decisão de um indivíduo ou de uma família em optar por uma dada estratégia. Conhecer essas causas é absolutamente fundamental para que se possa evidenciar as diferentes formas de alocação do trabalho no interior da propriedade que, provavelmente, variam entre unidades exclusivamente agrícolas e as que combinam a agricultura com outros tipos de atividade. Isso permite compreender as variações da pluriatividade em situações onde as propriedades, seus sistemas produtivos e o contexto social e econômico são semelhantes. Ademais, a separação entre unidade de produção e grupo doméstico também permite utilizar na análise a variação da composição demográfica da família como elemento importante à compreensão das distintas formas que assume a pluriatividade, bem como os efeitos diferenciados que decorrem da inserção do homem ou da mulher em atividades não-agrícolas.

Segundo Neves, esse recurso metodológico pode promover o estudo da dinâmica da organização familiar sem necessariamente determinar *ex ante* os projetos familiares ou os resultados das pressões do ambiente social e econômico. A distinção entre unidade familiar e unidade de produção permitiria, assim, evidenciar a coexistência de múltiplos projetos e arranjos entre os membros da família, pois “[...] as unidades de produção são arranjos contingenciais. Não são essências. São formas de conexão, de disjunção e de conjunção. São sistemas de proce-

dimentos e de estratégias e não uma estrutura dada à qual aos indivíduos só cabe a própria modelação” (Neves, 1995, p. 34).

Além dessa “manobra heurística”, que pretende dar um enfoque multidimensional à unidade de análise família rural, considera-se necessário tecer um último comentário sobre a utilização do conceito de estratégia, que muitas vezes aparece adjetivado como estratégia de reprodução. Ele não é apenas o elo entre as unidades familiares e o ambiente externo, mas também a ligação que parece superar a dicotomia sociológica acerca do problema da relação estrutura/agente ou processos micro *versus* macro. A utilização do conceito de estratégia deve levar em consideração os marcos teóricos e conceituais sobre as unidades familiares e sua relação com o contexto socioeconômico específico. Do ponto de vista substantivo, as estratégias podem ser interpretadas como o resultado das escolhas, das opções e das decisões

dos indivíduos em relação à família e, inversamente, da família em relação aos indivíduos (Marini e Pieroni, 1987). É preciso ponderar, contudo, que essas estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, que exercem pressão sobre as unidades familiares. Portanto, a tomada de decisão e as opções, sejam quais forem, possuem um referencial que, na prática, se materializa por meio das relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre os indivíduos. Assim, embora se tratem de estratégias conscientes e racionais, essa consciência é mediada por uma racionalidade informada pela realidade que tanto é a expressão das relações materiais presentes como daquelas herdadas e transmitidas culturalmente. Desse modo, as estratégias não são causais ou teleológicas, mas, o resultado da ação humana ante as contingências objetivas.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não está entre os objetivos deste trabalho o estabelecimento de aspectos conclusivos a respeito do tema. A apresentação de uma revisão da literatura, seguida por uma discussão sobre as melhores possibilidades analíticas e conceituais para o estudo da pluriatividade, não deve ser encarada como receita ou indicações infalíveis. Além disso, o que procurou-se demonstrar é que também no terreno dos estudos rurais e agrários recentes aflora uma discussão interessante sobre o próprio caráter da teoria social. De um lado, os autores parecem hesitar em abrir um diálogo mais franco com perspectivas teóricas e epistemológicas rivais, preferindo implementar o intercâmbio de conceitos e noções. Esse tipo de iniciativa parece interessante, pois indica uma postura de reconhecimento da capacidade heurística que certos conceitos possuem, independentemente das matrizes teóricas a que pertencem. De outro, observa-se a preocupação com os referenciais teóricos em segundo plano. Essas perspectivas, embora muito difundidas na literatura, por opção deliberada do autor foram pouco exploradas neste trabalho. Assim, quando se realiza um balanço das teorias utilizadas pelos cientistas para estudar temáticas rurais e agrárias, percebe-se que também estas passam por ajustes e desafios semelhantes aos que afetam a teoria social contemporânea como um todo, a saber, interesses voltados ao diálogo multi e interdisciplinar, de um lado, e a tendência à fragmentação e ao pluralismo, de outro. Nesse caso, caberia especular sobre a opção que poderá vir a se tornar hegemônica no contexto das ciências sociais brasileiras, exercício que foge aos propósitos e mesmo à competência deste trabalho.

Em relação ao debate sobre a agricultura familiar, resta acrescentar que as sugestões de conceitos e de enfoques apresentadas não se prendem às unidades agrícolas. Ou seja, quando se propõe estudar as formas familiares de organização do trabalho e da produção não se está imaginando que elas estejam res-

tritas ao setor agrícola e ao espaço rural, pois existem várias outras atividades em que se pode observar essa configuração. O mesmo pode ser afirmado em relação à pluriatividade, que se apresenta como um fenômeno social relativamente novo e desconhecido no espaço rural, embora suas características há muito estejam presentes nas diversas formas de trabalho (precário ou não) exercidas no âmbito urbano-industrial, pois, em essência, trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que pertencem a uma mesma família. Curiosamente, as famílias urbanas nunca foram chamadas de pluriativas pelo fato de haver em sua unidade domiciliar pessoas com múltiplas inserções profissionais. Nesse sentido, o debate sobre a pluriatividade ganha uma nova frente de discussão, que leva à reflexão sobre o processo de homogeneização social, econômica, cultural e simbólica das famílias rurais e urbanas ou das famílias em geral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (1992), *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs/Unicamp/Hucitec.
- ANJOS, F. S. (1995), *Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas, UFPEL.
- ANJOS, F. S. (2001) “Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 17: 54-81, out., Rio de Janeiro.
- ARKLETON TRUST. (1992), *Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale: rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Ménages Agricoles*. Luxembourg, Comissão Européenne.
- ASSOCIATION des Ruralistes Français. (1984), *La pluriactivité dans les familles agricoles*. Paris, ARF Éditions.
- BARTHEZ, A. (1987), “Familia, actividad y pluriactividad en la agricultura”, in Arkleton Research, *Cambio rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 161-179.
- (1982), *Familia, travail et agriculture*. Paris, Economica.
- BRADLEY, T. (1984), “Segmentation in local labor markets”, in T. Bradley e P. Lowe (eds.), *Locality and rurality: economy and society in rural regions*, Norwich, Geo Books, pp. 310-331.
- BRUN, A. & FULLER, A. (1991), *Farm family pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom, The Arkleton Research.
- BUTTEL, F. H. & LARSON, O. W. (1982), “Political implications of multiple jobholding in U.S. Agriculture: an exploratory analysis”. *Rural Sociology*, 47 (2): 272-294, Kansas.
- BUTTEL, F. H.; LARSON, O. F. & GILLESPIE, G. W. (1990), *The rural sociology of agriculture (under the auspices of the rural sociological society)*. Nova York, Greenwood Press.
- BUTTEL, F. H. & NEWBY, H. (1980), *The rural sociology of advanced societies: critical perspectives*. Londres, Croon Helm.
- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). (2000), *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna (SP), Embrapa Meio Ambiente, 4 vols.
- CARNEIRO, M. J. (1998), *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- (1996a), “Pluriatividade no campo: o caso francês”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (32): 89-105, São Paulo, out.
- (1996b), “Pluriactivité agricole: l'hétérogénéité cachée”. *Cahiers d'Economie et Sociologie Rurales*, 38 :7-36, Paris.
- CAVAZZANI, A. & FULLER, A. (1982), “International perspectives on part-time farming: a review”. *Geographical Journal*, 6 (4) :383-390.
- CHAYANOV, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FRIEDMANN, H. (1978a), “Simple commodity production and wage labor in the American plains”. *Journal of Peasant Studies*, 6 (1): 71-100, Londres.
- (1978b), “World market, State and family farm: social bases of household production in the era of wage labor”. *Comparative Studies in Society and History*, 20 (4): 545-586, Cambridge.
- FULLER, A. M. (1983), “Part-time farming and the farm family: a note for future research”. *Sociologia Ruralis*, 23 (1) :5-9, Netherlands.
- (1984), “Part-time farming: the enigmas and the realities”, in H. Schwarzweller, *Research in rural sociology and development*, Connecticut, Jai Press.
- (1987), “Introducción”, in *Arkleton Research, Cambio Rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.
- (1990), “From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe”. *Journal of Rural Studies*, 6 (4): 361-373, Londres.
- FULLER, A. M. & BRUN, A. (1988), “Social-economic aspects of pluriactivity in Western Europe”, in *Rural Change in Europe*, Arkleton Research, second review meeting, Waldkirchen, 18-21 set., pp. 147-167.
- GARRIER, G. & HUBSCHER, R. (orgs.). (1988), *Entre faucilles et marteaux*. Lyon, Presses Universitaires de Lyon/Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- GOODMAN, D.; SORJ, B. & WILKINSON, J. (1990), *Da lavoura às biotecnologias*. Rio de Janeiro, Campus.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999), *O novo rural brasileiro*. Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas,1).
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O. V. & DEL GROSSI, M. E. (1997), “O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário”. *São Paulo em Perspectiva*, 11 (2): 50-64, São Paulo.

- KAGEYAMA, A. (1998), "Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos". *Economia Aplicada*, 2 (3): 515-551, jul./set. São Paulo.
- KAUTSKY, K. (1980), *A questão agrária*. Portugal, Pro-posta.
- LONG, N.; VAN DER PLOEG, J. D.; CURTIN, C. & BOX (1986), *The commoditization debate: labor process, strategy and social network*. Netherlands, Agricultural University of Wagening.
- MANN, S. (1990), *Agrarian capitalism in theory and practice*. Chapel Hill/Londres, The University of North Carolina Press.
- MARINI, M. & PIERONI, O. (1987), "Relación entre la Familia y el Entorno Social. Tipología de las Familias Agrícolas en una Zona Marginal (Calabria)", in Arkle-ton Research, *Cambio Rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 205-247.
- MARSDEN, T. (1989), "Restructuring rurality: from order to disorder in agrarian political economy". *Sociologia Ruralis*, 29 (3/4): 312-317, Netherlands.
- (1990), "Towards the political economy of pluriactivity". *Journal of Rural Studies*, 6 (4): 375-382, Londres.
- (1991), "Theoretical issues in the continuity of petty commodity production", in S. Wathmore; P. Lowe e T. Marsden (eds.), *Rural enterprise: shifting perspectives on small-scale production*, Londres, David Fulton Publishers.
- (1992), "Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring". *Sociologia Ruralis*, 32 (2/3): 209-230, Netherlands.
- (1995), "Beyond agriculture? Regulating the new rural spaces". *Journal of Rural Studies*, 11 (3): 285-296, Londres.
- MARSDEN, T.; WHATMORE, S.; MUNTON, R. & LITTLE (1986), "Towards a political economy of capitalist agriculture: a British perspective". *International Journal of Urban and Regional Research*, 4: 498-521.
- MARSDEN, T. et al. (1987), "Uneven development and the restructuring process in British agriculture: a preliminary exploration". *Journal of Rural Studies*, 3 (4): 297-303, Londres.
- MARSDEN, T. & FLYNN, A. (1993), "Servicing the city: contested transitions in rural realm". *Journal of Rural Studies*, 9 (3): 201-204, Londres.
- MARSDEN, T.; MUNTON, R. & WARD, N. (1992), "Incorporating social trajectories into uneven agrarian development: farm businesses in upland and lowland Britain". *Sociologia Ruralis*, 32 (4): 408-430, Netherlands.
- MUNTON, R. & MARSDEN, T. (1991), "Dualism or diversity in family farming? Patterns of occupancy changes in British agriculture". *Geoforum*, 22 (1): 105-117, Londres.
- NEVES, D. (1995), "Agricultura familiar: questões metodológicas". *Revista Reforma Agrária*, 25: 21-37, maio/dez., Campinas.
- (1997), "Agricultura familiar e mercado de trabalho". *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, 8: 7-25, abr, Rio de Janeiro.
- NEWBY, H. (1987), "Presentación: la familia y la explotación agraria", in Arkle-ton Research, *Cambio rural en Europa*, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 155-161.
- RAUD, C. (1999), *Indústria, território e meio ambiente no Brasil: perspectivas da industrialização descentralizada a partir da análise da experiência catarinense*. Florianópolis, Editora da FURB/Editora da UFSC.
- SCHNEIDER, S. (1994), "O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade". *Revista Reforma Agrária*, 24 (3): 106-132, set./dez., Campinas.
- (1995), "As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo-parcial". *Ensaíos FEE*, 16 (1): 105-119, Porto Alegre.
- (1997), "Da crise da sociologia rural à emergência da sociologia da agricultura". *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 14 (2): 225-238, Brasília.
- (1999a), *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- (1999b), *Agricultura familiar e pluriatividade. Tese de doutorado*, Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
- VAN DER PLOEG, J. D. (1992), "El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización", in E. S. Guzman (ed.), *Ecología, campesinado y historia*, Espanha, Las Ediciones de la Piqueta.
- (1993), "Rural sociology and the new agrarian question: a perspective from the Netherlands". *Sociologia Ruralis*, 33 (2): 240-260, Netherlands.

# AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

CARACTERÍSTICAS,  
TIPOLOGIA  
E PERSPECTIVAS



**Sergio Schneider** *Sergio Schneider, Sociólogo, Professor Associado do Departamento de Sociologia e membro permanente dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil.*  
E-mail: [schneide@ufrgs.br](mailto:schneide@ufrgs.br)

NESTE TRABALHO PRETENDO APRESENTAR DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL, TANTO DESDE UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA QUANTO ESTATÍSTICA-CLASSIFICATÓRIA. NA VERDADE, AINDA QUE VÁRIAS DESTAS INFORMAÇÕES JÁ ESTIVESSEM MENTALMENTE ALINHADAS E FAZENDO PARTE DE MINHA COMPREENSÃO E ENTENDIMENTO, É A PRIMEIRA VEZ QUE SÃO EXPOSTAS DE FORMA SISTEMÁTICA E DIDÁTICA.

ESTA CONTRIBUIÇÃO NÃO POSSUI, NO ENTANTO, O OBJETIVO DE FAZER UMA DISCUSSÃO TEÓRICA E NEM CONCEITUAL SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL. MEU OBJETIVO É BEM MAIS SIMPLES, POIS CONSISTE EM ORDENAR AS INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEXTO ATUAL, AS DISCUSSÕES E PERSPECTIVAS POLÍTICAS EM DEBATE, ASSIM COMO APRESENTAR A FORMAÇÃO E A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS. OBTIVAMENTE QUE NÃO PUDE ME DEDICAR DE FORMA APROFUNDADA A CADA UM DESTES TEMAS, NEM MESMO ENTRAR EM DETALHAMENTOS SOBRE SUAS DINÂMICAS REGIONAIS MAIS PARTICULARES. ENTRETANTO, MESMO EM SE TRATANDO DE UM TRABALHO DESCRITIVO, COM FINS MAIS INFORMATIVOS DO QUE ANALÍTICOS, O TEXTO POSSUI UM EIXO ORIENTADOR E UM OBJETIVO CENTRAL. O EIXO QUE ORIENTA A REDAÇÃO DO PRESENTE TEXTO SEGUE O ENTENDIMENTO DE QUE A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL POSSUI UMA TRAJETÓRIA QUE SE CONECTA E VINCULA AO PROCESSO MAIS GERAL DE REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS E DA RETOMADA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, TENDO O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 DESEMPENHADO UM PAPEL IMPORTANTE NO RECONHECIMENTO DAS DEMANDAS DOS ATORES DA SOCIEDADE CIVIL.

O OBJETIVO CENTRAL POR SUA VEZ CONSISTE EM APRESENTAR AO PÚBLICO ESTRANGEIRO UMA SÍNTESE SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA, DEMONSTRAR COMO SE DEU A EVOLUÇÃO DESTA CATEGORIA, QUAIS SÃO AS TIPOLOGIAS E CLASSIFICAÇÕES QUE TÊM SIDO UTILIZADAS NO BRASIL E, POR FIM, DISCUTIR AS SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO<sup>1</sup>.

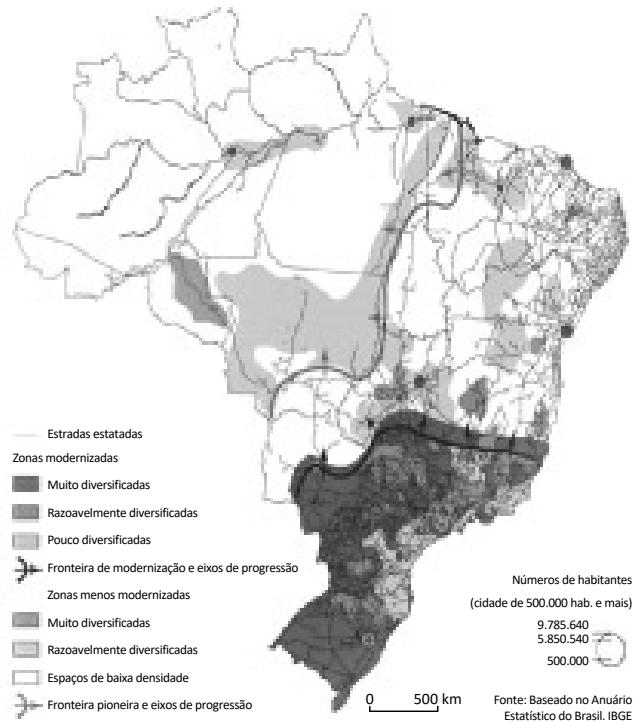
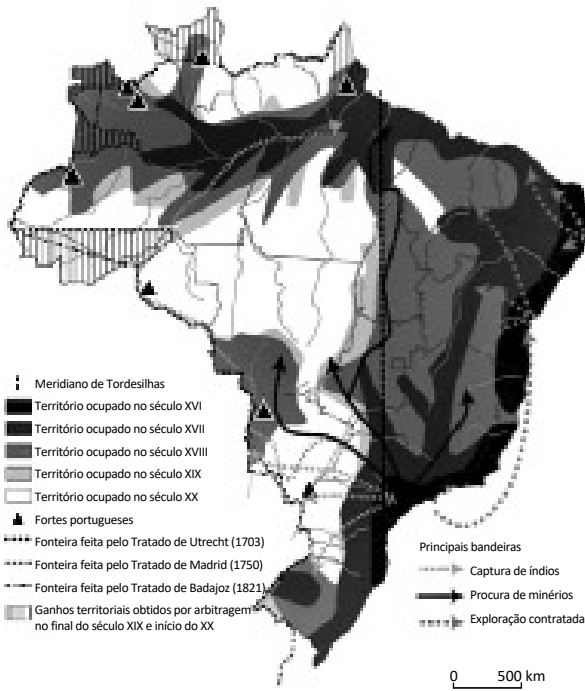
## BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORMAS FAMILIARES NA HISTÓRIA DO BRASIL

Para se compreender porque a categoria social agricultura familiar é um fato recente no Brasil é preciso retomar um pouco a história e situá-la no contexto da evolução da estrutura agrária. A formação do que hoje se denomina como agricultura familiar inscreve-se no processo mais geral de formação histórica da estrutura agrária dual que caracteriza a formação social do Brasil. Em larga medida, trata-se de compreender o próprio processo histórico de ocupação territorial e a formação da sociedade brasileira desde o período da colonização portuguesa.

O Mapa ao lado, do lado esquerdo, mostra o processo ocupação territorial do Brasil, indicando a forma com que se deu a colonização do litoral para o *hinterland* e a forma de ocupação para produção. No século XVI foram instaladas as capitanias (núcleos de povoamento) em algumas regiões do litoral, especialmente no Nordeste, que neste período era a principal região econômica do Brasil. No século XVII e XVIII inicia-se o processo de interiorização da ocupação da terra, o que implica na expansão da escravidão e na apropriação das terras devolutas, até então ocupadas por indígenas<sup>2</sup>. Até o século XIX praticamente não havia o reconhecimento da pequena propriedade, situação que se altera com a chegada dos primeiros imigrantes de origem europeia (inicialmente alemães e depois italianos e outras

1 Parte das informações apresentadas neste artigo foram publicadas na Revista da ALASRU Nueva Epoca, v. 1, p. 21-52, 2014. Sou imensamente grato a leitura atenciosa e as sugestões que recebi do colega Joacir R. Aquino a uma versão inicial deste texto. Como de praxe, as opiniões e eventuais erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

2 Foram três os principais processos de interiorização: em Pernambuco, no Nordeste, em que se formou uma produção de cana-de-açúcar, na Bahia, na região do recôncavo, havia uma área de produção agrícola diversificada, e a terceira em São Vicente, São Paulo.



Fonte: Théry Mello (2005)

etnias) em 1824 para o Sul do Brasil, trazidos pelo Império para formar pequenos núcleos de produção agrícola no regime de propriedade privada da terra.

A formação da propriedade privada da terra no Brasil obteve contornos mais definitivos somente a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que definiu o direito privado de uso e reconheceu a propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado como terras públicas ou pertencentes ao Estado (Martins, 1981; 2004; Linhares e Teixeira da Silva, 1981). Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de sesmarias e, num segundo momento, pela concessão de áreas destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa, tais como alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875) e outras etnias (especialmente, a partir da Proclamação da República, em 1889). A ocupação do território foi ao mesmo tempo causa e efeito do modelo de economia agroexportador que

caracterizou o Brasil até 1930. Até o final do século XIX, tendo como marco de referência a abolição da escravidão em 1888, este modelo era fortemente tributário do uso do trabalho escravo na produção primária, o que restringiu e limitou estruturalmente o aparecimento do campesinato ou da pequena produção inserida no mercado, o que somente ocorreu na região Sul do Brasil e em alguns outros enclaves do Sudeste.

Mas com o esgotamento da economia da cafeicultura para exportação no período entre as duas Guerras Mundiais e o aprofundamento crescente da industrialização por substituição de importações no pós-II Guerra Mundial, este cenário modifica-se radicalmente. A partir da década de 1950 emergem reivindicações por terra e direitos sociais em áreas e regiões que não haviam sido colonizadas por imigrantes europeus, como o Nordeste rural. Como resultado, em 1964, o Estado viu-se compelido a criar o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 31/11/1964, Artº4), que legitimou o dualismo da formação agrária do Brasil mediante a classificação e segmentação

dos estabelecimentos agropecuários em quatro categorias fundamentais, que eram o latifúndio (que podiam ser por extensão ou por exploração), as empresas rurais, as propriedades familiares e os minifúndios.

Durante o período do regime militar (1964-1984), este dualismo da formação agrária brasileira se ampliou e a concentração da terra se aprofundou, especialmente em razão dos efeitos do processo de modernização da agricultura. O Mapa à direita, na página anterior, mostra que o processo de modernização agrícola se concentrou na região Centro-Sul do Brasil, onde se concentram os cultivos de grãos como soja e milho e também cana-de-açúcar, que são realizadas em grandes áreas. Tomando-se índice de Gini da concentração de terra no Brasil, percebe-se que este indicador se mantém estável desde 1975. Segundo Hoffmann e Ney (2010) “o índice de Gini apresenta forte estabilidade desde o Censo Agropecuário de 1975, variando de um mínimo de 0,855, em 1975, para 0,874 em 2006” (2010, p. 53).

Não é surpresa, portanto, que a própria palavra “*camponês*” ou “*campesinato*” raramente tenha sido utilizada para qualificar os habitantes do rural no Brasil, que receberam as mais diversas denominações conforme a região de sua proveniência. Tomando-se o Brasil de norte a sul, é possível encontrar uma diversidade de definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, tais como *colono*, *sitiante*, *morador*, *ribeirinho*, *geraiszeiro*, entre outras. É muito frequente identificar um pequeno proprietário ou mesmo pequeno possessor de terra com a denominação de *lavrador rural*, reservando-se a alcunha de “trabalhador rural” aos que desempenham atividades na condição de empregados<sup>3</sup>. O termo campo-

nês, quando usado, era palavra que os mediadores políticos e intelectuais (sejam militantes do partido comunista na década de 1950 ou cientistas sociais que faziam estudos de comunidades rurais nos anos 1970) preferiam utilizar em suas referências. Obviamente que o interstício forçado da ditadura militar contribuiu para restringir e evitar que o interesse pelos camponeses amadurecesse e pudesse avançar no Brasil.

Neste contexto, não é difícil imaginar porque a denominação de camponês ou campesinato tenha ficado fora do dicionário político e institucional no Brasil. Somente a partir de 1985, com a redemocratização do país, que os movimentos sociais rurais, especialmente o sindicalismo rural, acompanhado por outros como o movimento ambientalista liderado por Chico Mendes, o movimento de resistência e oposição à construção de barragens, o movimento de mulheres rurais e, sobretudo, o movimento dos trabalhadores sem-terra (MST) recuperaram a voz aos trabalhadores rurais (Houtzager, 2004). Esse processo está na base das “raízes históricas da formação do campesinato brasileiro (Wanderely, 1999; 2009).

Para compreender as razões pelas quais até o início da década de 1990 houve resistência ou retardamento em relação à utilização da noção de campesinato e mesmo agricultura familiar no Brasil também é preciso resgatar o debate acadêmico. Na verdade, esta discussão somente pode ser adequadamente compreendida no escopo da herança deixada pela “questão agrária brasileira”. A influência e o forte apego de marxistas como Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Júnior à questão da reforma agrária acabou relegando a plano secundário a análise das relações sociais existentes no campo. Este debate acabou privilegiando as relações de trabalho capitalistas e de assalariamento, deixando de fora os camponeses e as outras formas familiares, que não revelavam “potencial revolucionário” na formação das classes sociais rurais.

3 Este processo pode ser verificado tanto na formação do movimento sindical de trabalhadores rurais do Brasil na década de 1950, que utilizava a denominação de movimentos de lavradores, como na própria legislação, que em 1963 cria o Estatuto do trabalhador Rural.



Em razão disso, as categorias sociais que hoje são denominadas de camponeses e/ou agricultores familiares eram descritas na época por uma miríade de nomes, como sítiantes, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, etc; interpretados à luz de conceitos como “resquícios feudais”, “semi-proletários” ou “assalariados a domicílio”. Essa forma de compreender e explicar a natureza das relações sociais do campo impediu que o debate brasileiro sobre a questão agrária evoluísse e deslocasse seu enfoque epistemológico. Afinal, segundo Marx, o agricultor familiar (ou os chamados “proprietários parcelários”), possuem um caráter contraditório em si, porque são, ao mesmo tempo, donos de meios de produção e trabalhadores por conta própria<sup>4</sup>.

#### CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. O dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo como ano base 2006) mostraram

---

<sup>4</sup> “...duas pessoas: como proprietário dos meios de produção é um capitalista; como trabalhador, é seu próprio assalariado. Como capitalista ele paga a si mesmo salários e extrai seu lucro de seu capital; isto quer dizer que ele explora seu próprio valor-trabalho, e paga a si uma mais-valia, o tributo de seu trabalho para o próprio capital” (Marx, 1976, p. 408).

que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares<sup>5</sup>. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros

(Tabela 1). A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%).

**Tabela 1.**  
**Caracterização dos estabelecimentos agropecuários do Brasil,**  
**segundo a classificação da agricultura familiar/Lei 11.326 - Brasil, 2006**

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de Estabelecimentos	4.367.902	84%	807.587	16%
Área (milhões de Hectares)	80,3	24%	249,7	76%
Mão-de-obra (milhões de pessoas)	12,3	74%	4,2	26%
Valor da Produção (R\$ bilhões)	54,4	38%	89,5	62%
Receita (R\$ bilhões)	41,3	34%	80,5	66%

Fonte: FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. (2009)

Na comparação com os dados do Censo Agropecuário anterior de 1995/96, processados por Guanziroli et alí (2012), percebe-se que houve relativa estabilidade na variação do número de estabelecimentos classificados como agricultores familiares entre os dois Censos. Entre 1995/96 e 2006 houve um pequeno aumento no número de estabelecimentos assim como na proporção da área ocupada do valor da produção produzido pelos agricultores familiares. Vale notar que a própria estabilidade destes indicadores pode ser comemorado, pois os Censos anteriores apontavam invariavelmente a redução destes indicadores<sup>6</sup>.

5 Os primeiros resultados do Censo Agropecuário de 2006 foram publicados em 30 de setembro de 2009. Isto se deveu à complexidade da coleta de dados em um país com as dimensões continentais do Brasil.

6 França, Del Grossi e Marques (2009, p. 9) alertaram para possíveis problemas na comparação dos dois Censos, especialmente em relação à subestimação da área cultivada e da mão-de-obra ocupada chamam a atenção de que “A análise comparativa dos resultados do Censo Agropecuário 2006 com o Censo 1995/1996 deve levar em consideração algumas mudanças metodológicas. Uma delas refere-se à mudança do período de coleta de dados, que passou do ano agrícola para o ano civil (...) A rigor, a mudança metodológica adotada significa que os dois censos mais recentes não são estritamente comparáveis em todos os seus quesitos.”

**Tabela 2.**  
**Evolução das Principais Variáveis da Participação da Agricultura Familiar (%) entre 1996 e 2006 - Brasil**

Variável	1996	2006
% de Estabelecimentos Familiares	85,17	87,48
% da Área dos Estabelecimentos Familiares	30,48	32,36
% de VBP dos Estabelecimentos Familiares	37,91	39,68
% do Pessoal Ocupado Total dos Estabelecimentos Familiares	76,85	77,99

Fonte: Guanziroli et alii. (2012, p. 357) Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No que se refere aos indicadores de acesso à tecnologia, no entanto, as diferenças entre as duas décadas foram mais marcantes. Entre 1995/96 e 2006 o uso de tecnologia aumentou entre os agricultores familiares no Brasil, especialmente no que concerne ao acesso a energia elétrica, uso de força motriz mecânica e o acesso à assistência técnica, que passou de 16,67% para 20,88%. Não obstante este avanço,

ainda há indicadores que surpreendem, como os 38,8% de estabelecimentos que declararam fazer uso da força motriz animal.

Não obstante o seu significado e relevância atual, e mesmo sua influência e projeção em outros países, notadamente na América Latina, a agricultura familiar pode ser considerada um fato novo enquanto categoria política até mesmo no Brasil (MANZANAL e SCHNEIDER, 2011). A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda.

**Tabela 3.**  
**Proporção dos Agricultores familiares que usam componentes relativos à modernização da agricultura - Brasil**

Variáveis Seleccionadas	1996	2006
Utiliza assistência técnica	16,67	20,88
Associado à cooperativa	12,63	4,18
Usa Energia Elétrica	36,63	74,10
Usa Força Animal	22,67	38,75
Usa Força Mecânica	27,50	30,21
Usa Força Manual	49,83	31,04
Usa Irrigação	4,92	6,23
Usa adubos e corretivos	36,73	37,79

Fonte: Guanziroli et alii. (2012, p. 360). Elaboração dos autores com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

#### FASES EVOLUTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

O surgimento e o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas

públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Estes três fatores surgiram e foram evoluindo ao longo dos últimos 20 anos podendo-se dividir este processo em três fases distintas no que concerne ao debate político e intelectual sobre a agricultura familiar no Brasil.

**A primeira fase refere-se ao (re)descobrimto da agricultura familiar** e pode ser cronologicamente circunscrita ao período 1990 até 1995<sup>7</sup>. Este período é marcado pela afirmação política e acadêmica da categoria agricultura familiar, que encontrou espaço para sua afirmação tanto no âmbito do movimento social e sindical quanto na academia (Picolotto, 2011; Favareto, 2006; Santos 2001).

No que se refere ao papel do movimento sindical, é preciso notar que este retomou com força o seu lugar na política nacional com o fim da ditadura militar, iniciando um conjunto de lutas e mobilizações por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural. Muitas destas lutas resultaram em conquistas políticas a partir do início da década de 1990, quan-

do houve a destituição, via *impeachment*, do presidente Fernando Collor de Mello (eleito em 1989, seu governo estava previsto para ser de 1990 até 1994, mas foi destituído do cargo em 1992). O período de transição política (1992 até 1994) também acabou fortalecendo as lutas dos movimentos sociais rurais organizados, especialmente o sindicalismo, o que levou a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996 (decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326) em 2006.

A abertura democrática levou ao crescimento e fortalecimento de novos atores sociais, o que fez com que no início da década de 1990 houvesse uma crise de legitimidade sindical da vertente majoritária formada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG. Esta crise estava relacionada a fatores como a concorrência pela representação política dos sindicatos rurais com outros movimentos sociais emergentes, especialmente o Movimento dos Sem Terra, a dificuldade de encontrar respostas aos efeitos da abertura comercial neoliberal e, sobretudo, aos problemas decorrentes do desgaste da noção “trabalhador rural”, que já não era confortavelmente aceita pelos dirigentes sindicais dos Estados do Sul do Brasil. Esta crise de representação do sindicalismo oficial, levaram a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura) a aliar-se a outros movimentos emergentes, como o movimento sindical ligado ao Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR ligado a CUT), em 1995. Emergiram daí formas de mobilização e lutas que produziram grande impacto político, tais como as Jornadas Nacionais de Luta, logo a seguir transformadas no Grito da Terra Brasil, movimento anual que persiste até hoje<sup>8</sup>.

Por outro lado, também é necessário destacar que o movimento sindical ligado a CONTAG foi um dos poucos movimentos políticos a apoiar o Governo de transição de Itamar Franco, que assumiu logo após o *impeachment* de Collor de Mello. E por conta dessa

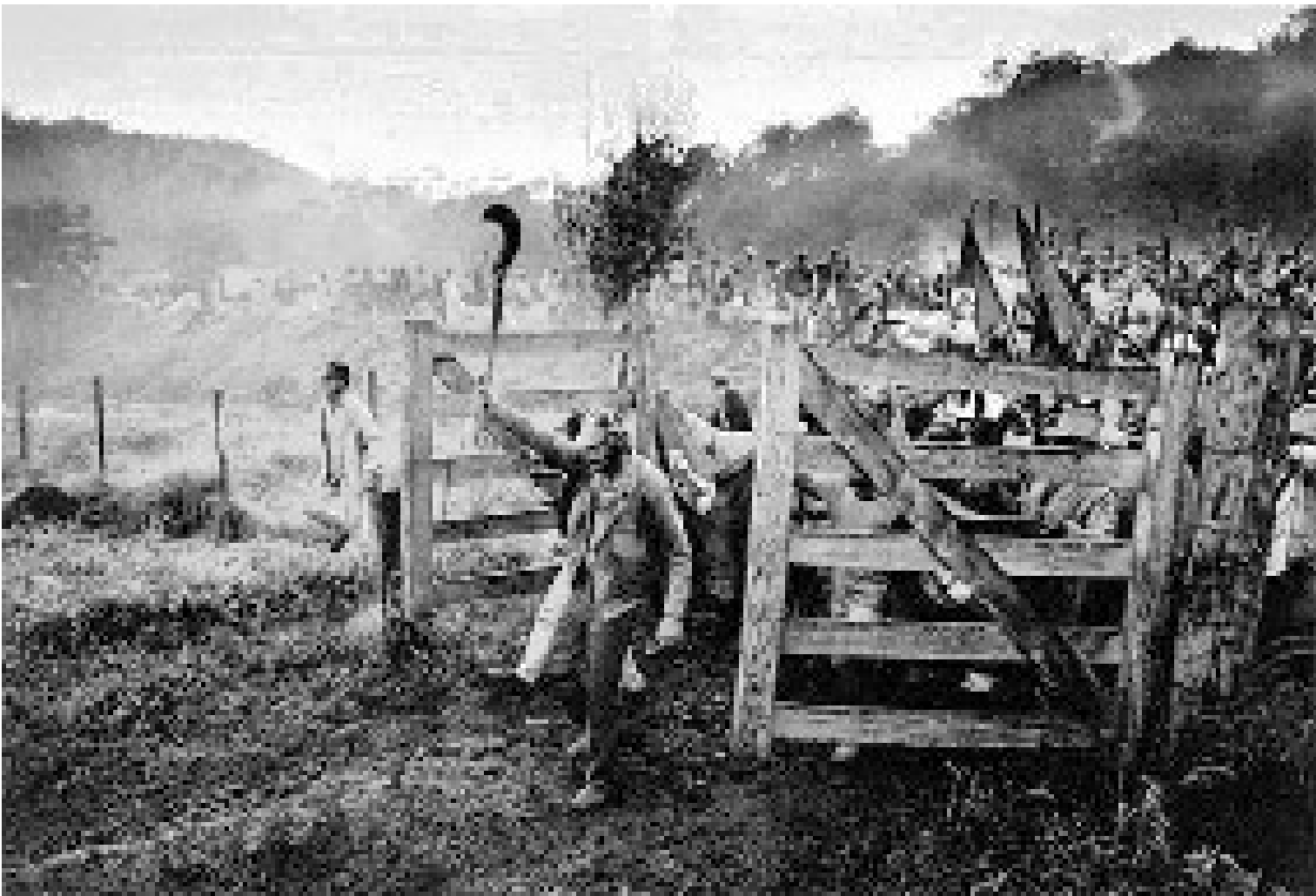
7 É sempre complicado fixar datas quando se pretende indicar períodos históricos aproximados. Mas, no caso da primeira fase aqui referida, a demarcação dos anos se refere a publicação do livro de José Eli da Veiga, em 1991, e da consolidação da aliança entre CONTAG e DNTR/CUT, que ocorreu no IV Congresso da CONTAG, em 1995 (Favareto, 2006; Picolotto, 2011).

8 Essas “Jornadas” eram organizadas, no início, pela CONTAG, CUT Rural e o Movimento dos Sem Terra (MST), e contavam com a participação de outros movimentos sociais rurais. Destacam-se, também, os intensos debates, no âmbito da Comissão de Agricultura do Congresso Nacional, no período entre 1988 a 1993, quando se estabeleceu a Lei Agrícola. Esse período também foi marcado pelas grandes discussões sobre a Lei Agrária, onde as organizações dos trabalhadores rurais transformaram-se em atores importantes e com grande domínio da agenda pública nos dois temas.

proximidade, logrou a conquista de uma Secretaria Especial para o Desenvolvimento Rural, dentro do Ministério da Agricultura, que passou a ser o espaço de montagem das primeiras políticas para a agricultura familiar, especialmente o PROVAPE (Programa de Valorização da Pequena Produção) que foi o embrião do atual PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado apenas em 1996.

Mas esta primeira fase do debate sobre a agricultura familiar no Brasil também é marcada por um período particularmente fértil e estimulante em que apareceram vários estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar. Os trabalhos

de Abramovay (1992), Veiga (1991) e a coletânea organizada por Lamarche (1993, 1994) mostraram que as formas familiares de produção não eram apenas predominantes nos países capitalistas avançados, mas também capazes de produzir excedente e desempenhar importante papel no desenvolvimento econômico destes países. O passo seguinte viria com a tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros, elaborada no âmbito da consultoria de um grupo de pesquisadores ao projeto FAO/INCRA (1994). Este estudo foi fundamental por ter classificado os estabelecimentos rurais brasileiros segundo a forma de uso do trabalho (familiar *versus* contratado ou assalariado), sugerindo uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e



periféricos) da patronal e por ter apresentado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias para esta categoria social<sup>9</sup>. Com base neste trabalho, outros estudos viriam a ser desenvolvidos com o objetivo de mensurar o tamanho e o papel da agricultura familiar no Brasil, baseados no Censo Agropecuário de 1995/96 (Guazioli et.al.; 2001). A **segunda fase da agricultura familiar** no Brasil inicia-se em 1996, com a criação do PRONAF, e estende-se até 2006, tendo como marco a institucionalização da agricultura familiar através da Lei 11.326 (24 de Julho de 2006). Neste interstício a agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural, embora ainda ocupe uma posição marginal na política agrícola brasileira, relativamente ao setor patronal do agronegócio.

Em 2003, quando Lula passa a governar o Brasil, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero como uma das suas ações estruturantes e passou a ser sucessivamente ampliado, mediante o aumento de recursos e a criação de novas modalidades. Somente para o ano de 2012, foram destinados R\$18 bilhões (cerca de 8,5 bilhões de dólares) de reais ao PRONAF. A partir deste programa e mesmo na interface com ele, outros programas e políticas para a agricultura familiar foram sendo criados ou redesenhados. Para citar apenas dois, vale referir o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 para responder aos problemas de comercialização e acesso aos mercados da agricultura familiar, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), já existente, mas que foi reorganizado de tal forma que o fornecimento da produção pelos agricultores familiares passa a ter condições especiais, como a obrigação dos municípios em comprar no mínimo 30% de produtos para alimentação escolar dos agricultores familiares (Schneider, Shiki e Belik, 2010).

Mas a afirmação institucional de maior alcance que a agricultura familiar obteve entre 1996 e 2006 certamente foi a aprovação da Lei 11.326, de 24



de julho de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar (Del Grossi e Marques, 2011). Entre os vários desdobramentos que a Lei da agricultura familiar proporcionou<sup>10</sup> destaca-se

9 Boa parte destas sugestões viria a ser subscrita e referenciada pelo próprio movimento sindical dos trabalhadores rurais no âmbito da elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (Santos, 2001).

10 Também vale a pena destacar que neste período verifica-se um boom nos estudos sobre agricultura familiar, que compreende a publicação de livros, artigos e, sobretudo, uma quantidade imensa de teses e dissertações, especialmente com estudos de caso sobre dinâmicas locais da agricultura familiar, com especial atenção sobre os efeitos do PRONAF (Mattei, 2011).



a realização de um levantamento estatístico censitário, através do Censo Agropecuário de 2006, que com base na definição legal, segmentou o universo dos estabelecimentos agropecuários entre familiares e não-familiares, o que permitiu conhecer em profundidade e rigor as características das unidades familiares do agro brasileiro.

**A terceira fase do debate sobre agricultura familiar** no Brasil compreende o momento atual. Na falta de um fato marcante para determinar o seu início, arrisco a dizer que a divulgação do Caderno Especial do Censo Agropecuário de 2006 com os dados sobre a agricultura familiar, que ocorreu em 30 de setembro de 2009, pode ser considerado o ponto de partida. A partir da publicação dos dados

do Censo Agropecuário 2006 sobre a agricultura familiar estabeleceu-se um verdadeiro debate sobre o lugar e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural do Brasil.

Há duas razões para isso. De um lado, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão de representação sindical da agricultura não-familiar (também chamada no Brasil de agricultura patronal ou mesmo agronegócio) contratou uma pesquisa e fez uma publicação com base nos dados do censo agropecuário que mostrava que havia um número muito expressivo de agricultores familiares enquadrados no PRONAF que tinham um valor de produção agrícola muito baixo, argumentando que isto justificaria que o crédito fosse repensado (FGV/IBRE, 2010 e Lopes e Rocha, 2005). Este argumento evoluiu e aparece na sua forma mais acabada no estudo de Alves e Rocha (2010), que mostra a existência de uma grande concentração do valor da produção em um grupo muito pequeno de estabelecimentos agropecuários, o que levou os autores a indagar se os investimentos em agricultura familiar e reforma agrária ainda faziam sentido num cenário em que os retornos monetários são muito abaixo dos custos de oportunidade oferecidos por outras atividades<sup>11</sup>.

Por outro lado, obviamente, mobilizaram-se os que defendem as políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária (França, Del Grossi e Marques, 2009; Mattei, 2014; Schneider, Shiki e Belik, 2010; Grisa e Schneider, 2014). Neste grupo há uma mi-

<sup>11</sup> Segundo Alves e Rocha (2010), “pelo Censo Agropecuário de 2006, 423.689 estabelecimentos (8,19% do total) produziram – considerando-se a produção vendida mais o autoconsumo – dez ou mais salários mínimos (SM) mensais. Eles geraram 84,9% do valor da produção total - dos 5.175.489 estabelecimentos. O que fazer com os outros 4.751.800, que têm renda bruta muito baixa? De fato, 579.024 estabelecimentos não registraram produção nenhuma, e 2.014.567 registraram valor de produção menor que meio SM (salário vigente em 2006, ano do censo). Os dois grupos correspondem a 50,11% dos 5.175.489 estabelecimentos apurados pelo censo. Estes dois grupos produziram apenas 0,90% da renda bruta total, incluindo o autoconsumo.”

riade de autores e perspectivas que não podem ser associados ou colocados sob uma mesma perspectiva e concepção. Mas, na essência, estes autores estão de acordo com a pertinência de se assegurar um espaço político específico para a agricultura familiar e garantir-lhe suporte através de políticas públicas<sup>12</sup>.

## A INSTITUCIONALIDADE E OS ATORES POLÍTICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Para compreender o papel atual da agricultura familiar no desenvolvimento agrário e rural do Brasil, assim como explicar a força política e a ampla legitimidade social que este setor alcançou, é preciso situar seu lugar na estrutura institucional do Estado assim como indicar os principais atores que lhe dão apoio e suporte.

O espaço da agricultura familiar na estrutura institucional que organiza a agricultura no Brasil é paradoxal, não é facilmente explicável e tão pouco compreensível à audiência estrangeira. Vale notar que o Brasil é um dos poucos países do mundo que possui dois Ministérios encarregados de temas rurais e agrícolas<sup>13</sup>. Existe o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além de um Ministério dedicado a Pesca e órgãos de fiscalização ambiental que estão no Ministério do Meio Ambiente (Leite, 2005).

O MAPA reivindica ser o Ministério da agricultura comercial e de grande porte econômico, dedicada ao agronegócio e mais voltado para exportação, ao passo que o MDA tem seu foco mais na agricultura familiar e na reforma agrária, com políticas e programas voltados a este público. No que concerne à agricultura familiar, ambos Ministérios possuem organismos com funções que afetam a agricultura familiar, como a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que executa os programas de aquisição de alimentos e formação de estoques, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA),

que produz tecnologias e inovações, ambos ligados ao MAPA. Já o MDA, criado em 1999 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, possui o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que se ocupa das questões fundiárias em geral e da promoção da reforma agrária, e a assistência técnica, para a qual acaba de ser criada a ANATER (2014), Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural<sup>14</sup>. Como se percebe, não se pode afirmar categoricamente que o MDA seja o Ministério da agricultura familiar e nem que o MAPA seja exclusivamente dedicado ao agronegócio dos estabelecimentos não-familiares.

Não obstante, as principais políticas e programas que apoiam diretamente a agricultura familiar estão abrigadas no MDA. A política mais antiga e de longe a mais importante para a agricultura familiar no Brasil é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que foi criado em 1996. Trata-se de uma política de crédito para custeio e investimento, que a cada ano é lançada no âmbito do Plano Safra da agricultura familiar, após as negociações entre o governo e os atores sociais. Neste ano de 2013, o Plano Safra da agricultura familiar terá um orçamento de R\$ 39 bilhões (o que representa uma expansão de mais de 400% desde 2003, primeiro ano do governo Lula), algo em torno de U\$19,2 bilhões. Mas há também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 (Lei 10.696 de 2 julho) e a Lei 11.947 (16

12 Para um síntese destas perspectivas sugiro consultar os artigos publicados no nº especial da Revista da SOBER 2014, em celebração ao Ano Internacional da Agricultura Familiar. O artigo de Niederle, Fialho e Conterato (2014) apresenta uma visão dos desafios e perspectivas para a agricultura familiar no âmbito desta perspectiva.

13 Outro país que possui dois Ministérios um para a agricultura e outro para o desenvolvimento rural é a Índia.

14 Uma descrição didática e completa da estrutura institucional dos Ministérios e órgãos do Brasil que se ocupam da agricultura e do desenvolvimento rural por ser encontrado em Bianchini (2012).



de Junho) do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que estabelece a diretriz de que pelos menos 30% dos alimentos sejam adquiridos para a alimentação escolar devem vir da agricultura familiar. Existe ainda um espaço importante de representação política dos atores da agricultura familiar, entre outros, que é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF, criado pelo Decreto 4.854, de 08 de outubro de 2003).

Esta descrição dos diferentes organismos e espaços do Estado brasileiro que atendem aos interesses da representação institucional da agricultura familiar foram criados majoritariamente a partir da primeira metade da década de 1990. Trata-se, portanto, de

um processo relativamente recente e que somente pode ser compreendido em função da força política e da legitimidade social que alcançou a agricultura familiar no contexto das últimas duas décadas. É possível afirmar que os agricultores familiares e suas organizações políticas, bem como alguns mediadores e organizações não-governamentais (ONGs), foram os principais atores que fizeram avançar as políticas de desenvolvimento rural no Brasil<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> Em relação ao agronegócio existe algo muito similar: a CNA (Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária), criada em 1964, a OCB (Organização das Cooperativas do Brasil), criada em 1969, e a ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio), foi criada em 1993. Para mais detalhes ver Bianchini (2012).

Entre os principais atores do meio rural brasileiro identificados com a agricultura familiar pode-se citar três organizações políticas mais importantes (Medeiros, 2010; Favareto, 2006; Picolloto, 2014). A primeira, mais tradicional e antiga, é a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Trata-se da mais importante organização sindical que representa os trabalhadores rurais, que também tem em sua base agricultores familiares.

A CONTAG surgiu na década de 1950, mas somente em 1963 obteve o reconhecimento legal por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, que determina a forma de estruturação do sindicalismo rural no Brasil<sup>16</sup>. A CONTAG teve um papel fundamental no apoio política do governo Itamar Franco, em 1993-1994. Este reconhecimento abriu espaço para a formulação e implementação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Outro papel relevante da CONTAG no início da década de 1990 foi a organização dos protestos a favor da regulamentação do direito constitucional pela aposentadoria de trabalhadores rurais (para os homens aos 60 e as mulheres aos 55 anos de idade).

A força política da CONTAG lhe confere poder e o reconhecimento do Estado brasileiro, o que a torna a principal organização do campo brasileiro para dialogar e fazer a mediação com os governos, o que se expressa nas reivindicações (também conhecidas como “Grito da Terra”) que a cada ano definem a agenda das negociações de políticas para a agricultura familiar, que resultam na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar.

Outro ator social importante do rural brasileiro identificado com a agricultura familiar é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que

surgiu no início da década de 1980 no Sul do Brasil e nos anos 1990 tornou-se nacional, com forte papel de oposição e crítica aos governos. Sua atuação se dá basicamente junto aos pequenos produtores e trabalhadores rurais com pouca terra ou nenhum acesso à mesma, com a finalidade de reivindicar que as áreas improdutivas sejam expropriadas pelo Estado com base no dispositivo da Constituição que diz que cada estabelecimento deve cumprir sua função social de produzir. O MST é uma organização social bastante autônoma, que raramente compartilha ações políticas com outras organizações sociais, razão pela qual tem uma estratégia de pressão política contra o poder público que em geral se dá pelo enfrentamento e ocupação de espaços públicos. Em decorrência do sucesso dos programas sociais (como o Bolsa Família) que começaram a chegar ao meio rural com o governo Lula, o MST vêm experimen-



<sup>16</sup> Pela Lei a estrutura sindical no Brasil se assenta em três níveis, que compreende os sindicatos locais por categoria sócio-profissional, que em geral são municipais, as federações regionais e as confederações nacionais.

tando uma redução na sua base política. Outra característica a ser destacada é que nos anos recentes o MST deu origem a outros movimentos e passou obter o apoio de novas organizações sociais, como a Via Campesina (criada em 1992), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas, cuja base social também são os camponeses. Por esta razão, o MST e estes outros movimentos preferem usar a identidade com a categoria camponato mais do que agricultura familiar propriamente.

O terceiro ator social rural do meio rural do Brasil é o mais diretamente identificado com a representação política dos agricultores familiares. A FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é uma organização que se tornou uma federação nacional apenas no ano de 2005, tendo surgido a partir da divisão ocorrida dentro da CONTAG e

por suas divergências em relação ao MST. A base social e política da FETRAF está situada mais fortemente nos três estados da região Sul do Brasil (especialmente em áreas onde predomina a agricultura familiar, como o Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Oeste e Sudoeste Paraná) e alguns estados do Nordeste (PB) e da Amazônia, como o Pará. A FETRAF também possui importantes interfaces com outras organizações sociais rurais, particularmente no sul do Brasil, tais como a CRESOL (Cooperativa de Crédito Solidário) e as organizações das agroindústrias familiares que gravitam em torno da UNICAFES (União das Cooperativas da Agricultura Familiar em Economia Solidária).

Além desses atores, que estão diretamente relacionadas à representação da diversidade da agricultura familiar brasileira, há outras organizações de menor representatividade mas que também atuam como porta-vozes da agricultura familiar, como as ONGs que atuam em atividades de mediação e consultoria, especialmente sobre temas ambientais e referentes às tecnologias alternativas. Da mesma forma, não se deve esquecer o papel da Igreja Católica, especialmente da Pastoral da Terra, e outras organizações.

## TIPOLOGIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Desde que o debate sobre a agricultura familiar se afirmou no Brasil as bases de dados e a elaboração de tipologias tornaram-se um recurso frequente para demonstrar a sua diversidade. Este processo passou por uma evolução importante desde que, em 1994, foi lançado o estudo INCRA/FAO (2000, ver também GUANZIROLI, et. alii. 2001) até o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009b), em que pela primeira vez foram levantados dados por estabelecimentos agropecuários segundo a condição de produtor, separando-se os estabelecimentos em familiares e não-familiares.

Um marco importante neste processo de tipificação da agricultura familiar no Brasil foi o trabalho de



Kageyama e Bergamasco (1989), em que as autoras apresentaram uma classificação dos estabelecimentos com base no Censo Agropecuário de 1980 que utilizava como critério de segregação o uso da força de trabalho e não o tamanho de área de terra disponível, como era usual até então nos estudos econômicos. Este trabalho apresentou pela primeira vez uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários brasileiros a partir do uso do trabalho contratado *vis-a-vis* o uso de trabalho familiar. A tipologia das autoras demonstrou que em 1980 o Brasil possuía 5.151.155 estabelecimentos agropecuários, dos quais 3.688.418 eram estabelecimentos com mão-de-obra familiar e 1.462.737 com mão-de-obra não-familiar. Os estabelecimentos que utilizavam somente mão-de-obra familiar foram segmentados em três subtipos como “familiar puro” (2.250.465), “familiar temporários” (1.195.903) e “empresas familiares” (24.050).

Na década de 1990, em face do contexto favorável e do reconhecimento crescente dos novos atores sociais ligados a agricultura familiar, a demanda por uma classificação oficial ampliou-se. Isto fez com que a demanda por estudos que pudessem apresentar uma tipologia sobre o “tamanho” da agricultura familiar no Brasil passasse a despertar grande expectativa e interesse. Foi neste contexto que surge o estudo FAO/INCRA (1994), que foi o primeiro trabalho conduzido por órgãos oficiais<sup>17</sup> que fez uma análise dos estabelecimentos agropecuários brasileiros separando-os em estabelecimentos de agricultores familiares e patronais. A tipologia do estudo FAO/INCRA utilizou os dados do Censo Agrope-

cuário de 1985, e indicou que existiam no Brasil 5.801.809 estabelecimentos agropecuários, dos quais 4.339.053 (74,8%) foram considerados estabelecimentos familiares. Estes estabelecimentos familiares foram subdivididos em três grupos, sendo formado por “uma agricultura familiar nos moldes do *family farm* americano da ordem de 1.150.000 produtores”, um setor “chamado de transição, da ordem de 1.020.000 estabelecimentos, que não recebem apoio imediato das políticas agrárias e agrícolas” e um “segmento periférico que agrupa 2.168.000 unidades, das quais 1.155.603 estão localizados no Nordeste” (Guanziroli e Sabato, 2014).

Esta classificação da agricultura familiar em três tipos, consolidados, em transição e periféricos obteve extensa legitimidade e passou a ser utilizada para o desenho das políticas para a agricultura familiar que surgiram a partir de meados da década de 1990, especialmente o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996. Ainda que questionada por ser uma tipologia que segmentava os produtores familiares em apenas três grupos com base em critérios de uso do trabalho familiar complementados pelo tamanho de área e uso do trabalho assalariado, os formuladores de políticas logo perceberam o potencial político do uso desta classificação, razão pela qual tornou-se nacionalmente reconhecida e utilizada.

Devido a sua grande aceitação e mesmo no intuito de aperfeiçoar alguns aspectos, logo em seguida, no ano de 2000, um novo estudo classificatório utilizando a mesma classificação viria a ser elaborada por uma equipe de especialistas e estudiosos da área. O estudo, intitulado “Novo retrato da agricultura familiar do Brasil” (INCRA/FAO, 2000, p. 41 e Guanziroli et alii, 2001; Guanziroli e Cardim, 2000) sofisticou a tipologia anterior, segmentando a agricultura familiar em *quatro* diferentes tipos a partir da variável renda total auferida e separando os grupos com base no valor da remuneração do trabalho (que usava o valor das diárias regional, mais 20%). A partir destes critérios os autores obtiveram quatro

17 A FAO é a Organização para Alimentação e Agricultura, organização ligada ao sistema Nações Unidas e que possui sede em diferentes países signatários. O INCRA é o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, organização encarregada dos assuntos fundiários e de terra em nível federal do governo brasileiro. Atualmente o INCRA é vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.



tipos de agricultores familiares no Brasil, respectivamente, agricultores familiares capitalizados, agricultores familiares em processo de capitalização, agricultores familiares em descapitalização e agricultores familiares descapitalizados”.

Esta tipologia permitiu demonstrar que, com base no Censo Agropecuário 1995/96, existiam no Brasil 4.859.864 estabelecimentos rurais em 1995/96, dos quais 4.139.369 eram estabelecimentos familiares representando, portanto, 85,5% do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área total e responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional, que obtinham 25,3% do financiamento destinado a agricultura. Os agricultores não familiares passaram a ser denominados de “agricultores patronais”, representados por 554.501 estabelecimentos.

As tipologias atuais sobre a agricultura familiar no Brasil, que utilizam os dados do último Censo Agropecuário de 2006, estão baseadas na Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006, mais conhecida como Lei da Agricultura Familiar. Segundo esta lei, é considerado familiar o agricultor que atende, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda que sujeita a controvérsias e possíveis discordâncias teóricas e metodológicas, a opção pela definição normativa da agricultura familiar com base na Lei 11.326 trouxe uma contribuição muito importante ao debate brasileiro. Em primeiro lugar, permitiu classificar os estabelecimentos agropecuários familiares e separá-los dos não-familiares mediante o critério de uso do trabalho e não mais do tamanho de área de terra mediante um Censo Agropecuário, que abrange todos os estabelecimentos. Em segundo lugar, os dados sobre a agricultura familiar passaram a estar disponíveis para toda e qualquer variável e em níveis municipal, estadual e nacional. Isto representou um avanço significativo na disponibilidade de informações sobre este universo social. Terceiro, mas não menos importante, os dados sobre agricultura familiar derivados do Censo Agropecuário de 2006 permitem análises comparativas que podem ser muito úteis para a análise da sua performance econômica e produtiva, tanto entre distintos tipos de estabelecimentos familiares como em relação aos não-familiares, tal como os vários artigos do livro de Schneider, Ferreira e Alves (2014) e de Gasques, Viera Filho e Navarro (2010).

Logo que foram divulgados os dados do Censo Agropecuário de 2006, em novembro de 2009, iniciou-se em debate sobre a natureza destes dados (Marques, 2010). O estudo de Alves e Rocha (2010), por exemplo, abordou a questão da concentração da produção em um número relativamente pequeno de estabelecimentos agropecuários. Os autores mostraram que pelo Censo Agropecuário de 2006 somente 423.689 estabelecimentos tinham valor da produção agropecuária declarada entre dez ou mais salários mínimos mensais (8,19% dos 5.175.489 estabelecimentos eram responsáveis por 84,89% da produção declarada), sendo que desse grupo, apenas 22.188 (0,43%) estabelecimentos produziram 51,34% do valor da produção. Um segundo grupo de estabelecimentos, com valor da produção declarada equivalente a 2 e 10 salários mensais, era formado por 975.974 unidades, representando 18,86% do total,

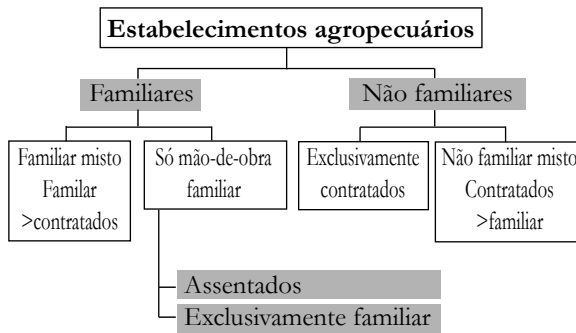
e produzindo 11,08% do valor. E o maior grupo de estabelecimentos era composto por 72,96%, um total absoluto de 3.775.826 estabelecimentos, que tinham valor da produção declarada entre 0 e 2 salários mínimos, contribuía com apenas 4,03% da mesma.

O trabalho de Del Grossi e Marques (2011) e França, Del Grossi e Marques (2009), indicaram que os resultados do estudo INCRA/FAO (2000, p. 41 e GUANZIROLI et alii. 2001) não podem ser imediatamente comparados aos do Censo Agropecuário de 2006, porque sua metodologia baseia-se em definições (especialmente área e ocupação da força de trabalho) que são mais abrangentes que os critérios da Lei 11.326 para definir a agricultura familiar, que orienta as definições e a metodologia de pesquisa do Censo Agropecuário. Por esta razão, não é possível comparar os dados do Censo Agropecuário de 2006 com os da pesquisa FAO/INCRA 1995/96<sup>18</sup>.

Mais recentemente surgiram duas outras tipologias sobre agricultura familiar no Brasil. Uma delas foi elaborada por Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013), que em alguma medida retoma a forma de classificação utilizada no estudo de 1989 das mesmas autores. Contudo, em face da possibilidade e obter microdados do Censo Agropecuário de 2006, as autores puderam sofisticar a tipologia da agricultura familiar de tal forma a incluir informações sobre quatro categorias e analisar as características de área, valor da produção, produtividade e receitas dos estabelecimentos. A tipologia das autores está representada na Figura a seguir.

---

18 Para maiores informações sobre as metodologias adotadas, consultar os excelentes trabalhos de França, Grossi e Marques (2009), Del Grossi e Marques (2011), Marques, Del Grossi e Franca (2012) e Marques (2010).



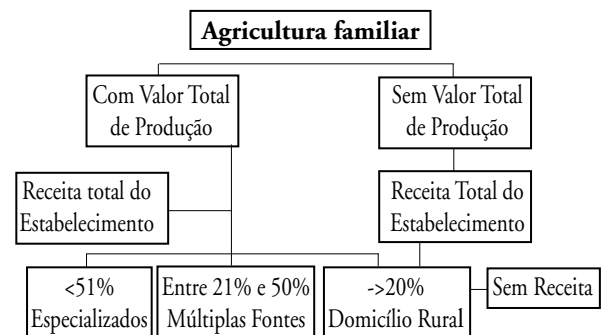
Fonte: Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2013)

Os resultados do trabalho mostram que a agricultura de base familiar representa mais de 90% dos estabelecimentos e ocupa 60% da área total recenseada. Os 6,7% de estabelecimentos não-familiares detêm os 40% de área restantes. Entre os estabelecimentos familiares, aqueles que empregam exclusivamente a mão-de-obra do produtor e seus parentes são majoritários (3,5 milhões de estabelecimentos, cerca de 2/3 do total), com quase 50% concentrados na região Nordeste e 21% na região Sul. O estudo mostra que os estabelecimentos não-familiares têm em média cerca de 384 ha e os familiares mistos 79 ha. Destacam ainda que não obstante o reduzido tamanho das propriedades, a agricultura exclusivamente familiar abriga metade da mão-de-obra ocupada no setor. Ainda que detenha apenas 60% da área total, o conjunto dos estabelecimentos familiares participa em menor proporção da geração de valor na agricultura brasileira, com 52% do valor da produção e 48% das receitas obtidas. Aos assentados cabe cerca de 5% do valor gerado e os exclusivamente familiares são responsáveis por aproximadamente 30% (Kageyama, Bergamasco e Oliveira, 2013).

A segunda tipologia foi elaborada por Schneider e Cassol (2013) para um estudo do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), e classificou os agricultores familiares a partir da contribuição da atividade agropecuária para a formação das receitas das unidades de produção. Os estabelecimentos agropecuários foram classificados primeiramente pelo valor da produção, verificando-se que

havia dois grupos, um que vendia a produção e obtinha receitas e um outro que apesar de ter produção não obtinha receitas pelo fato de que a esta não era convertida em produto para a venda. Esta segmentação é muito importante, pois como as informações para o Censo Agropecuário captam a atividade realizada no ano anterior, há que se considerar que atividades como a silvicultura e a pecuária, assim como os assentamentos de reforma agrária podem ter produção mas não realizar a sua venda naquele ano agrícola. O mesmo vale para situações climáticas, pois no ano de 2005 houve estiagem em várias regiões do Brasil e mesmo que os agricultores tenham tido produção muitos não puderam fazer a venda.

Os estabelecimentos agropecuários que declararam valor da produção foram separados em três grupos, segundo a proporção das receitas advindas da atividade agropecuária. Foram considerados Estabelecimentos Familiares Especializados (EFE), aqueles em que a receita do estabelecimento predominantemente, o que significa acima de 50% ou mais do total, advém da agropecuária. Os estabelecimentos cujas receitas da agropecuária situavam-se entre 21% a 50% sobre o total das receitas foram denominados Estabelecimentos Familiares com Múltiplas Fontes de Receitas (EFMR). Finalmente, o terceiro tipo de estabelecimentos seriam aqueles em que a receita agropecuária era muito pouco expressiva, não passando de 20% sobre o total. Estes foram denominados de Estabelecimentos Familiares com Residentes Rurais (EFRR). A tipologia dos autores está representada na Figura a seguir:



Fonte: Schneider e Cassol (2013)

Segundo esta tipologia de Schneider e Cassol (2013), o universo dos 4.366.267 estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar brasileira pode ser dividido em três grandes grupos, sendo o mais numeroso formado pelos 2.543.819 unidades em que as receitas de atividades agropecuárias são a fonte majoritária de ingressos, representando em média 90,96% do total das receitas. O segundo grupo é

composto por 276.582 de estabelecimentos familiares que possuem múltiplas fontes de receitas, sendo que o peso das receitas agropecuárias chega a 62,54% da receita total. O terceiro grupo de estabelecimentos familiares é formado por 237.926 unidades que denominamos de residentes rurais, pois a receita de atividades agropecuárias é de apenas 16,22% das receitas totais.

**Tabela 4.**  
**Número e porcentagem de estabelecimentos agropecuários, por tipos de estabelecimentos, segundo agricultura familiar e não familiar, Brasil 2006**

Tipologia	Agricultura Familiar		Agricultura Não Familiar		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
EFRR	237 926	5,45	45 735	5,65	283 661	5,48
EFMR	276 582	6,34	91 816	11,34	368 398	7,12
EFE	2 543 819	58,26	509 368	62,93	3 053 187	58,99
Sem classificação (sem receita)	1.307.940	29,95	162.450	20,07	1.470.390	28,41
Total	4 366 267	100,00	809 369	100,00	5 175 636	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

A Tabela 5, a seguir, resume as principais variáveis destes três tipos de estabelecimentos familiares. Entre os estabelecimentos familiares especializados, a produção vegetal representa 70,61%, mas também é significativa nos dois outros tipos, chegando a quase 50% em ambos. Destaque para a produção para autoconsumo, que representa 58,23% entre os residentes rurais. As receitas obtidas fora do estabelecimento representa quase 1/5 do total das receitas nos três tipos. Outra característica comum entre os três tipos é o tamanho da área média de terra, que é de 20,27 hectares entre os especializados, 16,74 hectares entre os estabelecimentos que possuem múltiplas fontes de ingresso e 10,70 entre os residentes rurais. O mesmo vale para a proporção dos chefes que

exerceram atividades fora do estabelecimento, que chega a quase ¼ (em torno de 25%) e a proporção da receita das aposentadorias na receita total, que alcança quase 80%, mostrando que o acesso a este ingresso monetário líquido é muito significativo na formação das receitas dos estabelecimentos agropecuários. As variáveis que geram a maior distinção entre os três tipos são o acesso à assistência técnica, que varia de 7,83% entre os residentes, passa para 14% entre os múltiplas fontes de ingresso e chega a 28,08% entre os especializados. E as receitas de atividades não-agropecuárias, que representam 83,56% dos ingressos entre os residentes, 36,46% entre os múltiplas fontes e apenas 2,03% entre os especializados.

**Tabela 5.**  
**Síntese da Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários Familiares,**  
**Brasil 2006**

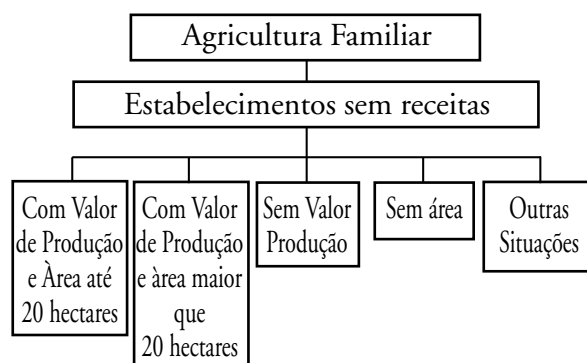
Variáveis	Tipologia			
	EFRR	EFMR	EFE	Sem receita
% Valor Produção Vegetal	50,78	45,44	70,61	84,74
% Valor Produção Animal	47,20	51,19	28,90	14,54
% Valor Produção Autoconsumo	58,23	31,77	19,74	94,42
% Receita Atividade Agro	16,22	62,54	90,96	0,00
% Receita Atividade Não-Agro	83,56	36,46	2,03	0,00
% Receitas de Aposentadorias	69,77	73,93	61,91	61,32
% Receitas Fora Estabelecimento	23,22	16,60	22,41	30,18
Área Média (ha)	10,70	16,84	20,67	15,54
% Acesso Assist. Técnica	7,83	14,01	28,08	9,62
% Chefe Exerceu Trab. Fora	27,81	24,87	23,41	29,21

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, tabulações especiais.

Além destes três tipos de estabelecimentos agropecuários familiares com receitas, a tipologia encontrou um contingente de 1.307.940 estabelecimentos agropecuários (29,95% do total) que no ano de 2006 não obtiveram nenhuma receita com atividade agropecuária, os quais foram classificados em cinco grupos.

O fato destes 1.307.940 serem estabelecimentos agropecuários familiares que não possuem ou não declararam nenhuma receita advinda de atividades agropecuárias não quer dizer que sejam estabelecimentos que não possuem receitas e nem mesmo que não tenham realizado produção alguma. É preciso lembrar que o produtor e os membros de sua família podem obter receitas ou ingressos monetários de outras atividades não decorrentes da produção agropecuária. Da mesma forma, existem estabelecimentos que realizam produção mas não a vendem, como é o caso da produção para autoconsumo ou mesmo aquelas atividades de produção permanente (silvicultura e extrativismo) e/ou temporária mas

sem colheita ou desfrute anual (pecuária) e que, portanto, não convertem a produção realizada em venda no ano.



Fonte: Schneider e Cassol (2013)

Os cinco grupos formados a partir dos 1.307.940 estabelecimentos agropecuários familiares brasileiros “sem receita agropecuária” podem ser descritos da seguinte forma:

### 1 - Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área até 20 hectares:

são estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, todavia obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área igual ou inferior a 20 hectares. Este grupo é o maior, formado por 637.911, que correspondem a 48,77% do total;

### 2 - Estabelecimentos Agropecuários Familiares Com Valor de Produção e Área maior que 20 hectares:

aqueles estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, porém obtiveram valor de produção com estas atividades e possuíam área maior que 20 hectares. Este grupo é formado por 138.864 estabelecimentos, os quais representam 10,62% do total. São estabelecimentos com área média significativa, em torno de 56,89 hectares, representando 2,37% do total da área ocupada pelos estabelecimentos da agricultura familiar brasileira.

### 3 - Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Valor de Produção:

são estabelecimentos agropecuários familiares que não obtiveram receitas com a atividade agropecuária, assim como não obtiveram valor de produção com estas atividades, independente do tamanho de área. Este grupo corresponde a 355.965 estabelecimentos, os quais representam 27,22% do total dos sem receitas. Possuem área média de 24,10 hectares, ocupando 2,57% da área agrícola nacional;

### 4 - Estabelecimentos Agropecuários Familiares Sem Área:

são aqueles estabelecimentos que não dependiam de uma área específica como, por exemplo, produtores de mel, produtores em leitões de rio na época da vazante, etc. Este grupo é o menor dentre os sem receitas, formado por 87.480 estabelecimentos, os quais representam 6,69% do total de estabelecimentos. Sua produção é fundamentalmente vegetal (71,27%) e destinada ao autoconsumo (88,88%);

### 5 - Estabelecimentos Agropecuários Familiares com Outras Situações:

Este grupo corresponde a 87.720 estabelecimentos, representando 6,71% do total de estabelecimentos sem receitas. Possui área média de 13,69 hectares, ocupando 0,36% da área agrícola do país. Pouco mais da metade das receitas do produtor e da família advém de aposentadorias (50,34%) e 7,38% destes estabelecimentos estão em situação de assentamentos de reforma agrária.

## PERSPECTIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Para encerrar este texto histórico-descritivo sobre a agricultura familiar no Brasil talvez valha a pena sintetizar as principais perspectivas do debate atual. Grosso modo, é possível afirmar que há duas visões políticas que orientam o debate sobre as perspectivas mais gerais sobre a agricultura familiar no Brasil. De um lado, há aqueles que sustentam a necessidade de se inserir a discussão sobre o lugar e o papel da agricultura familiar numa estratégia de desenvolvimento rural mais ampla. Por outro lado, há visões mais restritivas e pragmáticas que analisam este lugar e papel da agricultura familiar em face do padrão tecnológico exigido para que um empreendimento econômico possa se viabilizar na atividade agrícola moderna e gerar as condições para sua reprodução em condições sociais minimamente aceitáveis.

Estes duas visões ou perspectivas mais políticas tem influenciado o debate teórico e acadêmico brasileiro recente. No âmbito mais analítico ou mesmo teórico, é possível afirmar que existem basicamente três perspectivas sobre a agricultura familiar no Brasil que estão representadas por diferentes grupos de estudiosos e formuladores de políticas, algumas inclusive com influência em organizações sociais.

O primeiro grupo articula-se em torno da própria noção ou termo agricultura familiar e suas interfaces com novos temas, tais como a contribuição da agricultura para segurança e soberania alimentar, a produção mais sustentável e assentada em um padrão

técnico menos dependente de insumos químicos, entre outros argumentos (Gazolla, 2004; Schneider; 2010). Neste grupo encontra-se uma miríade de estudiosos, gestores e formuladores de políticas, que no geral reconhecem e destacam a diversidade econômica e a heterogeneidade social da agricultura familiar como a sua principal característica no Brasil. Uma das principais críticas deste grupo as políticas atuais para agricultura familiar no Brasil está no fato de que estas continuam com uma concepção restrita e homogênea deste setor, além de privilegiar um enfoque muito econômico e produtivista. O segundo grupo se distingue do anterior por ser mais eloquente na crítica ao agronegócio e ao modelo agrícola produtivista em que a agricultura fami-



liar estaria inserida. Aqui temos uma visão mais próxima de movimentos sociais e acadêmicos que preferem usar o termo camponês e campesinato ao invés de agricultura familiar. Esta vertente recebe importante suporte da Via Campesina internacional e do Movimento dos Trabalhadores Sem terra (MST) no Brasil, assim como de pesquisadores e acadêmicos, muitos deles identificados com a agroecologia e também a segurança e soberania alimentar (Wanderley, 2003; 2009; Carvalho, 2005; Sabourin, 2009; Fernandes, 2011; Fernandes et.al., 2009). O terceiro grupo que analisa a agricultura familiar no Brasil se distingue dos anteriores por sugerir a adoção de uma expressão ou definição alternativa, retomando o enfoque na pequena produção, que foi bastante utilizada na década de 1970. Neste grupo, há aqueles que argumentam que não há diferença ou distinção entre agricultura familiar e outras formas de produção agropecuárias, sugerindo que os produtores de menor tamanho e escala sejam caracterizados como o *“agronegocinho familiar”*, um diminutivo do agronegócio em geral. Mas há também um grupo que questiona a própria pertinência conceitual e normativa da agricultura familiar, propondo inclusive a sua substituição pela denominação de *“produção de pequeno porte econômico”* (Navarro, 2010; Navarro e Pedrosa, 2011; Buainain, et ali. 2013).

Como se percebe, o debate brasileiro sobre a agricultura familiar tem sido prolífico, e talvez por isto tenha gerado muitas divisões e nuances teóricas e políticas, o que pode gerar o risco de um pluralismo e uma dispersão excessivos.

Mas, por outro lado, esta diversidade de interpretações também vêm contribuindo para legitimar a própria categoria política agricultura familiar, mantendo-a como protagonista nos debates acadêmicos e políticos. Nestes termos, talvez o debate e as discussões sobre o futuro da agricultura familiar no Brasil dependa de sua capacidade de atualizar-se e renovar-se ao longo do tempo, tal como foi capaz de fazer nos últimos vinte anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec/Edunicamp/Anpocs, 1992.
- ALVES, E., ROCHA, D. P. Ganhar tempo é possível? In: GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, E.R.; NAVARRO, Z.(Orgs.) *Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, Ipea, 2010.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. *Revista de extensão e estudos rurais, Viçosa*, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul./dez. 2011.
- AQUINO, Joacir R.; LACERDA, Marta A.D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 167-188
- BAIARDI, Amilcar and ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 45-62;
- BIANCHINI, V. *Las políticas de desarrollo agropecuario y rural en el contexto internacional: estudio de caso Brasil*. México/Brasília, SAGARPA/FAO/BR, Volume II, 2012.
- BRASIL. Lei N. 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>.
- BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. NAVARRO, Z. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, junho de 2013 - ano XXII, n.2.
- CARVALHO F., J.J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e nova reforma agrária. In: LEITE, S. Org. *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2001
- CARVALHO, H. M. *O campesinato no século XIX: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2005
- CONDRAF. Documento Final da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável e Solidário. Brasília, Condraf/MDA, Agosto de 2008;
- DEL GROSSI, M.E.; MARQUES, V. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. *Estudos Sociedade e Agricultura* (UFRJ), v. 18, p. 127-157, 2011.
- FAO/INCRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou “inovação por adição”? São Paulo//USP, *Estudos Avançados* 24 (68), 2010
- FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, V.21, nº 62 São Paulo, Out. 2006.
- FERNANDES, B. M. . Campesinos e procesos rurales: diversidad, disputas y alternativas. *Boletim DATA-LUTA*, v. 44, p. 1-12, 2011.
- FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: a diversidade das formas das lutas no campo*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009
- FGV/IBRE. Quem produz o que no campo: quando e onde II: censo agropecuário 2006: resultados: Brasil e regiões. Brasília: CNA, 2010. 192 p.
- FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. A agricultura familiar faz bem ao Brasil. BRASÍLIA, SAF/MDA, 2010 (não publicado).
- FRANÇA, C.G. ; DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009. 96p .
- GASQUES, J. G. VIEIRA FILHO, E.R.; NAVARRO, Z.(Orgs.) *Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, Ipea, 2010.
- GAZOLLA, M e SCHNEIDER, S. *Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custei e investimento no Rio Grande do Sul*. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, nº1, p.045-068, Jan/Mar 2013
- GAZOLLA, M. *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004.
- GRISA, Catia and SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev.*

- Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 125-146
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 301-328, abr/jun 2007
- GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATTO, A. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v.50, n.2, 2012
- GUANZIROLI, C.E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 288 p.
- GUANZIROLI, C.H. e CARDIM, S. E. (Coord.) *Novo Retrato da Agricultura Familiar - O Brasil Redescoberto*. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, 2000.
- GUANZIROLI, Carlos E.; SABBATO, Alberto. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao "family farming" americano?. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 85-104
- HOFFMANN, R. e NEY, M.G. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade da terra no Brasil. In: Gasques, J.G.; Vieira F, J.E.R.; Navarro, Z. *Agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília, IPEA/MAPA, 2010.
- HOUTZAGER, P. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro - 1964-1979. In: *Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo. Ed. Globo, 2004.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006 - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2006: manual do recenseador*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc1131.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1131.pdf)>.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar - Primeiros Resultados*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2009b, 267p.
- IBGE. *Censos 2007 - Censo Agropecuário 2006. Manual do Recenseador CI - 1.09A*. Rio de Janeiro, 2007. 189p.
- INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, fev. 2000.
- KAGEYAMA, A. A; BERGAMASCO, S. M. P. P; OLIVEIRA, J. T. A. Uma tipologia dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v.51, n.1, 2013
- KAGEYAMA, A. e BERGAMASCO, S.M.P.P. "Novos dados sobre a produção familiar no campo". In: *XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1989*, Piracicaba/SP. Anais do Congresso. Brasília/DF: SOBER, 1989. p. 369-391.
- LAMARCHE, H. (Coord.) *L'Agriculture Familiale II: du mythe à la réalité*. Paris, L'Harmattan, 1994.
- LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar I: uma realidade multiforme*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.
- LEITE, S.P. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. *Estudos Sociedade e Agricultura*. R.J., 13(2): 280-332, 2005
- LINHARES, M. Y. e TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOPES, I.V.; ROCHA, D.P. Agricultura Familiar: muitos produzem pouco". *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, vol. 59, número 2, pp. 30-34, fevereiro de 2005.
- MANZANAL, M. e SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). Buenos Aires/Argentina, revista *Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, nº 34, 1º Semestre 2011.
- MARQUES, V. ; DEL GROSSI, M. E. ; FRANÇA, C.G. *O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados*. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012. v. 1. 108p
- MARQUES, V. Os beneficiários da reforma agrária no Censo Agropecuário de 2006: aspectos metodológicos. Brasília: Texto para discussão interna. MDA, out. 2010.
- MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2004.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*, RJ., Ed. Vozes, 1ª Edição, 1981.
- MARX, K. *Theories of Surplus Value*. London, Lawrence and Wishart, 1976. Volume 1.
- MATTEI, L. *Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília (DF), SAF/MDA, 2011.

- MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 105-124
- MEDEIROS, L. S. "Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política". In: MANZANAL, M y NEIMAN, G. *Las agriculturas familiares del MERCOSUR*. Ed. Ciccus, Buenos Aires, 2010.
- NAVARRO, Z. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z, *A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA/MAPA, 2010
- NAVARRO, Z. e CAMPOS, S.K. (Orgs). *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?* Brasília, CGEE, 2013.
- NAVARRO, Z. e PEDROSO, M. T. M., A agricultura familiar no Brasil. É preciso mudar para avançar. Textos para discussão, Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, nº 42, 2011.
- NIEDERLE, Paulo A.; FIALHO, Marco A. V.; CONTERATO, Marcelo A. A pesquisa sobre agricultura familiar no Brasil - aprendizagens, esquecimentos e novidades. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 9-24
- PICOLOTTO, E.L. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), CPDA/ UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.
- PICOLOTTO, Everton L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014, vol.52, suppl.1, pp. 63-84
- PLOEG, J. V der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. POA, Ed. UFRGS, 2008.
- SABOURIN, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.
- SANTOS, M.J. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. In: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.
- SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. A; SOUZA, M; ESCHER, F; SCARTON, L. M; RUCKERT, L. *Pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e das regiões Sul e Nordeste: uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IPEA, 2013. (Relatório de Pesquisa).
- SCHNEIDER, S; SHIKI, S.; BELIK, W. Towards a new rural development in Brazil: overcoming agrarian and social inequalities and building new markets through food, agricultural and environmental policies. *RIVISTA DI ECONOMIA AGRARIA/a*. LXV, n. 2, giugno 2010;
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. *Revista RURIS*, Campinas/UNICAMP/SP, Vol. 4; Nº 01, Março, 2010.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. *A agricultura familiar no Brasil*. Porto Alegre, Relatório de pesquisa. FIDA/RIMISP, 2013.
- SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004
- SCHNEIDER, Sergio; FERREIRA, Brancolina; ALVES Fabio (organizadores). *Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário*, Brasília, Ipea, 2014. 387p.
- THÉRY, Hervé e MELLO, Neli Aparecida. *Atlas do Brasil- Disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 2005. 312 p.
- VEIGA, J. E. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo, Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, M. N. B. *Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003
- WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. *O mundo rural como um espaço de vida*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2009.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo, EDIUPF, 394 p, 1999. p. 23-56.
- WILKINSON, J. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema alimentar na América latina. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.21, 2003.

# REFLEXÕES A PARTIR DO TERRITÓRIO FLUMINENSE

AGRICULTURA FAMILIAR,  
PLURIATIVIDADE  
E TURISMO RURAL

**Gláucio José Marafon** *Professor do Departamento  
de Geografia/UERJ  
e-mail: glauciomarafon@hotmail.com*



O TERRITÓRIO FLUMINENSE ENCONTRA-SE MARCADO POR UM INTENSO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO QUE TEM PROVOCADO PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS. ENTRE ELAS DESTACAMOS AS ATIVIDADES ASSOCIADAS AO TURISMO RURAL CONTEMPORÂNEO, COM A PROLIFERAÇÃO DE HOTÉIS-FAZENDA, SPAS, Pousadas, e Casas de Segunda Residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e consequentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próxima a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Destarte, o objetivo desse ensaio é o de apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo. Nossa reflexão está centrada a partir do território fluminense resultado de nossas investigações sobre as transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

Assistimos, a partir da década de 1990, a uma proliferação de estudos sobre a produção familiar e como afirma Wanderley (2000) “pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social”, e passou a ser vista como campo de ação de uma agricultura alternativa ao “padrão moderno vigente” que predominou na agricultura brasileira e que não contemplou a grande maioria dos produtores familiares. A agricultura familiar se afirma assim como uma categoria expressiva no meio rural brasileiro. Na busca de sua reprodução e sobrevivência, tem apresentado características como o trabalho em tempo parcial, em face de diminuição da jornada de trabalho favorecida pela incorporação de tecnologias de produção; e a liberação de membros da família para exercerem outras atividades, agrícolas e não agrícolas, complementando assim a renda familiar. Fenômeno esse denominado pluriatividade, o qual se expandiu, entre outros fatores, pela revalorização do mundo rural nas atividades associadas aos setores industriais e de serviços, que passaram a absorver, em suas atividades, trabalhadores oriundos de unidades de produção familiar.

A análise da produção familiar enseja um debate teórico e pode ser sintetizado em duas posições: uma que centra a análise na categoria Agricultura Familiar, derivado, sobretudo, do estudo elaborado conjuntamente pela FAO/INCRA (1994) e que passou a orientar as políticas de desenvolvimento rural implementadas pelo Estado Brasileiro; a outra, que preconiza a atualidade e eficácia do conceito de

campesinato para a análise da produção em base familiar no Brasil, e que tem na luta pelo acesso à terra o eixo fundamental de análise. Estabeleceu-se assim um profícuo debate sobre a produção em base familiar e suas estratégias de sobrevivência no território brasileiro. Destarte, o objetivo desse ensaio é o de apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, seja através de empregos agrícolas ou não-agrícolas, e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo. Nossa reflexão está centrada a partir do território fluminense resultado de nossas investigações sobre as transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

#### O DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO FAMILIAR

A reflexão sobre a produção familiar remonta a autores clássicos como Chayanov (1974), Mendras (1976), Caio Prado Junior (1977), Guimarães (1979), entre outros e foi retomada nos anos 1990 com contribuições de Abramovay (1992), Wanderley (1994, 2000), Lamarche (1998), Fernandes (2002), entre outros. Existe consenso que a produção familiar se caracteriza pelo trabalho familiar na exploração agropecuária e pela propriedade dos meios de produção. Para Wanderley (1999), a agricultura familiar se constitui na atualidade em um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares e nas quais o campesinato corresponde a uma dessas formas particulares da agricultura familiar. A concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), que divide a exploração agrícola em modelo patronal e familiar (Quadro 1), e do estabelecimento do Programa Nacional de Produção Familiar – PRONAF. Objetiva-se estabelecer diretrizes e ações que levem ao desenvolvimento rural e à integração dos produtores familiares ao mercado e para tanto realiza uma classificação dos agricultores familiares brasileiros (Quadro 2).

**Quadro 1**  
**Diferença entre Propriedades Patronais e Familiares.**

<b>Patronal</b>	<b>Familiar</b>
<p>Completa separação entre gestão e trabalho. Organização centralizada.</p> <p>Ênfase na especialização. Ênfase nas práticas padronizáveis. Predomínio do trabalho assalariado. Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”</p>	<p>Trabalho e gestão intimamente relacionados. Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.</p> <p>Ênfase na diversificação. Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida. Trabalho assalariado complementar. Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.</p>

Fonte: VEIGA, 2001.

**Quadro 2**  
**Classificação dos Agricultores Familiares.**

<b>Consolidados</b>	São produtores considerados empresários do setor, com boa liderança nas comunidades, buscam assistência técnica e creditícia, possuindo bom poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 50 ha.
<b>Em Transição</b>	São produtores de menor esclarecimento que os consolidados, buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia, possuindo médio poder de análise e gerenciamento. São propriedades geralmente menores de 100 ha com concentração próxima a 20 ha.
<b>Periféricos ou de Subsistência</b>	A utilização do crédito rural é nula ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele. Geralmente, tem dificuldades quanto ao gerenciamento da propriedade. Também considerado agricultor que mais se aproxima do camponês tradicional, onde a luta pela terra e contra as perversidades do capitalismo se faz presente. São propriedades geralmente menores de 50 ha com concentração abaixo de 20 ha.

Fonte: FAO/ INCRA, 2000.

Assim, a agricultura de propriedade familiar é caracterizada por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma

área relativamente pequena ou média. Dessa forma, segundo a classificação da FAO/ INCRA (2000) e Molina Filho (1979), os agricultores familiares estariam classificados em três eixos: consolidados, em transição e periféricos ou de subsistência (Quadro 2).

Os dois primeiros são produtores com maiores desenvolvimentos no mercado, onde a busca por assistência técnica e crédito ocorrem com maior frequência. Neste caso, o uso de média/alta tecnologia (máquinas, insumos, defensivos etc.) é inevitável, sendo considerada uma agricultura dinâmica e de trabalhadores “qualificados” de acordo com o padrão capitalista. Esses agricultores também obtêm bons rendimentos de produtividade e lucro, sendo os modelos mais próximos de uma empresa rural familiar, contudo, inseridos em todos os padrões de agricultura familiar seguido pelo PRONAF.

O terceiro grupo, de agricultores periféricos ou de subsistência, é aquele onde a utilização do crédito é praticamente nula, sendo propriedades de baixa tecnologia e produtividade. Ressaltamos assim que este modelo de agricultor é o que mais se aproxima do camponês tradicional, visto que não mantém uma “dependência externa” e utiliza métodos tradicionais, com sua produção voltada para satisfazer as necessidades da família. A luta pela terra também é uma preocupação constante desse produtor rural, que sobrevivendo muitas vezes como trabalhador sem-terra, é obrigado a ocupar as terras pertencentes ao outro extremo da sociedade rural, o latifúndio. Para compreender a problemática que envolve a questão da luta pela terra no século XX, devemos considerar que durante os anos de 60-80 predominou no Brasil um modelo de desenvolvimento econômico baseado na substituição de importações, no qual o objetivo era desenvolver a indústria e eliminar as relações “arcaicas” da agricultura. Esse processo ficou conhecido como “modernização da agricultura” e nele ocorreram modificações significativas na forma de produzir. Estas transformações, sobretudo as ligadas à alteração da base técnica de produção, estão inseridas em um movimento de mudanças significativas em nível econômico e territorial (MARAFON, 1998).

A corrente que centra sua análise na concepção da existência do campesinato tem em Fernandes (2002) um defensor, que em seu trabalho *Agricultura Cam-*

*ponesa e/ou Agricultura Familiar* resgata o conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política, e argumenta:

*Em uma leitura atenta dos trabalhos acadêmicos, pode-se observar que os pesquisadores, que utilizam o conceito de agricultura familiar com consistência teórica, não usam o conceito de camponês. Já os pesquisadores que usam o conceito de camponês, podem chamá-los de agricultores familiares, não como conceito, mas como condição de organização do trabalho. Da mesma forma, ao se trabalhar com o conceito de camponês, pode-se utilizar as palavras: pequeno produtor e pequeno agricultor. Todavia, como existem muitos trabalhos que utilizam essas palavras como equivalentes do conceito de agricultura familiar, é necessário demarcar bem o território teórico,*

e acrescenta que:

*A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito.*

Em suas obras, Fernandes (2002) demonstra que a figura do camponês caminhou por alguns sistemas de organização da vida social e sobrevive até os dias de hoje – com relações capitalistas e não-capitalistas de produção – principalmente dentro dos movimentos sociais, como é o caso do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O autor opõe-se assim à idéia de que os agricultores familiares representam o novo, o moderno e o progresso; e os camponeses, o velho, o arcaico e o atrasado.

O autor considera ainda que o campesinato se reproduz no interior do capitalismo e se constitui como uma classe social deste modo de produção. Segundo Marques (2002), o campesinato não é apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Este pode ser entendido como uma classe social que ora serve aos interesses capitalistas, ora lhes é contraditória. Dessa maneira, se por um lado, o mercado domina o campesinato; por outro, ele não o organiza.

Para Wanderley (1999), a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares; ao campesinato corresponde uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

A autora considera que o campesinato tradicional “tem particularidades que o especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, as experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1999, p. 23).

O debate entre essas duas concepções foi sintetizado por Germer (2002, p. 47 e 48) em interessante artigo denominado *A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola*, no qual sinaliza que a denominação de agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de produção familiar, na qual “o chamado produtor “familiar” representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira, o pequeno industrial inovador e assim por diante, representado na agricultura pelo *farmer*”, e a de campesinato deriva da concepção europeia de produção familiar baseado em Chayanov (1974), no qual a produção familiar é vista como “dotada de uma lógica própria e por isso capaz de resistir “a transformação capitalista”. Ainda de acordo com

Germer (2002), a concepção norte-americana passa a prevalecer a partir dos anos 1990, no Brasil, enquanto a concepção europeia predominou nos anos de 1970-1980.

Sobre esse debate, concordamos com Wanderley (1999) que a agricultura familiar é um conceito genérico e que o campesinato corresponde a uma das formas da agricultura familiar.

A valorização do mundo rural e as transformações que têm ocorrido nas unidades familiares de produção, como a diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, à diminuição da renda agrícola e à busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, tem levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente tem sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas. Há também inúmeros estudos sobre esse fenômeno. Entre outros, destacamos Lamarche (1984), Clerk (1984), Lacombe (1984), Hubcher (1984), Shucksmith *et al* (1990, 1991), Carneiro (1998), Kageyama (1998), Teixeira (1998), Schneider (1999, 2003) e Anjos (2003).

#### A PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA NO MEIO RURAL

A pluriatividade remete a um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem se desenvolver no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração – industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva – que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ ou em seu entorno (ANJOS, 2003).

A pluriatividade, portanto, não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista (ANJOS, 2003).

Este fenômeno não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias. Podemos lembrar os estudos de Kautsky (1980) e Chayanov (1974) que se referem aos “trabalhos acessórios” e às “outras atividades não-agrícolas” como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica de pequenos proprietários.

Dessa forma, a noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. De acordo com Fuller apud Schneider (1999, p. 367):

*A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agríco-*

*las. As propriedades pluriativas são unidades que alocam trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar [...].*

Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

Alentejano (1999) afirma que a pluriatividade é mais adequada como instrumento de análise da dinâmica agrícola, pois como a agropecuária não exige um tempo integral de trabalho, a sazonalidade do trabalho agrícola permite a combinação de atividades fora das propriedades rurais.

Na concepção de Graziano da Silva e Del Grossi (2002), o conceito de pluriatividade permite juntar as atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária.

Ainda de acordo com Graziano da Silva e Del Grossi (2002), a pluriatividade incorpora os conceitos de



diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo consideradas todas as atividades exercidas por todos os membros do domicílio, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias. Desse modo, a renda agrícola vem sendo cada vez mais insuficiente para a manutenção das famílias. A agricultura está se convertendo cada vez mais em uma atividade de tempo parcial, o que corresponde cada vez menos pela renda e pelo tempo de ocupação da família na agricultura.

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas tem possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo, “passando a demandar uma variada gama de bens de consumo” (SCHENEIDER, 1999, p. 174).

Entre as diversas possibilidades que se manifestam no espaço rural e que possibilitam a complementação de renda nas unidades familiares de produção, encontramos as atividades associadas à prática do turismo rural, que vem se expandindo cada vez mais no território brasileiro, e que tem sido estudadas entre outros por Silva et al (1998), Portuguez (1998), Almeida e Riedl (2000), Rodrigues et al (2001), Riedl et al (2002), Mendonça et al (2002), Silva e Almeida (2004).

#### O TURISMO RURAL COMO POSSIBILIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA PARA AS UNIDADES FAMILIARES DE PRODUÇÃO

O desenvolvimento de atividades turísticas no espaço rural, de acordo com Graziano da Silva (1997), está associado ao processo de urbanização que ocorre na sociedade e no transbordamento do espaço urbano para o espaço rural. Para este autor, “novas” formas de ocupação passaram a proliferar no campo. Entre elas são destacadas: conjunto de profissões tidas como urbanas (trabalhadores domésticos, mecâni-

cos, secretárias, etc.); moradias de segunda residência; atividades de conservação; áreas de lazer (hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, pesque-pague, etc). Essas “novas” atividades demandaram um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilitou que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Na literatura, encontramos os anos 1980 como sendo o marco inicial da exploração do turismo rural no Brasil. Nos anos 1990, com a intensificação das atividades no espaço rural e com a crescente valorização da natureza, tivemos a expansão dessas práticas no meio rural.

As atividades associadas ao turismo rural têm contribuído para a complementação da renda familiar das unidades de produção, familiar ou não, pois o seu incremento gera a demanda por novos postos de trabalho, além de contribuir na melhoria da logística que proporciona suporte ao fluxo de turistas. A EMBRATUR (1994) considera que o turismo rural inclui todas as atividades – alternativas, domésticas, agroturismo, turismo – organizado para e pelos habitantes do país e é “compreendido como sendo toda maneira turística de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional” (MENDONÇA et al., 2002). O turismo rural designa atividades diversas como, hotéis-fazenda, fazenda-hotéis, agroturismo, turismo de aventura, e que Rodrigues (2001) classifica como tradicional (de origem agrícola, pecuária e colonização) e contemporâneo (hotéis-fazendas, *spas* rurais, segunda residência) e Cavaco (2001, p. 28-29) faz uma importante observação ao afirmar que o turismo em “espaço rural tem pouco significado em termos de turismo e seus efeitos econômicos”.

A constatação da referida autora é um item importante para reflexão, uma vez que nos leva a indagar até que ponto os agricultores familiares se beneficiam dos resultados dessas atividades de turismo no



espaço rural na atualidade? As suas atividades são somente uma possibilidade de uma “nova” ocupação, que permite sua inserção no mercado de trabalho através de ocupações como diaristas, caseiros, jardineiros, etc? São atividades que complementam a renda familiar, mas são efetuadas fora de sua propriedade, em hotéis-fazenda, fazenda-hotéis e nas áreas que proliferam as casas de segunda residência, e que caracterizam o turismo rural contemporâneo e de modo diferente do que ocorre com o turismo rural tradicional, no qual o turista vivencia as atividades desenvolvidas na propriedade rural.

No entanto, o turismo rural no Brasil não está livre de problemas como apontam Mendonça *et al.* (2002) e entre eles está a falta de planejamento

e gestão, baixa capacidade econômica da população, dificuldade de acesso a informações. É necessário uma melhor capacitação profissional e políticas de estímulo à essa prática no território brasileiro. Acrescentaríamos ainda a necessidade de inclusão de forma mais efetiva dos agricultores familiares, além da capacitação efetuada pelos técnicos da EMATER, como do Estado do Rio de Janeiro, na orientação de desenvolvimento de artesanato e doces caseiros.

Destarte, no nosso entendimento, o turismo rural se afirma como mais uma alternativa que se coloca para os agricultores familiares venderem sua força de trabalho e complementar sua renda, reforçando o caráter pluriativo das unidades familiares de produção e inseridos no processo de produção do espaço,

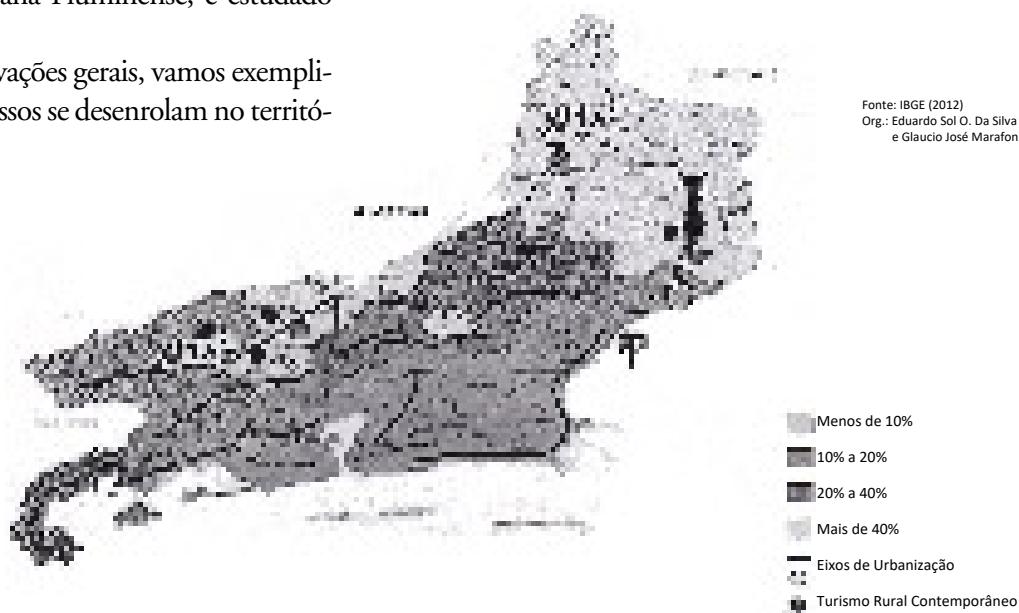
no qual, de acordo com Lefebvre (1999), estaríamos sob o signo de uma sociedade urbana, e que essa urbanização estruturaria o território; e que Santos (1993) aponta como passagem da urbanização da sociedade para a urbanização do território. A prática do turismo rural contemporâneo reflete essa prática, uma vez que os hotéis-fazenda, spas rurais e casas de segunda residência se localizam, preferencialmente, próximas às grandes concentrações urbanas.

Assim entendemos, como o tema proposto nessa mesa, que a pluriatividade é um fenômeno que tem se aprofundado em função da queda da renda agrícola e se torna um caminho a ser percorrido pelos membros das unidades familiares de produção, sobretudo em áreas próximas aos grandes centros urbanos, onde o fluxo de turistas em direção ao espaço rural tem sido mais intenso, com a revalorização do espaço rural e da natureza. Nesse sentido, essas atividades complementares podem ser vistas como oportunidades que se colocam para complementação da renda familiar. E esse fenômeno pode estar associado em áreas de colonização e de industrialização como muito bem analisado por Schneider (1999) ou em antigas áreas de exploração de café e cana-de açúcar como no Rio de Janeiro ou ainda em áreas próximas às metrópoles onde proliferam hotéis e pousadas e casas de segundas residências, como na Região Serrana Fluminense, e estudado por Teixeira (1998).

Realizadas essas observações gerais, vamos exemplificar como esses processos se desenrolam no território fluminense.

**Figura 1**

% de área ocupada por estabelecimentos até 100 ha – 2002. Eixos de urbanização, turismo rural e produtos agropecuários no Estado do Rio de Janeiro.



## AGRICULTURA FAMILIAR, PLURIATIVIDADE E TURISMO RURAL: REFLEXÕES A PARTIR DO TERRITÓRIO FLUMINENSE

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo pólo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, sendo também o maior produtor de gás natural do país. Além disso, sua produção de pescado é significativa assim como a olericultura, horticultura e produção de leite. A sua paisagem natural é bastante diversificada, mas também bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo Estado. Corresponde ao Estado mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em áreas urbanas, e de acordo com Rua (2002), o território fluminense é marcado por eixos de urbanização, nos quais ocorre uma urbanização mais densa, (Figura 1) percebemos assim uma redistribuição populacional e das atividades produtivas (LIMONAD, 1996, SANTOS, 2003).

O Estado apresenta muitos problemas em relação ao meio rural. A vasta concentração de população, de renda, de poupança, de condições de desenvolvimento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro gerou um forte desequilíbrio inter-regional, com exclusão política e social de parte da população do in-

terior (MOREIRA, 2001). Segundo os resultados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2000), aproximadamente 10.871.960 indivíduos residem nos limites da área metropolitana, correspondendo a 75,6% da população estadual. Constituída por vinte municípios, a Região Metropolitana ainda se mantém como um marco polarizador de recursos (RIBEIRO, 2002).

Apesar da ainda enorme concentração da população fluminense em sua Região Metropolitana, surgem nos anos de 1990 algumas novidades em relação à dinâmica demográfica do Estado do Rio de Janeiro. A mais importante refere-se à simultaneidade de um movimento tendente à despolarização espacial, com a emergência de novos centros de porte médio no interior do Estado, e de outro, em sentido inverso, de consolidação dos centros urbanos metropolitanos (SANTOS, 2003). Apesar da expansão demográfica nas bordas metropolitanas manifestar-se desde, pelo menos, a década de 1950, esse movimento não implicou numa desconcentração da população em direção ao interior, o que resulta no aumento do número das cidades médias, que eram 10 em 1980, e passaram para 17 em 2000. Destas, 10 localizam-se fora da Região Metropolitana (SANTOS, 2003).

Rua (2002, p. 47-48) assinala que no Estado do Rio de Janeiro “prevalece a projeção da metrópole carioca que intensifica o processo de urbanização” e essa intensa urbanização marca intensamente o território fluminense nas “dimensões política, cultural, comportamental, econômica, onde o significado dessa área urbana torna-se esmagador”.

O Interior Fluminense vem se destacando, não somente em termos de crescimento demográfico (ainda pequeno), mas no abastecimento de produtos agropecuários (hortigranjeiros, leite e produtos com nicho de mercado especializado como orgânicos, ervas-finas, leite de cabra, trutas etc), além de estar servindo como área de lazer para a prática de turismo rural, de ordem contemporânea, com a proliferação de hotéis-fazenda, pousadas, *spas* e casas de segunda residência. A prática desse turismo rural segue, em boa medida, os eixos de urbanização apontados na figura 1 e é uma prática alternativa ao turismo intenso que ocorre na Costa Fluminense (Costa Verde e do Sol).

Na tabela 3, temos uma radiografia da distribuição dos estabelecimentos agrícolas no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 3**

**Estado do Rio de Janeiro: área dos estabelecimentos (ha), número de estabelecimentos agropecuários (unidade) e pessoal ocupado (pessoas) por grupos de área total, 1996.**

Grupos de área total	Hectare	%	Unidades	%	Pessoas	%
Menos de 1 ha	2.540,090	0,13	3.657	8,66	14.399	8,30
1 a menos de 10 ha	95.515,270	3,95	15.499	36,71	55.852	32,05
10 a menos de 50 ha	376.853,451	15,59	14.229	33,70	48.662	27,93
50 a menos de 100 ha	305.116,586	12,62	3.962	9,38	16.861	9,67
100 a menos de 500 ha	935.189,563	38,70	4.221	9,99	27.993	16,06
500 a menos de 1.000 ha	326.783,917	13,52	456	1,08	5.955	3,41
1.000 menos de 10.000 ha	362.207,182	14,99	191	0,45	4.482	2,57
10.000 a menos de 100.000 ha	12.098,548	0,50	1	0,002	23	0,01
<b>Total</b>	<b>2.416304,607</b>	<b>100,0</b>	<b>42.216</b>	<b>100,0</b>	<b>174.227</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Constata-se que mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários apresentam menos de 100 ha, o que imprime uma significativa importância à produção familiar e as estratégias que esses agricultores encontram para fazer frente à queda na renda agrícola e intenso processo de urbanização (Tabela 3).

De acordo com Ribeiro (2002, p. 21), apesar do Estado do Rio de Janeiro apresentar baixos totais, em relação aos totais nacionais, quanto às variáveis: pessoal ocupado, valor da produção, quantidade colhida e modernização; o seu quadro agrário apresenta relevância e contrastes no âmbito estadual. Estes contrastes são decorrentes de uma agropecuária tradicional, que domina a maior porção do território fluminense, diante de outra de caráter moderno. De um lado, produtos tradicionais, exemplificados pela cana-de-açúcar, além de cultivos de subsistência; do outro, culturas que requerem técnicas aprimoradas, como o tomate, a horticultura, a fruticultura e a olericultura, marcando o Cinturão Verde da metrópole, ocupando municípios integrantes das Regiões Serrana, Centro-Sul, e Noroeste Fluminense.

Os agricultores familiares, como grande maioria, passam por uma grave crise devido à concentração de renda e à falta de políticas agrícolas efetivas. As grandes propriedades sempre ocuparam uma parcela considerável do Estado do Rio de Janeiro (representam 11,5% dos estabelecimentos e ocupam uma área de 67,7% dos mesmos), tendo desempenhado papel relevante nas exportações agrícolas do País. Entretanto, após encerrar os ciclos fluminenses de exportação de açúcar, e café (respectivamente 1900-1930 e 1970-1980), a maioria das grandes propriedades voltadas para a comercialização desses produtos passou a se caracterizar pela falta de dinamismo das atividades agrárias nela desenvolvidas, devido à descapitalização decorrente da decadência das grandes lavouras comerciais. Isso contribuiu para que extensas áreas do Estado apresentem um nível de aproveitamento agrícola muito inferior ao potencial produtivo das terras, podendo-se mencionar o Vale do Paraíba, no qual predomina a pecuária

bovina caracterizada por índices muito baixos de produtividade.

Por outro lado, verifica-se que os pequenos proprietários – bastante numerosos no Estado do Rio de Janeiro – têm poucas possibilidades de realizar investimentos em suas terras, uma vez que operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Esse é o caso dos pequenos proprietários fornecedores de leite às Cooperativas do Noroeste Fluminense, do Médio Vale e Centro Sul Fluminense, Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense, os quais embora detenham a propriedade da terra, têm uma forma de inserção na produção regional que implica reduzida autonomia na condução do processo produtivo, e limitações quanto à possibilidade de investir em suas unidades de exploração. Em outros casos, como na Região Serrana, onde há o predomínio da produção de hortigranjeiros em pequenas propriedades, a pluriatividade é adotada como alternativa de fonte de renda pelos agricultores. Muitos, além de realizarem suas funções na propriedade agrícola, exercem atividades não-agrícolas (como caseiros, motoristas, empregados domésticos, fiscais de rodovia etc.) nas casas de veraneio, nos hotéis e para as prefeituras da Região. Constata-se que, em território fluminense, as transformações no espaço rural, como a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizado da seguinte forma: eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no qual se destacam as atividades de turismo e que tem provocado imensas transformações, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande), cidades históricas como Paraty. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que inibe a prática de atividades

agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras. A eles resta se inserir no mercado de trabalho urbano ou a prática de uma agricultura extrativista, com a exploração da banana e do palmito, e assessorados por técnicos governamentais da Emater e IBAMA e exercerem atividades não-agrícolas, trabalhando nos hotéis e condomínios; outro eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol). Observa-se um intenso crescimento de turismo de massa em direção ao litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, provocando uma intensa urbanização e a proliferação de segundas residências, o que levou ao fraciona-

mento da terra e expulsão das atividades agropecuárias, para a criação de loteamentos e condomínios. A presença da Petrobrás em Macaé representa, na constatação de Rua (2002 p. 48), “uma avassaladora especulação imobiliária com profundas marcas de segregação socioespacial”.

Outro eixo de urbanização é o que ocorre no “topo da serra” e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis (RUA, 2002). Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, e que abastece a RMRJ. Apresenta também um tradicional e significativo pólo industrial (com destaque para a moda íntima), além da presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Corresponde a uma



área de turismo alternativa ao turismo de praia da Costa Verde e do Sol. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores que controlam o processo de comercialização da produção. Produzem alface, brócolis, couve-flor, tomate, etc. e acabam tendo uma baixa remuneração pela suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz produtos, como orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta como marca na paisagem a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”, porém não apresenta interatividade com os produtores familiares, que continuam a buscar sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que tem proporcionado empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas.

## PARA NÃO CONCLUIR

O território Fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização que tem provocado profundas transformações socioespaciais (RIBEIRO, 2002; RUA, 2002; SANTOS, 2003). Entre elas destacamos as atividades associadas ao turismo rural contemporâneo, com a proliferação de hotéis-fazenda, *spas*, pousadas, e casas de segunda residência, e a manutenção e até mesmo o aumento da produção familiar, conforme constatou Seabra (2004), em que o Estado do Rio de Janeiro apresenta participação expressiva na comercialização agrícola a partir da CEASA-RJ, especialmente as hortaliças, cuja produção tem aumentado nos últimos anos, como verificado na Região Serrana Fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e conseqüentemente o aumento da renda familiar. Porém esse processo ocorre nas áreas dos eixos de urbanização e próxima a RMRJ. Nas áreas mais distantes, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades.

O espaço rural se transforma em decorrência da valorização de seus aspectos naturais e a manutenção da produção agrícola familiar se torna importante para a disseminação da imagem do espaço rural e natural vendido ao turista. Cabe a indagação: até que ponto as atividades do turismo rural contemporâneo beneficiam os produtores familiares com a oferta de empregos não-agrícolas (RODRIGUES, 2001)? Não seria mais uma forma de exploração da força de trabalho familiar? As evidências observadas no Estado do Rio de Janeiro nos levam a indicar a exploração dos produtores familiares, porém novas investigações e reflexões devem ser conduzidas.

*Este ensaio insere-se em um projeto mais amplo denominado Transformações Socioespaciais no Rural Fluminense desenvolvido no NEGEF - Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense, no Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense, no Departamento de Geografia da UERJ. Desse núcleo, fazem parte diversos bolsistas de graduação e alunos de pós-graduação e os professores Gláucio José Marafon, João Rua e Miguel Ângelo Ribeiro, que o coordenam. Agradeço aos professores João Rua, Miguel Ângelo Ribeiro e Vera Lucia Salazar Pessoa pelas valiosas sugestões e críticas na elaboração do texto final, e ao bolsista de iniciação científica Eduardo Sol de Oliveira Silva pela contribuição na seleção, organização e representação dos dados e reflexão referente à bibliografia sobre a produção familiar. Trabalho apresentado no XVII ENGA, Gramado-RS, novembro de 2004.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs, 1992.
- ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passos Fundo: EdiUPF, 1999. p. 147-173.
- ANJOS, F. S. dos. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- ARF – Association Ruralist Française. *La pluriactivité des les familles agricoles*. Paris: ARF, 1984.
- CARNEIRO, M. J. *Camponeses, agricultores & pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra-cap, 1998.
- CAVACO, C. O mundo rural português: desafios e futuros. In: RODRIGUES, A. (Org.) *Turismo Rural*. São Paulo: Contexto, 2001. p.15-34.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa Maria Rúsovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision SAIC, 1974. 342 p.
- CIDE. *Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro*, 2001.
- ERRINGTON, A., GASSON, R. Labour Use in the Farm Family Business. *Sociologia ruralis*, Netherlands, v. 34, n. 4, p. 293-307, 1994.
- FERNANDES, B. M. Espaços Agrários de Inclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002. Petrolina. *Anais...* Petrolina: UFPe, 2002. 1 CD-ROM.
- . Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA, XIII., 2002, João Pessoa. *Anais do ENG...* João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília, 1995.
- FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. *Journal of peasant studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.
- GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. *Reforma agrária*, Campinas, v. 31, n. 1, p. 47-61, jan./abr., 2002.
- GOODMAN, D., REDCLIFT, M. *From peasant to proletarian*. Oxford: Basil Blackwell, 1981.
- GRAZIANO da SILVA, J. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . O novo rural brasileiro. *Nova economia*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; Del Grossi. *A pluriatividade da agricultura brasileira*, 2002. Disponível em: [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrem/sober1.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrem/sober1.html).

- Acesso em: 15, set., 2002.
- GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 362 p.
- HESPANHOL, R. A. de M. *Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente* – SP. 2000. 354 f. Tese (doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- IBGE. *Censo agropecuário de 1920*. Rio de Janeiro, 1920.
- . *Censo Agropecuário de 1940*. Rio de Janeiro, 1940.
- . *Censo agropecuário de 1950*. Rio de Janeiro, 1950.
- . *Censo agropecuário de 1970*. Rio de Janeiro, 1970.
- . *Censo agropecuário de 1975*. Rio de Janeiro, 1975.
- . *Censo agropecuário de 1980*. Rio de Janeiro, 1980.
- . *Censo agropecuário de 1985*. Rio de Janeiro, 1985.
- . *Censo agropecuário de 1996*. Rio de Janeiro, 1996.
- . *Censos Demográficos, 1950*. Rio de Janeiro, 1950.
- . *Censos Demográficos, 1970*. Rio de Janeiro, 1970.
- . *Censos Demográficos, 2000*. Rio de Janeiro, 2000.
- INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília, 2000.
- JOLLIVET, M. L'Analyse fonctionnelle-structurelle en question ou la théorie nécessaire. In: JOLLIVET, M.; MENDRAS, H. *Les collectivités rurales française. Sociétés Paysannes ou Lutte de Classes au Village?* Paris: Librarie Armand Colin, 1974. p. 155-230.
- KAGEYAMA, A. Pluriatividade na agricultura: alguns aspectos conceituais. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXVI, 1998, Poços de Caldas. *Anais...* Poços de Caldas: SOBER, 1998. v. 2, p. 555-556.
- KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Portugal: Proposta, 1980.
- LAMARCHE, Hugues. (Coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional - uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993.
- . *Agricultura familiar - do mito à realidade*. Campinas: Unicamp, 1998. 348 p.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Humanitas, 1999..
- LÊNIN, I. U. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).
- LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização – o caso do Interior Fluminense*. 1996. 247 f. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MANN, S., DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.
- MARAFON, G. J. Industrialização da Agricultura e Formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-21, jun., 1998.
- MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (Org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003.
- MARQUES, M. I. M. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. In: ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, XIII, 2002, João Pessoa. *Anais ENG...* João Pessoa: AGB, 2002. 1 CD-ROM.
- MEDEIROS, S. M. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. 127 p.
- MENDONÇA, M. C. et al. *Turismo no espaço rural: debate e tendência*. Disponível em: <http://dae2.ufla.br/revista2002.htm>. Acesso em: 12, abr., 2003.
- MENDRAS, H. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976. 368 p.
- MOLINA FILHO, J.; BURKE, T. J. *Fundamentos teóricos e instrumentos para a assistência à agricultura*. Piracicaba: Esalq, 1979. 86 p.
- MOREIRA, R. Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro. In: MOREIRA, R. et al. *Anais do Seminário*. Niterói: EDUFF, 2001. p. 127-132.
- PONTES, B. M. S. Pequena produção em face da tecnologia e da pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. *Anais...* Petrolina: Editora da UFPe, 2002. 1 CD-ROM.
- PORTUGUEZ, A. *Agroturismo e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- PRADO JUNIOR, C. Problemas de povoamento e a divisão da propriedade Rrural (1946). In: . *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FAO/INCRA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/INCRA, 2000.
- PRONAF – *Programa nacional da agricultura familiar*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/atuar/pronaf.htm>. Acesso em: 05 de maio, 2004.
- RIBEIRO, M. A. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 13-26.
- RIEDL, M. et al (Org.). *Turismo rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2002.
- RODRIGUES, A. (Org.). *Turismo rural*. São Paulo: Contexto, 2001.
- RUA, J. Urbanização em áreas rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, G.J. & RIBEIRO, M. F. (Org.). *Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 43-70.
- SANTOS, A. M. *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- . *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 359 p.
- SCHUKSMITH, M.; SMITH, R. Farm household strategies and pluriactivity in Unpland Scotland. *Journal of agricultural economics*, Ashford, UK, v. 42, n. 3, p. 340-353, 1991.
- SEABRA, R. *Comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro: o papel do sistema CEASA-RJ*. 2004. 67 f. Monografia (graduação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SERVOLIN, C. L. *L'agriculture moderne*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.
- SILVA, E. S. O. da. Estudos sobre agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro: a ausência do PRONAF na Região Noroeste Fluminense. *Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 75-81, 1o semestre, 2003.
- SILVA, A. e ALMEIDA, M. Turismo rural na região metropolitana de Goiânia: as especificidades do turismo rural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, VI, 2004, Goiânia. *Anais...* Goiânia: AGB, 2004, CD-ROM.
- TEIXEIRA, V. *Pluriatividade e agricultura familiar na região Serrana do Rio de Janeiro*. 1998. Dissertação (mestrado em geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.
- VEIGA, J. E. da et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Série textos para discussão n° 1*. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/ CNDRS/Nead), 2001. 108 p.
- WANDERLEY, M. N. B. Brasil: exploração familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. *A agricultura familiar*. Paris: L'Harmattan, 1994. v. 2, p. 20-27.
- . A modernização sob o comando da terra – os impasses da agricultura moderna no Brasil. *Idéias*, Campinas, ano 3, n. 2, p. 25-54, jul./dez. 1996.
- . Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: EDUPE, 1999.
- . A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. In.: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL XXXVIII, 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: SOBER, 2000, 1 CD-ROM.

# CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA E DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR PARA O

# PIB DO BRASIL

## E DOS SEUS ESTADOS



**Joaquim J.M. Guilhoto** *Departamento de Economia, FEA/USP; REAL, University of Illinois; Pesquisador do CNPq - guilhoto@usp.br*

**Carlos R. Azzoni** *Departamento de Economia, FEA/USP; REAL, University of Illinois; Pesquisador do CNPq - cazzoni@usp.br*

**Silvio M. Ichihara** *Assessoria de Planejamento da Secretaria de Transportes do Estado de São Paulo - sichihara@gmail.com*

Nas últimas décadas, a forte injeção de capital e tecnologia nos sistemas produtivos rurais possibilitou o avanço da produção agropecuária, colocando-a em posição de destaque na economia Nacional e de elevada competitividade com o restante do Mundo. No entanto, a incorporação da visão empresarial no campo trouxe um significado peculiar e delicado para a agricultura familiar.

Em meio à necessidade constante de ampliar a produtividade e os ganhos de escala da produção, a Agricultura Familiar representa um aparente retrocesso a um processo puramente econômico, mas sua importância é, socialmente, inquestionável quando se pondera o futuro das pessoas que subsistem do campo, o êxodo rural e a tensão social da desigualdade no campo e nas cidades.

A importância histórica na absorção de emprego e na produção de alimentos voltada para o autoconsumo relaciona a Agricultura Familiar, mais com as funções de caráter social, do que com as econômicas. Entretanto, destaca-se que o papel da produção familiar vai muito além do contexto rural contribuindo expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só rural e regional, mas da do próprio País.

Alguns aspectos têm contribuído para o fortalecimento da agricultura familiar, como o do cultivo de alimentos mais saudáveis, trocando o uso de técnicas modernas com ampla utilização de químicos por formas artesanais de cultivo, que necessitam de maior aporte de mão-de-obra. A preocupação por alimentos seguros inserida no hábito alimentar dos grandes centros urbanos também privilegia os cultivos com menor impacto ambiental e que tem postura frente à questão social do campo. Além disso, outros fatores como o turismo rural e a possibilidade de criação de pequenas agroindústrias nas propriedades familiares também contribuem positivamente para o fortalecimento do setor.

Mesmo com as possibilidades que têm surgido de maneira a melhorar a situação da Agricultura Familiar seu desenvolvimento ainda é incerto, pela

dificuldade do setor em promover seus próprios interesses. A consolidação de grupos que alvejam ideais parecidos é uma tarefa intrincada e às vezes inviável dentro do grupo de propriedades familiares, pois o grande número de unidades de produção rural diverge em termos de tamanho, capital e tecnologia, tornando as prioridades individuais e regionais diferentes. Dada à diversidade de sistemas e estratégias produtivas que determinam objetivos difusos, a força do setor é diluída em grupamentos locais. Associações e cooperativas possibilitam a permanência do sistema familiar em algumas regiões, mas são totalmente inexistentes em outras.

Por isso, o auxílio Governamental assume vital importância, sendo caracterizado na forma de políticas de financiamento do custeio e obtenção de maquinário, ou através de programas indutores de desenvolvimento que possam auxiliar a pequena produção rural, como por exemplo: programas de irrigação, distribuição de energia, capacitação de mão-de-obra etc. A fim de melhorar o direcionamento de políticas públicas, com ênfase no familiar, é necessário traçar o perfil deste segmento. A delimitação do espaço ocupado por este setor dentro do amplo contexto da economia brasileira pode auxiliar a criação de alternativas que visam manter, ou mesmo, a melhorar da feição familiar, buscando a tão pressagiada sustentabilidade.

Para avaliar a importância e a complexidade do segmento familiar, deve-se considerar não apenas a sua produção agropecuária, mas a de todo o complexo de indústrias, comércio e serviços existentes a montante e a jusante das pequenas propriedades e posses familiares – o que se denomina agronegócio familiar. Visto que a importância de uma atividade não se concentra apenas nela, mas também no que depende dela. Exemplificando, é como se uma atividade simplesmente deixasse de existir, além da ausência de sua produção, todos os setores que alimentam e são alimentadas por ela seriam prejudicados, dada à interdependência existente entre as relações dos setores na economia.

No cerne desta questão, este trabalho tem o objetivo de mensurar a importância do setor em questão, através da quantificação do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio familiar, aprofundando a análise de como a produção dos pequenos produtores realmente interfere na economia.

As estimativas do PIB relativo ao agronegócio familiar e patronal (denominação da produção que não é de origem familiar) foram calculadas utilizando-se dados provenientes de fontes estatísticas oficiais e métodos de análise econômica fundamentados na teoria de insumo-produto. Sequencialmente, os resultados das estimativas do PIB do Agronegócio Familiar são apresentados, considerando o Brasil, como um todo, e as 27 Unidades da Federação separadamente.

## A PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Esta seção descreve a produção da agricultura familiar no Brasil, caracterizando-a através da análise dos principais tipos de atividades de produção animal e vegetal.

Conforme apresentado no Quadro 1, destaca-se que um terço da produção agropecuária do Brasil (incluindo o extrativismo vegetal e a silvicultura) é de origem familiar, sendo que existem grandes variações regionais. Na região Norte a maior parcela

da produção é familiar, sendo que no Nordeste e Sul a participação da produção familiar equivale quase à metade. Entretanto no Centro-Oeste e no Sudeste as proporções são bastante inferiores.

As regiões do Centro-Oeste e do Sudeste são grandes produtoras de grãos, cana-de-açúcar, bovinos de corte, entre outras atividades que demandam de altos níveis de produtividade. Os estabelecimentos possuem grandes volumes de terra e capital, assumindo caráter empresarial.

No caso do Norte e Nordeste a agricultura de subsistência e o extrativismo vegetal são atividades predominantes em muitas localidades. As atividades são menos especializadas, mas mais diversificadas que as encontradas nas regiões patronais, não-familiares. A Figura 1 separa em dois eixos principais o mapeamento da produção relacionada com a agricultura em si (cultivos temporários, cultivos permanentes, horticultura, extrativismo vegetal e silvicultura) e com a pecuária (criações de animais de grande, médio e pequeno porte, aquicultura e piscicultura). Ao mesmo tempo, os mapas trazem a distinção entre o que é de origem familiar e não-familiar. O conjunto monta uma matriz de mapas cujos eixos da direita e inferior correspondem aos totais de cada combinação.

No caso da produção familiar, identificada na primeira linha de mapas, as atividades agrícolas são concentradas ou espalhadas dependendo da região,

**Quadro 1.**  
**Produção familiar - Grandes regiões - Ano 2006.**

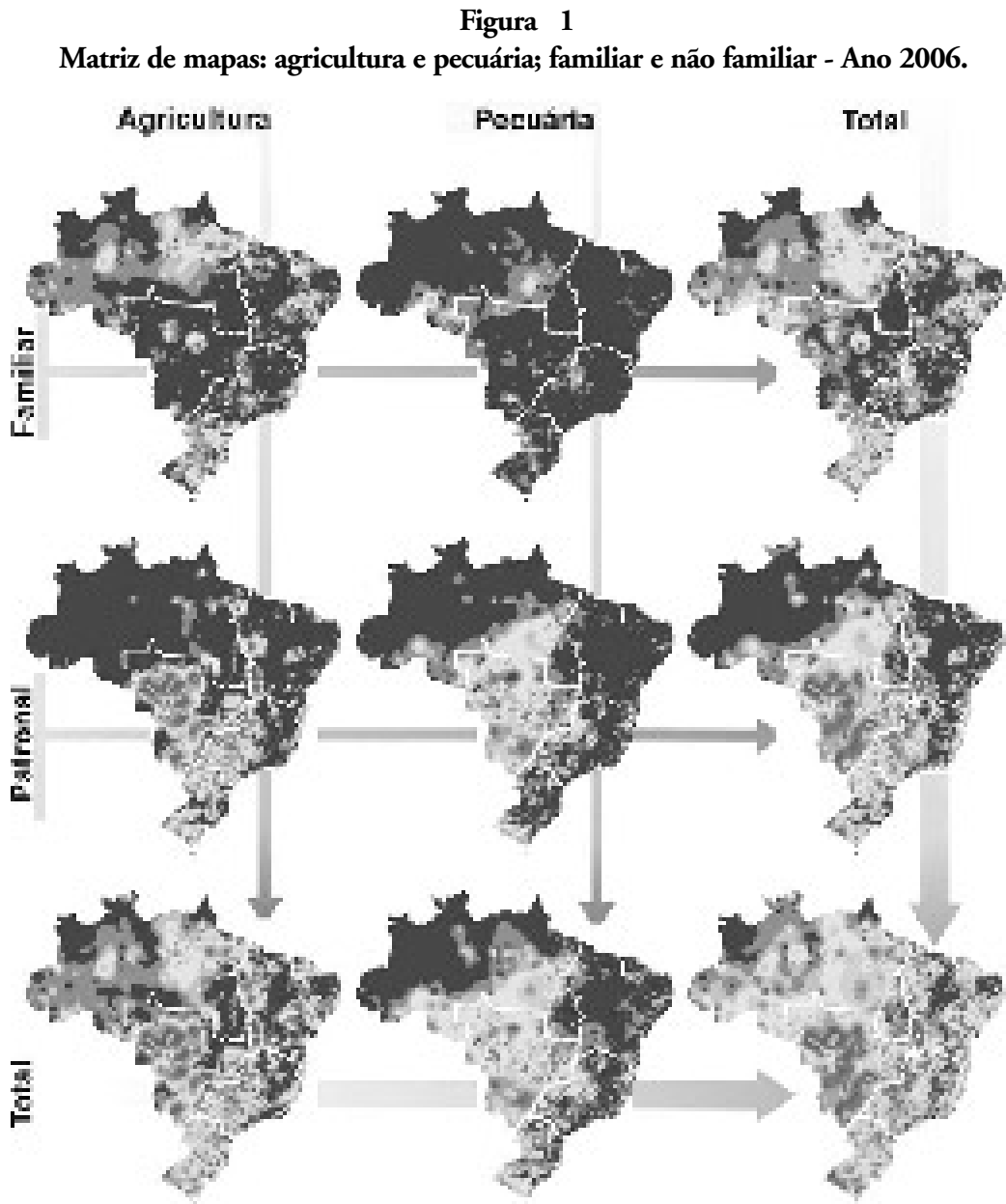
Por Macroregião	Familiar	Não-familiar	Total	% Produção Familiar
Norte	5.077.438	4.064.074	9.141.512	56%
Nordeste	13.401.836	15.815.845	29.217.681	46%
Sudeste	11.773.972	41.102.322	52.876.249	22%
Sul	21.102.826	22.821.712	43.924.538	48%
Centro-Oeste	3.134.235	25.685.891	28.820.126	11%
<b>Total</b>	<b>54.490.307</b>	<b>109.489.844</b>	<b>163.980.151</b>	<b>33%</b>

Fonte: Tabulação a partir do Censo Agropecuário - 2006

sendo difusa no Sul, especialmente, nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, proeminente, em alguns locais do Nordeste (no norte baiano, Pernambuco, Ceará e Maranhão), e concentrada na Região Norte (norte paraense).

## O PIB DO AGRONEGÓCIO FAMILIAR

Esta seção inicia descrevendo o panorama geral da importância do agronegócio em todo o Brasil e, posteriormente, a análise é detalhada para as 5 macrorregiões brasileiras e seus Estados.



Fonte: Elaborado com a utilização dos dados do Censo Agropecuário - 2006

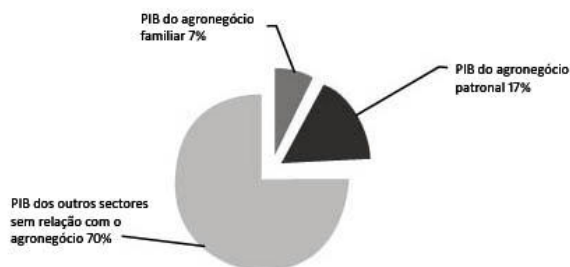
## 1. O PIB do Agronegócio Familiar no Brasil

Os resultados mostram que o segmento familiar da agricultura brasileira, ainda que muito heterogêneo, responde por expressiva parcela da produção agropecuária e do produto gerado pelo agronegócio brasileiro, devido ao seu inter-relacionamento com importantes segmentos da economia.

Em 2006, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por 7,3% do PIB brasileiro, parcela expressiva, considerando que a participação do agronegócio total (familiar e não-familiar) situa-se ao redor de 24% do PIB da economia brasileira (Tabela 1).

**Tabela 1. Composição do PIB Nacional**

Estimativas do PIB em 2006(2009)	Milhões de Reais	%
PIB do agronegócio familiar	207.134	7,3%
PIB do agronegócio patronal	468,074	16,6%
PIB dos outros setores sem relação com o agronegócio	2.147.859	76,1%
<b>PIB Total</b>	<b>2.823.067</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: Resultados da pesquisa

Para entender o que compõe os percentuais de 7,3% e 16,6% do PIB do agronegócio familiar e não-familiar, respectivamente, é necessário avaliar como cada grande grupamento de produção rural: agricultura e pecuária – interage como os outros três grupamentos econômicos correlatos: os insumos, a indústria e o sistema de distribuição.

Inicialmente, na Tabela 2 o PIB total do agronegócio



ode ser dividido em quatro parcelas, determinado a articulação do setor agrícola e pecuário no âmbito familiar e não-familiar. Observa-se que para a formação do agronegócio familiar os pesos da agricultura (20%) e da pecuária (11%) são menos divergentes do que no sistema não-familiar (agricultura patronal: 53% e pecuária patronal: 16%), demonstrando um maior equilíbrio da importância assumida entre as criações animais e os cultivos agrícolas.

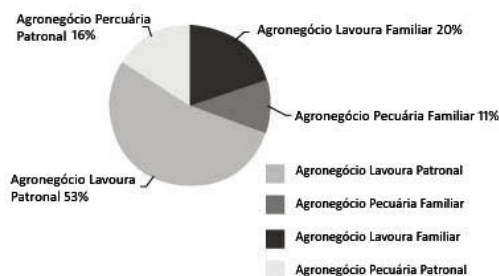
Cada quadrante do gráfico da Tabela 2 é formado por quatro agregados, na qual um corresponde ao PIB do próprio setor rural e ou outros três associados com: os insumos (atividades que alimentam o setor rural), a indústria (que é alimentada pela produção rural) e o sistema de distribuição (comercialização, transporte e serviços de produtos ligados à cadeia produtiva). A Tabela 3 demonstra a abertura para o agronegócio da



agricultura familiar e da agricultura patronal. Nos dois casos: familiar e patronal, a importância assumida pelo setor rural (cultivos temporários, permanentes, horticultura, silvicultura e extrativismo vegetal) é basicamente a mesma com cerca de 38%. Entretanto, produtos como frutas e hortaliças são importantes para a agricultura familiar e exigem menor grau de processamento até chegar ao consumo final, ao mesmo tempo produtos como a soja, cana de açúcar e algodão constituem a matéria-prima de produtos totalmente industrializados. Por isso, no agronegócio patronal, grande uma parcela, ainda maior que a do próprio setor rural, é atribuída à indústria de processamento (43%), enquanto que no familiar a participação é de 31%. No sistema familiar, a própria produção do campo exerce maior participação que os demais setores.

**Tabela 2**  
**Composição do PIB do Agronegócio**

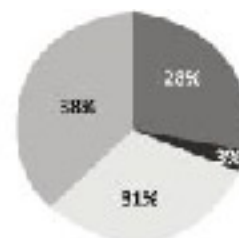
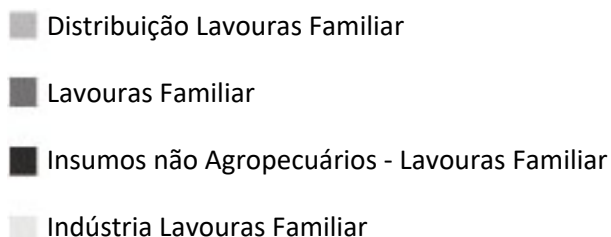
Estimativa do PIB em 2006, relacionado a:	Milhões de Reais (2009)	%
Agronegócio Lavouras Familiar	132.986	19,7%
Agronegócio Pecuária Familiar	74.149	11,0%
Agronegócio Lavouras Patronal	360.799	53,4%
Agronegócio Pecuária Patronal	107.275	15,9%
<b>Agronegócio Total</b>	<b>675.208</b>	<b>100,0%</b>



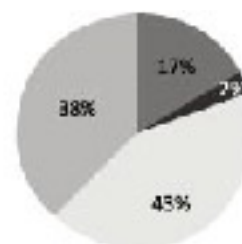
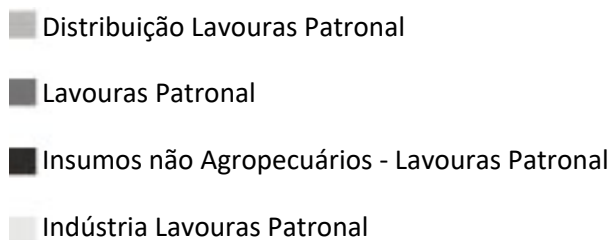
Fonte:  
Resultado da  
pesquisa

**Tabela 3**  
**Composição do PIB do agronegócio da agricultura familiar e patronal (não-familiar)**

Estimativa do PIB em 2006, relacionado a:	Milhões de Reais (2009)	%
Lavouras Familiar	37.289	28,0%
Insumos não Agropecuários - Lavouras Familiar	4.299	3,2%
Indústria Lavouras Familiar	41.661	31,3%
Distribuição Lavouras Familiar	49.736	37,4%
<b>Agricultura Familiar</b>	<b>132.986</b>	<b>100,0%</b>



Estimativa do PIB em 2006, relacionado a:	Milhões de Reais (2009)	%
Lavouras Patronal	60.814	16,9%
Insumos não Agropecuários - Lavouras Patronal	9.272	2,6%
Indústria Lavouras Patronal	154.868	42,9%
Distribuição Lavouras Patronal	135,844	37,7%
<b>Agricultura Patronal</b>	<b>360.799</b>	<b>100,0%</b>



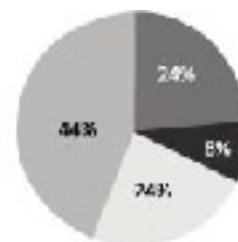
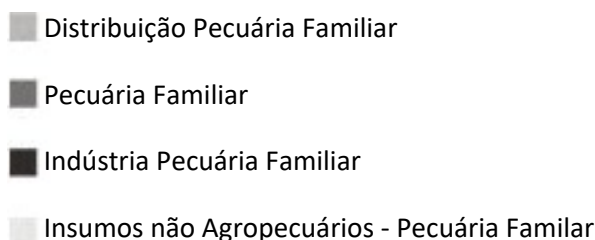
Fonte: Resultados da pesquisa

Comparando a agricultura com a pecuária, vale destacar que nos dois tipos de agronegócio (familiar e patronal) o PIB associado à agricultura é maior, mas dentro de sua própria composição o setor rural pecuário é mais participativo. Observando a Tabela 4, tanto no PIB do agronegócio pecuário familiar

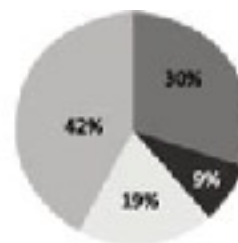
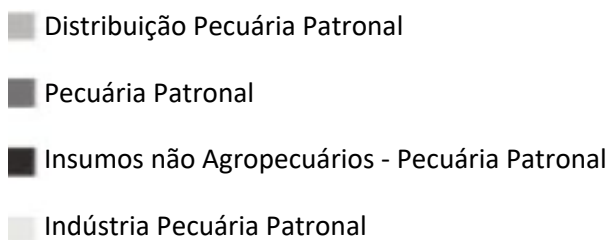
como no patronal, a participação do próprio setor das criações gira em torno de 42% e 44%, respectivamente, devido à forte presença da avicultura, suinocultura e bovinocultura leiteira. Estas atividades agregam maiores valores aos produtos, aumentando o valor adicionado destes setores.

**Tabela 4**  
**Composição do PIB do agronegócio da pecuária e da agricultura patronal (não-familiar)**

Estimativa do PIB em 2006, relacionado a:	Milhões de Reais (2009)	%
Pecuária Familiar	22.256	30,0%
Insumos não Agropecuários - Pecuária Familiar	6.426	8,7%
Indústria Pecuária Familiar	14.153	19,1%
Distribuição Pecuária Familiar	31.314	42,2%
<b>Pecuária Familiar</b>	<b>74.149</b>	<b>100,0%</b>



Estimativa do PIB em 2006, relacionado a:	Milhões de Reais (2009)	%
Pecuária Patronal	25.416	23,7%
Insumos não Agropecuários - Pecuária Patronal	9.132	8,5%
Indústria Pecuária Patronal	25.347	23,6%
Distribuição Pecuária Patronal	47.379	44,2%
<b>Pecuária Patronal</b>	<b>107,275</b>	<b>100,0%</b>



Fonte: Resultados da pesquisa

As características inerentes a cada sistema produtivo em cada região do país definem a especialização da produção. Alguns tipos de plantações e criações dependem de técnicas melhor adaptadas ao perfil familiar, como os produtos que demandam por maior quantidade de mão-de-obra, enquanto que outros são desenvolvidos com mais vantagens em

grandes propriedades, por exemplo, quando o uso da mecanização é mais vantajoso.

Além disso, as regiões do Brasil diferem em características físicas (clima, relevo, tipo de solo) e sociais (época e forma de colonização) que implicam na heterogeneidade da distribuição de terras e organização social, sendo que as figuras do tópico anterior,

que apresentam o mapeamento da produção das diferentes atividades rurais, representam bem este aspecto.

Em termos do PIB relacionado a cada cultivo e criação, alguns produtos são estritamente ligados ao sistema familiar. Na última coluna do Quadro 2, determinou-se o percentual da produção associada a agricultura familiar em relação ao total, a análise permite avaliar que a produção nacional de fumo, mandioca e feijão dependem basicamente das propriedades familiares.

O Quadro 3 analisa agora os quadrantes relacionados com as atividades industriais (setores alimentados pela produção agrícola). No caso da indústria asso-

ciada à agricultura do segmento familiar, sobressai-se apenas a indústria tabagista, sendo que as outras atividades como: produção de madeira e celulose, agroindústria sucroalcooleira, indústria têxtil, indústria do abate e produção de couro, indústria de óleos vegetais e beneficiamento de café, são, basicamente, ligadas ao âmbito não-familiar.

No caso das criações animais, excetuando-se a avicultura e a bovinocultura de corte, as demais dependem, predominantemente, das propriedades consideradas familiares, sendo que as atividades de pesca e aquicultura são ainda mais dependentes, como mostra o Quadro 4.

**Quadro 2**  
**Participação do PIB familiar no total e o seu respectivo valor, considerando cada tipo de produção agrícola, em 2006 (R\$ milhões 2009).**

Tipos de Produção	PIB da Agricultura Familiar	PIB da Agricultura Patronal	% da produção associada à agricultura familiar
<b>Cultivos</b>	<b>33.486</b>	<b>56.949</b>	<b>37%</b>
Algodão	29	3.209	1%
Arroz	1.613	2.496	39%
Café	2.286	3.876	37%
Cana-de-açúcar	1.581	10.799	13%
Feijão	2.029	826	71%
Fumo	2.777	119	96%
Mandioca	3.179	493	87%
Milho	3.636	3.782	49%
Soja	2.548	13.397	16%
Trigo	236	847	22%
Frutas	6.607	6.296	51%
Outras culturas	6.964	10.807	39%
<b>Silvicultura</b>	<b>1.389</b>	<b>3.197</b>	<b>30%</b>
<b>Extrativismo vegetal</b>	<b>2.415</b>	<b>668</b>	<b>78%</b>
<b>Total</b>	<b>37.289</b>	<b>60.814</b>	<b>38%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa

### Quadro 3

Participação do PIB familiar no total e o seu respectivo valor, considerando cada tipo de produção, em 2006 (R\$ milhões 2009).

Tipos de Produção	PIB da Indústria da Agricultura Familiar	PIB Indústria da Agricultura Patronal	% da produção associada à agricultura familiar
Fabricação de Óleos Vegetais	660	4.238	13%
Beneficiamento de outros Produtos Vegetais	6.920	13.803	33%
Fabricação de Açúcar	1.286	14.520	8%
Indústria do Café	423	1.149	27%
Outros produtos alimentares	9.983	17.960	36%
Produtos do fumo	10.227	659	94%
Têxteis	756	18.715	4%
Artigos de vestuário e acessórios	1.014	18.295	5%
Fabricação de Celulose, Papel e Gráfica	3.834	36.165	10%
Álcool	677	9.546	7%
Madeira e mobiliário	5.880	19.818	23%
<b>Total</b>	<b>41.661</b>	<b>154.868</b>	<b>21%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa

### Quadro 4

Participação do PIB familiar no total e o seu respectivo valor, considerando cada tipo de produção pecuária, em 2006 (R\$ milhões 2009).

Tipos de Produção	PIB da Agricultura Familiar	PIB da Agricultura Patronal	% da produção associada à agricultura familiar
Aves	2.706	5.006	35%
Bovinos	7.984	11.634	41%
Suínos	1.715	1.483	54%
Leite	4.720	3.607	57%
Pesca e agricultura	2.227	853	72%
Outros Pecuária	2.905	2.834	51%
<b>Total</b>	<b>22.256</b>	<b>25.416</b>	<b>47%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa

Conseqüentemente, o PIB das cadeias industriais da suinocultura e dos lácteos ligam-se em maior proporção ao agronegócio familiar, sendo que a

indústria do abate e couro vinculada a bovinocultura de corte é predominantemente patronal. (Quadro 5)

## Quadro 5

Participação do PIB familiar no total e o seu respectivo valor, considerando cada tipo de produção pecuária, em 2006 (R\$ milhões 2009).

Tipos de Produção	PIB da Agricultura Familiar	PIB da Agricultura Patronal	% da produção associada à agricultura familiar
Abate de Bovinos de outros	4.583	8.334	35%
Abate de Suínos	1.073	1.026	51%
Abate de Aves	2.004	3.454	37%
Indústria de Laticínios	3.750	3.721	50%
Artefatos de couro e calçados	2.742	8.812	24%
<b>Total</b>	<b>22.256</b>	<b>25.416</b>	<b>47%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa

## 2. O PIB do Agronegócio Familiar nas Unidades da Federação

Em termos da localização, a parcela familiar tem características regionais bem demarcadas. Nas regiões do Norte, Sul e Nordeste o agronegócio familiar tem expressiva colaboração no PIB do agronegócio.



Por outro lado, no Centro-Oeste e Sudeste, sua participação é bem inferior. Como mostra a Figura 2, Fato que está diretamente ligado à regionalização da produção rural familiar e não-familiar apresentada, anteriormente.

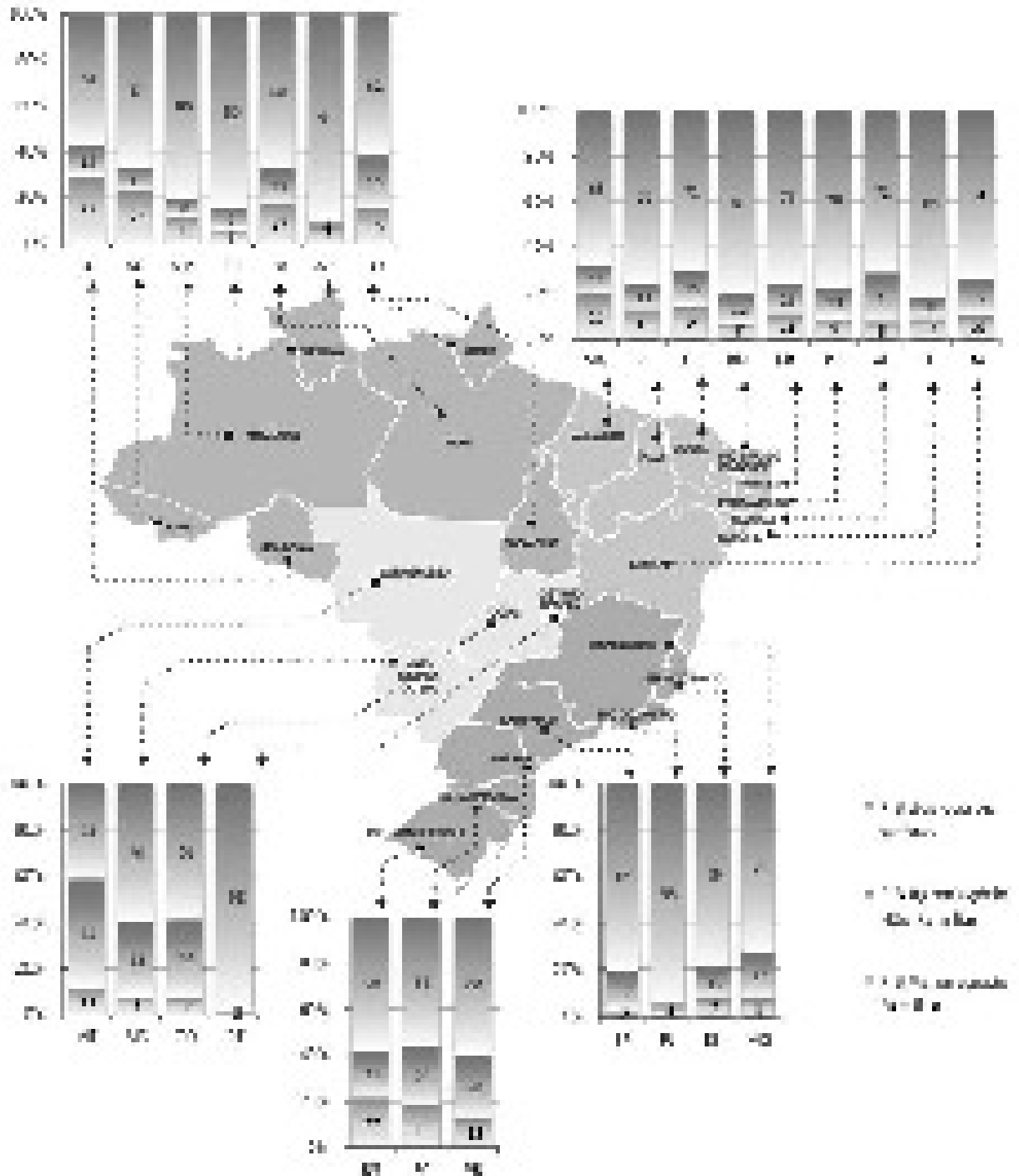
Dentre as cinco regiões, o Sul e o Centro-Oeste têm grande porção de suas economias embasadas no setor rural, com a primeira se caracterizando por uma agricultura familiar bem dinâmica em seus três Estados, com destaque no Rio Grande do Sul, sendo que na segunda, há total predominância do segmento patronal.

Essa mesma característica se repete em alguns Estados da Região Norte (Pará, Tocantins, Rondônia e Acre), onde a economia também é relativamente dependente do agronegócio e mais especificamente do agronegócio familiar, que é predominante em todos os Estados da Região Norte, excetuando-se apenas Roraima.

No Sudeste a importância relativa tanto do agronegócio total como do familiar são relativamente inferiores aos das outras Unidades da Federação. Apenas em Minas Gerais os percentuais sobrepõem-se à média nacional.

Embora haja semelhanças dentro de uma grande região, cada Estado possui suas peculiaridades em relação ao comportamento da agricultura familiar dentro do contexto econômico local.

**Figura 2**  
Participação do PIB familiar e Patronal no PIB total de cada Unidade da Federação (2006).



## CONCLUSÕES

Os critérios que definem a propriedade familiar se tornaram mais restritivos, determinado a redução tanto do número de estabelecimento como de sua produção associada. Entretanto, ainda os números são muito expressivos na qual cerca de 3,9 milhões de propriedades foram consideradas familiares e uma participação no PIB da ordem de 2%.

No computo do PIB do agronegócio familiar, a adição dos setores fornecedores e demandantes da atividade familiar faz com que sua importância atinja 7% do PIB nacional e cerca de 30% no PIB do agronegócio total.

Os resultados deste estudo apenas ajudam a entender a importância estratégica da agricultura familiar que está presente em todos os Estados da Federação. Sendo que a atividade de destaca exatamente em muitos Estados que têm menor representação econômica no cenário nacional, tornando o setor ainda mais estratégico na função de redução da desigualdade social e regional.

Destaca-se que o papel social da agricultura familiar é ainda maior que o econômico, puramente, no sentido de mitigar o êxodo para as cidades e possibilitar a geração e fixação de renda, não apenas nas propriedades rurais, mas em toda a economia que dela é dependente.

As propriedades familiares também são vistas como diversificadoras de sua produção, que está se tornando um aspecto de vital necessidade para o abastecimento das cidades, tendo em vista a segurança alimentar, e o avanço de grandes monoculturas patronais de grãos e cana-de-açúcar sobre quaisquer tipos de cultivos.

Cabe então ao governo e sociedade melhorar o direcionamento de políticas, com ênfase no familiar, esforçando-se em identificar regiões e atividades que possam ser incentivadas ou mantidas por programas de auxílio à produção familiar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GUILHOTO, J.J.M., U.A. SESSO FILHO (2005). “Estimação da Matriz Insumo-Produto à Partir de Dados Preliminares das Contas Nacionais”. *Revista de Economia Aplicada*, Vol. 9. N. 2. Abril-Junho. pp. 277-299.
- RODRIGUES, Rossana Lott; GUILHOTO, J. J. M. Análise Setorial e Topografia da Estrutura Produtiva: As Cooperativas Agropecuárias no Paraná. *Revista de Estudos Econômicos*, v. 37, p. 487-513, 2007.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, Silvio M; SILVEIRA, Fernando G; AZZONI, Carlos Roberto. Agricultura Familiar: contribuindo para a riqueza nacional. *Marco Social* (Rio de Janeiro), v. 9, p. 20-25, 2007.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, Silvio Masaru. PIB do Agronegócio Baiano, 2004. *Bahia Agrícola*, Bahia, v. 7, n. 2, p. 29-37, 2006.
- GUILHOTO, J. J. M.; ICHIHARA, Silvio Masaru; AZZONI, Carlos Roberto; SILVEIRA, Fernando Gaiger da. *Comparação entre o Agronegócio Familiar do Rio Grande do Sul e do Brasil. Teoria e Evidência Econômica*, Rio Grande do Sul, v. 14, p. 9-36, 2006.
- GUILHOTO, J. J. M.; AZZONI, Carlos Roberto; ICHIHARA, Silvio Masaru; SILVEIRA, Fernando G. A Importância do Agronegócio Familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 44, p. 355-382, 2006.

REFLEXÕES SOBRE  
AGRICULTURA FAMILIAR

# RESTRICÇÕES, INOVAÇÃO E AGRO- ECOLOGIA

Antônio Márcio Buainain



A FAO reconheceu 2014 como o ano da Agricultura Familiar, atribuindo um *status* político aos grupos de agricultores que até então eram tratados no âmbito dos organismos internacionais por serem pequenos e pobres, e não por serem familiares. Trata-se, sem dúvida, de uma categorização imposta de cima para baixo, uma vez que (provavelmente a maioria) os agricultores enquadrados na categoria de familiares nunca assumiram tal identidade, e se auto classificam de muitas maneiras e por muitos outros critérios. No Brasil, por exemplo, encontramos os colonos no Rio Grande do Sul, os sitiantes em Minas Gerais, os ribeirinhos no Norte, os moradores, no Nordeste, os agricultores no Centro-Oeste, os trabalhadores rurais que são também pequenos agricultores. São as definições empíricas, segundo Sérgio Schneider, conhecido sociólogo brasileiro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que estuda este tema, que diferenciam os vários grupos sociais nos diferentes contextos e territórios.

O próprio limite da família varia entre países, culturas, religiões, grupos étnicos, comunidades. No Brasil e na Europa prevalece a família nuclear, que vai se formando na medida em que os filhos se desprendem do núcleo de origem para formar, pelo casamento, seu próprio núcleo. Não é o que ocorre entre muitos povos da África, entre os quais a nossa ideia de família se confunde com a própria comunidade, cuja liderança toma as decisões relevantes sobre o que produzir, onde, por quem, e que adota regras distributivas comunitárias e não no âmbito restrito da família nuclear.

Unificar a todos estes grupos em uma única categoria – a de agricultor familiar – é uma decisão que pode ser útil para operacionalizar certas políticas públicas e ou para fins políticos, de mobilizar grupos em defesa de certos interesses e certos objetivos. Mas esta operação não cria uma categoria conceitual

consistente, e nem apaga as diferenças marcantes entre os colonos e os ribeirinhos, entre o moradores e os agricultores, entre os camponeses dos Andes e do Altiplano boliviano e os pequenos produtores de azeitona de Portugal.

É cedo para avaliar se este movimento de internacionalização da agricultura familiar, patrocinado pela FAO, vai prosperar e produzir resultados positivos. No caso brasileiro, o balanço feito por Guanzirolli, Buainain e Di Sabato (2012)<sup>1</sup> é positivo, e os resultados se devem principalmente à criação de uma identidade política, que fortaleceu a inclusão destes grupos na agenda de políticas públicas brasileira. Por outro lado, criou uma segmentação falsa entre os agricultores classificados como familiares e os demais, que não existe e não se observa na vida cotidiana do meio rural na maior parte do país. Mais que isto, introduziu uma polarização maniqueísta, que opõe agricultores familiares e não familiares, que criminaliza o agronegócio, atribuindo-lhe todos os males possíveis, e romantiza a figura do familiar, considerado o portador de todas as virtudes da terra. Nenhuma das polarizações representa a realidade agrária e produtiva da agricultura brasileira, e ousar dizer, de nenhum lugar do mundo; tampouco é apropriada “a homogeneização do agronegócio como categoria”, seja na versão idealizada por uns para representar o moderno e eficiente e simbolizar o sucesso da agricultura, seja na versão demonizada por outros, como devastadora do meio ambiente, concentradora de riqueza e empobrecedora de regiões, causa de todos os males do meio rural.

Contribuir para o fortalecimento dos pequenos agricultores familiares – os grandes agricultores familiares da Europa e dos Estados Unidos já têm suficiente proteção e apoio – nos países pobres e desenvolvidos exige um olhar objetivo para o contexto no qual es-

1 Guanzirolli, Carlos; Buainain, Antonio Marcio; Di Sabato, *Dez Anos de Evolução na Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006)*. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, No 2, p. 349-368, Abr/Jun 2012.



tão inseridos e requer a depuração da visão ideologizada que romantiza o pequeno e o meio rural, e criminaliza os demais. É preciso superar argumentos que eram válidos no passado para entender que o processo de esvaziamento do meio rural não está associado apenas, e nem principalmente, por falta de terra ou por falta de condições de trabalho, até porque as migrações ocorrem também em regiões dinâmicas e que oferecem oportunidades de trabalho no meio rural. É preciso examinar e entender o duro processo de trabalho na agricultura e o quanto ele dista do ideal de bem-estar do jovem contemporâneo, rural ou urbano, que tem necessidade de interação em contraposição ao isolamento do rural, que quer flexibilidade no trabalho, em contraposição à rigidez das obrigações no campo, que precisam ser executadas independente do tempo e até das condições de saúde do agricultor; que idealiza a vida urbana em contraposição às dificuldades que vivencia no meio rural.

#### UM UNIVERSO DIVERSIFICADO

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza

como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza.

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas, etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label* – agricultores familiares – apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar.

Os agricultores familiares não se diferenciam apenas em relação à disponibilidade de recursos e à capacidade de geração de renda e riqueza. Também se diferen-

ciam em relação às potencialidades e restrições associadas tanto à disponibilidade de recursos e de capacitação/aprendizado adquirido, como à inserção ambiental e socioeconômica que podem variar radicalmente entre grupos de produtores em função de um conjunto de variáveis, desde a localização até as características particulares do meio-ambiente no qual estão inseridos. O universo diferenciado de agricultores familiares está composto de grupos com interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção, que reagem de maneira diferenciada a desafios, oportunidades e restrições semelhantes e que, portanto, demandam tratamento compatível com as diferenças.

O reconhecimento da diferenciação é um ponto chave para a reflexão sobre Desenvolvimento da agricultura familiar em geral e sobre as potencialidades da introdução da agricultura alternativa – seja agroecologia, mercados de orgânicos, circuitos de comercialização curtos, *fair trade*, *from farm to table strategies* – como estratégia de desenvolvimento. Um agricultor familiar do meio-oeste americano pode ser comparado a um agricultor familiar francês ou brasileiro só porque ambos utilizam majoritariamente mão-de-obra familiar no processo de produção? E um agricultor que explora um minifúndio no sertão nordestino pode ser equiparado a um produtor familiar integrado às grandes agroindústrias do País? Será que, de fato, todos atuam segundo uma lógica semelhante e respondem de forma semelhante aos problemas que enfrentam? E se não for assim, qual a serventia de rotulá-los como agricultores familiares? Na verdade, o rótulo tem hoje especialmente valor político: tanto os familiares franceses como americanos, guardadas as proporções das diferenças que os separam, mantêm e cultivam a identidade para fins de barganha política junto ao setor público. No caso brasileiro, com atraso de décadas, a agricultura e os agricultores familiares estão, hoje, inseridos na agenda política do País, ainda que o poder de barganha não reflita sua importância na geração de riqueza e ocupação.

Os agricultores familiares brasileiros têm sido negligenciados pela política pública. Só recentemente, com o lançamento do Pronaf, em 1996, é que começaram a ser reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas relevantes. Até então, mesmo essa identidade diferenciada, característica dos agricultores familiares, estava diluída em várias políticas setoriais – agrícola, combate à pobreza rural, programas integrados de desenvolvimento rural (PDRI), programas de colonização etc. – e em categorias operacionais como a de pequenos ou micro agricultores que eram utilizadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural.

Nos últimos anos, no Brasil e no exterior, os meios empresariais, políticos e acadêmicos ligados à problemática da produção e à comercialização de produtos agroindustriais vêm reconhecendo que a competitividade da agropecuária depende de uma estrutura coordenada de agentes econômicos e sociais que permita que seus produtos sejam transformados e disponibilizados aos consumidores finais em condições adequadas de aquisição e de consumo. Também é consenso que um ambiente institucional favorável e estável é imprescindível para que isso aconteça. A agricultura familiar não está isenta desses condicionantes.

Embora apresente especificidades que a diferenciam de forma importante de outros segmentos da agropecuária nacional, pelo menos uma parte da agricultura familiar brasileira, para sobreviver e expandir-se, deveria estar inserida dentro dessa mesma lógica sistêmica de integração de mercados e de sustentabilidade. A agricultura familiar é parte – frágil, sem dúvida – do agronegócio brasileiro. Há evidências de que o setor mais dinâmico e próspero da agricultura familiar é exatamente aquele que logrou inserir-se em algumas cadeias produtivas regionais e nacionais.

A agricultura familiar pode e deve se integrar às cadeias agroindustriais mais dinâmicas do País. Em alguns casos ela poderia se constituir na base principal da dinamização de subsistemas agroindustriais já

existentes ou na criação de novos subsistemas, neste último caso pensando-se especialmente em nichos de mercado ou em canais alternativos de comercialização. Alternativa, não excludente, é a exploração de nichos de mercados, de potencialidades locais, de produtos orgânicos e artesanais. Deve-se destacar que os “nichos” de ontem vêm se expandindo aceleradamente, e muitos já representam fatias substanciais dos mercados. Por isso, deixaram de ser nichos e hoje atraem a atenção de produtores patronais e até mesmo de grandes empresas.

Tanto a integração com a indústria como a exploração das alternativas demanda a superação de obstáculos importantes nas esferas pública e privada. Entre esses obstáculos destacam-se aqueles do desenvolvimento e do repasse de tecnologias adequadas aos agricultores familiares, capacitação, financiamento, políticas públicas voltadas para a transformação estrutural do setor e outras que serão abordados

adiante. Busca-se, com base nos dados do próprio censo e em estudos pontuais, esclarecer aspectos relevantes sobre as agriculturas familiares do Brasil.

#### A DELIMITAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES

A delimitação do universo dos agricultores familiares tem sido objeto de polêmicas. Como aponta Guanzirolli *et al.* (2001):

*“(...) a escolha de um conceito para definir os agricultores familiares, ou a de critérios para separar os estabelecimentos familiares dos patronais, não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é preciso compatibilizar o conceito e os critérios com as informações disponíveis no Censo Agropecuário do IBGE, sabidamente não elaborados para este fim.”*



Nenhum critério ou metodologia é totalmente satisfatório, e nenhum está livre de certo grau de arbitrariedade. Em geral, o ‘corte original’ – ser ou não ser agricultor familiar – é feito tomando-se, como variável básica, a utilização de mão-de-obra familiar. Que proporção de trabalho familiar caracteriza um agricultor como familiar? A partir de que quantidade de trabalho contratado o agricultor deixa de ser familiar e passa a ser patronal? Qual a importância de fatores como herança cultural, tradições etc.? Todas essas questões são relevantes e despertam polêmicas tão intensas quanto inconclusas.

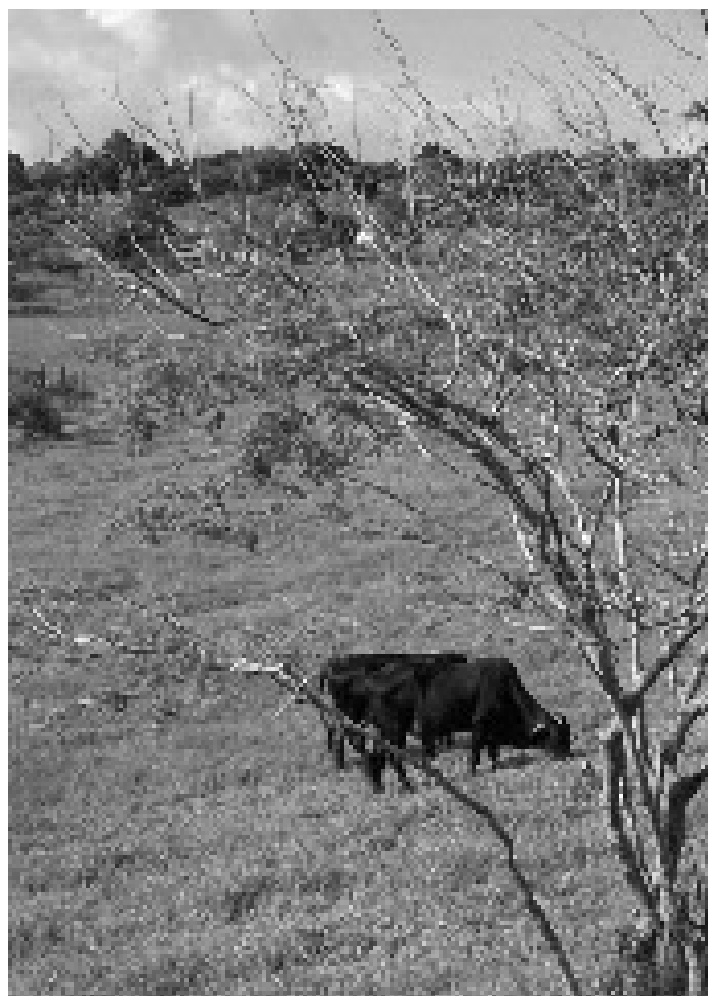
No caso brasileiro, foram classificados como agricultores familiares os estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: (i) a direção do estabelecimento era exercida pelo produtor e (ii) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado. Também se estabeleceu um limite máximo para o tamanho dos estabelecimentos apenas para evitar a inclusão de grandes latifúndios improdutivos no universo de unidades familiares.

A classificação da agricultura familiar, fundada em elementos objetivos, para fins de operacionalizar políticas públicas, se distancia da visão romântica que contrapõe, em termos ideológicos, os agricultores familiares à forma capitalista (patronal) de produção. Na chamada visão romântica, os agricultores familiares o são por tradição e opção, não por imposição. A hipótese de que não buscam a maximização do lucro e sim um conjunto de outros objetivos que incluem desde a preservação do patrimônio para as gerações futuras até a geração de ocupação para os membros da família é tomada como paradigma de uma racionalidade econômica própria, não como o resultado de restrições reais enfrentadas no passado e no presente. Salientam Buainain, Souza Filho e Silveira (2002):

*“(...) daí deriva todo um conjunto – falso, diga-se de passagem – de supostas vantagens éticas, ambientais e sociais da agricultura familiar, que vão desde a ausência de exploração do semelhante até a relação mais harmônica com a natureza.”*

Muitos consideram que a agricultura familiar é um modo de vida, desconhecendo que os modos de vida dos agricultores familiares é bastante diferenciado, de local para local, de grupo para grupo. Desconhecendo-se a importância de fatores culturais e locais na construção de uma identidade de agricultor familiar assumida pelos próprios agricultores, re-futa-se a visão romântica e adota-se, como hipótese, que a maioria dos agricultores familiares se mantém, enquanto tal, em função de restrições que impedem a passagem para a organização patronal da produção, baseada, fundamentalmente, no trabalho assalariado sob gestão direta do proprietário.

A dimensão cultural é importantíssima na conformação da agricultura familiar. Ainda assim, é necessário analisá-la como resultado de um processo histórico no qual interage um conjunto de oportuni-



dades, restrições e alternativas com as quais se defrontam, em cada momento, os agricultores; e que podem tanto potencializar como minar as bases de sustentação dessa forma de organizar a produção. O destino da agricultura familiar não está selado nem pela vontade dos indivíduos nem está pré-determinado pela contínua modernização do agronegócio.

O futuro da agricultura familiar depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala.



## HETEROGENEIDADE E RESTRIÇÕES ENFRENTADAS PELA AGRICULTURA FAMILIAR

A heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil exige a adoção de políticas diferenciadas que não podem se restringir à reedição de modelos de oferta de crédito barato ou serviços de extensão rural ou de oferta de tecnologias supostamente adequadas. Embora ainda existam fortes resistências quanto ao uso do mecanismo de mercado para solucionar várias questões, já se encontra disseminada a visão de que grupos sociais marginalizadas devem ser inseridos competitivamente no novo ambiente de abertura econômica e política. A ideia de assistencialismo tem assumido posição secundária no rol das políticas colocadas em prática. Ênfase maior é dada ao fortalecimento da capacidade produtiva. É desejável combinar instrumentos segundo as diferentes configurações sociais, condicionantes socioeconômicos da região, qualidade da terra, características dos produtores etc. Romper com a lógica de modelos fechados de políticas públicas e desenhar políticas abertas, flexíveis e adaptáveis às particularidades e às demandas das comunidades, é, ao mesmo tempo, alternativa para a superação da ineficiência das políticas públicas e uma meta iniludível para os governos locais.

Os agricultores familiares enfrentam vários pontos de estrangulamento para manter os sistemas produtivos: exigência de investimentos continuados, requerimento de capital de giro, crescente insuficiência de mão-de-obra, dificuldades para acompanhar o processo de inovação, deficiência de gestão – tanto da propriedade como do sistema no qual estão inseridos –, deficiência de informação e de conhecimento/experiência dos mercados; restrição de terra, recursos genéticos com nível de qualidade inadequados para enfrentar as novas exigências do mercado, entre outros. Essas restrições explicam as dificuldades enfrentadas pelo segmento para se consolidar e expandir de forma sustentável. Mas mui-

tas destas restrições explicam, inclusive, a própria reprodução da agricultura familiar. De fato, muitas famílias que lograram superar algumas das restrições ampliaram seus negócios, adquiriram mais terras, contrataram mão de obra assalariada e hoje são líderes do chamado agronegócio. Deixaram de ser familiares, pela classificação oficial, embora mantenham a mesma cultura de origem, estão à frente dos seus negócios, amam suas propriedades e cultivam os valores e tradições familiares que tinham quando eram agricultores familiares. Paradoxo?

À medida que os sistemas – convencional ou alternativos – tornam-se mais complexos e integrados aos mercados agroindustriais, aumenta a exigência de mão-de-obra tanto para o trabalho rural propriamente dito como para o trabalho de gestão do negócio. Nos sistemas tradicionais, o tempo dedicado às tarefas de gestão sequer é computado, pois, além de pequeno, tende a ser executado nos momentos de baixa demanda de trabalho rural. Nos sistemas mais avançados, inclusive os alternativos, as atividades de gestão ganham relevância e, não raramente, são até mais importantes – e nobres – do que o trabalho rural, e não é possível esperar o período de baixa demanda em uma área/atividade para ocupar-se de outra. Os calendários de demanda por mão-de-obra para as atividades rurais competem com a demanda de tempo para a gestão. A falta de tecnologia de gestão agrava a competição por tempo e o problema da insuficiência de mão-de-obra.

A grande maioria dos agricultores familiares tem ficado à margem do processo de inovação que poderia responder à insuficiência de mão-de-obra. Isso se deve a duas causas básicas: uma, de extrema importância, é a falta de financiamento para investimentos; outra, a relativa inadequação de muitas tecnologias às necessidades da agricultura familiar. É preciso ficar claro que a inadequação tecnológica não se deve a um problema de geração de tecnologia adequada, como muitos parecem crer; ao contrário, do ponto de vista técnico, adaptar tecnologia poupadora de mão-de-obra às condições dos agricultores familia-

res seria algo trivial e sem qualquer problema. Tal fato não ocorreu na dimensão desejada porque a agricultura familiar não se constituiu em mercado relevante para os fabricantes e fornecedores de tecnologia e serviços de apoio agropecuário.

O primeiro entrave não é, pois, a indisponibilidade de tecnologia adequada, mas a ausência de mecanismos de financiamento que transformem a agricultura familiar em um segmento do mercado suficientemente relevante para estimular a produção e a oferta de tecnologia e serviços para esse segmento do mercado. Essa mesma restrição pode se manifestar em relação à prática da agricultura alternativa – e deveria ser objeto de consideração da política. Mas o financiamento não é, em muitos casos, o entrave mais importante: custo de manutenção, rede de serviços técnicos, custo e viabilidade da própria utilização podem ser até mais decisivos do que o financiamento na decisão de inovar ou não.

Um conjunto de restrições, às vezes marginais em relação aos recursos disponíveis, impede que um grande número de produtores explore sistemas de produção potencialmente viáveis. Essas restrições dizem respeito tanto ao investimento inicial necessário para entrar no sistema como ao capital de giro para se manter inserido no mercado. A falta de insumo-chave impede que um conjunto de produtores adote sistemas mais dinâmicos e com potencial para elevar o nível de renda e bem-estar das famílias.

#### DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA ALTERNATIVA

Ganhou destaque, em período recente, a concepção de desenvolvimento territorial como uma resposta ao fracasso e/ou pequenos resultados alcançados ao longo das últimas três décadas de implementação de políticas de combate à pobreza rural e de desenvolvimento rural. Em termos gerais, o enfoque chama a atenção para a necessidade de tomar o território rural, com toda a sua complexidade, como espaço

diversificado, porém único, de ações de promoção do desenvolvimento. Nas versões mais “radicais”, o território, por meio de organizações sociais representativas dos vários interesses que disputam e compartilham o uso dos recursos e a apropriação do espaço rural, é também sujeito do desenvolvimento. É como se o território ganhasse personalidade própria, com interesses e racionalidades particulares que se sobrepõem aos interesses e racionalidades dos agentes individuais.

Não se trata aqui de discutir a validade desta abordagem, suas vantagens e desvantagens, tanto do ponto de vista conceitual quanto do ponto de vista operacional. O intuito é refletir sobre a importância do território para a promoção da agricultura agroecológica. A questão fundamental é saber em que nível a política pública deve operar: micro ou territorial? A seguir, alguns pontos relevantes sobre essa questão. Um primeiro ponto diz respeito à própria definição e delimitação geográfica do território rural. Por si só, esse assunto demanda atenção e gera controvérsias até o momento inconclusas. Como definir ruralidade? O comum é definir o rural em oposição ao urbano; é identificar urbano como cidade. As concepções de território rural buscam romper com essa dicotomia, tida como artificial, entre urbano e rural, como se a aglomeração populacional em cidades eliminasse, de forma automática, a natureza rural do território.

A questão que se coloca – de forma conceitual, não operacional –, determinando por restrições de informação e por critérios políticos espúrios, é qual o limite entre o espaço rural e o espaço urbano? Ou seja, quando o espaço urbano, que vai se criando no território rural, deixa de ser parte do espaço rural e ganha autonomia e vida própria? É o tamanho da cidade que define a sua ruralidade? São as atividades fundamentais e os valores culturais da população que a sustentam? Cidades cujo impulso depende de atividades rurais seriam rurais; e aquelas que ganharam impulso próprio deixam de ser rurais? Tradicionalmente as atividades rurais são identificadas com

a agropecuária. Em termos mais genéricos, com a exploração dos recursos naturais. A nova abordagem também rompe com essa ideia e considera rurais as atividades vinculadas ou não à agropecuária, executadas no meio rural. Volta-se, portanto, à indefinição conceitual inicial. Talvez seja o caso de refletir sobre a possível artificialidade de eleger o território como elemento-chave para retomar uma visão – boa, por sinal – mais abrangente e articulada de ações de promoção de desenvolvimento.

O desenvolvimento se dá sempre em algum território cujas características condicionam e são transformadas pela economia, sociedade, composição e ação dos agentes (devendo ser consideradas as prioridades). O território, enquanto espaço privilegiado e especial para a promoção de desenvolvimento, é definido a partir de identidades que se materializam em ativos comuns, indivisíveis, e que não podem ser explorados na ausência de algum tipo de compromisso entre os vários agentes interessados. Entre esses agentes, podem estar grandes e pequenos agricultores, sindicalistas patronais e trabalhistas, ONGs vinculadas a vários temas, igrejas, empresas. É artificial reduzir os agentes aos menos favorecidos e excluir os demais, como vem sendo feito em experiências recentes de promoção do desenvolvimento territorial em países da América Latina. Existe evidente e inevitável assimetria entre esses agentes, que têm interesses em jogo com magnitude diferente. Essas diferenças devem ser identificadas e analisadas em toda sua complexidade: motivações, racionalidade e incentivos definidos a partir dos interesses concretos; não por princípios ideológicos abstratos e magnitude dos ativos em jogo. É essencial estabelecer mecanismos de governança efetivamente democráticos e participativos para explorar todas as alternativas de utilização dos ativos comuns que definem o território. Nem sempre será possível concertar todos os interesses contraditórios, mas estratégias fundadas em decisões de cima para baixo – que em vez de reduzir os conflitos e potencializar as convergências tentam impor artificialmente as prioridades – estão conde-

nadas ao fracasso. Para tanto, a despolitização desse espaço e o respeito pelas diferenças e divergências tornam-se imprescindíveis. Efetivamente a participação é importante, mas os mecanismos decisórios e operacionais não podem ficar paralisados devido aos impasses criados pelos conflitos que eclodem nos grupos.

O trabalho no território deve ter como eixo a exploração dos ativos comuns. Alguns desses ativos são dádivas da natureza; outros precisam ser construídos. Como exemplo, as Denominações de Origem Controlada (DOC) utilizadas pelos produtores de vinho na Europa. São construções dos próprios produtores, e não tem nada que ver com a natureza. Toda a região se beneficia do sucesso de uma DOC, ou por meio da geração de emprego e renda ou por atração de turistas, mas os responsáveis pela administração da DOC são os produtores que fazem parte dos consórcios, e não toda a população. Assim, os produtores tornam-se os maiores interessados e, por isso, não cedem o poder de decisão para outros segmentos sociais importantes, cujos interesses não estejam diretamente associados à gestão da DOC. A abordagem do território como espaço/dimensão de exploração de ativos comuns implica o reconhecimento da multiterritorialidade e da transitoriedade dos territórios. A multiterritorialidade refere-se à possibilidade de superposição de vários territórios em uma mesma base geográfica. É necessário pesar as vantagens e desvantagens de se tentar unificar, artificialmente, os vários territórios superpostos, ignorando as especificidades, os interesses e os incentivos de cada um. Isso não implica que não seja necessário construir instâncias de encontro dos vários territórios, onde os eventuais conflitos de interesse possam ser debatidos e soluções possam ser adotadas. Nesta visão, o território não se define apenas pela jurisdicionalidade sobre uma região, e sim pela convergência de interesses em torno de coisas comuns. A transitoriedade está associada à própria natureza do ativo comum a ser explorado e gerido pela comunidade. Em alguns casos, como o de uma denominação

de origem controlada (DOC) o ativo comum é duradouro, multigeneracional; em outros, pode ser transitório, o que não lhe retira a importância.

Um ponto central – e talvez polêmico – é que território não pode ser definido por governo, mas por fatores que unem pessoas, agentes e instituições em torno de objetivos comuns.

A promoção dos princípios da agroecologia entre os agricultores familiares tem duas dimensões: uma micro, que se refere à unidade de produção; e outra mais ampla, seja local, meso ou regional. A transição é uma decisão micro, do produtor; e a aplicação de muitos princípios da agroecologia pode ser levada adiante, independente das ações do vizinho. Para exemplificar, um produtor pode aplicar, sem qual-



quer problema, um programa de rotação de culturas, diversificação do sistema produtivo, consórcio agricultura-pecuária. No entanto, a restauração do equilíbrio do agroecossistema não pode se dar sem a concorrência do conjunto de produtores. De nada adianta, no contexto de um programa ecológico de controle de pragas e de elevação da produtividade de frutas, uma unidade não utilizar inseticidas que reduzem a presença de insetos, pássaros e que contaminam a água do riacho que corta a propriedade se o produto é usado pelos demais vizinhos. O mais provável é que o produtor perca as defesas propiciadas pelo inseticida sem nenhum ganho, já que a natureza no entorno continuaria “detonada” e sem condições de combater as pragas por si só e polinizar

as fruteiras com a intensidade requerida para elevar a produtividade. No caso da agricultura familiar, isso é ainda mais verdadeiro: os estabelecimentos são pequenos, e os benefícios da aplicação, isolados dos princípios da agroecologia, tendem a ser limitados.

No Brasil, ainda não há instrumentos apropriados para promover nem a conversão das unidades de produção nem da paisagem. São necessários programas bem mais ambiciosos, como o de manejo de bacias hidrográficas e o de espaços territoriais bem demarcados, como as várzeas. Para tanto, é preciso combinar incentivos micro com a gestão de externalidades, coisa que não é fácil, mas também não é impossível.

O corolário da visão apresentada acima é que, no contexto atual, as políticas públicas devem estar fundamentadas na exploração de incentivos micro – para promover a transição agroecológica – e na aplicação da legislação ambiental como mecanismo de gestão da paisagem. Apenas em alguns “territórios” será possível aplicar programas mais abrangentes, como o de microbacias, mais ambiciosos e voltados à reestruturação da própria paisagem.



MARGINALIZAÇÃO E MECANISMOS

# AGRICULTUR FAMILIAR EM MOÇAM



# DE INTEGRAÇÃO/RESISTÊNCIA DA A BIQUE

## João Mosca

*Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural. Docente da Universidade Politécnica de Moçambique e pesquisador no Observatório do Meio Rural, Maputo. joao.mosca1953@gmail.com*

A agricultura familiar<sup>1</sup> em Moçambique e na maioria dos países a África subsariana, constitui a actividade económica que ocupa grande parte da população, podendo, em alguns casos, alcançar mais de 75% dos cidadãos.

Os sistemas de produção “tradicionais” sofreram, ao longo de décadas, diferentes níveis de transformação em consequência da intensidade do capital, sobretudo o comercial e o da extracção de recurso naturais. A urbanização, motivada por diferentes razões, económicas e não económicas, tem provocado êxodos rurais de diferentes dimensões, sem que fosse acompanhado da transformação estrutural, que permitisse o aumento da produção e produtividade, para suprir a demanda de alimentos das cidades, o que é agravado por taxas de crescimento populacional geralmente elevadas.

Grande parte dos governos não tem optado por políticas que favoreçam a agricultura. Em consequência, os níveis de pobreza permanecem elevados durante décadas. A insegurança alimentar e a necessidade de ajuda alimentar são cíclicas em função das mudanças climáticas, sendo África das zonas de maior risco. Os países africanos possuem os piores índices de desenvolvimento humano. Os mecanismos de dependência económica fazem persistir, no essencial, as estruturas económicas e sociais ao longo de séculos.

A FAO tem alertado para cenários futuros de escassez de alimentos à escala mundial e a correspondente subida dos preços, colocando os países e as populações de rendimentos baixos em grande vulnerabilidade de pobreza e fome. As Nações Unidas, declara-

---

<sup>1</sup> Os conceitos de agricultura familiar, produtores de pequena escala e camponeses, embora com matizações conceptuais, são neste texto considerados indiferentemente, como sinónimos.

ram 2014 como o ano internacional da agricultura familiar. O Director-geral da FAO declarou num discurso nas Nações Unidas onde referiu:

*Necessitamos reposicionar a agricultura familiar de forma que ocupe um lugar prioritário nos programas nacionais e regionais.*

*... nada se assemelha mais ao paradigma da produção alimentar sustentável que a agricultura familiar. Os agricultores familiares desenvolvem habitualmente actividades agrícolas não especializadas e diversificadas que lhes outorga um papel fundamental na garantia da sustentabilidade do meio ambiente e na conservação da biodiversidade.*

Algumas iniciativas têm surgido para incentivar a produção agrícola em África. Todas elas assentam no paradigma da modernização da agricultura com intensificação de sistemas de produção, em geral desadaptados dos sistemas de produção e das lógicas reprodutivas económicas e sociais dos destinatários, os camponeses. Muitos governos nacionais têm recebido estas iniciativas com entusiasmo, na expectativa de entradas de capitais e da criação do capitalismo agrário, em muitos casos beneficiando-se as elites de que fazem parte.

Estas realidades são todavia mais acentuadas em países ricos em recursos naturais, onde se têm verificado conflitualidades políticas e sociais, maiores níveis de desigualdade social em desfavor do meio rural e dos camponeses, maiores êxodos rurais e défices alimentares crescentes.

Este artigo aborda a marginalização dos camponeses em Moçambique em diferentes contextos políticos e económicos conforme a evolução recente do país. Refere de que forma a marginalização se verifica, sobretudo com ênfase para as políticas e opções em contexto dos modelos de desenvolvimento experimentadas. Faz-se uma breve descrição dos resultados dessas políticas e apontam-se alguns mecanismos de resistência e integração dos camponeses face à adversidade das políticas.

## MARGINALIZAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES

Os pequenos produtores foram sistematicamente secundarizados ou mesmo marginalizados. Imediatamente após a independência e num ambiente de implantação radicalizada da socialização do meio rural, pode-se ler em Mosca (2011:84): “As críticas fundamentam-se, principalmente, afirmando que o apoio à produção agrária de pequena escala, fomentava o desenvolvimento da produção individual, cujos camponeses se poderiam transformar em capitalistas, tal como acontecera com os *kulaks* em alguns países africanos. Este apoio, chegou a ser considerado reaccionário, conforme refere Negrão (2001: 57. Segundo Casal (1991: 64), estas críticas surgiram também do mais alto órgão do Partido em 1978: o relatório do órgão máximo da FRELIMO entre duas reuniões do Comité Central ao CC da FRELIMO, na sua 4ª sessão, “chama à atenção para os ‘desvios chauvinistas dos socialismos específicos’, rejeitando a ideia de que possa existir um socialismo africano ou um socialismo moçambicano”.

No contexto de então e segundo a concepção teórica aplicada de forma radical na ex-URSS leninista (que a famosa Nova Política Económica - NEP procurou corrigir), e a composição de classes numa sociedade socialista, os camponeses eram considerados uma classe social em transição para operários agrários, tanto nas cooperativas como nas empresas estatais. Portanto, a prazo, deixaria de haver camponeses individuais proprietários de terras e de meios de produção (capital). Eram considerados individualistas e sistemas políticos assentes no paradigma colectivista.

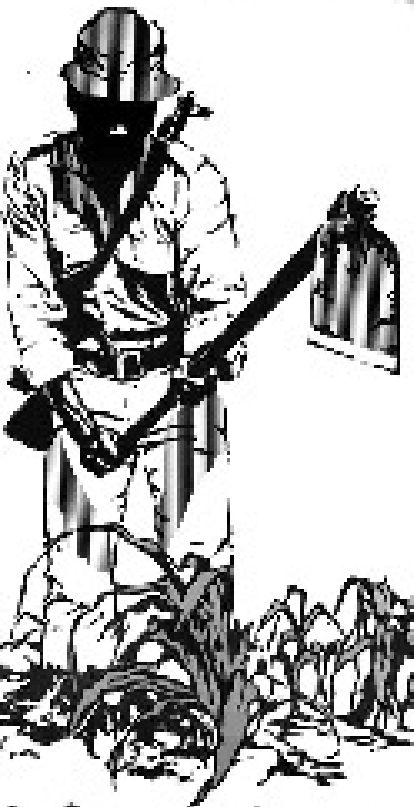
A marginalização do campesinato continuou após as reformas económicas<sup>2</sup>. Assistiu-se a uma tenta-

2 Moçambique adoptou a partir de 1997, um Programa de Ajustamento Estrutural semelhante aos praticados pelas Instituições de Bretton Woods. Para uma leitura sobre este programa em Moçambique, veja Mosca (2005).

Marrupa  
20 de Junho a 23 de Junho  
MOÇAMBIQUE



FRELIMO



## 1º seminário nacional de agricultura 1975

tiva de integrar perversamente os pequenos produtores na economia, sobretudo através da extracção de excedentes exportáveis e para abastecimento das cidades e na concepção de desenvolvimento com base em cadeias produtivas, que asseguram a transferência de recursos do campo para a cidade e para o exterior. Nestas circunstâncias, os camponeses constituem um grupo de produtores funcionalmente articulados com o padrão de acumulação do capital comercial (mercados interno e externo), que extrai os excedentes a preços baixos, e cujos termos de troca são, a prazo, desfavoráveis para os pequenos produtores, afectando negativamente os níveis de rendimento monetário<sup>3</sup>.

No caso das zonas mineiras, já na primeira década deste século, o fenómeno é semelhante. Nestas zonas, é possível sugerir outros tipos de funcionalidades, como a seguinte: a competitividade das empresas

mineiras está assente, em parte, nos salários baixos dos trabalhadores sem ou com baixa qualificação. A elevação da produtividade e dos rendimentos dos camponeses (base social de recrutamento de trabalho não qualificado para as minas), fará elevar o custo de oportunidade do assalariamento, forçando o aumento do salário. Se assim acontecer, a estrutura dos custos de exploração pode alterar-se, comprometendo a competitividade do sector, ou forçando a realização de investimentos em tecnologias mais intensivas em capital. Logo, a manutenção de rendimentos baixos dos camponeses, faz parte da competitividade da exploração mineira. Alternativamente, o recrutamento de mão-de-obra pode deslocar-se para as zonas de menor produtividade agrícola, originando fenómenos migratórios de curta e média distância, mais estabilizadas, embora que com custos mais elevados de alojamento, transportes entre outros custos de transacção<sup>4</sup>.

Os recursos do orçamento do Estado (de funcionamento e de investimento) de cerca de 4% do PIB entre 2000 e 2010, os volumes de investimento privado (nacional e estrangeiro) inferior a 8% do total de investimento realizado na economia no mesmo período e o volume de crédito bancário<sup>5</sup>, dos subsídios<sup>6</sup>, a estruturação de um tecido empresarial ou

3 O trabalho de Mosca, Matavel e Dadá (2013), revelam, para o caso de província de Manica, que grande parte dos produtos alimentares produzidos pelos pequenos produtores, obtêm rendimentos médios inferiores comparativamente com a opção do assalariamento auferindo o salário mínimo na agricultura (cerca de 80 dólares americanos). Significa que, caso existam oportunidades de emprego, existirá a preferência pelo assalariamento e abandono da actividade agrícola, de pelo menos um elemento do agregado familiar.

4 São conhecidos e estudados os fenómenos migratórios da Alta Zambézia para as grandes plantações da zona centro do país.

5 Mosca, Matavel e Dadá (2013:20), com base nos censos agrários de 2000 e 2010, revelam que, em 2000, apenas 4% das explorações agrícolas tinham tido acesso a crédito e que, em 2010, esta percentagem decaiu para cerca de 2,4%.

6 Veja Mosca, Amreén e Dadá (2014).

instituições públicas de prestação de serviços à agricultura (venda de insumos, mecanização, assistência técnica, manutenção de infra-estruturas produtivas, por exemplo de regadios e de comercialização), a liberalização dos mercados sem cuidados de forma a atenuar as distorções, os acessos e as assimetrias de informação, entre outros aspectos, colocam os pequenos produtores em situações difíceis para a realização e venda da produção, para a inovação e modernização dos sistemas de produção, para a transformação estrutural do campesinato, para assegurar termos de troca que não façam decair o poder de compra das famílias que têm a agricultura como a principal fonte geradora de rendimentos.

A iniciativa de atribuição de fundos para investimentos locais através do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) – os vulgos 7 milhões –, pode ter grandes virtualidades. Pode permitir o acesso a recursos financeiros de forma mais expedita, incentivar pequenos empreendimentos, gerar emprego, melhorar o rendimento das pessoas e criar alguma riqueza local. No entanto, têm-se verificado deficiências e desvios na aplicação dos fundos, o que produz e efeitos contraditórios<sup>7</sup>.

Estes aspectos, têm provocado alguns sinais de uma transformação regressiva da produção e das condições de vida dos camponeses. Entre os anos 2000 e 2010, segundo os censos agro-pecuários, são detectáveis as seguintes tendências (Mosca, Matevel e Dadá: 2013:15-17):

- Não aumento ou mesmo redução da produtividade por hectare de alguns produtos alimentares.
- Menor acesso a recursos (por exemplo, crédito e extensão rural)
- Aumento dos chefes de exploração que não sabem ler nem escrever e a conseqüente redução dos chefes de exploração que tenham algum nível de escolaridade. Ainda que a percentagem dos homens que chefiam explorações que não sabem ler nem escrever tenha aumentado, a maior percentagem dos homens chefes de explorações tem algum nível de escolaridade, o que não se verifica

para as mulheres. Pode sugerir-se que os chefes de exploração com alguma escolarização estão saindo da actividade agrária.

- Existiam em 2010 mais explorações chefiadas por mulheres. Ainda que a percentagem de explorações chefiadas pelos homens tenha baixado na última década, estes continuam a chefiar maior parte das explorações. Este resultado, parece ser coerente com a verificação de que, com uma maior ocupação dos homens em outras actividades, as mulheres responsabilizam-se pela exploração agrícola.
- A persistência da pobreza, tanto em percentagem da população pobre como no aumento do número de pobres devido ao efeito demográfico (veja mais adiante).

Pode afirmar-se que existe um processo de feminização da chefia das pequenas explorações, uma redução do factor trabalho por unidade de exploração e em particular daquela com alguma escolarização. O principal factor de produção da produção agrícola de pequena escala (por família), fica assim reduzido, quantitativa e qualitativamente, com conseqüência inevitáveis sobre a produção e produtividade. Estudos indicam que a elevação da escolaridade no meio rural não tem tido reflexos significativos na produção e produtividade agrária<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> O programa dos “7 milhões” enquadra-se na descentralização administrativa e financeira do Estado. Afecta recursos orçamentais ao nível distrital para financiamento de pequenas iniciativas de negócio local. As principais críticas sobre a atribuição destes fundos são as seguintes: (1) inicialmente não existiram critérios precisos sobre a utilização do OIIL; (2) baixo reembolso dos créditos concedidos; (3) os recursos nem sempre são utilizados para os fins a que se destinam, (4) a transparência na atribuição dos fundos foi objecto de muitas críticas em vários locais e momentos; (5) utilização dos fundos para a geração de relacionamentos de fidelização partidária, caciquismos e instrumento de campanha eleitoralista e propaganda política.

<sup>8</sup> Francisco (2012), Kaponde (2012) ambos para o caso de Angola e Mosca e Dadá (2013) num estudo sobre Moçambique, revelaram que o efeito da escolarização no meio rural não é significativo.



Vários documentos oficiais (por exemplo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário - PEDSA e o Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário - PNISA), nos princípios desta década, referem-se aos agricultores emergentes como uma das opções de integração do pequeno produtor no mercado e aumento da produtividade. Esta opção surge associado às cadeias de valor e à subcontratação<sup>9</sup>. Está-se em presença de uma alteração fundamental sobre a transformação da pequena produção (relativamente à fase imediatamente após a independência), agora para pequenos empresários capitalizados, integrados de um modo subordinado ao capital agrário. Porém, esta opção não permite integrar a grande maioria dos camponeses, marginalizando-os, com consequências sobre a pobreza, auto-emprego e os níveis de rendimento das famílias.

A não ou fraca intervenção do Estado com políticas que procurem alterar a competitividade intersectorial e regional, tem provocado uma redução da produção alimentar por habitante durante décadas<sup>10</sup>. A produtividade por hectare, na maioria dos produtos alimentares, tem permanecido muito baixo ao longo de décadas. A dimensão média por exploração não tem experimentado alterações fundamentais e as tecnologias permanecem semelhantes ao longo de décadas (Mosca, 2011). As importações e a dependência alimentar aumentam reflectidas no crescente défice da balança comércio alimentar.

<sup>9</sup> O que confirma o explicitado no texto de De Morias (2014), acerca da preferência pelos médios agricultores nos regimes de subcontratação.

<sup>10</sup> Mosca (2014), afirma: “As duas linhas de tendência relativas aos 50 anos observados, revelam uma queda da disponibilidade de alimentos por habitante entre 1961 e 2012”.

**Está-se em presença de uma alteração fundamental sobre a transformação da pequena produção (relativamente à fase imediatamente após a independência), agora para pequenos empresários capitalizados, integrados de um modo subordinado ao capital agrário.**

Além das diferenças políticas e ideológicas acerca do papel e evolução dos camponeses, a essência da política económica mantém-se: (1) a terra permanece estatal, mesmo considerando os direitos consuetudinários previstos na Lei de Terras; (2) os sistemas de produção (estrutura/composição produtiva, tecnologia e divisão social do trabalho no seio da família) não foram alterados; (3) os níveis de produtividade por hectare decresceram em muitos produtos; (4) a relação subordinada e dependente do camponês nos mercados permanece; (5) a transferência de recursos e os respectivos canais são semelhantes; e, (5) os principais instrumentos de política económica continuam sendo adversos ou não favoráveis ao sector agrário e em particular aos pequenos produtores.

**POLÍTICA OU A “POLÍTICA DE NÃO TER POLÍTICA”**

Ao longo de décadas, tem havido “inabilidades” no estabelecimento de estratégias e de acções que promovam os pequenos produtores para o aumento da produtividade, da capacidade produtiva (introdução sustentada de inovações tecnológicas e utilização de maiores quantidades de factores, sobretudo da terra e de capital) e de oferta de serviços (serviços técnicos, oferta de insumos, mercados de venda da produção, crédito, etc.), para que a agricultura de pequena escala seja uma fonte de rendimentos competitiva com outras actividades. Pode questionar-se, se essas inabilidades resultam de incapacidades institucionais ou de ideologias adversas ao pequeno produtor, con-

trapondo-se com a promoção de médios agricultores e dos “agricultores emergentes”, o investimento do capital comercial e industrial de médias e grandes empresas, sobretudo nas produções exportáveis. A dispersão física (*habitat* rural disperso), o nível educacional, a capacidade de investimento e de obtenção de crédito, entre outros aspectos que exigem estudos socioeconómicos<sup>11</sup> e de outras áreas de conhecimento, são apontados como dificuldades na promoção da agricultura de pequena escala. As acções e decisões relacionadas com os camponeses, integram-se no princípio da criação e/ou elevação das funcionalidades com a economia e outras actividades, integrado num padrão de acumulação centrado em outros sectores e, sobretudo, no exterior.

Em Moçambique, sempre se concebeu a transformação do campesinato de cima para baixo, através de medidas políticas e administrativas (cooperativização, estatização e aldeias comunais), ou através da promoção de pequenos “agricultores emergentes” por via do mercado (serviços e comercialização de excedentes, subcontratação), por meio da introdução de pacotes tecnológicos (por exemplo, a revolução verde) ou de culturas (algodão, tabaco, gergelim,

<sup>11</sup> Pode verificar-se, através dos resultados de pesquisa e de projectos de investigação existentes em diferentes instituições públicas de investigação, uma quase completa inexistência de estudos nas áreas das ciências sociais, indispensáveis para a compreensão do meio rural e para o estabelecimento de políticas ajustadas.

entre outras). Isto é, a transformações surgidas nos discursos com ou sem aplicação, implicaram ou poderiam ter implicado rupturas mais ou menos profundas com os sistemas de produção dominantes, nos equilíbrios sociais dentro das famílias e nas comunidades, e existirem práticas agrícolas agressivas com o ambiente<sup>12</sup>. Este aspecto é certamente

---

12 Vários estudos, como por exemplo o mais recente da Universidade Eduardo Mondlane (2013), indicam a sobreexploração da florestal praticada pelas comunidades em determinadas condições. Por exemplo, em situação de pobreza, a venda de material lenhoso, carvão vegetal, estacas para a construção, etc., constitui uma fonte adicional de rendimentos, o que pode significar cortes de árvores acima do potencial produtivo da floresta. Ou, quando existe, por razões forçadas (conflito armado, calamidades naturais, reassentamentos devido à exploração mineira, etc.), uma elevada concentração de população em determinadas zonas que podem provocar uma sobre exploração de recursos, considerando as tecnologias utilizadas e os padrões de consumo.

uma das razões do limitado êxito de algumas medidas adoptadas em diferentes momentos.

Não existiram nem existem concepções de transformação do campesinato supondo melhorias de produção e produtividade, volume de trabalho, possibilidades financeiras tecnologias demonstradas em produção de pequena escala, adoptadas e integradas nos sistemas de produção, com o objectivo de alcançar os objectivos pretendidos pelos produtores. O objectivo do governo em aumentar a produção e produtividade pode não estar alinhado com o que os camponeses pretendem, por exemplo, redução de riscos, redução do volume e da penosidade do trabalho, melhorar o equilíbrio da dieta alimentar, obtenção de renda monetária e equilíbrios com o objectivo da auto-suficiência e segurança alimentar, estabelecer equilíbrios entre o uso e a conservação dos recursos naturais (terra, água, pastagens naturais, florestas, etc.), entre outros aspectos.

Esta opção exige mudanças significativas nas prio-



ridades e nas formas de actuação da administração pública, isto é, uma administração de prestação de serviços que correspondam com as necessidades e desejos dos camponeses através de métodos participativos. Exige que o sistema de ensino forme técnicos habilitados a trabalhar, aprender e formar camponeses e, sobretudo, que possuam os instrumentos metodológicos que permitam estudar a complexidade socioeconómica dos produtores para, a partir dessas realidades, se elaborarem programas que alcancem os objectivos dos camponeses. Implica mudanças nos currícula das escolas de agricultura aos diferentes níveis e novos métodos de fazer pesquisa.

Se esta metodologia não for respeitada, corre-se o risco do campesinato adoptar múltiplas formas de resistência às mensagens provenientes de cima para baixo, através das burocracias do Estado ou de outras organizações. Por exemplo, quando se subsidia o fertilizante ou linhas de crédito para sua utilização em determinadas culturas não priorizadas pelos camponeses e agricultores de média dimensão, estes poderão “desviar” os insumos e o capital para outras produções priorizadas no quando dos objectivos da economia familiar ou do médio produtor<sup>13</sup>. A resistência pode assumir formas mais activas como greves, barricadas que impedem a passagem de comboios transportando recursos naturais ou a entrada de trabalhadores numa mina, ou contra a usurpção de terras dos camponeses. Ainda a queima de plantações de projectos florestais que implicaram reassentamentos populacionais e não respeito pelos direitos consuetudinários das comunidades.

O exposto nos parágrafos anteriores revela as mudanças repentinas de modelos económicos com suportes políticos e ideológicos muito diferenciados e implementados de forma radicalizada. Primeiro, uma tentativa de implantação de uma sociedade e econo-

mia socialista em contexto de subdesenvolvimento e conflitualidade militar, seguido do ajustamento estrutural “a la IBW” severo e, finalmente, com a emergência de um capitalismo periférico de natureza populista e com mercados selvagem. Nestes contextos, as políticas e a gestão macroeconómica foram, no fundamental, sistematicamente “não amigas” dos camponeses. As taxas de câmbio sobrevalorizadas, o repentino desarmamento alfandegário da importação de bens alimentares da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a baixa alocação à agricultura do orçamento público, a ausência de políticas de preços e mercados, os subsídios de pequeno montante, inconstantes no tempo, desarticulados entre si e incoerentes quanto aos objectivos, são apenas alguns exemplos.

No que respeita às opções políticas, a questão é saber se as ideologias dominantes optaram por políticas adversas de forma consciente ou se a política será mesmo a de não ter política agrária. O paradoxo ou incongruência aparente destas opções, encontram explicações quando se conhece a natureza do poder moçambicano desde, pelo menos, há 25 anos. Um poder caracterizado pela prática de políticas assente em recursos da cooperação ou, mais recentemente, de priorização do investimento directo estrangeiro em recursos naturais e outros produtos primários de exportação, reforçando a secundarização dos agentes económicos nacionais e do mercado interno doméstico, com pouca geração de emprego e de valor acrescentado no país. Este padrão de crescimento, configura um padrão de acumulação centrado no exterior em multinacionais e na elite directamente e indirectamente relacionada com o poder. Uma elite que detém o poder e dele se utiliza para a obtenção de rendas e a formação de grupos económicos aliados ao capital externo, reforçando os mecanismos de reprodução da dependência e do subdesenvolvimento. Consequentemente, os camponeses não fazem parte das engenharias das alianças económicas. Porém são os camponeses o grupo social eleitoralmente maioritário. Assegurar, a fidelidade eleitoral

<sup>13</sup> É conhecido o caso do Chókwe, onde fertilizantes e linhas de crédito destinados ao cultivo do arroz, foram utilizados na produção de tomate e outras hortícolas, por serem estas as que maiores rendimentos propiciavam aos produtores.

a um partido que está no poder há quase 40 anos e que possui uma elevada implantação no território, capacidade de propaganda e pressão social, é facilitada devido ao contexto de pobreza, baixa formação e informação, e pouca prática da cidadania. O custo de voto é baixo, traduzindo-se em medidas económicas de curto prazo de acordo com os ciclos políticos de uma democracia recente e plena de distorções, algumas das quais construídas como garante para a sustentação do poder.

## RESUMO

Em resumo pode afirmar-se que a agricultura familiar tem sido marginalizada por razões diversas. A produção de alimentos por habitante tem decaído em várias épocas o que é compensado com importações pagas maioritariamente por donativos e/ou recursos das receitas das exportações não tradicionais, os recursos minerais e as *commodities* primárias. Esta realidade, quando prolongada no tempo, gera mecanismos de reprodução da pobreza e da dependência alimentar.

A não priorização ou secundarização da agricultura familiar que realiza mais de 90% da produção alimentar pode parecer paradoxal. Porém, são encontradas coerências quando se entendem as lógicas do poder, que prioriza as opções de políticas públicas em função dos sistemas de alianças políticas e económicas e da configuração de grupos de interesse utilizando o Estado como instrumento.

A solução do problema alimentar nos países pobres passa, em primeiro lugar, por opções de modelos de desenvolvimento respeitadores das realidades económicas e sociais dos agentes económicos e das sociedades, pela utilização dos rendimentos dos recursos naturais para assegurar níveis adequados de soberania alimentar. Se for aceite que o Estado, o capital e os mercados, por si sós, não são suficientes para estes objectivos serem alcançados, resta à sociedade civil, de diferentes naturezas, formada e informada, a responsabilidade de lutar pelo futuro das próximas gerações.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASAL, Adolfo Yáñez. 1991. “Discurso socialista e camponeses africanos: Legitimação político-ideológica da socialização rural em Moçambique (FRELIMO, 1965-1984). *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.os 14 e 15, pp. 35-75.
- DE MORAIS Isabela Nogueira. 2014. “Prosavana e os riscos omitidos da produção sob contrato”. Em *Aspectos da competitividade e transformação do sector agrário em Moçambique*, coordenação de Joao Mosca. Escolar Editora. Lisboa. No prelo.
- FRANCISCO, Delfina. 2012. *Caracterização socioeconómica dos pequenos cafeicultores de Amboim*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.
- KAPONDE, Nascimento. 2012. *Importância actual do café no rendimento dos pequenos produtores na região de Amboim, Kwanza-Sul, Angola*. Tese de Mestrado em Economia Agrária e Sociologia Rural. Universidade Politécnica. Maputo.
- MOSCA, João. 2005. *A Economia de Moçambique, Século XX*. Lisboa. Editora Piaget.
- MOSCA, João. 2010. *Políticas Agrárias de(em) Moçambique (1975-2009)*. Lisboa, Escolar Editores.
- MOSCA João. 2014. Produção alimentar: um problema central por resolver. *Destaque Rural*. Nº3. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- MOSCA, João, MUCAVEL, Vitor e DADÁ e Yasser Arafat. 2013. Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário. *Observador Rural* Nº 4. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- MOSCA, João e DADA Yasser Arafat. 2013. Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola. *Observador Rural* Nº 5. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- MOSCA, João, AMREÊN Kátia e DADÁ Yasser Arafat. 2014. Subsídios à Agricultura. *Observador Rural* Nº 13. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal. 2013. *Assessment Of Harvested Volume And Illegal Logging In Mozambican Natural Forest*. Forest Law Enforcement, Government and Trade Support Programme for Africa, Caribbean and Pacific Countries (GCP/INT/064/EC).

AGRICULTURA FAMILIAR E  
**SEGURANÇA  
E NUTRICIONA**



# ALIMENTAR AL NA CPLP



## *Sobre o Documento*

*Este documento resume os resultados da consulta electrónica “Fórum sobre Agricultura Familiar e Segurança Alimentar na CPLP” organizada pelo Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional (<http://www.fao.org/fsnforum>) entre os dias 16 de Outubro e 15 de Novembro de 2012.*

*O resumo que se segue visa proporcionar aos leitores uma visão geral da discussão.*

*Para o texto completo de todas as contribuições e materiais de apoio, por favor consulte a página da consulta:  
<http://www.fao.org/fsnforum/cplp>*

## CONTEXTO

O “Fórum Global sobre Segurança Alimentar e Nutricional” (Fórum FSN) realizou uma consulta electrónica sobre a agricultura familiar e segurança alimentar na CPLP, com o objectivo de proceder a um levantamento inicial sobre a situação e preocupações no domínio da agricultura, pecuária e pesca familiares, e assim contribuir para futuras discussões relativas às prioridades de acção ao nível dos respectivos Estados-membros. Por outro lado, e enquadrando esta consulta dentro do estudo relativo à governabilidade da segurança alimentar e nutricional dos Estados-membros da CPLP, em elaboração pela mão da “Equipa do Direito à Alimentação” da FAO, ela visa apoiar a Comunidade a actualizar a informação sobre o estado da agricultura familiar nos Estados-membros e a identificar as prioridades de trabalho para o “Grupo de Trabalho sobre Agricultura Familiar” do CONSAN.

Esta consulta dirigiu-se a um grupo restrito de actores interessados – e outros por eles indicados – e privilegiados conhecedores da realidade da agricultura familiar nos respectivos países, de forma a agi-

lizar a participação e a dotar as contribuições de um carácter o mais representativo e plural possível. Trataram-se, essencialmente, membros e representantes de organismos de autoridade competentes, organizações da sociedade civil, ONGs e investigadores académicos.

A consulta decorreu entre os dias 16 de Outubro e 15 de Novembro de 2012, e saldou-se num total de 13 contribuições provenientes de todos os países da CPLP, com a excepção de Timor-Leste.

Notando as dificuldades de acesso aos dados e à utilização da internet para algum dos convidados e participantes (aspecto particularmente importante pois que se trata de uma consulta virtual), gostaríamos de apresentar um especial agradecimento a todos aqueles que partilharam a sua opinião, contribuindo para a realização deste documento.

Os dados e sugestões apresentados neste relatório (ainda que em alguns casos sejam mencionadas as respectivas fontes) advêm na sua totalidade dos comentários recebidos, pelo que, ainda que carecendo de oficialidade na maior parte dos casos, mostram essencialmente a visão dos participantes sobre as questões em análise.



## CONSIDERAÇÕES GERAIS

### 1. Importância e Contributo da Agricultura Familiar

Da análise conjunta das participações recebidas resulta a unânime afirmação da preponderância do papel da agricultura familiar no contexto de cada um dos Estados-membros da CPLP. Para tal conclusão concorrem não só indicadores quantitativos, como também outros de natureza qualitativa, ora vejamos:

- para a maior parte dos países, o grosso da produção agrícola é da responsabilidade dos agricultores familiares (mais de 80% nos casos de Angola e São Tomé e Príncipe; e mais de 90% em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- igual preponderância assumem a pecuária familiar e pesca tradicional (particularmente, em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique);
- mesmo nos países onde o volume da produção agrícola familiar perde peso relativo (Brasil e Portugal), outros dados revelam a sua importância, como por exemplo a utilização predominante de mão-de-obra familiar: “no Brasil 84% dos estabelecimentos rurais são de natureza familiar” e “mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam predominantemente mão-de-obra familiar”.

Ainda no domínio da mão-de-obra familiar sobressai o papel da mulher rural e a sua contribuição decisiva para o sustento da família, pois que em Moçambique constituem 70% da população agrícola, e na Guiné-Bissau estão incumbidas de tarefas de grande importância, muitas das quais a desempenhar autonomamente.

Por outro lado, é de destacar o papel fundamental desempenhado pela agricultura familiar como garante da subsistência do produtor e sua família (“na Guiné-Bissau cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano”), contribuindo de forma preemprória para

a sua segurança alimentar e satisfação de necessidades básicas, bem como a geração de rendimentos no caso de venda de excedentes nos mercados. Efectivamente, tratando-se da forma primordial de abastecimento dos mercados locais (e, conseqüentemente, da população urbana na maior parte dos países da Comunidade), ela funciona como uma caixa de poupança essencial na melhoria das suas condições de vida.

Importa destacar a importância extensível da agricultura familiar a outros níveis: esta desempenha um papel crucial na manutenção da paisagem rural, conservação do património genético das plantas, de harmonização com o ambiente, exploração sustentável de recursos naturais e defesa do património cultural das comunidades locais.

No domínio dos obstáculos existentes, mereceram referência, entre outros, as questões relativas à prática da monocultura, as questões fundiárias ligadas ao acesso à terra (nomeadamente no caso brasileiro), assim como as dificuldades e limitações naturais à prática agrícola próprias de pequenos países insulares (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe).

### 2. Políticas e Instrumentos

Ainda que nem todos os países da Comunidade apresentem o mesmo estado de cobertura normativo-regulamentar, através das políticas e instrumentos apresentados apreende-se do conjunto de comentários uma crescente preocupação e consciencialização do tecido político e social relativamente à importância da agricultura familiar nos seus mais variados aspectos. Assim sendo, e salvaguardando os diferentes estados de regulação em cada Estado-membro (o Brasil será, porventura, o país que mais tem avançado neste domínio), tem-se assistido globalmente à discussão, estabelecimento e implementação de políticas (directa e indirectamente) de protecção, valorização e promoção da agricultura familiar, sempre com a prossecução da segurança alimentar e nutricional como linha de orientação.

Sobressai neste domínio o cuidado cada vez maior em promover o diálogo entre governos e sociedade civil, fundamental para imprimir na elaboração de qualquer normativo uma dimensão de representatividade e proximidade com a agricultura tradicional, muitas vezes prejudicada pelo decisor político em razão de critérios de natureza financeira favorecedores de explorações de maior dimensão económica. Verifica-se na maior parte dos países (em particular nos do continente africano) uma ampla referência às Estratégias Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional, realizadas pela CPLP com o apoio da FAO e aprovadas pelos diferentes governos, e entre os instrumentos em vigor para incentivar, melhorar e aumentar a produção destacam-se as menções aos programas de crédito. Com efeito, é sublinhada a importância do crédito (nas formas de micro-crédito, crédito de investimento, crédito subsidiado, entre outras) para o tecido agrícola familiar, na medida em que este se revela essencial para o financiamento das colheitas, no acesso aos factores de produção, aumento da produtividade, assistência técnica e apoio à comercialização.

Ainda assim, na generalidade dos Estados-membros do continente africano, existe uma fraca implementação das políticas criadas (justificada essencialmente pela escassez de meios financeiros, quadros capacitados e deficiência organizativa institucional), pelo que o comprometimento e envolvimento conjunto das estruturas políticas e de todos os actores que intervem no mundo rural para a realização destes programas é visto como uma prioridade de acção.

### 3. Organizações de Produtores

À excepção de Brasil e Portugal, o nível de organização dos agricultores é relativamente baixo (ainda que se denotem alguns progressos nos últimos anos), e na mesma medida é escassa a participação das organizações de agricultores na formulação de políticas públicas. Mesmo nos casos em que existe um grande número de organizações de produtores verifica-se

uma fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do poder político e de determinação das políticas públicas.

Esta realidade justifica-se não só pelas características particulares dos trabalhadores rurais (elevado grau de individualismo e tradicionalismo, baixos índices de alfabetização, baixo nível técnico-cultural), mas também nas dificuldades de estruturação, liderança e mobilização de recursos financeiros por parte das associações representativas na maior parte dos países da CPLP.

Estas organizações, em muitos casos apoiadas por outras da sociedade civil e ONGs, desempenham um papel reconhecidamente muito importante: seja pela identificação participativa das necessidades locais; promoção de projectos locais; valorização dos recursos locais; transferência de informação e tecnologias; quer pela representação das comunidades e defesa dos seus interesses a vários níveis.

Visto isto, a globalidade dos participantes aponta a necessidade de fortalecer e reforçar o papel destas associações, apostando na formação e capacitação dos quadros dirigentes, e pela melhoria das suas capacidades técnicas, organizacionais e de gestão.

Em suma, o investimento nas organizações de produtores e o desenvolvimento de quadros de concertação que incluam as ONGs e o sector privado são prioritários de forma a explorar todo o potencial de participação dos agricultores.

### 4. Áreas Prioritárias de Actuação

Os participantes foram bastante incisivos quanto à determinação de necessidades específicas no contexto de cada Estado-membro e de áreas de actuação prioritárias para o fortalecimento dos agricultores familiares. Para além do propalado apelo ao investimento na estruturação das organizações de produtores, e do acesso ao crédito em condições privilegiadas, são elencadas várias medidas e acções recomendadas, entre as quais destacamos as seguintes para o conjunto dos Estados-membros:

- criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais;
- estabelecimento de programas de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares, devido às dificuldades de comercialização;
- desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento/comercialização e acesso ao mercado;
- procura do mercado externo de preço justo apostando na vertente da qualidade como maisvalia para os produtos locais;
- realização de encontros entre os governantes, organizações de produtores e outras organizações da sociedade civil dos países da CPLP, para troca de experiências sobre técnicas de cultivo e partilha de boas práticas;
- formação e capacitação contínuas dos agricultores familiares, incluindo questões de género, mudanças climáticas e transferência de tecnologia;
- assistência técnica e cooperação para o acesso a novas tecnologias.

## **QUADROS INFORMATIVOS DOS ESTADOS-MEMBROS**

Nesta secção apresentamos um resumo dos principais dados e informações recolhidos, agrupando-os em pequenos quadros individuais para cada um dos países representados e seguindo os temas orientadores da consulta.

### **ANGOLA**

#### **Importância e Contributo da Agricultura Familiar**

- responsáveis por cerca de 80% da produção nacional, alimentando grande parte da população através dos excedentes de produção encaminhados para os mercados
- 2.058.346 explorações agrícolas familiares ou de famílias camponesas
- quanto à produção pesqueira, o sector artesanal capturou em 2011 cerca de 61.560.000 toneladas de pescado diverso

Fonte: GEPE, Resultados da Campanha Agrícola 2010/2011

#### **Políticas e Instrumentos**

- programa de micro-crédito, crédito agrícola de campanha e crédito de investimento
- programa de comercialização rural e programa de extensão e desenvolvimento rural
- programa de apoio e fomento a produção animal
- programa de desenvolvimento e gestão sustentável dos recursos florestais

#### **Organizações de Produtores**

- os produtores familiares estão organizados em associações e cooperativas de camponeses, com um nível organizacional razoável, carecendo de formação para melhor desempenho

- participação na formulação de políticas públicas feita através das estruturas da União Nacional das Associações de Camponeses (UNACA-Confederação) e do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA)

---

### **Áreas de Actuação Prioritárias**

---

- qualidade dos produtos
- assistência técnica
- formação e capacitação contínuas
- troca de experiências
- transformação, armazenamento, conservação e comercialização

## **BRASIL**

### **Importância e Contributo da Agricultura Familiar**

---

- principal fornecedor de alimentos básicos para a população (87% mandioca, 83% feijão fradinho, 77% feijão, 67% leite de cabra, 59% suínos, 58% leite de vaca, 50% aves, 46% milho)
- agricultura familiar possuir 84,4% do total de estabelecimentos, mas ocupa apenas 24, 3% da área dos estabelecimentos agropecuários
- ocupa 74% da mão-de-obra rural e corresponde a 38% da produção agropecuária

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)

---

### **Políticas e Instrumentos**

---

- PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) – programa de crédito destinado a agricultura familiar com juros baixos
- PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) – é uma das acções do “Fome Zero” e promove o acesso a alimentos às populações em situação de segurança alimentar
- PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) – determina que 30% dos recursos que o governo federal entrega para os municípios devem ser gastos com produtos vindos da agricultura familiar local
- PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) – tem como objectivo promover a assistência técnica para os agricultores familiares

---

### **Organizações de Produtores**

---

- os camponeses e trabalhadores rurais organizam-se sob a forma de sindicatos rurais, associações e movimentos sociais. Um exemplo de movimento de grande importância no Brasil é do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
- há um conjunto de redes e articulações da sociedade civil que reúnem movimentos sociais, agricultores, povos e comunidades tradicionais, organizações não governamentais, instituições de ensino e pesquisa

- o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão consultivo ligado a Presidência da República, é um espaço de concertação entre governo (1/3) e sociedade civil (2/3) e que tem apresentado importantes resultados na construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

---

### **Áreas de Actuação Prioritárias**

---

- realizar intercâmbio de experiências entre os países, não só entre os governantes, mas entre a sociedade civil, sobretudo entre os camponeses instituir programas de compras públicas locais, desde que sejam respeitadas as especificidades e o contexto de cada país
- desenvolvimento do acervo legal de garantia de mercados e mecanismos de apoio à produção
- garantir a compra directa do produto ao produtor
- consciencialização sobre as consequências do mau uso e aplicação de pesticidas
- repensar as prioridades de governo quanto ao crescimento da produção de monoculturas

## **CABO VERDE**

---

### **Importância e Contributo da Agricultura Familiar**

---

- mais de 90% da produção agro-pecuária é desenvolvida com base em unidades familiares tradicionais, e na sua maioria destina-se ao consumo do agricultor e sua família
- só uma pequena parte da produção (15-20%) se destina à comercialização no mercado local
- ocupação de 41.000 famílias (cerca de 60% da população total)

---

### **Políticas e Instrumentos**

---

- ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar)
- PNSA (Programa Nacional de Segurança Alimentar)
- ECRP (Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza)
- PNIA (Plano Nacional de Investimento Agrícola)
- PNLP (Programa Nacional de Luta contra a Pobreza)

---

### **Organizações de Produtores**

---

- nível de organização dos agricultores é muito baixo
- encontram-se organizados em Associações de Desenvolvimento Comunitário, apoiadas por outras organizações da sociedade civil e ONGs (que em conjunto integram várias federações regionais e uma plataforma de ONGs a nível nacional)

---

### **Áreas de Actuação Prioritárias**

---

- necessidade de melhoria das condições de transformação, conservação e transporte dos excedentes de produtos agrícolas para os mercados locais e abastecimento do sector hoteleiro (em franco crescimento)

- implementação de acções que visam uma melhor gestão e uma gestão participativa dos recursos naturais existentes (gestão sustentável da água, fertilidade dos solos, reflorestação)
- criação de um quadro de concertação que inclua as organizações de produtores, o sector privado e demais serviços e estruturas de intervenção
- alocação de recursos (financiamentos a fundo pedido, micro-crédito e linhas de apoio específicas para a agricultura familiar)

## GUINÉ-BISSAU

### Importância e Contributo da Agricultura Familiar

---

- os pequenos produtores de tipo familiar de subsistência, estimados em cerca de 120.000 explorações, constituem o essencial da população rural e realizam 90% da produção alimentar constituída essencialmente por arroz, milhos, raízes e tubérculos
- a produção alimentar dos agricultores de tipo familiar cobre as necessidades alimentares de 8 meses por ano
- preponderância da cultura do caju na obtenção de rendimentos provenientes da troca comercial permitindo aos produtores de tipo familiar cobrir, em média, quase 5 meses de suas necessidades alimentares
- a produção de animais é um meio de subsistência e de poupança dos agregados familiares e que contribui para a segurança alimentar
- a exploração dos recursos florestais tem um papel importante na economia familiar

### Políticas e Instrumentos

---

- “Carta de Política de Desenvolvimento Agrário” (CPDA), com os seguintes objetivos de política: (i) garantir a segurança alimentar; (ii) aumentar e diversificar as exportações agrícolas; (iii) assegurar a gestão racional e a preservação dos recursos agro-silvo-pastoris; (iv) melhorar o quadro de vida das populações rurais
- os instrumentos de implementação de política estão traduzidos em programas e acções no “Programa Nacional de Investimento Agrário” (PNIA)

### Organizações de Produtores

---

- as organizações estão ainda numa fase embrionária (fraquezas de ordem organizacional, baixo nível técnico-cultural)
- apesar de presentes na elaboração e implementação de políticas, demonstram fraca capacidade de negociação, advocacia e interpelação em virtude de fraquezas de ordem organizacional e de funcionamento

### Áreas de Actuação Prioritárias

---

- melhoria das produções alimentares com acções específicas: melhoramento das técnicas de cultivo através da pesquisa e introdução de sementes melhoradas, adubos químicos, pequenas máquinas agrícolas; protecção das culturas; o uso e gestão de água e nas actividades de pós-colheita; na formação técnica; no acompanhamento e assistência técnica e formação

- ordenamento e valorização dos arrozais de mangal e dos pequenos vales para o aumento da produção do arroz
- reforço das capacidades técnicas, organizacionais e de gestão das organizações dos produtores
- apoio à comercialização (crédito) e armazenagem dos produtos alimentares
- melhoria da produção da pequena criação animal familiar (aves, ovinos, caprinos, suínos e outros) através da melhoria das instalações pecuárias, alimentação, sanidade e no melhoramento genético das raças locais
- programa de aquisição de alimentos junto dos produtores familiares
- introdução de tecnologias de transformação artesanal da castanha de cajú

## MOÇAMBIQUE

### Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- a agricultura é fundamentalmente de cariz familiar (90%)
- as mulheres rurais constituem 70% da população agrícola e são responsáveis por 60% a 80% da produção de alimentos a nível nacional

### Políticas e Instrumentos

- PEDSA (Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário) - operacionaliza o CAADP
- PAPA (Plano de Acção para a Produção de Alimentos)
- CAADP (Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África)
- ESAN-CPLP
- Fórum dos Pequenos Agricultores
- o Fórum da Mulher Rural
- fraca implementação destas políticas, e a sua implementação não tem surtido o efeito desejado

### Organizações de Produtores

- organização dos produtores em associações, (ex: machamba de camponês), uniões, cooperativas e redes
- as organizações de camponeses são lideradas pela União Nacional de Camponeses nível muito baixo de participação na discussão e formulação de políticas públicas e programas (devido ao baixo nível de escolaridade da maioria dos camponeses, fraquezas nos processos de consulta e desorganização das associações)
- necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação dos pequenos agricultores, em particular das mulheres rurais

### Áreas de Actuação Prioritárias

- necessidade de uma maior exploração do potencial das cooperativas, associações de agricultores e movimentos das mulheres rurais
- realizar diversas formações, incluindo questões de género, mudanças climáticas, transferência de tecnologias, visando a erradicação da fome e pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável

- apoiar a organização e funcionamento das redes e organizações de produtores
- o desenvolvimento de melhores políticas ao nível do escoamento da produção e acesso ao mercado
- o programas de protecção social e alimentação baseados na comunidade

## PORTUGAL

### Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- mais de 90% das explorações agrícolas portuguesas utilizam principalmente mão-de-obra familiar
- estas explorações agrícolas correspondem a 68% da superfície agrícola útil
- a população agrícola familiar representa ceca de 7% da população total
- Políticas e Instrumentos
- Programa de Desenvolvimento Rural (ProDer) - incorpora uma série de medidas de apoio ao sector agrícola (cobrindo áreas como a competitividade, sustentabilidade do espaço rural, dinamização das zonas rurais e co-ope-  
ração para a inovação), mas não apresenta mecanismos de discriminação positiva da agricultura familiar

### Organizações de Produtores

- grande número de associações de produtores
- o sector agrícola está representado na concertação social (espaço de diálogo entre o Governo e parceiros so-  
ciais)
- existe um défice de participação dos agricultores e fraca capacidade de influenciar as tomadas de decisão do  
poder político

### Áreas de Actuação Prioritárias

- incentivo aos mercados locais e de proximidade
- incentivo à fixação de agricultores, particularmente jovens e em zonas agrícolas em risco de abandono
- sensibilização das comunidades para o papel fundamental da agricultura familiar na defesa do ambiente, recursos  
naturais e património cultural

## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

### Importância e Contributo da Agricultura Familiar

- recolha de dados estatísticos é limitada, pois o último censo agrícola data de 1989
- mais de 80% da produção agrícola e piscícola está sob a responsabilidade de pequenos agricultores familiares
- 2500 pescadores artesanais (responsáveis pela captura de 4.000 toneladas de pescado anualmente), 3000 pei-  
xeiras e 10.000 produtores agrícolas são os principais responsáveis pelo abastecimento de bens alimentares à  
população
- nos últimos anos tem-se notado um aumento de produção em algumas culturas, tais como bana-pão, mandioca  
e matabala

---

### **Políticas e Instrumentos**

---

- ENSAN (Estratégia Nacional de Segurança Alimentar), recentemente aprovada pelo Governo
- criação por parte do Governo, de Delegações a fim de articular o movimento agrícola, pecuário e pesqueiro junto das comunidades locais
- actividades pontuais de incentivo á produção agropecuária e de pescado realizadas conjuntamente pelo governo com parceiros da sociedade civil
- participação de ONGs no apoio à produção, transformação e organização dos produtores

---

### **Organizações de Produtores**

---

- o nível de organização dos produtores em São Tomé e Príncipe é relativamente baixo e estas revelam fraca capacidade para participar na formulação de políticas públicas, em particular pela carência de quadros formados
- dificuldade das organizações em se distanciarem do Estado

---

### **Áreas de Actuação Prioritárias**

---

- necessidade de um novo censo agrícola que permita medir o real impacto da contribuição dos agricultores familiares
- reforço da rede de frio para melhor conservação dos produtos frescos
- criação de programas de abastecimento das cantinas escolares por produtores locais
- apoios à diversificação da variedade de animais bovinos, suínos e caprinos
- subvenção dos materiais de pesca e embarcações
- formação sobre novas técnicas e artes de pesca, essenciais para o desenvolvimento da pesca artesanal.

*Outubro - Novembro 2012*

# AGRICULTURA FAMILIAR E DIETA MEDITERRÂ- NICA



**Vitor Barros** *Investigador (aposentado)*  
*Coordenador do Grupo de Acompanhamento para a*  
*Salvaguarda e Promoção da Dieta Mediterrânica*

A Agricultura Familiar (AF) não é uma categoria social recente, nem lhe corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural. Contudo, com a importância que lhe é atribuída pelo assinalar do Ano Internacional a ela dedicado pela FAO, assume ares de novidade e, sobretudo, de renovação.

A AF, entendida como a forma de organizar a produção que é gerida pela família e que depende principalmente da mão-de-obra familiar, é a forma predominante de produção de alimentos em muitos contextos socioeconómicos mundiais. De facto, desempenha um papel determinante no que respeita à segurança alimentar e nutricional, sendo ainda um fator essencial na gestão dos recursos naturais, na proteção do ambiente, no desenvolvimento dos territórios e na melhoria das condições de vida familiares.

Entre nós é de registar, de acordo com Cordovil e Rolo, que 93% do total de explorações agrícolas do Continente são familiares, as quais são responsáveis pela exploração de 48% da superfície agrícola e florestal, onde é gerado 47% do Valor da Produção. Este universo produtivo emprega 81% das unidades de trabalho agrícola.

A AF é ainda a forma preponderante de produção agrícola em várias regiões do país, estando associada à dimensão espacial do desenvolvimento, ao permitir uma distribuição populacional equilibrada no território, constituindo-se, deste modo, como elemento estruturante e impulsionador do desenvolvimento comercial e de serviços, logo de maior sustentabilidade.

A AF está longe de ser homogénea. Pelo contrário apresenta-se muito diversificada, sendo constituída por 3 grandes blocos: pequena agricultura articulada com pensões, pequena agricultura articulada com salários e média/grande agricultura com rendimentos essencialmente provenientes da exploração. As duas primeiras registam um maior peso social/demográfico, enquanto a última manifesta um maior peso económico.

Na pequena exploração familiar articulada com as pensões o objetivo é a obtenção de um conjunto im-

portante de receitas monetárias e em natureza provenientes da exploração, para complementar reformas e pensões de valor insuficiente. A estratégia consiste: (i) na prática de um sistema produtivo com dupla orientação – atividades para o mercado e produção diversificada para fins múltiplos com destaque para o autoconsumo; (ii) utilização da força de trabalho dos membros da família que se sentem capazes de trabalhar, complementada com entreajuda e algumas jornas pagas.

Na pequena exploração familiar articulada com os salários os objetivos gerais têm a ver com a obtenção de receitas monetárias provenientes do trabalho no exterior por parte do chefe de família e com a obtenção de valores de troca e de valores de uso em pequenas explorações a tempo parcial. As escolhas estratégicas destas explorações passam: (i) pela implementação de um sistema produtivo com atividades para o mercado e uma produção diversificada essencialmente para o autoconsumo, com venda de excedentes; (ii) pela ocupação da mulher na atividade agrícola para além dos afazeres domésticos; (iii) repartição do tempo ativo disponível do chefe de família entre o emprego e a pequena exploração agrícola.

Na média/grande exploração com rendimentos maioritariamente gerados no seu seio, o agricultor tem como objetivo central a obtenção de significativas receitas monetárias. Compreende-se pelo facto da maior centralidade que a exploração desempenha na atividade e na economia da família. Neste caso, pelo maior envolvimento de recursos próprios e alheios e pela inserção no mercado, a gestão da exploração obriga a maiores cuidados, envolvendo riscos acrescidos.

Em termos de racionalidade económica, os dois primeiros blocos distinguem-se do terceiro por uma maior diversificação cultural e lógica de subsistência, ao passo que a terceira se encontra mais integrada no mercado, sendo capaz de incorporar mais avanços técnicos e de responder a políticas públicas dirigidas ao aumento da produção, à inovação e ao reforço

da competitividade das explorações agrícolas. A pequena agricultura familiar está muito relacionada com a multifuncionalidade, ou seja, para além de produzir alimentos e matérias-primas, gere a ocupação de vastas áreas, modelando a paisagem, favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, um menor uso de fatores de produção industriais e a preservação do património genético.

Apresenta-se, assim, não apenas como fornecedora de bens, mas também de serviços ambientais, procurando responder a certas aspirações da sociedade, como a preservação da paisagem e da cultura local. A Dieta Mediterrânica, recentemente reconhecida como Património Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO, baseia-se num elevado con-

sumo de produtos vegetais produzidos localmente, frescos e da época. Ao implementar escolhas estratégicas fundadas numa grande diversificação de culturas para o autoconsumo com vendas de pequenos excedentes, a pequena agricultura familiar propiciou tradicionalmente à família agricultora um regime alimentar saudável e de qualidade, o qual se alastrou às famílias das suas redondezas a partir da venda dos excedentes nos mercados locais e regionais. À pequena agricultura familiar coube, assim, a função de conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais. Podemos afirmar, para concluir, que Agricultura Familiar e Dieta Mediterrânica são duas faces da mesma moeda – a de uma agricultura sustentável ao serviço de uma alimentação saudável.